



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KARLA COLARES VASCONCELOS

PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

FORTALEZA

2018

KARLA COLARES VASCONCELOS

PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em educação. Linha: História e Memória da Educação. Eixo: História, Memória e Práticas Culturais Digitais.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Santana

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V45p Vasconcelos, Karla Colares.
Práticas Educativas Digitais e Políticas Públicas : Construindo a Política Nacional de Educação Museal - PNEM / Karla Colares Vasconcelos. – 2018.
235 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. José Rogério Santana.
1. Educação Museal.. 2. Práticas Educativas Digitais. . 3. Políticas Públicas. . 4. Fenômenos Educacionais.. 5. História. . I. Título.

CDD 370

KARLA COLARES VASCONCELOS

PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

Tese apresentada ao programa de Pós- Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em educação. Linha: História e Memória da Educação. Eixo: História, Memória e Práticas Culturais Digitais.

Orientador: Prof. Dr. José Rogério Santana

Aprovada em: 22/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Rogério Santana (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Gerardo de Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Albio Moreira de Sales
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a Dra. Lourdes Rafaella dos Santos Florêncio
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof.^a Dra. Cibelle Amorim Martins
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dedico este trabalho aos meus filhos Gabriel, Davi e Sophia que nasceu ainda no início desta minha trajetória acadêmica e por ainda tão pequenos apoiarem e sonhar junto comigo esse voo de sua mãe. A minha família que estiveram presentes neste momento, em particular Ricardo, meu companheiro, meu tio Milton e minha avó Esperança. E ao meu avô José Milton, que apesar de sua ausência, sempre me ensinou a aprender um pouco mais, e minha mãe Cinara, que mesmo não sendo tão presente esteve comigo em momentos essenciais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter colocado obstáculos superáveis e mostrar a força e a fé que possuo.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Rogério Santana, que muitas vezes esteve presente me orientando e dedicando seu tempo aos ensinamentos preciosos para que esta tese, ao meio de tantas turbulências pessoais, políticas e sociais fosse realizada. Seu companheirismo, sua amizade e dedicação, e confiança na minha pessoa. GRATIDÃO!!!

Ao prof. Dr. Felipe Franklin que seu olhar crítico e detalhista trouxeram valiosas sugestões metodológicas e estruturais dessa pesquisa, assim por algumas parceria acadêmica.

Ao Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos, pelos ensinamentos ao longo desse período de estudo e escrita, como também pelas oportunidades de aprender mais nas atividades acadêmicas.

A Prof^ª. Dr^ª. Cibelle Amorim Martins, a sua presença nesta banca se torna impa! Sua presença em minha vida é incontável e sua cumplicidade ultrapassa a qualquer meio acadêmico, são momentos de força, esperança e luta que retratam nossa história. Amor, esperança e resistência são nossas marcas, e isso não será jamais esquecido!

A prof^ª. Dr^ª. Lourdes Rafaella dos Santos Florêncio, que seu olhar crítico e cauteloso estiveram presente antes mesmo dessa tese ser escrita, suas sugestões são de incontáveis orientações, em que em momentos de dúvidas e fraqueza acadêmica estive me apresentando o qual forte posso ser. Muito obrigada pelos ensinamentos que a vida nos proporcionou, muito obrigada pela confiança que me fortaleceram.

A minha família que estiveram presentes na minha caminhada, em especial meus filhos Gabriel Colares, Davi Colares e Sophia Colares pelo o amor de vocês que são a minha força a cada manhã que levanto nessa vida. Ao meu companheiro Ricardo Frota que seu amor e carinho me faz sentir mais confortável nas lutas do dia a dia. A minha avó e mãe Esperança Colares, que me ensinou que na vida a gente tem que conquistar o seu espaço. Ao meu tio Milton Colares pelo o apoio incondicional pela minha caminhada acadêmica. A

minha tia Mary Lucy que teve comigo. E por último e mais importante, e mais que especial minha prima Mellyna Colares seu companheirismo ultrapassa as barreiras sanguíneas, de fato a irmã que Deus me deu.

Em memória, agradeço ao meu avô José Milton Cornélio que mesmo não estando mais aqui presente, sei que está muito orgulhoso de sua neta/filha, quem me proporcionou nessa vida uma educação de qualidade, a qual aproveito com bastante entusiasmo.

Em memória, agradeço a minha Cinara Colares, que mesmo ausente nesse mundo que conhecemos, fez-me sentir orgulhosa de tê-la como mãe e que sua ausência me fez conhecer sentimentos que antes não conhecia, e força que não sabia que possuía.

Aos meus irmãos Caio, Tiago, Toni e Bruno, que em algum momento me ajudaram indiretamente nesta caminhada.

Aos professores do Núcleo de História e Memória da Educação que com cada um deles aprendi detalhes que sempre levarei na minha jornada acadêmica, em especial em especial, aos professores doutores Rogério Santana, Gerardo Vasconcelos, Ari de Andrade, Rui Martinho e Lia Fialho. Ao NHIME por me acolher e dar possibilidade de desenvolver a pesquisa e além de poder contribuir para as suas atividades acadêmicas.

Aos meus colegas de academia, em especial a Tânia Gorayeb companheira estudo e pós-graduação pela caminhada sendo mais leve, a Bruna Germana e Cristine Brandenburg que em muitos momentos aprendemos juntas. Ao Flávio Muniz por ser aquele amigo fiel e estar presente mesmo ausente. A todos os meus colegas de pós-graduação que souberam dividir seus conhecimentos e experiências.

As minhas amigas de vida Emanuelle, Cibelle, Priscila, Nayana e Marcela que além de amigas são minhas cúmplices em vários momentos, o amor e o apoio de vocês me fazem sentir mais forte!

Aos novos amigos e companheiros Inambê Sales e Dambergh Mota, por fazer meus dias mais leves, por fazer parte de novas histórias e por sonharmos juntos e forças diárias.

Aos meus alunos, que me ensinam diariamente o quanto ainda tenho que aprender, e que o caminho é longo, mas as forças que eles emanam diariamente para mim são incontáveis!

Ao CNPq pelo financiamento da minha pesquisa, e assim auxiliando a concretização dessa pesquisa.

E finalizo agradecendo a todos aqueles que cruzaram a minha vida durante o percurso investigativo que só foi possível pelo apoio de todos.

Gratidão a todos!!!

**A vida é bela, que as gerações futuras a
limpem de todo o mal, de toda opressão, de
toda violência e possam gozá-la
plenamente.**

**Leon Trotsky Coyoacán, 27 de fevereiro de
1940.**

RESUMO

Essa pesquisa investigou a construção de uma política pública para a educação museal desenvolvida dentro do ambiente virtual. O advento das tecnologias digitais vem proporcionando diversos meios de comunicação e interação entre as pessoas, um exemplo disso são as redes sociais que estão sendo disseminadas nos ciberespaços. Considerando que a educação é um fenômeno, encontramos nos ambientes museais como ferramenta que auxilia no processo educativo de ensino e aprendizagem. Nas políticas públicas educacionais são manifestadas as práticas educativas em instituições informais de ensino. A LDB -Lei n.º 9.394/1996- permite uma ampla liberdade de ação para a elaboração dos projetos escolares. E, a partir da Declaração de Santiago (1972) incorporaram-se aos museus as teorias pedagógicas que consideram que a educação se constrói de forma dialógica. Em 2012, o Ibram lançou um Fórum Virtual para o debate de um Programa Nacional de Educação Museal - PNEM, não mais uma política. No ar, de 26 de novembro de 2012 a 7 de abril de 2013, o fórum promoveu o debate de nove temas, que permitiu constituir o PNEM. Uma das primeiras polêmicas surgidas no Fórum Virtual foi sobre a motivação do Ibram em transformar a proposta de uma Política Nacional em um Programa Nacional. Diante desse cenário, levantou-se a seguinte questão: Como as políticas públicas brasileiras na área de educação museal são fomentadas a partir das práticas educativas elaboradas no PNEM? Para encontrarmos essa resposta, traçamos o objetivo geral de: Investigar a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e a sua contribuição histórica, sociocultural e política para educação brasileira. As categorias de análise e discussão dos dados são: Educação Museal: Mae Barbosa (1991), Bruno (2007), Bemvenuti (2007); Fenômenos Educativos e Práticas Educativas Digitais: Gadotti (2005), Nélisse (1997), Libâneo (2005), Freire (2010), Novak (1998); Políticas Públicas Educacionais e Museais: Bobbio, Höfling; Público e Privado: Arendt, Bray, Kiske, Frey; Políticas Públicas Educacionais e Políticas Públicas Culturais: Libâneo, Demo, Freire, Dourado; Documentos oficiais: Constituição Federal, LDB -1996, Banco Mundial, ONU e UNESCO. Estes estudos nos serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho. A pesquisa é qualitativa, exploratória que contará com o método de estudo de caso exploratório para a pesquisa de campo. O campo foi virtual, pois realizamos entrevistas com os participantes do Fórum Virtual. Os dados primários foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas e diário de bordo virtual; enquanto os dados secundários, foram coletados através de dados imagéticos e análises documental. A proposta de um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento de uma política pública para a educação museal discutida em um ambiente virtual vai ao encontro da necessidade de compreensão dos atuais eventos globais e locais que ocorrem em número cada vez maior no ciberespaço, verificando as provocações desses significativos impactos na sociedade e em suas conjunturas culturais, políticas e educacionais. Encontramos que as políticas públicas de educação museal apesar de ser tão recente a sua promulgação já se encontra ameaçada em propagar para a toda população, pois fatos recentes na política brasileira advertem a sua permanência. O acontecimento marcante para a sociedade e a cultura dos museus foi o incêndio de grande proporção ao Museu Nacional do Brasil – situado na cidade do Rio de Janeiro, onde foram

queimados mais de 20 mil objetos museológicos. Por consequência desse incêndio, o governo federal criou uma Medida Provisória 850/2018 para substituir o Instituto brasileiro de Museus - Ibram pela Agência brasileira de Museus – Abram, que é serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos e promover o desenvolvimento do setor cultural e museal. Assim, as políticas públicas de educação museal estão em processo de construção social e ao mesmo tempo em perigo de não serem postas em práticas, pois, os espaços públicos administrados por agências e em parceria com instituições privadas acabam prevalecendo às necessidades da instituição privada. Dessa forma, se deve priorizar para que os museus nacionais sejam espaços para que a sociedade veja o museu como ponto de educação não escolar. Fatores externos e internos, devem preservar e manter o nosso patrimônio cultural para o acesso de todos e a permanência de um órgão que crie, desenvolvam e fiscalizem as políticas públicas museais.

Palavras-Chaves: Educação Museal. História. Práticas Educativas Digitais. Políticas Públicas. Fenômenos Educacionais.

ABSTRACT

This research investigated a construction of a public policy for an evaluation of nature within the virtual environment. The advent of digital technologies comes ahead of the means of communication and interactions between people, an example of which are the social networks that are being disseminated in cyberspace. Training is a phenomenon, to gather in the museum environments as the auxiliary tool in the educational process of teaching and learning. Public public applications are evidenced as educational practices in information institutions. LDB -Lei n.º 9.394 / 1996- allows a wide freedom of action for the development of school projects. And, since the Declaration of Santiago (1972), it has been incorporated into the museum as pedagogical theories that education is constructed in a dialogical way. In 2012, Ibram launched a Virtual Forum for the debate on the National Program of Museum Education - PNEM, no longer a policy. In the air, from November 26, 2012 to April 7, 2013, the forum promoted the debate of nine themes, which participated in the PNEM. Since the first policies appeared in the Virtual Forum on the motivation of Ibram to change the proposal of a National Policy in a National Program. In view of this scenario, the following question was constructed: How are Brazilian public policies in the museum area fostered by the educational practices elaborated in the PNEM? To obtain a response of this kind, it is essential to: Investigate a National Policy on Museum Education - PNEM and its data source. As categories of analysis and discussion of the data are: Museum Education: Mae Barbosa (1991), Bruno (2007), Bemvenuti (2007); Educational Phenomena and Digital Educational Practices: Gadotti (2005), Nélisse (1997), Libâneo (2005), Freire (2010), Novak (1998); Public Educational and Historical Policies: Bobbio, Höfling; Public and Private: Arendt, Bray, Kiske, Frey; Public Educational Policies and Cultural Public Policies: Liberal, Demo, Freire, Gold; Official documents: Federal Constitution, LDB -1996, World Bank, UN and UNESCO. These studies served as the basis for the development of this work. The research is qualitative, exploratory that will count with the exploratory case study method for the field research. The field was virtual, because we conducted interviews with the participants of the Virtual Forum. The primary data were collected from semi-structured interviews and virtual logbook; while secondary data were collected through imaging data and documentary analyzes. The proposal for a more in-depth study on the development of a public policy for museum education discussed in a virtual environment meets the need to understand the current global and local events that occur in increasing numbers in cyberspace, verifying the provocations of these impacts on society and its cultural, political and educational contexts. We find that the public policies of museum education, despite being so recent, its promulgation is already threatened to spread to the entire population, as recent events in Brazilian politics warn them to remain. The event that marked society and the culture of museums was a major fire in the National Museum of Brazil - located in the city of Rio de Janeiro, where more than 20 thousand museum objects were burned. As a consequence of this fire, the federal government created a Provisional Measure 850/2018 to replace the Brazilian Institute of Museums - Ibram by the Brazilian Museums Agency - Abram, which is an autonomous social service, in the form of a private non - profit legal entity, of collective

interest and public interest, in order to manage museological institutions and their collections and promote the development of the cultural and museum sector. Thus, the public policies of museum education are in the process of social construction and at the same time in danger of not being put into practice, since public spaces administered by agencies and in partnership with private institutions end up prevailing to the needs of the private institution. Thus, priority should be given to ensuring that national museums are spaces for society to see the museum as a point of non-school education. External and internal factors must preserve and maintain our cultural heritage for the access of all and the permanence of an organ that creates, develops and supervises the public policies of museums.

Keywords: Education & Museu- Museology Education - Digital Education Practices - Public Policies - Educational Phenomena

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Passos da Pesquisa	54
Quadro 2: Categorias de Análise	56
Quadro 3: Museu e a Museologia	80
Quadro 4: Museus Virtuais cadastrados no Ibram	94
Quadro 5: Museu Cartão de Visita	95
Quadro 6: Museu de Exposição	96
Quadro 7: Museu Cidades	97
Quadro 8: Museu de Memória Social e Aprendizagem	98
Quadro 9: Cronograma Histórico das Políticas Públicas Culturais 1990-2018	158
Quadro 10: Princípios da PNEM	174

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Hierarquia da Políticas Públicas Educacionais	150
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada do Museu Ashmoleano	65
Figura 2: Simulador de Voo	83
Figura 3: Simulador em museu	83
Figura 4: Museu Virtual IN-PRÓ	96
Figura 5: Museu Miguel Bakun	97
Figura 6: Museu Virtual de Maricá	98
Figura 7: Museu Virtual da UnB	99
Figura 8: Cartaz do PNEM	166
Figura 9: Panfleto Virtual do PNEM	167
Figura 10: Fórum de discussão	168
Figura 11: Folder do 6º Fórum Nacional de Museus	170
Figura 12: Apresentação da PNEM	173
Figura 13: Comemoração do impeachment	183
Figura 14: Incêndio ao Museu Nacional	190
Figura 15: Museus Indígenas contra a MP 850 e 851	201
Figura 16: Manifestação de Repúdio ao fim do Ibram	206
Figura 17: Convite para a sociedade	207

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abram	Agência Brasileira de Museus
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ApexBrasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BA	Bahia
BID	Banco Internacional do Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Ceca	Comitê de Educação e Ação Cultural
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COFEM	Conselho Federal de Museologia
Comuse	Coordenação de Museologia Social e Educacional
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DF	Distrito Federal
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOU	Diário Oficial da União
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ERIC	Education Resources Information Center
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNM	Fórum Nacional de Museus
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GT	Grupos e Trabalhos
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Comitê Internacional de Museus
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

LOA	Lei Orçamentária Anual
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
MinC	Ministério da Cultural
MNESP	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Sem Terra
NRF	Novo Regime Fiscal
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
Oss	Organizações Sociais
Paem	Programa de Ação Educativa em Museus e Centros Culturais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PED	Práticas Educativas Digitais
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEM	Projeto Nacional de Educação Museal
PNEM	Programa Nacional de Educação Museal
PNEM	Política Nacional de Educação Museal
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGAS	Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
PPP	Projeto Político Pedagógica
PR	Partido Republicano
ProInfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
Proler	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristo
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
REM	Rede de Educadores de Museus

RJ	Rio de Janeiro
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Social a Indústria
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIC	Tecnologia Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	United National Children's Fund – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Contextualização da pesquisa	22
1.2. Categorias de análises teóricas	35
1.2.1 Museologia	35
1.2.2 Práticas educativas digitais	37
1.2.3 Imagem, história, memória e políticas públicas	41
1.3. Procedimentos metodológicos	45
1.3.1 Abordagem metodológica	51
1.3.2 Instrumentais, campo e sujeito da pesquisa	55
2 O MUSEU NA CULTURA DIGITAL E OS DIÁLOGOS SOCIAIS	58
2.1 História dos museus	58
2.2 Os museus na perspectiva da cultura digital	71
2.2.1 Os museus na cultura digital	79
2.3 Os museus como espaço de ensino e aprendizagem	84
2.4 Práticas culturais e os museus virtuais	89
3 MUSEUS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS	100
3. 1Imagem e seus sentidos	100
3.2 A história e a memória	103
3.2.1 A história e a cultura museal	103
3.2.2 A memória e seus percalços museais	108
3.2.3. A memória digital	112
3.3 As Práticas educativas	115
3.4 As Práticas educativas digitais	120
4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E MUSEAIS	123
4.1. Contexto histórico anterior Constituição Federal 1988	134
4.2. As políticas públicas educacionais e museais após a Constituição Federal de 1988	149
5 CONSTRUINDO O DESCONSTRUÍDO: A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PNEM	161
5.1. Nasce o Programa Nacional de Educação Museal – PNEM	161
5.2 A participação da sociedade civil nas políticas públicas	165
5.3 O primeiro documento do Projeto Nacional de Educação Museal –PNEM – Belém 2014	169
5.4 A Política Nacional de Educação Museal – PNEM e as práticas educativas	

para educação museal	172
6 A PESQUISA CIENTÍFICA E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	178
6.1 A PEC do “Fim do Mundo”: o primeiro passo para o desmonte das políticas públicas nacionais	185
6.2 O “Fim” do Ibram: a Medida Provisória Nº 850/2018 e o reflexo nas políticas públicas culturais em educação museal	195
7 ALGUMAS CONCLUSÕES	209
REFERÊNCIAS	217

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando a pesquisa

Essa pesquisa se propôs a estudar sobre a construção de uma política pública para a educação museal¹ pensada e desenvolvida dentro do ambiente virtual. O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, vinculado ao Ministério da Cultura - MinC realizou uma consulta pública para se pensar numa política de educação museal. Ainda em 2010, no 1º Encontro de Educadores do Ibram elaboraram um documento – Carta de Petrópolis, documento que será explicado e discutido no capítulo 5 – que deu subsídio para a construção de uma Política Nacional em Educação Museal - PNEM.

No 5º Fórum Nacional de Museus (FNM), precisamente no dia 30 de outubro de 2012 foi pensada a criação de um *blog*, onde se reuniu propostas de fóruns de discussão para o desenvolvimento do Programa Nacional em Educação Museal (PNEM). No dia 26 de novembro de 2012 foi lançado o Blog (<http://pnem.museus.gov.br>) que teve como objetivo inicial “subsidiar a atuação profissional dos educadores de museus, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nessas instituições e em outros espaços culturais.” (MISTÉRIO DA CULTURA, 2012)². Esse espaço virtual foi aberto para todo e qualquer cidadão que desejasse participar *online* da elaboração coletiva do programa.

A trajetória da pesquisa se iniciou ainda mesmo no ano de 2012, dois anos antes do início dos estudos de doutoramento, no momento inicial das discussões do Blog do PNEM, “[...] que foi um importante instrumento no processo de consulta e de construção participativa da Política Nacional de Educação Museal.” (IBRAM, 2018, p.23). O PNEM ficou no ar aberto para os fóruns de discussão durante 90 dias, da data de seu início – 26 de novembro de 2012 – que uma vez finalizada essa etapa o blog foi encerrado, vindo apenas ser reaberto em setembro de 2013. Em 2014, foi o I Encontro Nacional do PNEM que aconteceu no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém (PA).

¹Educação Museal é o termo utilizado para ação educação dentro dos museus.

²http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/programa-nacional-de-educacao-museal-557186/

Um dos principais resultados do debate foi a aprovação dos cinco princípios da PNEM, expressos no documento inicial do encontro, denominado Carta de Belém. Além disso, o referido documento reivindicava a continuidade do processo até a definição de uma Política Nacional. (IBRAM, 2018, p. 30)

De lá para cá, o blog do PNEM ficou aberto com o objetivo de manter neste espaço informativo um canal de comunicação sobre assuntos afetos à Educação Museal, e um canal de troca de experiências entre os profissionais e os registros de suas ações. Dessa forma, iniciamos a pesquisa apresentando a cultura digital e os espaços museais para compreendermos o processo da construção e da atuação da ciber sociedade na perspectiva da elaboração de uma política pública sobre educação museal.

Mas, com a conjuntura política brasileira, várias ações foram sendo realizadas para o desmonte das políticas públicas no Brasil de forma geral. O fato inicia no ano de 2014 no período eleitoral, em que cresce uma não aceitação, pela elite e as classes dominantes, da reeleição da presidente do Brasil. Ao final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o país passava por uma crise econômica com a maior queda do Produto Interno Brasileiro – PIB e pelo encolhimento do PIB per capita nacional. Dessa forma, apresentando uma grande insatisfação de uma parcela da população brasileira e fazendo com que a oposição pedira a sua saída. Nos anos seguintes (2015-2016) ficou claro a negação dos parlamentares de oposição, em que cada qual deixava claro a sua posição oficial ao governo – aceitação ou não aceitação.

No ano de 2016 foi instaurado um golpe político, judiciário, legislativo e midiático, que resultou no impeachment da presidente eleita pelo voto popular Dilma Rousseff. Com a mudança de presidente muda a governabilidade do país. A justificativa no presidente interino Michel Temer é que estamos passando por uma recessão, e por isso, os recursos devem ser cortados. Dessa forma, várias ações sobre a educação museal foram tomando proporções de avanços, mas outras foram sendo cortadas pelos fatores políticos, econômicos e sociais que estão permeados nas políticas públicas do presidente interino. Os fatos do ocorrido serão descritos no capítulo 6 dessa tese.

O advento das tecnologias digitais vem proporcionando diversos

meios de comunicação e interação entre as pessoas. Um exemplo disso são as redes sociais que estão sendo disseminadas pelo o uso da Internet e vem criando novas alternativas de troca de experiências em ambientes virtuais. No contexto educacional, encontramos ferramentas educacionais, tais como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA, que proporcionam a inserção de educadores e educandos no meio virtual.

A escolha do tema da pesquisa começou no período de estudos do mestrado sobre os museus virtuais e as Práticas Educativas Digitais – PED³. Foram encontradas ações educativas dentro dos ambientes museais⁴ em que podemos destacar a imagem como ferramenta no auxílio do processo de ensino e aprendizagem para a aquisição do conhecimento. Tendo como ponto de partida os fenômenos educacionais⁵ (contexto sociocultural educativo) encontramos nos ambientes virtuais museias (cadastrados no Instituto Brasileiro de Museus - Ibram⁶) e estudos sobre as PED, o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerando a educação como um fenômeno, podemos percorrer no seu estudo sobre o desenvolvimento histórico e epistemológico em que encontraremos as práticas educativas estão dentro do contexto educacional sendo ela em ambientes escolares ou não. De acordo com Libâneo (2005) essas práticas educativas são manifestações realizadas pela sociedade no processo de formação humana, não ficando apenas sob a responsabilidade da escola e da família, mas, no contexto e âmbitos humanos sobre diversas modalidades.

Entendemos por PED o uso das tecnologias digitais que auxiliam no processo de novas aprendizagens com base na formação de grupos que desenvolvam o mesmo interesse de aprender nos ambientes virtuais. Podemos considerar o processo histórico dessa prática educativa a partir da popularização do uso da Internet como ferramenta de transmissão dos conhecimentos e saberes. Essa mudança culminou em uma forma de

³ Usaremos a sigla PED para denominar as Práticas Educativas Digitais.

⁴ Termo usado para definir atividades dentro dos ambientes de museus.

⁵ De Novak e Gowin (1998 *apud* Santana, 2011) os fenômenos educativos são divididos em cinco categorias que são: Aprendizagem, Ensino, Currículo, Contexto Sócio-Educativos e Avaliação.

⁶ Usaremos a sigla Ibram para denominar Instituto Brasileiro de Museus

construção de um novo imagético⁷, uma recente forma de podermos retratar a cultura atual da sociedade moderna, a cibercultura⁸.

Visitando as páginas dos museus virtuais, podemos encontrar a imagem como apresentação da arte, o “cartão de visita” do museu (VASCONCELOS, 2014), como método do imagético que o visitante encontra para desenvolver o seu processo de apreciação e de composição do universo artístico com o observador, criando assim, o significado real da imagem no arranjo do museu.

Para encontrarmos a convergência entre imagem, prática educativa e cibercultura no processo de ensino e aprendizagem em ambientes virtuais, por isso a necessidade da política pública voltada para a educação museal, encontramos a imagem digital como um recurso que interage neste meio e ajuda na construção do conhecimento. Se sua utilização for adequada às práticas educativas digitais, ela ganha um grande valor no tocante às formas de ensino.

Podemos definir a imagem como a representação visual de um objeto. Para Platão (1997) definiu-a como uma projeção da mente, uma aquisição do sentido, a ideia na representação mental do objeto. Foi pensando no uso da imagem como uma fonte histórica e como aliada para a construção da memória que optamos por esta pesquisa. Bergson (2010) define a imagem como memória, uma lembrança do passado do que foi vivido e assim, uma imagem já construída.

Toda imagem é virtual, pois ela representa uma potencialidade de vir a ser, define e representa algo que é ou possa vir a ser concreto, real, plausível. A imagem pode ser considerada como analógica ou digital. A imagem analógica é caracterizada pela matéria-prima luz. Para ter uma noção dessa ação, apresentamos o caso da fotografia analógica feita por imagem das câmeras em que a luz que passa pela lente atinge o negativo fotográfico e provoca uma sensibilização dos sais de prata ali aplicados, registrando assim uma imagem à semelhança do objeto fotografado. A fotografia analógica ocorre através de processos físico-químico, que viabilizam de registro da imagem, ou

⁷ Entendemos por imagético a relação que o observador se dá através da expressão da imagem e/ou da imaginação. É a visão poética, literária que se tem da imagem.

⁸ De acordo com Lèvy (1999) cibercultura é a cultura que encontramos nos ambientes virtuais contidos na Internet.

seja, a formação da imagem sobre a película fotográfica pressupõe a existência de um objeto referente a uma determinada realidade.

Já a imagem digital é aquela que tem o auxílio da tecnologia digital e que está baseada no processo físico-numérico, ou seja, a luz que passa pela objetiva da câmera sensibiliza um sensor eletrônico (um chip) que produz uma interpretação numérica da intensidade luminosa que o atingiu, formando assim uma imagem que é uma combinação de dados. (VASCONCELOS, 2012).

Dessa forma, conforme já apresentamos acima, toda imagem digital é considerada virtual, mas, nem toda imagem é digital. Assim, podemos constatar que essa diferença ocorre diretamente pela matéria em que a luz é sobreposta. Com o advento das tecnologias digitais, as imagens digitais ganharam mais espaços de produção e propagação dentro do ciberespaço e por esse lócus estar presente num ambiente virtual, muitos acreditam que as imagens digitais são a mesma coisa que a imagem virtual, mas, toda e qualquer imagem é virtual, mas, não é uma imagem digital.

Já na perspectiva de entender o museu como o local que guarda a imagem da sua representação social procurei defini-lo em alguns contextos, como na enciclopédia Delta Larousse (1979, p. 4691) apresenta a definição de museu como: “Edifício público onde se guardam coleções de obras de arte ou de valor histórico ou cultural”. O dicionário Soares Amora (2011) o define como: “lugar onde se expõem e estudam obras de artes, objetos raros ou antigos, coleções científicas, etc.” Já o dicionário Aurélio⁹ define como:

s.m. Na Antiguidade, templo das Musas. / Pequena colina de Atenas, consagrada às Musas. / Parte do palácio de Alexandria onde Ptolomeu I tinha reunido os mais célebres filósofos, e onde ficava sua famosa biblioteca. (Nestes dois últimos sentidos, escreve-se com inicial maiúscula.) / Grande coleção de objetos de arte e de ciência. / Prédios onde se encontram essas coleções. / Fig. Casa onde se encontram coisas diversas, antigas, sem uso.

No ambiente virtual podemos visitar vários *loci*, compartilhar ideias, opiniões e conhecer novas formas de relacionamento. O significado de museu pode ser encontrado em diversas escritas que nos auxiliem a entender o seu papel para a sociedade, assim, apresentamos a definição que o Instituto Brasileiro de

⁹ Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Museu.html>. Acessado em 12/fev/2013

Museus -Ibram¹⁰ nos apresenta sobre o que vem a ser o museu: “Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.”.

Já o Comitê Internacional de Museus –ICOM-, em 1956 definiu o Museu como sendo: “[...] um estabelecimento de caráter permanente, [...], com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras elementos de valor cultural.”.

De acordo com a Política Nacional de Museus lançada em maio de 2003 e a Lei 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus no artigo 29 nos afirma que:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (BRASIL, 2009)

Tendo por base esse artigo, podemos constatar que as ações educativas devem estar presentes nos museus, e por isso, cresce a resalva de estudar a construção de uma política pública educacional para museus. Conhecemos como as políticas públicas educacionais estão presentes na educação dos espaços não escolares na concepção dos museus, destacando os museus como espaço de aprendizagem e estando inseridos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, utilizamos a discussões realizadas no Programa Nacional de Educação Museal – PNEM como base do debate inicial da pesquisa, para então termos a construção da legislação da educação museal brasileira.

O PNEM foi pensado e lançado pelo Ibram como um Fórum Virtual para o debate de um programa para educação nos espaços de museus, não mais uma política. Ficou no ar, sua primeira de 26 de novembro de 2012 a 7 de abril de 2013, o fórum promoveu o debate de nove temas, que permitiu constituir o PNEM. Uma das primeiras polêmicas surgidas no Fórum Virtual foi sobre a motivação do Ibram em transformar a proposta de uma Política Nacional em um Programa Nacional.

Conhecendo essa realidade sobre um debate coletivo que deu

¹⁰ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/>. Acessado em 12/fev./2013

subsídio para a construção de uma política pública, podemos destacar a relevância sobre o tema. Além de verificar a necessidade de ampliar os estudos e as análises sobre a museologia, mais precisamente das práticas educativas presentes nas ações de museus pedagógicos. Podemos ainda, enfatizar o ambiente virtual como uma ferramenta para o suporte da construção de uma política pública que valoriza tanto o campo educacional, quanto o cultural, museológico e da cidadania. Dessa forma, contribuiremos com mais uma referência teórica para a compreensão dos fenômenos educativos contidos na *web*¹¹ que nos proporciona as relações sociodigitais que apresenta nas práticas educativas digitais no ambiente do PNEM.

Nas leituras investigativas dessa pesquisa, nos deparamos com textos sobre os museus e sua ação educativa, questão apresentada por tema de curiosidade para apresentarmos a importância do museu no aspecto educativo. Verificamos que no Estado do Ceará foi aprovada a Lei nº 754, de 30 de Julho de 1905 que nos relata sobre o regulamento para todas as escolas primárias do Estado seguisse como diretrizes para a educação. O “Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará – 1905” no Capítulo X – Secção II, os Artigos 81 e 82 vêm relatando a construção e a manutenção de museus escolares.

Tendo por base essa Lei que não está mais em vigência, tentamos resgatá-la e verificamos que no ano 2014¹², poucas escolas no Ceará possuíam um museu escolar e que as visitas em ambientes museal com prática educativa em espaços não escolares aconteciam esporadicamente. O que nos faz tentar resgatar os espaços museológicos da atualidade dentro do ambiente escolar. Outro fator é quando temos acessos aos museus muitas vezes as visitas são guiadas, o que nos remete a ideia de uma comunicação unilateral por parte do guia que não proporciona ao educando o diálogo e a reflexão. Como se a expressão “visita guiada” associa-se à concepção bancária da educação, em que a transmissão de informações prevalece sobre

¹¹ Web é uma palavra inglesa que significa teia ou rede. O significado de *web* ganhou outro sentido com o aparecimento da internet. A *web* passou a designar a rede que conecta computadores por todo mundo, a World Wide Web (WWW). *Web* pode ser uma teia de aranha ou um tecido e também se utiliza para designar uma trama ou intriga. Disponível em: <http://www.significados.com.br/web/>. Acessado em 10/jul/2013

¹² Ano em que finalizamos a dissertação sobre o tema, e iniciamos estudos sobre o tema da educação museal e as políticas públicas educacionais e museias.

a reflexão e o diálogo. Dito isso, propomo-nos a estudar como as legislações vigentes e a construção de uma política voltada para a educação museal em que pode resgatar a ideia de ação educativa como aquela que busca promover em museus a formação do público, pensando não somente em aumentar o quantitativo de visitantes da instituição, mas em “dar forma” ao público para que ele volte, que faça do museu um espaço seu, apropriado, inteligível, de aprendizado, de lazer, de fruição. (CASTRO, 2013)

Outro assunto que foi apresentado da pesquisa é sobre informações em PED importa complementar conteúdos e análises sobre o fenômeno das discussões para elaboração das políticas públicas para a educação em museus, que foi inserido nos ciberespaços, e as formas como se manifestam, como os recursos apresentados e a disponibilidade com que os estudantes, educadores, museólogos e sociedade em geral frequentam virtualmente para que o mesmo possa ser considerado uma ferramenta de prática cidadã, cultural e educacional.

No ponto sobre o papel do educador historiador, podemos encontrar nos museus um artefato que contribui para o processo de construção do imagético social e histórico de seus visitantes. Sendo assim, os museus proporcionam um processo histórico da população e na construção história da representatividade da imagem e da memória social. Ao se construir uma política pública voltada para a educação museal num ambiente virtual, apresenta a proporção em que a sociedade contemporânea está inserida nos ciberespaços. Assim, essa nova forma de comunicação e interação na era digital nos proporciona uma visão ampliada dos novos desenhos encontrados nas práticas sociais e no fenômeno sociocultural que as tecnologias digitais nos auxiliam para a construção de uma nova visão histórica que está em constante desenvolvimento e disseminação tendo como ferramenta de distribuição a Internet. Fazendo uma análise preliminar sobre o tema estudado, podemos observar que em alguns museus virtuais a presença de imagens como forma de representação documental que busca reescrever a história e a memória de seu povo é algo recorrente, pois todo museu é uma representação da história e da memória de uma sociedade. Dessa forma, podemos encontrar nas conexões virtuais dos museus o seu significado e presença na cultura da sociedade como patrimônio virtual e educador historiador.

Com o advento tecnológico digital, o acesso aos museus se tornou mais amplo ao público, sobretudo, em decorrência dos museus virtuais a toda pessoa que nele deseja, ou seja, quando as instituições museológicas não restringiam apenas às informações sobre horários e serviços presenciais. Atualmente encontramos muitas possibilidades para o acesso social por meios digitais. Vasconcelos (2014) apresenta que é necessário ressaltar o uso da imagem como possibilidade de desenvolvimento dos recursos imagéticos e as probabilidades de desenvolvimento do ensino e aprendizagem no contexto educacional do museu. Com a ampla oferta de recursos digitais disponíveis no contexto atual, as instituições museológicas têm espaços para a exposição de seu acervo virtual, e que traz um importante aliado na divulgação de seus eventos e acervos, podendo assim, desenvolver projetos educacionais relacionados ao ato educativo não escolar (não formal), indo além do seu espaço físico, realizando a interação em trocas com o público.

Encontramos nos museus em ambientes virtuais, o ciberespaço se torna um local de interação social em que as pessoas possam traçar experiências reais e consolidar ações concretas e sólidas para a efetivação de negócios, interação, educação, dentre outros. Dessa forma, o ambiente virtual estreita a relação entre pessoas para concretizar as ações virtuais em reais. Sendo assim, o Ibram propõe um fórum virtual o PNEM como ele para discussão de estratégias para transformar um programa de educação museal em políticas públicas.

Com o propósito de apresentar algumas categorias e autores que fundamentaram o estudo que serviram de subsídios para a análise de dados da pesquisa, pretendemos expor uma linha teórica, com o propósito de dar argumentos aos aspectos presentes nesse estudo e no decorrer do percurso da pesquisa. Sobre a questão da imagem, teremos por base Burke (2004) que apresenta a imagem como uma visão social de mundo e objeto de aprendizagem. Piaget (2000) relaciona o papel simbólico e figurativo da imagem para a construção do conhecimento. Lèvy (2000) relaciona a imagem como uma nova ferramenta para o educador utilizar.

Já sobre as Práticas Educativas Digitais e os Fenômenos Educativos usaremos a leitura de Gadotti (2005) que nos apresenta a ideia de Educação Formal, Informal e Não Formal. Já Nélisse (1997) discorre sobre prática

educativa como uma ação de “fazer ordenado”, ou seja, deve ser uma ação planejada, em que cada momento contempla o seu ato feito com reflexão e crítica de cada etapa a ser seguida. Libâneo (2005) diz que as práticas educativas são manifestações que se realizam em sociedades como processo da formação humana que acontece em diversos contextos e âmbitos humanos sobre várias modalidades. Freire (2006) define práticas educativas como aprender significa ações de construir, reconstruir e constatar para mudar. Novak e Gowin (1998) nos embasam sobre a questão dos Fenômenos Educativos que são de Ensino, Aprendizagem, Avaliação, Currículo e Contexto Socioeducativo.

Na concepção museológica Mae Barbosa (2011) apresenta os museus como espaço educativo, destacando o desenvolvimento da imaginação, na intuição e inteligência da criança. Bruno (2007) descreve o papel histórico e social do museu, assim como a responsabilidade por ideais e problemas sociais. Bemvenuti (2007) destacada a ação educativa dos museus e a história da educação museal.

Para conhecermos o estado da arte, o que já foi pesquisado e o que sabemos foi necessário fazer levantamento sobre estudos do tema. O primeiro sítio na internet pesquisado foi o portal de banco de teses e dissertações da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nele encontramos quinze (15) teses e dissertações referentes a museu, mas apenas quatro (04) estavam relacionadas a esta pesquisa, e uma delas é a minha dissertação de mestrado sobre museus virtuais.

A dissertação de Hamilton Rodrigues Tabosa defendida em 2012, com o título “Políticas culturais: avaliação do Centro Cultural Banco do Nordeste”, avaliou o Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza, enquanto locus público de produção, formação, fruição e difusão de bens e produtos culturais, como uma estratégia da política de fomento à cultura do Banco do Nordeste.

A pesquisa de mestrado apresentada em 2007 de Eliã Seméia Martins dos Santos Amorim sobre a validação do Museu Virtual de Jacobina (BA), trata de uma perspectiva sobre como esse museu ajuda no processo de ensino, aprendizagem e divulgação científica no campo de Geografia. E ainda no contexto local, temos a tese de Gardner de Andrade Arraes defendida em

2014 com o título “Educação estética em museus virtuais de arte: possibilidades de formação para alunos de curso de artes visuais do IFCE”, que tratou sobre o processo de formação de estudantes do curso de Artes do IFCE em museus virtuais.

No contexto nacional, fizemos o levantamento no banco de teses da Capes, e foram trinta e cinco (35) teses e dissertações referente à temática, das quais apenas quatro (04) fazem parte da temática da nossa pesquisa. A pesquisa de mestrado (2013) de Fernanda Santana Rabello de Castro, com o título: “O que o museu tem a ver com educação?” Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade”, traz como foco identificar as relações de conflito entre o público e o privado nas ações educativas continuadas (programas, mais do que projetos específicos) que se realizam entre museus e escolas.

A pesquisa de mestrado (2013) de Camila Nataly Pinho Dumbra, intitulada “Museu Virtual Interativo: perspectivas e possibilidades de apropriação por professores em sua prática pedagógica com crianças”, dá enfoque no papel do professor como mediador nos museus virtuais. A tese de Ana Beatriz Bahia (2008) com o título “Jogando Arte na Web: educação em museus virtuais” discorre sobre como uso de jogos auxiliam no processo de visitação em museus virtuais. A tese de Leila Giandoni Ollaik (2012) com o título: “A implementação da política nacional de museus e a democratização de acesso: estudo comparativo de três instrumentos governamentais” analisa três instrumentais de políticas públicas brasileiras para apresentar o desenvolvimento da política nacional de museus. E a dissertação de Larissa Antonia Bellé defendida em 2012 com o título “Museus Virtuais e a formação de professores de artes visuais no contexto da Lei 10.639/2003”, narra a análise de quatro museus e o processo de formação de professores perante a Lei 10.639/2003 e como se desenvolve a prática dos professores nesses museus.

Já no contexto mundial, realizamos a pesquisa com a palavra “Museu” e foram encontradas mais de mil pesquisas sobre o assunto. Delimitando mais o tema, inserimos a palavra “Museu Virtual” e ainda obtivemos um resultado expressivo. Tentamos delimitar o máximo, e foram registrados quarenta e quatro (44) pesquisas sobre esse tema, sendo possível perceber que estudos sobre a educação museal em ambientes virtuais já é

uma realidade em países da América do Norte e europeus tais como Portugal, Espanha, França, Inglaterra. Dentre as pesquisas nos restringimos em quatro (04) trabalhos conclusos que nos embasará na escrita da tese que são: a dissertação defendida em 2006 por Sandra Daniela Ferreira Barbosa na Universidade do Minho – Portugal com o título: “Serviço educativo online nos museus: uma análise das actividades”. Nela a autora trata das atividades educacionais dentro dos museus virtuais, e não do processo de ensino e aprendizagem.

A tese de Sarah Milman Assenmacher 2008 na University of Houston, United States com o título “*World wide museuns: An analysus of museum education websites*”, em Português “Rede mundial de museus...”, que trabalha com as atividades desenvolvidas dentro dos museus virtuais e as avaliações de educadores para tais atividades. A dissertação defendida em 2013 por Kathleen L. Cool na New Southeastern University, United State intitulada “*Informal Learning as Performance: Toward a Hermeneutic Phenomenology of Museum Leraning in ‘Second Life’*”, A pesquisa trata sobre a educação informal e virtual no museu “Second Life” sobre perspectiva da aprendizagem.

Finalmente, a pesquisa de mestrado realizada em 2008 por Tanya Freed em Concordia University Canadá com o título “*Immersive virtual environments as unique learning spaces in museum education*”, discorre sobre a educação museal com o uso das tecnologias digitais, mas dentro dos espaços dos museus, essa pesquisa é interessante para o nosso aporte teórico, pois a mesma nos levará a uma visão de outra realidade dentro do contexto museal e educacional.

Vários artigos foram encontrados nos periódicos da Capes e no site E.R.I.C sobre o tema pesquisado. Pelas pesquisas iniciais realizadas podemos observar que muito já vem sendo desenvolvido sobre o estudo de museus virtuais, no contexto nacional e local (Estado do Ceará). Apenas um único artigo apresenta o Programa Nacional de Educação Museal e suas perspectivas de construção de programa. As pesquisas encontradas sobre o tema não vem tratando do processo de construção de uma política pública educacional para museus, e sim análises e avaliações das atividades que os sites museal trazem, ou então, o foco da pesquisa é delimitado no professor ou

no aluno. Dessa forma, o tema é inédito no sentido que iremos investigar como a História, memória e as políticas públicas brasileiras no processo de construção da Política Nacional de Educação Museal.

Estudos realizados no período da escrita da dissertação, foi realizado visitas aos museus virtuais e pudemos constatar a presença marcante de imagens como forma de contar a história e a memória social, assim, nos deparamos com o que ainda não sabemos, por isso foi levantado as seguintes questões: O que é uma política pública? O que educação museal? Como a Lei 11.904 de 14 de julho de 2009 está sendo aplicado na educação museal? Como se desenvolve uma política pública na educação e na educação museal? O que é o Programa Nacional de Educação Museal – PNEM? Qual a finalidade das políticas públicas para a educação museal brasileira e seu desenvolvimento na formação de educadores e curadoria de museus? Dessa forma, o presente estudo procura responder: Como as políticas públicas brasileiras na área de educação museal são pensadas a partir das práticas educativas digitais elaboradas desenvolvidas no PNEM?

Para responder as questões propostas foram realizados estudos teóricos, análises de sítios de museus virtuais na Web 3.0¹³, além de aplicação observação participante e diário de campo, no qual nos detemos em apresentar mais a fundo nos procedimentos metodológicos.

Para seguir o curso da pesquisa, delimitou-se os objetivos da pesquisa. O objetivo geral a pesquisa se valeu de: investigar a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e a sua contribuição histórica, sociocultural e política para educação brasileira. Já os específicos são: mapear as diretrizes e princípios que regem as práticas educativas nos espaços museais, enfatizando as políticas públicas; compreender a educação museal no âmbito dos fenômenos educativos de natureza sociopolítica e sua aplicação nas práticas educativas; identificar como são aplicadas as políticas públicas de educação museal.

A partir do que foi exposto buscamos compreender se os fenômenos educativos de contextos sócios culturais educativos estão inseridos no contexto

¹³ A **Web 3.0**, anunciada como a terceira onda da Internet, projeta estruturar todo o conteúdo disponível na rede mundial de computadores dentro dos conceitos de “*compreensão das máquinas*” e “*semântica das redes*”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_3.0. Acessado em 10/jul/2013.

das Práticas Educativas Digitais nos ambientes virtuais. Dessa forma, entenderemos como os processos de construção de uma política pública são discutidos nos espaços virtuais e a trajetória histórica desse processo.

1.2 Categorias de análise teórica

Com o propósito de apresentar as categorias de análise e os fundamentos teóricos do presente estudo que serviram de subsídio para a análise de dados da pesquisa, apresentaremos a seguinte linha teórica: tema, objeto de estudo, o problema e os objetivos.

1.2.1 Museologia

Na concepção sobre os museus virtuais, não conseguimos encontrar autores que tenham relacionado museus com PED, por isso, recorreremos a estudos diversificados que abordam sobre museus, a história dos museus, ações educativas nos museus e os museus virtuais, para então termos os argumentos necessários para a nossa discussão.

Para compreender o processo histórico dos museus é necessário conhecer a sua origem e o seu papel. Para tanto, nos orientaremos nas escritas de Maluf (2009), que discorre sobre a origem dos museus desde Olimpio, em que se deu a formação inicial das musas e a memória do seu povo através de sua conservação. Com Gaspar (1993), caminharemos por sua evolução e conheceremos como foi o processo histórico desde o museu de Alexandria até o museu contemporâneo.

Barbosa (2001) nos dá uma visão geral da história dos museus brasileiros relatando desde os primeiros passos até a implantação dos museus contemporâneos. A autora nos mostra que no Brasil, a ideia da livre-expressão chegou às escolas públicas através do movimento Escola Nova, de acordo com Barbosa (2001, p. 59-60) nos apresenta essa importância a partir da concepção: “A importância da arte destaca-se na educação, no desenvolvimento da imaginação, na intuição e inteligência da criança, influenciado fortemente por John Dewey, através de Anísio Teixeira.”.

O papel histórico e social do museu é descrita por Bruno (2007, p. 6-7) como um processo para se tornar público:

De instituições isoladas e esquecidas, os museus têm valorizado a atuação em redes e sistemas, [...]. De instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, os museus têm assumido a responsabilidade por ideais e problemas sociais.

O museu como espaço educacional segundo Reis e Pinheiro (2009) como um diálogo entre os sujeitos e a memória do povo retratada no seu acervo, e que ensina os valores necessários a toda condição humana. Já Compagnoni (2009, p. 24-25) nos aponta o papel educativo do museu:

[...] a escola pode ir ao museu e desenvolver atividades que orientem "certo olhar questionador" aos objetos. Assim, a criança/aluno poderá ver os objetos não apenas como guardiões da memória, mas como provocadores da história e formadores da consciência histórica.

O autor citado acima ainda complementa que o museu é um local em que ativa a reflexão crítica através da observação dos objetos, compreendendo que a educação museológica deve formar um cidadão crítico.

Bemvenuti (2007) nos apresenta a ação educativa dos museus e a história da educação museal¹⁴. Para a autora, o museu é caracterizado como um fenômeno sociocultural, em que “[...] é necessário rever fatos que apontem para o trajeto construído pelas instituições em tempos anteriores.” (BEMVENUTI, 2007, p. 618). Neste sentido, a autora relata o museu como o local que determina e relaciona a memória ao patrimônio cultural de uma sociedade. Além de apresentar o museu como a reescrita da história, conforme nos apresenta:

[...] àquele visitante mais tímido, que foge assustado com a suntuosidade do museu, encontrará na mediação uma possibilidade de aproximação. Participar, deste modo, impulsionado pela mediação, transforma o ato de ler um documento ou apreciar uma obra de arte, em um exercício de reescrita da história, revendo imposições e atitudes, conceitos de identidade e nacionalidade do homem contemporâneo. (BEMVENUTI, 2007, p. 624).

É bastante comum encontrar sites de museus com seu acervo e que se autodenominam como “museu virtual”, na tentativa de tornar virtual à informação, a cultura e a produção da imagem que foi pesando o

¹⁴ Educação Museal é o termo utilizado para ação educação dentro dos museus.

desenvolvimento de um ambiente em que se pudesse propagar a história e a memória, foi então que surgiu o virtual os museus. Mas, nem todos os sítios que estão sendo referenciados como museus virtuais na web são realmente um museu virtual.

Pierre Lèvy (2000) define que museu virtual nada mais é que um catálogo na internet, o que nos leva a pensar em novas possibilidades de mudanças e orientações para visitas e objetos de estudo na *web*.

Arruda (2011) apresenta que as visitas virtuais ao museu constroem experiências baseadas na cultura digital e nas possibilidades de transmissão e acesso de seus suportes tecnológicos. A vantagem do museu em ambiente virtual é unir educadores e educandos que não tem acesso a visitar museus presenciais, e assim, possibilitar uma prática educativa digital em ambientes virtuais.

Magaldi (2010) já discorre sobre os museus virtuais como uma “linhagem viva”, em que o dinamismo e as transformações sofridas dentro dele são adaptados as diferentes realidades e culturas. O Museu abre portas para a universalização e difusão de diferentes culturas, uma vez que preserva bens materiais e imateriais, além de representar sociedades para outras sociedades, através de seus discursos.

Outro fator interessante que Mill e Pierobon (2012) nos mostra é que segundo dados de pesquisas indicam que as instituições de ensino têm usado a Internet como uma ferramenta de educação formal, oferecendo até curso de nível superior a distância.

1.2.2 Práticas Educativas Digitais

A Educação é um fenômeno em que as relações sociais são predominantes, além de proporcionar a sociedade capacitação de dominar recursos científicos e tecnológicos que auxiliarão no uso das possibilidades existentes para o bem estar do homem. A Educação pode ser considerada Formal, ou seja, aquela que é aplicada dentro de instituições educacionais conhecidas como padrão; e a Educação Não Formal, que são aquelas aplicadas fora das instituições educacionais. Gadotti (2005) nos apresenta um

conceito claro da diferença entre Educação Formal e Não Formal, o autor nos diz que:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, [...]. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p. 2)

Passeando por essa ideia sobre a Educação, nos deparamos com as Práticas Educativas que na concepção de Nélisse (1997) a prática educativa é uma ação de “fazer ordenado”, ou seja, deve ser uma ação planejada, em que cada momento contempla o seu ato feito com reflexão e crítica de cada etapa a ser seguida. De acordo com Libâneo (2005) nos afirma que as práticas educativas são manifestações que se realizam em sociedades como processo da formação humana, não se limita a escola e a família, vão muito além disso uma prática educativa acontece em diversos contextos e âmbitos humanos sobre várias modalidades.

Nesta perspectiva encontramos as Práticas Educativas Digitais, que vem se sobrepondo nos ambientes virtuais e nos possibilita uma mudança no contexto comportamental da sociedade, trazendo novas práticas de ensino nos ambientes digitais. Nesta perspectiva, Takahashi (2000) considera a educação como o alicerce de uma sociedade, no caso da PED, o autor nos revela que com o advento das TIC a educação deve proporcionar a interação entre o homem e a tecnologia, traçando um novo caminho para propagar a Educação dentro dos ambientes virtuais.

Santana (2010) escreve sobre as práticas educativas digitais nos espaços educativos dentro da cultura digital que sofrem influência das ferramentas digitais que estão inseridas dentro dos artefatos culturais digitais. Martins (2012, p. 313) complementa essa ideia nos trazendo um olhar mais afincado sobre a educação digital nas PED como a “[...] produção de conhecimento em redes orientadas pela cultura digital”. Assim, a supracitada autora define a educação nas práticas educativas digitais como:

A educação dimensionada nas práticas educativas digitais orientadas para uma formação de identidade de projetos nos aparece mais

aconselhada para superar os desafios impostos pela sociedade, e para 'redefinir a posição' dos indivíduos na tomada consciente de decisão (MARTINS, 2012, p. 314).

Martins (2015) nos explica os fenômenos educativos e como eles nos ajudam a compreender as práticas educativas no decorrer de cada contexto. Para compreender as práticas educativas, precisamos saber como esses fenômenos influenciam no desenvolvimento do conhecimento. Os fenômenos educativos são divididos em cinco, que são: **Fenômeno de Aprendizagem; Fenômeno de Ensino; Fenômeno de Currículo; Fenômeno de Contexto Sócio-Educativo; Fenômeno de Avaliação; e por fim o Fenômeno de Gestão.** O qual, apresentaremos cada um a seguir, conforme a concepção de Moreira apud Martins (2015):

01. Fenômenos de Aprendizagem: São os fenômenos educacionais centrados na aprendizagem do estudante. Envolvem áreas como a psicologia da aprendizagem, psicologia cognitiva e a psicologia do desenvolvimento humano, neste ramo de estudo da psicologia e da educação são estudadas as dificuldades de aprendizagem, bem como, as condições e possibilidades que favorecem a aprendizagem dos estudantes;

02. Fenômenos de Ensino: São fenômenos educacionais centrados no ensino (ou didática) do professor, neste contexto são estudadas as condições e possibilidades para realização do trabalho do professor quando este exerce a sua "ensinagem". Estes fenômenos implicam em áreas de estudo como a didática e a pedagogia, bem como, o estudo da prática docente enquanto trabalho educacional do professor;

03. Fenômenos de Currículo: São fenômenos educacionais centrados no conteúdo que um determinado grupo social pretende estabelecer enquanto saber que deve ser ensinado. Neste tipo de fenômeno se leva em conta os projetos e as intenções de formação que um determinado grupo social "detém" quando espera poder trabalhar na formação dos homens idealizados para o "amanhã". O currículo não envolve somente conteúdos, mas também visa imprimir hábitos e posturas aos estudantes que hão de se tornar participantes da sociedade, e em certo sentido constituem decisões sociais, ideológicas e políticas que estão fundamentadas em concepções filosóficas e pedagógicas ato reflexivo;

04. Fenômenos de Contexto Sócio-Educativo: São os fenômenos políticos, institucionais e conjunturais que estruturam as decisões educacionais relativas: ao direito educacional; a política educacional (formal e/ ou não formal); aos processos de gestão educacional (escolar ou não escolar) entre outras questões contextuais micro e macro-sociais. Este tipo de fenômeno implica nas condições e possibilidades para realização dos processos educacionais na sociedade. Esta área de estudo contempla questões como:

- a) Gestão educacional e seus indicadores sociais;
- b) Políticas educacionais oficiais (e não oficiais);
- c) Legislação educacional e do direito à educação;
- d) Movimentos sociais e suas reivindicações sociais;
- e) Sistemas escolares em sua relação com comunidades locais;
- f) Financiamento educacional e políticas participativas
- g) Outras questões sócio-políticas.

Na perspectiva dos fenômenos de contexto sócio-educativos, suas ações envolvem questões do direito, da filosofia política e da sociologia do conhecimento que viabiliza relações explícitas e implícitas no contexto político que envolve, inclusive, os programas governamentais em suas diversas esferas de poder (municípios, estado e países).

05. Fenômenos de Avaliação: São os fenômenos educacionais relativos à compreensão do desempenho dos estudantes, professores e até mesmos sistemas escolares frente os parâmetros pré-definidos e estabelecidos pela sociedade (ou suas representações) para o bom andamento do trabalho educacional. É uma área que está relacionada à filosofia da educação, história da educação, psicologia cognitiva e do desenvolvimento humano, mas acima de tudo implica nas técnicas de psicometria, sociometria e biometria.

06. Fenômenos de Gestão: são os fenômenos educacionais relativos à gestão das escolas apresentado a gestão democrática - baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação de todos os membros da equipe. (PARO, 2015) - e gestão participativa – entendemos como uma ação de participação de todos os segmentos da instituição, como uma forma de contribuir para o processo de tomada de decisões, proporcionando condições para a resolução das questões sociais e políticas, constituindo características fundamentais para o desenvolvimento do currículo educacional. (LÜCK, 2011)-

que priorizam a democracia mais participativa, do que representativa, isto é, não retiram o papel representativo do Estado, que também têm as suas responsabilidades.

Conhecendo os Fenômenos Educativos, na visão de Martins (2015), discorre sobre as práticas educativas digitais que são aquelas que fazem parte da cibercultura, o que nos dá subsídio de trabalhá-las no decorrer dessa pesquisa, principalmente na concepção do Fenômeno de Contexto Sócio-Educativo.

1.2.3 Imagem, história, memória e políticas públicas

A imagem é um recurso que está presente em várias situações do cotidiano. Foi pensando nisso que estudamos alguns autores que discutem a importância da imagem para construção do conhecimento, pois nos museus, sejam eles presenciais ou virtuais/digitais, a imagem auxilia o processo de construção do imagético social. Dessa forma, conhecer as imagens contidas nos museus, ajuda na percepção da história e memória social, o que devem estar contidas nos processos de construção do conhecimento ao se visitar um espaço museológico, assim entrando nas questões das políticas públicas educacionais museais.

Almeida (2003) debate a preferência pela linguagem visual no ensino, apresentando a imagem como prioridade para concretizar o que foi transmitido. Ou seja, realiza um estímulo da memória imagética podendo oferecer contribuição para aprendizagem em vários temas, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Em determinadas estratégias de aprendizagem, as imagens são utilizadas como ponto de partida, constituindo-se em um elemento sensibilizador para a compreensão de problemas ou de um conceito. Outras estratégias empregam as imagens em todas as etapas da aprendizagem, e ainda temos seu emprego nos momentos finais do processo. De qualquer forma, o estímulo da memória imagética pode oferecer importantes contribuições para o aprendizado de vários temas. (ALMEIDA, 2003, p. 26)

Como os estudos que iremos realizar serão na Web 3.0, necessitamos conhecer e compreender os espaços virtuais, assim como a cultura que está sendo proliferada na *web*. Para isso, iremos recorrer à

discussão teórica de autores que nos dão argumentos sobre a categoria que iremos analisar.

Lèvy (2000) nos ajuda a tecer as ideias por meio de sua reflexão sobre cibercultura como um novo meio de comunicação entre os computadores. Ele faz uma reflexão sobre o que é o virtual em que nos apresenta um novo território levando-nos a compreender melhor e planejar o mundo real. Para Lèvy (2000, p. 17):

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Em outro ponto, o autor discorre sobre a arte dentro do ciberespaço como uma forma aberta e interativa, uma coletânea de criações tendo várias atribuições de mecanismo a partir de uma criação. A arte no ciberespaço é originada da cibercultura e não pode ser comparada a uma obra no sentido clássico. No campo da educação, ele traz uma nova ferramenta para o educador utilizar, podendo gerar uma “inteligência coletiva”. Como a propagação da Internet, os ciberespaços ganharam mais espaço, e assim, conquistaram uma nova roupagem para a sociedade moderna.

A memória nos ajuda a tecer a história e assim, nos proporciona (re)construir o passado, para que isso aconteça, foi pensado diversos meios para guardá-la, como é o caso de documentos e fontes históricas.

Iniciamos a nossa discussão com o pensamento de Bergson (2010) que define memória como a imagem do passado. Vasconcelos (2010) diz que a memória possui um recorte temporal, e a divide em duas esferas: a lembrança e o esquecimento e juntas compõem a formação da memória. Le Goff (2013) nos explica que a memória é uma representação do passado, sendo uma história e social. O mesmo autor utiliza a comparação da memória humana com a memória de computadores, esses sendo a extensão da memória do homem. Já Martinho Rodrigues (2011) diz que a memória constrói a história, e que ela age sobre o passado já vivido.

Com o crescimento das TDIC surge uma nova possibilidade de armazenar e guardar a memória seja ela individual ou coletiva que Souza

(2010) define como banco de dados. Já Santana (2010) mostra a memória digital como uma nova perspectiva de manter e conservar as fontes e o patrimônio histórico e social. Dessa forma, torna-se acessível encontrar e produzir as fontes históricas digitais, Santana (2010, p. 617) afirma que:

[...] é na tecnosfera e midiosfera distintas que são produzidas fontes históricas digitais que possibilitam documentar aspectos da História, no entanto, o fluxo constante e contínuo de dados e informações também se apresentam como obstáculos para o historiador.

Caminhando no pensamento da memória digital, Santana (2010) apresenta que essas memórias digitais estão dentro do nosso pensamento, que Vernandsky definiu como noosfera. E essas são produzidas e guardadas, respectivamente, na tecnosfera e midiosfera. Então podemos definir a memória digital como artefato que carregam características culturais e históricas que são produzidas e armazenadas em meios digitais.

A reorganização do capitalismo mundial para a nova globalização econômica e social ganha impulso no final do século XX com o discurso neoliberal de mercado e mudanças técnicas científicas apresentam uma nova exigência no campo educacional. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2015) Dessa forma, iniciamos um novo formato de economia, política, educação e cultura no âmbito mundial.

Além disto, os movimentos sociais ganham impulso no Brasil a partir da década de 1980, com o fraquejo da ditadura que aqui se instaurava. Devido às ações organizadas por grupos e comunidades e busca pela democracia no país que vivemos é que começamos a ver as mudanças legislativas brasileiras. Mas, Brandão (2014, p. 18-19) acrescenta que o grande desafio do Brasil é “concluir a construção da nação [...] além de promover mudança profunda, desmontando a máquina da desigualdade que aqui foi instalada.”. Dentre as maiores mudanças que ocorrem no final do século XX no Brasil, em destaque temos a reformulação da Constituição Federal de 1988, que instaura várias outras vertentes educacionais para modificações no campo educacional e cultural. Ghiradelli Júnior (2015, p.225) advoga que:

Na Carta Magna de 1988, a Educação não veio contemplada apenas no seu local próprio, no tópico específico destinado a ela, mas apareceu também espalhada em outros tópicos. Assim, no título

sobre os direitos e garantias fundamentais, a Educação aparece como um direito social.

Assim, decretos e também no âmbito educacional foram promulgados leis em favor da educação. Um bom exemplo disso é a legislação voltada para criança e o adolescente, que em 13 de julho de 1990 foi instaurado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado, dessa forma, possibilitam o direito à educação, saúde e cultura dentre outros.

Ainda na Constituição Federal de 1988 foi determinado que fosse elaborado uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, ainda vigente, apresentam melhorias para a inclusão desses movimentos sociais nos direitos sociais, inclusive o direito à educação e a cultura.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2015, p.42) destacam que “As atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.”. As questões educacionais fazem parte do contexto global para o desenvolvimento social e profissional do *homo sapiens*.

Além das legislações políticas voltadas para a educação especificamente, encontramos as legislações que assegura o funcionamento aos museus e as suas ações educacionais. Assim, existe a legislação nos assegura sobre o que podemos ter de palpável em relação às políticas públicas museal. Por isso, nos deleitamos no que o ICOM, em 1956 definiu o Museu como sendo: “[...] um estabelecimento de caráter permanente, administrativo para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras e elementos de valor cultural.”.

No Brasil, a questão da educação museal começou a ser discutida na década de 1970 e somente em 2010, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) realizou o I Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus, que teve como objetivo traçar diretrizes e estratégias para elaboração de uma Política Educacional para os museus do Ibram. Como resultado desse encontro foi elaborado um documento que norteou a construção do um Programa

Nacional em Educação Museal- PNEM, o que deixa claro que ainda não existe uma Política Pública para a educação em Museus.

De acordo com Política Nacional de Museus lançada em maio de 2003 e a Lei 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus no artigo 29 nos afirma que:

Artigo 29 - Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Tomando como base esse artigo, podemos constatar que as ações educativas devem estar presentes nos museus.

Assim, através do que foi exposto acima, compreendemos que a imagem, história, memória e políticas públicas educacionais auxiliam no processo de construção do fenômeno do contexto sócio cultural educativo. E, por meio dessas referências teóricas e da vivência empírica, aplicamos esses referenciais na pesquisa, pois serviram como base para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3 Procedimentos metodológicos

A proposta de investigar os fenômenos educacionais de contextos sócios culturais educativos que estão inseridos nas PED contidas no Programa Nacional de Educação Museal, proposto pelo Ibram, foi à base da abordagem exploratória mediante a cultura digital na época presente. E as análises de dados que foram coletados através de dados imagéticos e dados bibliográficos, que coube a pesquisadora a descrição do fenômeno que foi observado.

De acordo com Yin (2005) não existe nenhum método que seja melhor que o outro, o que se deve é escolher o melhor entre o método, o objeto e as condições as quais a pesquisa será realizada. Podemos encontrar vários métodos de classificar as pesquisas:

A natureza das variáveis: neste critério da pesquisa, será observado se a pesquisa é quantitativa ou qualitativa. Na pesquisa quantitativa, o pesquisador define claramente as suas variáveis utilizando-as para obter dados

quantificáveis. Já na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca verificar um fenômeno por meio de observação e estudo do mesmo. (STRAUSS & CORBIN, 1990).

Os objetos e as características específicas: Gil (2012) classifica a pesquisa de acordo com o objetivo geral como critério tem três grupos de pesquisa:

1. Pesquisas Exploratórias: O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do pesquisador.
2. Pesquisas Descritivas: possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. A pesquisa descritiva pode estabelecer relações entre variáveis. Ao final de uma pesquisa descritiva, o pesquisador terá reunido e analisado muitas informações sobre o assunto. A diferença em relação à pesquisa exploratória é que o assunto da pesquisa já é conhecido. A grande contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida.
3. Pesquisas Explicativas: tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Este tipo de pesquisa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade, e por isso mesmo, está fortemente calcada em métodos experimentais. É uma pesquisa bastante sujeita a erros (porque dependem de interpretação, o que acarreta subjetividade), mas de grande utilidade, pois geralmente possui aplicação prática. Assim, a pesquisa explicativa toma muitas vezes a forma de uma pesquisa aplicada (ou pesquisa experimental), ou pode também se utilizar de dados e informações de uma pesquisa Ex-post facto.

O escopo (amplitude ou profundidade da pesquisa), que podemos classificá-la como:

- Estudo de Caso: é um estudo profundo, mas não muito amplo.
- Levantamento amostral: é um estudo que se preocupa com a obtenção

de dados que sejam representativos da população estudada.

- Estudo de Campo: é um estudo que se encontra no meio termo dos anteriores. Ele usa a amostra de dimensões que permitem análises estatísticas, sem se preocupar com a representatividade da amostra.

Diante do exposto acima, podemos afirmar que a pesquisa aqui apresentada é tida como uma pesquisa qualitativa, exploratória que contará com o método de estudo caso exploratório para a pesquisa de campo.

A escolha da metodologia consiste em um estudo de caso exploratório, pois a pesquisa nos apresenta o estudo de uma situação particular da construção de uma política pública através de um site que discute diretamente sobre o Programa Nacional de Educação Museal. Outro fator de interesse no ambiente virtual consiste no processo de debate para a construção da política pública que deu a possibilidade de compreender através das práticas educativas digitais.

Para termos uma visualização mais acessível sobre o tema pesquisado e o campo educativo, nos embasamos nas palavras de Estrela e Estrela (2006, p. 47) que apresenta a “[...] investigação qualitativa e da vida educativa” como proposta de pesquisa na área educacional.

Para Strauss & Corbin (1990) as pesquisas qualitativas incidem sobre diversos aspectos que compreendem uma série de abordagens que apresentam diferentes designações a partir da perspectiva de cada pesquisador, assumindo significados diversos de acordo com cada momento histórico, o qual neste caso caracteriza-se pelo uso das redes sociais na Internet para o desenvolvimento de práticas educativas. Minayo (2014) assegura que é um método adequado para o conhecimento da natureza de um fenômeno social, haja vista que o pesquisador coleta os dados na realidade pesquisada para, depois, analisá-los de forma analítica.

Na concepção de Anadon (2005, p.1) “[...] as abordagens qualitativas consolidaram a sua dimensão epistemológica, a sua legitimidade científica e as perspectivas metodológicas.”. Além disso, Strauss & Corbin (1990, p. 19) acrescentam que:

[...] os métodos qualitativos devem ser utilizados para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenômeno sobre o qual pouco ou nada se sabe [...] e permite conhecer os pormenores

complexos do fenômeno, difíceis de descobrir com os métodos quantitativos.

O que propomos nesta pesquisa qualitativa é essencialmente exploratório, pois buscamos um maior conhecimento sobre o tema e/ou problema pesquisado.

Podemos enfatizar que a escolha pela pesquisa exploratória se deu por ser um tipo de pesquisa muito específica. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2012).

A pesquisa exploratória, na concepção de Vergara (2010), é realizada em área na qual se tem pouco conhecimento científico. Triviños (2007) complementa a ideia de por ser um campo pouco explorado poderá surgir durante a pesquisa ou até mesmo no final dela novas hipóteses, para assim, descrever as características do fenômeno pesquisado.

Yin (2005) advoga que as pesquisas exploratórias devem aprofundar a compreensão de um fenômeno pouco investigado, levando à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores. E Alves-Mazzoti, (2006) defende que os estudos exploratórios levam a novos estudos que permitam a generalização.

A pesquisa exploratória pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2012). No caso da pesquisa em questão, a escolha do método da pesquisa foi o estudo de caso, “[...] para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos, e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20).

Na concepção de Gil (2012) o estudo de caso se trata de uma modalidade de pesquisa muito específica, pois consiste no estudo profundo e exaustivo de um único objeto ou de poucos objetos (um caso particular). Para Stake (2000, *apud* ALVES-MAZZOTI, 2006 p. 642), o pesquisador que utiliza o estudo de caso procura encontrar o que é comum quanto o que é particular em cada caso, mas o resultado final, geralmente, retrata algo de original em decorrência de um ou mais dos seguintes aspectos:

- a) a natureza do caso;
- b) o histórico do caso;
- c) o contexto (físico, econômico, político, legal, estético etc.);
- d) outros casos pelos quais é reconhecido;
- e) os informantes pelos quais pode ser conhecido.

Dessa forma, o pesquisador deve apresentar todos os dados que reuniu sobre todos os aspectos citados. Já Yin (2005, p.14) advoga que uma pesquisa que usa o estudo de caso se “surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos” e “retém as características significativas e holísticas de eventos da vida real”. Dessa forma, o autor supracitado define o estudo de caso como:

[...] uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência. (Yin, 2005, p. 32)

Definindo o objeto do estudo de caso como um fenômeno contemporâneo, é indicado para questões de eventos atuais. Alves-Mazzoti, (2006 p. 643) complementa essa ideia informando que os fatos históricos podem recorrer a fatos do passado para auxiliar na compreensão do presente, conforme apresenta: “[...] o que não significa que nos estudos de caso não se recorra a fatos passados para compreender o presente.”. De acordo com Guilhoto (2002, p.155) o estudo de caso é pertinente nas pesquisas dentro da Internet, pois:

Como a Internet é um evento contemporâneo e precisa que seja estabelecido um delineamento crítico de seus princípios e aplicação no concorrencial, o estudo de caso pareceu ser o melhor método para o estudo desse fenômeno.

Diante do exposto pela autora, o estudo de caso descreve como o mais apropriado para essa pesquisa, pois ajuda a compreender eventos contemporâneos o que nos permite a análise do fenômeno a ser investigado.

Alves-Mazzoti (2006) informa que os estudos de casos podem ser utilizados como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o design de outros estudos de casos. Observa-se que esse pode ser outro discernimento da escolha do estudo de caso como abordagem adequada do problema dessa pesquisa. Pois se discute sobre um fenômeno pouco investigado, “[...] o qual exige estudo

aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores”. (ALVES-MAZZOTI, 2006, p. 644).

Essa pesquisa foi realizada as estratégias metodológicas de investigação e teve como base a abordagem exploratória de estudo de caso, entretanto, aberto para modificações inesperadas no ambiente. É como se o pesquisador fosse a campo com seus questionamentos com seus objetivos pré- estabelecidos, entretanto um evento não esperado que ocorre no campo pode alterar totalmente o viés da pesquisa, pelas as implicações dos fatos que acontecem. Não significa mudar a esmo uma determinada temática, no entanto, nesta perspectiva exploratória, somente um fato de dimensão político cultural e social é que poderia modificar as orientações do pesquisador. Objetivando a compreensão mais aprofundada dos dados coletados – através de diário de campo digital, entrevista e observação - e uma análise descritiva e interpretativa sobre como os fenômenos educativos de contexto sócio cultural educativo estão inseridos nos ciberespaços e quais as Práticas Educativas Digitais contidas nestes ambientes para a construção de uma política pública para a educação museal.

O uso da imagem como estratégia investigativa nos apoia na ideia de Loizos (2014, p. 137) no fato de que “[...] a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais”. Dessa forma, advoga ainda que a imagem:

[...] ela – imagem – pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números [...], todos eles beneficiar-se com o uso de dados visuais. (LOIZOS, 2014, p. 137 e 138).

O autor já citado complementa que o uso deste recurso – a imagem – pelos fatores sociais em que vivemos é favorável para o desempenham importantes papéis sociais, conforme nos mostra: “[...] o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais.” (LOIZOS, 2014, p. 138).

Na visão de Stake (2000, p. 436), o estudo de caso como estratégia de

pesquisa caracteriza-se justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos. Partindo desse pressuposto, “apesar do caráter qualitativo da pesquisa, lançamos mão de dados quantitativos, principalmente quando da necessidade de dimensionar o campo de ação” (MARTINS, 2014, p. 120) – as escolas pesquisadas, os estudantes participantes, os entrevistados, dentre outros campos que sejam necessários no decorrer da investigação.

1.3.1 Abordagem metodológica

Para se conhecer os processos da pesquisa, foi necessário realizar algumas ações que auxiliem na leitura e a compreensão do texto. Para isso, apresentamos alguns critérios que realizamos nesta investigação.

O primeiro critério tem início com a revisão bibliográfica e pesquisa do campo educativo dentro dos ambientes virtuais. Os documentos bibliográficos, arquivos nacionais e internacionais e artigos, banco de teses e dissertações, contidas em sites de repositórios tais, com: locais, nacional e internacional. Assim como, as legislações sobre as práticas educativas dentro das instituições de ensino (Lei de Diretrizes e Base da Educação, Parâmetros Curriculares Nacional, Projeto Político Pedagógico e Referencial Escolar), e também das instituições museais.

O uso de documentos históricos que resguardassem a aplicação da prática educativa nos museus, assim como, fazer estudo da legislação brasileira sobre a educação museal compõe o quadro a ser investigado. O referencial teórico nos auxiliou na argumentação dos fatos que foram observados dentro e fora dos museus virtuais e a observação das PED que se desenvolveram em torno da construção da PNEM.

A História do Tempo Presente nos ofereceu um auxílio para tal compreensão dos estudos históricos, pois devido à grande quantidade de informações que temos acesso no cotidiano, faz com que o novo se torne ultrapassado em pouco tempo. Ferreira (2000) ao discorrer sobre a história do tempo presente apresenta as situações em que a sociedade está vivendo num tempo acelerado, em que a informação é transmitida e receptada em pouco

tempo.

Sarlo (2007) acredita que o exagero de informações deixou o tempo mais acelerado, assim, a autora afirma que com o início das TDIC na década de 1980, houve um suporte à comunicação acelerando as informações, proporcionando uma nova ferramenta digital que hoje em dia conhecemos como fontes históricas digitais.

Para ter uma explicação melhor dessa pesquisa, usamos a etnografia virtual¹⁵, para nos auxiliar na análise das práticas e dos casos educativos contidos no ciberespaço que podem ser considerados como PED. Braga (2001) usa o termo dessa pesquisa como “netnografia” que considera o método que busca “seguir os personagens” usando o “meio eletrônico”. A sistematização da etnografia virtual foi definida e caracterizada pelos estudos de Hine (2004) na Internet, em que nos apresenta a etnografia virtual como:

A etnografia virtual desponta como uma tendência como método/metodologia de pesquisa em ambientes virtuais em um momento em que surgem diversas soluções metodológicas para estudo do ciberespaço e seus desdobramentos. (HINE, 2004, p. 65).

O estudo a priori teve o caráter etnográfico virtual que de acordo com Martins (2011, p. 26) “[...] utilizar o apoio dessa metodologia para melhor compreender os caminhos percorridos pelos atores sociais que encontram na tecnologia digital um papel importante na construção dos fatos históricos e de suas práticas, sobretudo, educativas.”. Enfatizamos o uso dos museus virtuais como uma ferramenta educativa que auxilia no processo de ensino e aprendizagem tendo a imagem como a construção do imagético e do conhecimento e de suas práticas, sobretudo, educativas. Os dados da pesquisa serão coletados e classificados como:

- i. Dados primários: que obtivemos através da pesquisa de campo como observações e diário de campo digital;
- ii. Dados secundários: provenientes de materiais informativos disponíveis, tais como periódicos, publicações, livros, e documentos sejam eles oficiais ou não; os quais orientarão as entrevistas e observações.

¹⁵ Para Santaella (2004) a etnografia virtual é uma possibilidade metodológica para investigação de comunidades.

A pesquisa foi dividida em fases que ocorreram:

- a. Revisão bibliográfica e pesquisa do campo educativo dentro dos ambientes virtuais. Os documentos bibliográficos, arquivos nacionais e internacionais e artigos contidos no site do repositório da CAPES, assim como legislações sobre as práticas educativas dentro da instituição museal.
- b. Dentro no ciberespaço, considerando-o um *lócus* para conhecer o local de discussão do Programa Nacional de Educação Museal - PNEM e as práticas educativas de caráter não formal contidas nestes ambientes. Pesquisa exploratória propriamente dita, coleta de dados primários, com uma análise mais profunda das práticas educativas digitais contidas neste sítio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e entrevista com os participantes que compartilharam experiências no âmbito educacional.
- c. Observamos como práticas educativas digitais são desenvolvidas e aplicadas no PNEM, e como o processo do contexto sócio cultural educativo pode ser considerado como fenômenos políticos, institucionais e conjunturais que estruturam as decisões educacionais relativas: ao direito educacional; a política educacional (formal e/ ou não formal); aos processos de gestão educacional (escolar ou não escolar) entre outras questões contextuais micro e macro-sociais.
- d. Análise e discussão dos dados coletados em campo, em que será verificado o que foi definido inicialmente, realizando-se um confronto entre o significado do uso do PNEM com a construção do conhecimento e do imaginário da política pública e sua redação final.

Estrela e Estrela (2006) nos norteia que inicialmente devemos escolher o grupo a ser analisado, em que seja possível encontrar evidências dos fenômenos que se pretende estudar e os métodos de coleta de dados a utilizar como observação, entrevista, documentação, combinação entre estes. Strauss & Corbin (1990, p. 31) também discorrem sobre o uso de técnicas e

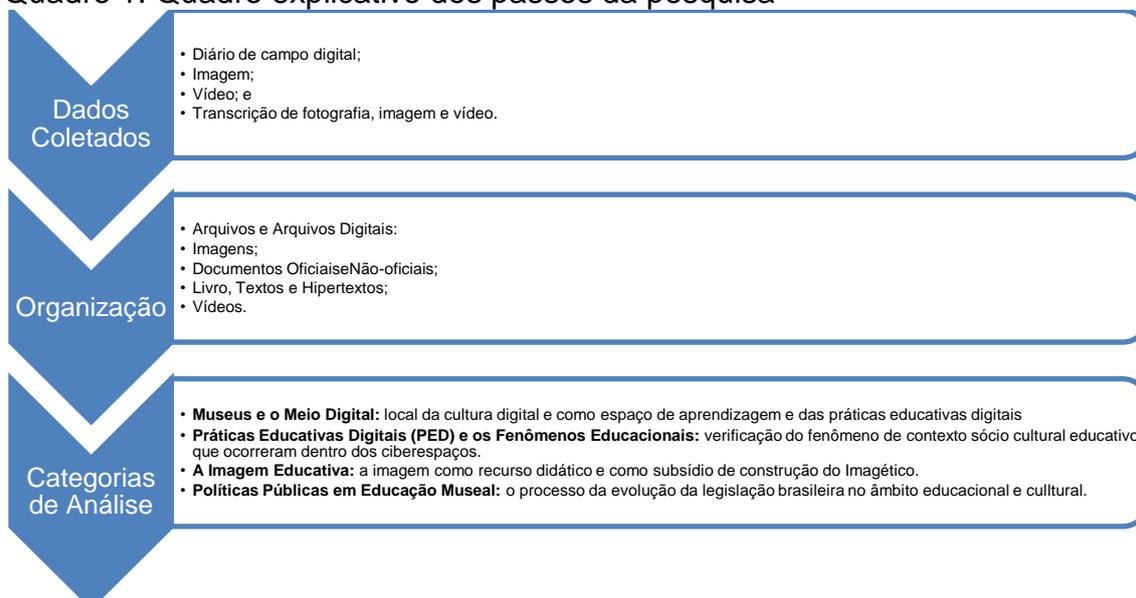
processos sistemáticos em uma investigação qualitativa, cuja análise de dados deve permitir ao investigador:

Os procedimentos são concebidos para dar precisão e rigor ao processo de análise, sem esquecer a importância da criatividade. É a criatividade que permite ao investigador colocar aos dados questões pertinentes e estabelecer comparações que tornem visíveis novas abordagens relativamente ao fenómeno e novas formulações teóricas.

Quando os autores citados acima nos indicam o uso da criatividade é para que não possamos ficar “presos” as principais evidências, as investigações iniciais podem nos levar a pesquisar em fontes e ter apoio de outras ferramentas que o cientista possa usar para conduzir a sua investigação e compor os dados da sua pesquisa. Para concluir a pesquisa, recorreremos novamente à revisão bibliográfica, pois é nela foi feita a discussão dos fundamentos existentes na literatura e na experiência das atividades que desenvolvemos na pesquisa que apresentamos na forma de tese.

Realizamos a análise e discussão dos dados coletados, em que foi verificado como o PNEM auxiliou no desenvolvimento do direito educacional e a política educacional, em que implica nas condições e possibilidades para realização dos processos educacionais na sociedade. Nesta perspectiva podemos viabilizar no PNEM a PED e os Fenômenos Contextos Sócios Culturais Educativos. Para compreender como foram organizados e analisados os dados coletados, apresentamos um quadro explicativo a seguir:

Quadro 1: Quadro explicativo dos passos da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora

Nessa etapa recorreremos novamente à revisão bibliográfica, pois é nela que faremos a discussão nos fundamentos existentes na literatura e na experiência das atividades que desenvolvemos na pesquisa, o qual foi apresentado de forma de tese.

1.3.2 Instrumentais, campo e sujeitos da pesquisa

A estruturar da tese realizou a pesquisa que ficou dividida em seis capítulos e a Conclusão que serão discutidos assim:

No primeiro capítulo sobre a contextualização da pesquisa e Introdução abordamos o caráter que motivou a pesquisa, assim como as questões norteadoras, as inquietações, os objetivos e a metodologia seguida. Buscaremos organizar os dados de acordo com o campo da coleta e a categorias de análise.

No segundo capítulo foi abordado sobre “Os Museus e o Meio Digital”. Nele discutiremos assuntos que acercar-se: a cultura digital; os museus na perspectiva da cultura digital; e a categorização dos museus virtuais de acordo com a sua apresentação aos visitantes. Nesta parte, utilizaremos as categorias de acordo com a classificação de Vasconcelos (2014), em que apresenta as possibilidades dos museus destinados a visitantes que auxiliam no processo do contexto sócio cultural educativo.

No terceiro capítulo tratou sobre “As Práticas Educativas Digitais – PED – e os Fenômenos de Educativos”. A abordagem dos Fenômenos Educativos está embasada na discussão de Santana (2011), que classifica esses fenômenos na visão de Novak e Gowin (*apud* Santana, 2011) bem cinco categorias: Aprendizagem, Ensino, Currículo, Contexto Sócio-Educativos e Avaliação. Para a realização da pesquisa, damos ênfase aos fenômenos do contexto socieducativo. Na perspectiva sobre os fenômenos educativos, entramos na discussão sobre as práticas educativas, neste espaço faremos a abordagem sobre a Educação nos ambientes escolares e nos ambientes não-Escolares, assim como adentraremos no enfoque das Práticas Educativas Digitais. Completaremos o enfoque sobre as PED nos processos do fenômeno de contexto sócio cultural educativo, em que enfatizaremos, conforme já

informamos acima, os fenômenos educativos que são utilizados no campo virtual de discussão sobre o PNEM e sua atuação educativa, como também no contexto da Web, no ponto de vista da Educação nos espaços não escolares – de acordo com a definição de Libâneo (2005) - em que analisaremos o ciberespaço do debate para a construção da legislação desse processo.

Seguindo a categorização dos capítulos, no quarto, foi discutido “Políticas Públicas Educacionais e Museais”. Damos enfoque na legislação e nas políticas públicas tanto no contexto educacional, como no contexto cultural de acordo com as análises já realizadas de autores como Bobbio, Höfling; Arendt; Libâneo, Demo, Freire, Dourado; como também os documentos oficiais: Constituição Federal, LDB -1996, Banco Mundial, ONU e UNESCO. Como a pesquisa aconteceu em vários momentos em espaços virtuais, abordamos o contexto sócio cultural educativo do fenômeno estudado na perspectiva de buscar a questão da interface no sentido de verificação do seu uso como uma ferramenta didática na construção do imagético das discussões da PNEM e no processo de construção legislativa.

Para os capítulos dois, três e quatro, analisamos uma categoria de análise, e discutimos os campos de ação da pesquisa nas práticas culturais e educativas, para enfatizar a necessidade de uma política pública para a educação museal. Fizemos uma sequência linear e, para compreendermos como os processos estão interligados, apresentaremos a seguir o quadro explicativo:

Quadro 2: Quadro explicativo das Categorias de Análise.

Os Museus e o Meio Digital	As PED e os Fenômenos de Educativos	Políticas Públicas Educacionais e Museais
<ul style="list-style-type: none"> • A Cultura Digital; • Os Museus na Perspectiva da Cultura Digital; • e • A Classificação dos Museus Virtuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Os fenômenos Educativos; • As PED; e • Educação em Espaços Escolares e em Espaços Não-Ecolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Público e Privado; • Políticas Públicas Educacionais; e • Políticas Públicas Culturais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Entramos na abordagem metodológica da pesquisa no quinto capítulo intitulado “Construindo o Desconstruído: O Programa Nacional de Educação Museal – PNEM”. Embarcamos, propriamente na pesquisa de campo, em que foi realizado um estudo de caso sobre as discussões, debates, sugestões e o nascimento da Política Pública em Educação Museal. Apresentamos os sujeitos que compuseram a pesquisa, assim como também a descrição do campo. Por fim, mostramos o passo a passo da observação e diário de campo.

No sexto capítulo, “A Pesquisa Científica e seus Impactos nas Políticas Públicas”, apresentamos as formas que analisamos os dados encontrados, assim como, as possibilidades de conclusão que encontramos, mas nos delimitaremos nos fenômenos de contexto sócio cultural educativo. Dessa forma, foi realizada a discussão dos resultados que nos interessou na pesquisa, para que assim, possamos apresentar o fenômeno que será encontrado.

No capítulo final, “Conclusões da Investigação”, oferecemos as discussões sobre os resultados descobertos, retornaremos à questão norteadora e aos objetivos para verificar os efeitos encontrados. Por fim, fizemos uma reflexão sobre o que foi encontrado como barreira e possíveis possibilidades para futuras pesquisas e as possíveis ajudas aos futuros pesquisadores sobre o fenômeno que propomos investigar.

2. O MUSEU NA CULTURA DIGITAL E OS DIÁLOGOS SOCIAIS

2.1 História dos museus

Os museus fazem parte, do modo mais límpido, das casas de sonho do colectivo.
Walter Benjamin

Para compreender o papel do museu para a sociedade contemporânea como o local destinado a preservação da memória coletiva e um espaço sociocultural, Pereira (2010, p. 31) defende que as palavras “ver”, “olhar”, “observar” e tantas outras denunciam os gestos que darão norte às visitas ao museu. Com base nessas experiências, o Museu é defendido e ofertado ao público como um local detentor do saber acumulado e uma vitrine de todo o conhecimento produzido. O papel histórico e social do museu é descrito por Bruno (2007, p. 6-7) como um processo para se tornar público, o que nos diz:

De instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, os museus têm procurado os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito à diferença de forma objetiva e construtiva. [...]. De instituições isoladas e esquecidas, os museus têm valorizado a atuação em redes e sistemas, [...]. De instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, os museus têm assumido a responsabilidade por ideais e problemas sociais.

A definição da palavra Museu vem do verbete latim *museum* derivado do grego *mouseion*, que de acordo com o ICOM, em 1956 definiu o Museu como sendo: “[...] um estabelecimento de caráter permanente, administrativo para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras e elementos de valor cultural.”. Já de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO¹⁶, temos a definição de museus como:

¹⁶ Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002168/216865por.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2013.

“Museu” deve ser considerado qualquer estabelecimento permanente, administrado em interesse geral, com o propósito de preservar, estudar, colocar em evidência por diversos meios e, em particular, expor para o público para seu deleite e educação, grupos de objetos e elementos de valor cultural: coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, jardins botânicos e zoológicos e aquários.

Na concepção de Xavier, Silva e Xavier (2012, p.243) nos dizem que:

[...] Museu é uma casa com espaço físico definido, aberto ao público e que guarda objetos adquiridos, construídos ou modificados em certo contexto. Esses objetos ou materiais podem representar memórias infindáveis de uma certa época.

Segundo Tota (2000, p.123),

[...] na sociedade contemporânea, os museus são [...] um armazém de memória onde se traçam as identidades étnicas, as classificações históricas e naturais, onde se inscrevem e reescrevem o passado e o presente das nações.

Assim, podemos entender as duas missões essenciais do museu: conservar – adquirir, preservar e transmitir – e estudar – expor, publicar, comunicar. A ideia de museus surgiu com o hábito de colecionar que o homem desenvolveu desde os primórdios. De acordo com Barradas (2010) o valor de preservar a sua memória e história social vem da antiguidade quando já se faziam registro sobre instituições com alguma semelhança aos museus modernos. Mas, somente no século XVII, no período do Movimento Liberal, é que os museus vieram a se consolidar como espaço que hoje conhecemos e, na atualidade, os museus já possuem caráter de “coleccionar” diversos campos de interesses social, em que guarda a identidade nacional e a memória. Nesta perspectiva, Anico (2008, *apud* Mendes 2011, p.35-36), nos apresenta que:

Patrimônios e Museus surgem, portanto, como instituições sociais criadas num contexto histórico e epistemológico específico, e no âmbito de processos políticos em que era importante produzir discursos sobre o passado que salientassem a singularidade e grandeza dos referentes culturais patrimonializados, bem como as suas origens remotas e a sua continuidade ao longo do tempo. Promovia-se uma valorização do passado, comunitário e metafórico que se mantinha na tradição e na memória colectiva.

Dessa forma, para compreendermos melhor o papel social dos museus na sociedade contemporânea devemos nos deter sobre a sua trajetória histórica para entendermos esse novo formato de museus nos ciberespaços.

A ideia de museu se tem a partir do ato de colecionar objetos. De acordo com Revière (1989) desde a pré-história que se constata no ser humano o instinto de colecionar. A origem da palavra museu vem do latim *museum* que deriva- do grego *mouseion*¹⁷- a origem dos museus como locais de preservação de objetos com finalidade cultural.

A Teogonia¹⁸ que se inicia com invocação às Musas, que são as palavras cantadas, conta que Gaia¹⁹ elemento primordial e latente de um potencial geradora, que origina sozinha Urano²⁰, este se casa com a própria mãe e geram doze Titãs, três Ciclope²¹ e três Hecatônquiros²². Mnemósine, uma entre os dozes Titãs, configura-se na mitologia grega como a própria personificação da Memória, que na concepção dos gregos, só podia ser construída por meio da música e do canto (memória oral). Durante nove noites consecutivas, Mnemósine unindo-se a Zeus²³ gerou nove Musas²⁴.

De acordo com a mitologia grega essas nove Musas que presidiam as chamadas artes liberais: história, música, comédia, tragédia, dança, elegia²⁵, poesia lírica, astronomia e a poesia épica e a eloquência. A construção de um lugar para abrigar as filhas de Mnemósine e Zeus foi chamado de Museu, ou

¹⁷ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu#cite_note-Michalski-40 acessado em 12/02/2017.

¹⁸ A **Teogonia** (lit. "o nascimento dos deuses") é um poema épico que detalha a origem e genealogia dos deuses gregos. Tradicionalmente atribuído a Hesíodo, a data de composição (c. -700) é tão imprecisa quanto a data em que o poeta deve ter vivido. Disponível em: <http://greciantiga.org/arquivo.asp?num=0085> acessado em 26/06/2013

¹⁹ Deusa da Terra ou Mãe da Terra.

²⁰ Deus do Céu.

²¹ Eram, na mitologia grega, gigantes imortais com um só olho no meio da testa que forjando os raios usados por Zeus. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclope>. Acessado em 12/02/2013.

²² Os **hecatônquiros** também conhecidos por **Centimanos** eram três gigantes da mitologia grega. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hecat%C3%B4nquiros>. Acessado em 12/02/2013

²³ **Zeus** é o "pai dos deuses e dos homens" Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Zeus>. Acessado em 12/02/2013

²⁴ De acordo com Scheiner (1998, p.15) define Musas como: "Elas não são deusas: são expressão mesma da memória – as palavras cantadas (...) elas ultrapassam o homem no mesmo momento em que este sente interiormente a sua presença. E, portanto o homem só canta (só cria e produz) quando habitado pelas Musas."

²⁵ Na Literatura Grega antiga o termo "elegia" originariamente referia-se a qualquer verso escrito em dístico elegíaco cobrindo uma vasta gama de assuntos, entre eles, os epitáfios para túmulos.

seja, o “Templo ou Santuário das Musas” localizado no monte Helicon, em Atenas. Os museus eram templos, bem como os de outras divindades, recebiam muitas oferendas em objetos preciosos ou exóticos, que podiam ser exibidos ao público mediante o pagamento de uma pequena taxa²⁶. Esse local era, sobretudo, um lugar de inspiração onde a mente pode se desligar da realidade cotidiana, onde eram reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos. O Museu, *Mouseion*, portanto, em sua origem, seria a personificação das ideias - o próprio momento de expressão das musas. Maluf (2009, p. 57-59), em sua dissertação defende que o museu:

O Museu, antes de tudo, se relaciona com os mitos de origem a partir da Grécia arcaica, em uma sociedade ágrafa, e através das próprias Musas, que são “a memória, a imagem e a voz da Criação”; nas palavras cantadas, na manifestação da dimensão criativa da memória oral que é presença e consciência, que não tem começo, nem fim, que é um viver contínuo, uma atualidade. [...] memorizar significava combater o estado limite da condição humana que o tempo cronológico impõe: a certeza da finitude humana, a morte. Aí estaria o poder do Museu: fazer escapar do Silêncio e da Morte, através da palavra – potência de vida, que revela os valores positivos do Ser do homem cantado.

Assim, podemos constatar que os museus tiveram grande contribuição para a sociedade antiga, pois foi por muito tempo, o local onde preservava a história e a memória de sua sociedade, sendo também, um lugar de ensino e aprendizagem, que durante gerações teve o papel de manter viva o seu origem.

Com o advento da escrita, a função do museu passou a ser o ambiente de guardar os registros da memória. Scheiner (1998, p. 19) nos descreve que:

[...] passa a ser necessário comprovar o que é memorizado; os vestígios materiais da ação humana são agora percebidos como ‘documentos’ [...]. Neste contexto, preservar o documento passa a ser tão, ou mais importante do que (re)criar, pela palavra, o mundo: ele é a prova, o testemunho material da existência da Natureza, do Cosmos e do próprio Homem.

Platão surge na confluência destes dois pensamentos: a conservação da memória e surgimento da escrita. Em Fredo²⁷ ele apresenta os

²⁶ Disponível em: http://issuu.com/louisewinklerfreshel/docs/revista_leve_portifolio. Acessado em 18/10/2013

²⁷ PLATÃO. **Fredo**. Coleção Filosofia & Ensaios. Lisboa: Guimarães Editores, 1989.

dois momentos de uma forma em que a escrita se torna um perigo para a perda da memória interna como também, uma possibilidade e incomodo de transmitir o conhecimento estático e a não consciência do autor sobre o entendimento que o leitor teria do texto. Dessa forma, a escrita seria um suporte externo da memória.

Para Lèvy a escrita alfabética contribuiu para expansão da memória artificial, assim, o texto serviu de metáfora para pensar a memória “natural”. Daí então, a memória a ser personificada nos registros ou arquivos, assim como leitura de um texto interior. Lèvy (1998, p. 97) nos relata que:

Mnemósine perdeu seu caráter potencial, fluído, coletivo, ritmado e corporal, assim como a indistinção da imaginação e da inteligência que possuía nas sociedades orais. O que não devia ser mais que um auxílio à memória, voltou a se impor a ela como modelo, transformando em profundidade a relação do homem com sua linguagem e seu passado.

Scheiner (1998) apresenta a ideia do museu enquanto espaço sendo como a solidificação do canto das Musas, que é a materialização de documentos que comprovam as suas existências. A autora define o espaço físico do museu como “ser um espaço de reunião de testemunhos materiais da natureza e do saber humano; ser espaço de estudo e de busca do conhecimento; e espaço de produção intelectual, vinculado à filosofia e às ciências.” (SCHEINER, 1998, p. 20). As Musas são retratadas nos objetos. Diógenes Laércio (Século III d. C) define o termo museu como “escola para o ensino da filosofia e biblioteca”.

Silva (2009) nos apresenta que desde a Antiguidade, já se encontrava coletânea de artefatos de arte ou de materiais incomuns ou preciosos, segundo referências de Homero (Século IX a. C) a Plutarco (I/II d.C).

O Império Romano já usa o termo “*museum*” como nome dado à vila reservada à realização de reuniões de caráter onde expunham coleções públicas nos fóruns, jardins públicos, templos, teatros e termas, muitas vezes reunidas como motins de guerra. Já no oriente, objetos históricos foram coletados com a função de preservação da memória e dos feitos gloriosos desses personagens.

No Museu Nacional de Alexandria, o museu passou a ser considerado “*templo do saber*”. Nesse ideal, foi criado por Ptolomeu I no século

III a.C., o Museu de Alexandria, inspirado no modelo romano e nas academias gregas. Ele funcionou, como um “[...] centro de pesquisa e convívio cultural [...] que tinha como objectivo preservar a memória da humanidade, mas também era símbolo incontestável de poder”. (FONTANELLI, 2005, p. 65). Xavier, Silva e Xavier (2012) afirmam que inicialmente esse espaço foi utilizado para a realização de festas de diversos intelectuais e literatos sob a custódia do Estado, e que gradualmente foi se criando o espaço de valor singular para a sua época. A sua característica se assemelha com o ideal de museu atual. Nele continham estátuas de filósofos, objetos astronômicos e cirúrgicos, peles de animais, trombas de elefantes e ainda abrigava o parque botânico e o jardim zoológico, além da sua notável biblioteca. Embora a instituição fosse criada primeiramente como uma academia de filosofia, um local de ensino e pesquisa com discípulos residentes que eram mantidos através de subvenção oficial, para os quais o bibliotecário chefe era uma espécie de "*regius professor*", muitas vezes um poeta que desempenhava para eles a função de um tutor vitalício.

Para se ter uma ideia de como o Museu Nacional da Alexandria foi destaque para a sua época e como marcou a história dos museus, grandes curadores e personagens da História, Filosofia, Matemática, Astrônomos e Literatura Antiga integraram esse quadro. Dentre eles, podemos destacar Euclides, fundador da escola de Matemática e dos escritos sobre os “Elementos da Geometria”; Arquimedes, Apolonius de Perga e Eratóstenes. De acordo com Alexander (2008, p. 7) o museu da Alexandria ainda é referência em estudos de museu, e acrescenta:

Alguns dos atuais estudiosos do movimento dos museus, que enfatizam sua função de pesquisa e preferem definir o museu como uma comunidade de pesquisadores, olham para a instituição de Alexandria com muita afeição e nostalgia.

Os museus também contribuíram para a ciência, pois foi grande a produção de artefatos mecânicos desenvolvidos ao longo de três séculos por pesquisadores do museu, entre eles Arquimedes, Ctesíbio e Herão. Nesta perspectiva, Alexander (2008, p. 8) nos apresenta:

Há inúmeras referências a respeito de coleções particulares entre gregos e romanos e muitas delas não tinham finalidade contemplativa nem eram de objetos de arte. Muitos estudiosos possuíam coleções

com finalidades científicas como Aristóteles, que tinha até observadores participando das campanhas de Alexandre e lhe traziam espécimens dos locais por onde passavam.

A destruição da biblioteca de Alexandria marcou o fim da utilização da palavra museu tanto no país que a criara, e de onde desaparecera com os mitos sagrados, como nas regiões que lhe herdaram a civilização. Por todo o milênio que se seguiu (476–1453), da queda do Império Romano do Ocidente à queda de Constantinopla pelos turcos, os museus estiveram ausentes do mundo civilizado; não se encontram notícias da existência de nenhum deles na Europa, na África ou na Ásia (PEREIRA, 2010, p. 24).

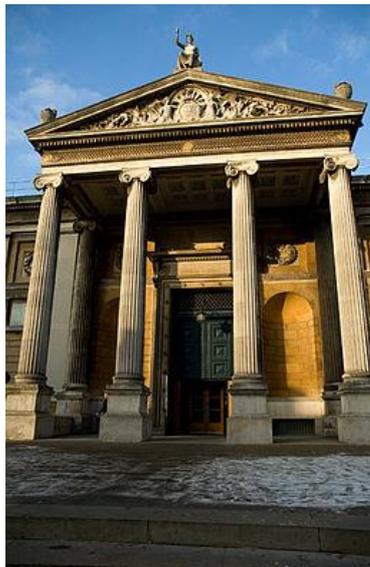
Na Idade Média a concepção de museu quase não foi discutida, mas a ideia de colecionar ainda continuava, o hábito de reunir obras de artes era comprovação de prestígio da elite feudal. Tais coleções eram objetos de reserva para serem convertidos em caso de necessidade de guerra; e outros acervos ficaram nas mãos da igreja. No Renascimento foram resgatadas as concepções clássicas e o humanismo, com isso, reis e nobres europeus voltaram a colecionar.

Na Renascença os espaços museológicos foram caracterizados com o aparecimento de perspectivas de seleção e representatividade no acervo em destaque da relação homem-arte, certa democratização dos acervos que deu início ao surgimento dos museus com especialidades exclusivas que ficaram conhecidas no plano dicotômico: Museu de Ciências X Museu de Arte. (SILVA, 2009). De acordo com ICOM (2018), as questões museais em preservação e conservação da história e memória do povo não é algo recente. Por exemplo, os museus: Museu Ennigaldi-Nanna (Mesopotâmia, 530 a.C.); Museus Capitolinos (Roma, Itália, 1471); Museus Vaticanos (Cidade do Vaticano, 1506); e Museu das Armaduras Reais de Leeds (Castelo de Leeds, 1545).

Mas, somente no Século XVII é que a ideia de museu ressurgiu na tendência atual na Basileia em 1671. Na Inglaterra, o museu universitário de Oxford, em 1683, foi o primeiro museu moderno com o objetivo de educar o público. Pereira (2010) nos apresenta o exemplo do museu do Louvre, em Paris, que foi inaugurado e aberto para visitação em 1681, tendo como público principal artistas e estudantes. Os museus eram espaços destinados ao

especializado e refinado, conforme seu status social.

Figura 1: Entrada do Museu Ashmoleano, fundado em 1683, o primeiro dos museus modernos.



Fonte: WIKIPEDIA.ORG (23/03/2013)

Para Valente (2003) as coleções eram a alma dos museus que foram os guardiões e produtos dos saberes dos Séculos XV ao XVIII. Seus impulsos foram necessários para a efetiva consolidação dos museus no Século XIX, mas, somente com o advento da Revolução Francesa é que os museus passaram a ter as suas portas abertas ao público em geral. Suano (1986, *apud* PEREIRA, 2010), entretanto, lembra-nos que a popularização dos museus não aconteceu de forma rápida e nem homogênea:

Não podemos perder de vista a dimensão temporal e espacial que resguarda uma série de especificidades dos processos de abertura das instituições ao longo do século XVIII. Não podemos deixar de observar que de forma magistral a revolução burguesa soube organizar o saber de forma a consolidar o poder recém-adquirido. Com este intuito o museu se prestava muito bem às necessidades da burguesia de se estabelecer como classe dirigente. (SUANO, 1986 *apud* PEREIRA, 2010, p. 26)

Silva (2009) nos apresenta que o primeiro museu público real, o Museu do Louvre, na França, continha coleções franqueadas a todos, com designo recreativo e cultural. E que a partir de 1793 o Louvre passou a ter a sua galeria pública, distinguindo-se pelo enciclopedismo e negando a especialização. Em 1753 é criado o British Museum (Museu Britânico).

O período do Romantismo é marcado pela ideia das coleções

arqueológicas, que em outro momento, tornaram-se coleções públicas. Silva (2009, p. 53) nos afirma que: “[...] As instituições museológicas do período diferenciam-se pelo ecletismo, até no caso dos acervos nacionais, e abertura à população.” Nesse ecletismo, “[...] existe um princípio de predominância da seletividade sobre o número de peças das coleções.”. Na era Industrial os museus foram caracterizados por uma disposição burocrática e organizacional, e por uma percepção prospectiva, ou seja, já estavam fazendo uma projeção dos museus futuros.

De acordo com as ideias apresentadas por Hobsbawm (1990), na descrição da formação da nacionalidade europeia, desde o período em que a burguesia liberal era a representante pela constituição das instituições nacionais até o movimento de massa do século XIX quando da validação da consolidação dos ideais de nação que cooperaram para o entendimento do papel assumido pelos europeus no processo de popularização.

No século XIX iniciaram as grandes feiras e exposições universais em Londres, Paris e Filadélfia, que auxiliaram na prática para a modernização de exposição em museus formais. Além disso, os museus desempenharam o papel sobre a onda nacionalista romântica, que contribuiu para a conscientização popular e a construção da identidade nacional.

No século XX os museus têm suas mudanças concretizadas, pois as instituições museais são definitivamente abertas ao público. No entanto, somente depois da Segunda Guerra Mundial é que essas mudanças vêm à tona. O período pós-guerra gera transformações sociais e os museus passam a ter a “forma” mais popular, presente na nova prática cultural. De acordo com Pereira (2010, p. 45):

Essa mudança pode ser atribuída a uma nova atitude social, em que os museus são vistos como instituições amplamente acessíveis, desfrutadas pela maioria da população, em que surge um novo público, de opiniões mais marcantes e conscientes de seu papel político, social e econômico, como produto das reconstruções que se fazem após a guerra.

Depois de melhoras e aperfeiçoamento, os museus hoje em dia abraçam um grande campo de interesse. Os profissionais dos museus – como os museólogos, educadores, dentre outros – fazem com que os objetos de arte tragam consigo a cultura, a educação e a memória social.

Conforme a Política Nacional de Museus, o espaço museológico, além da estética, é local de “processos a serviço da sociedade”, ajuda na construção do conhecimento e da identidade social. De acordo com Belting (2012), os museus são os espaços destinados a contemplar, guardar e contar a história, os museus contemporâneos são os locais destinados a apresentar a arte; é como se esse espaço validasse a arte contemporânea. Belting (2012, p. 177) nos fala que “[...] Hoje a arte de museu é simplesmente tudo, já que tudo se encontra no museu”. Segundo esse autor, na década de 1970 ouvia-se falar de uma “crise do museu”, com isso, podemos encontrar a nova roupagem que os museus contemporâneos possuem, em que entra em cena a pedagogia do museu²⁸. De acordo com Maradino (2005, p.175) a Pedagogia do Museu “[...] possui a função de auxiliar na compreensão dos processos educacionais que ocorrem nos museus.”.

Alguns pensadores que lançam a luz ao papel social que o museu assume a dimensão que representam atualmente, como é o caso de Duncan Cameron que encontra nos museus o extremo entre o “templo”, que se cultua a arte, e o “fórum” em que se coloca em questão a arte. André Malraux (2000, p. 12), com o seu museu imaginário, apresenta os espaços museais como locais que “[...] proporcionam a mais elevada ideia do homem”. O autor propunha a criação de um museu que abrigasse todas as obras fotografadas, assim, esse ambiente seria um espaço da memória viva, dessa forma, cada pessoa teria o seu próprio museu imaginário.

Walter Benjamin já compreende que os museus são espaços onde se acendem os sonhos. O museu é considerado como local que gera conhecimento, qualidade de vida, formação da consciência política e social da população, dentre uma infinidade de outros benefícios. Belting (2012, p. 179) completa essa ideia dizendo que “[...] O museu representa o Estado cultural ou cidade cultural que não consegue mais expressar convincentemente de outra maneira”. Ou seja, a arte, a cultura e a memória já estão enraizadas na história museal.

No Brasil, os hábitos de colecionar surgiram com a chegada dos colecionadores. Maurício de Nassau trouxe consigo a ideia de criar um grupo

²⁸ De acordo com Maradino (2005, p.175) a Pedagogia do Museu é: possui a função de auxiliar na compreensão dos processos educacionais que ocorrem nos museus.

de observações científicas e artísticas que constituíram na fundação de um museu no grande Palácio de Vrijburg, em meados de 1800, em Pernambuco, no pouco tempo em que os holandeses ficaram ali. O que mais se assemelhou a uma instituição museológica foi o Museu de História Natural, criado por D. Luiz de Vasconcellos, vice-rei do Brasil em 1779-1790, inspirado nas ideias do Iluminismo europeu que atendia apenas a um pequeno número da sociedade brasileira em todo o período colonial.

Somente com a chegada da família real no Brasil (1808-1821) é que foi inaugurado o primeiro museu brasileiro, com características dos museus europeus, por D. João VII, em 1818, com caráter unicamente científico e o objetivo de reunir os exemplares naturais que as terras brasileiras possuíam. O espaço destinado a este museu foi à antiga “Casa de História Nacional”, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros” inaugurada em 1784.

A Casa de Pássaros funcionou durante trinta anos com a função de entreposto colonial para envio de produtos à metrópole, integrando como parte essencial o conjunto a que nos referimos como os museus do Império luso-brasileiro. (LOPES, 2003, *apud* PEREIRA, 2010, p. 30).

Segundo Lopes (2003) o museu colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para serem enviados para Lisboa, por mais de 20 anos. Apesar de ter sido inaugurado em 6 de junho de 1818, somente em 24 de outubro de 1821 é que ele foi aberto ao público, com restrições de visitas:

A visita será permitida às quintas-feiras de cada semana, desde as dez horas da manhã até a uma hora da tarde não sendo dia santo a todas as pessoas Estrangeiras ou Nacionais, que se fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades (Documento Museu Nacional 9, pasta 1).²⁹

Os padrões dos museus brasileiros seguiam os mesmos padrões dos museus de além-mar, ou seja, os museus europeus. Os espaços museais brasileiros ficaram durante muito tempo exclusivamente nas mãos de especialistas e da nobreza, hoje apesar de termos mais acesso, os museus ainda fazem parte dessa cultura erudita. Pereira (2010, p. 32) ressalta que os visitantes deviam ser “dignos pelos seus conhecimentos e aprendizagem”.

²⁹ O decreto de criação do Museu Real está guardado na Seção de Memória e Arquivo do Museu nacional. BRMn.Ao, pasta 1, doc. 2, 6.6.1818.

Mesmo quando as obras foram abertas à observação de um público mais variado, ele era composto basicamente por pessoas de certo padrão na sociedade e visitavam a instituição com o intuito de conhecer, observar e admirar o inusitado, o diferente, o belo, sempre a serviço de uma instrução pessoal ou de uma legitimação social.

Um problema que temos ainda na sociedade brasileira, é à falta de acesso aos espaços museais pela população de baixa renda. Isso ainda é um estigma hoje. Grande parte dos cidadãos fica excluída dessa prática. De que forma os museus virtuais (discutidos na criação do PNEM) podem contribuir para superar ou minimizar essa falta de acesso à população em geral, pois neles os acessos aos espaços museológicos ficam mais fáceis. O problema é a falta de conhecimento e propagação dos mesmos para a sociedade de forma geral.

No Pará podemos encontrar o Museu Paraense Goeldi³⁰ (1866) com a trajetória semelhante aos demais museus. Pereira (2010, p 33) defende que “Com a fundação do Museu depois de uma série de acontecimentos que antecederam sua definitiva sobrevivência deu-se prosseguimento às pesquisas científicas.”.

Fora estes dois museus, no período do Império brasileiro foram criados o Museu Militar do Arsenal de Guerra (Casa do Trem – 1865) e o Museu da Marinha (1868), ambos extintos; o Museu Provincial do Paraná (1885, que mais tarde veio a ser conhecido como Museu Júlio de Castilho 1907); o Museu de Paulista foi inaugurado em 1895 no Parque do Ipiranga e em 1906 a Pinacoteca do Estado de São Paulo. No final do século XIX e início do século XX, no Brasil existiam cerca de dez museus. (SILVA, 2009).

As grandes exposições internacionais no Brasil tiveram início a partir de 1861 e participaram das mostras comemorativas a partir do ano de 1900. O Museu de História Nacional do Rio de Janeiro somente foi aberto em definitivo ao público em 1922–1940 e se refere ao período de construção do museu com vistas a uma reconstrução de um passado nacional glorioso e próspero baseado na proposta de Gustavo Barroso³¹. É um projeto claramente

³⁰ Em 25 de março de 1871, o Museu Paraense foi instalado oficialmente pelo Governo do Estado, tendo sido nomeado Domingos Soares Ferreira Penna como seu primeiro diretor. Fonte da Pesquisa: Museu Goeldi, disponível em: http://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/linhatempo/lt_fs.htm. Acessado em 24/10/2013

³¹ De acordo com Silva (2009), Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, 29 de dezembro de

nacionalista, é também o período da construção da história gráfica nacional.

Mae Barbosa (1991) nos proporciona uma visão geral da história dos museus brasileiros relatando desde os primeiros passos até a implantação dos museus contemporâneos. A autora nos mostra que no Brasil, a ideia da livre-expressão chegou às escolas públicas através do movimento Escola Nova³². Barbosa (1991, p. 59-60) nos apresenta que “A importância da arte destaca-se na educação, no desenvolvimento da imaginação, na intuição e inteligência da criança, influenciado fortemente por John Dewey, através de Anísio Teixeira.”. De acordo com Lopes (1991), o museu da década de 1980 é um espaço que, em grande parte, privilegia as práticas escolarizadas. A autora reconhece os ganhos e benefícios que o movimento da Escola Nova trouxe para os museus, mas reforça que permanecer neste modelo escolarizado, nos dias atuais, descaracteriza as práticas museais e ainda, reforça uma postura e um compromisso que não devem ser na totalidade do museu contemporâneo.

No Ceará, a história da educação e dos museus foi escrita com aprovação da Lei nº 754, de 30 de Julho de 1905 que relata sobre o regulamento para que todas as escolas primárias do Estado seguissem como diretrizes para a educação. O “Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará – 1905” no Capítulo X – Secção II, os Artigos 81 e 82 vêm relatando a construção e a manutenção de museus escolares. Apresentaremos a seguir o texto na íntegra:

Art. 81. – Os professores publicos, com a cooperação de seus alumnos, poderão organizar “museus escolares”, contendo pequenas collecções das principaes producções da localidade, especimens de materias primas e manufacturadas.

Art. 82. – Estas pequenas colleções terão por fim tornar as licções palpaveis, interessantes e proficuas, habituar os alumnos á observação e fazel-os reflectir sobre a natureza, fórma, fim ou utilidade de cada cousa.

Tendo por base a Lei nº 754/1905, observamos que os museus no Estado do Ceará surgiram de forma em que a educação estava presente na didática e educativa, com a participação de todo o corpo estudantil, assim

1888 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 03 de dezembro de 1959, dentre as muitas funções que exerceu, destacou-se como professor, museólogo, historiador, contista, ensaísta e romancista.

³² Movimento de renovação do ensino, que surgiu no fim do século XIX e ganhou força na primeira metade do século XX. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Nova. Acessado em 01/12/2013

como o corpo docente da escola no contexto de colecionar objetos locais. A característica principal desse museu era de ensinar os estudantes a observar e refletir sobre o conteúdo das coleções do museu escolar que eles mesmos construíram.

O primeiro museu a ser inaugurado no Ceará era público e foi denominado “Museu do Ceará”. Fundado em 1932, teve suas atividades desenvolvidas, inicialmente, nas dependências do Arquivo Público do Estado e, posteriormente, no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, até 1966, quando passou a integrar a então Secretaria de Cultura do Estado³³.

2.2 Vivendo a Cultura Museal e Digital

Com a emergência da Internet foram desenvolvidos outros meios de interação e comunicação que iniciou uma nova dinâmica social e cultural. A educação e os museus também participam desse processo. Segundo Burke (2003) estamos vivendo numa sociedade do conhecimento ou da informação, que denominado por alguns sociólogos como seus métodos científicos em que convivemos atualmente do contexto histórico e social. Por isso, optamos em realizar os nossos estudos que foram discutidos na Web 3.0, necessitamos conhecer e compreender os espaços virtuais, assim como a cultura digital que está sendo proliferada na *web*.

Assim, começamos com uma discussão sobre o homem na sociedade pós-moderna. Para Bauman (1999) um estudioso da sociedade pós-moderna, relaciona espaço e tempo como a separação da prática da vida e entre ela. De acordo com o autor supracitado, a pós-modernidade “começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação.” (BAUMAN, 1999, p. 15). As ações e as estratégias das relações humanas dependem do tempo em que se gastam e o espaço que se gasta para a sua aproximação entre espaço-tempo. Para Bauman (1999) a globalização foi uma das maiores forças de transformação da paisagem social. O encurtamento das distâncias transformou as relações

³³ Fonte da pesquisa: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=794%3Amuseu-do-ceara&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1. Acessado em: 24/setembro/2016

humanas, o que não se trata de distância geográfica, mas apenas do acesso às outras culturas e realidades via internet.

Essa pós-modernidade nos apresenta a ideia do aqui e agora, do instantâneo, a possibilidade do estreitamento entre o espaço e tempo, a aproximação de uma sociedade em que a cultura trabalha com a interação das tecnologias com o seu meio social. Bauman (1999, p. 16) advoga que “A velocidade do movimento e o acesso a meios mais rápidos de mobilidade chegaram nos tempos modernos.” Assim, o ser humano inicia a sua ideia do “*Time is Money*”, do momento em que posso fazer do menor tempo e da menor distância que posso estreitar. É a partir desse ideário que o homem começa a interação homem e máquina.

Essa ideia da influência mútua entre o homem e a máquina é que surge novos meios de estreitar o espaço e o tempo. O surgimento da “cibernética” antecede a ideia da cibercultura. Arantes (2005) apresenta que o conceito de cibernética é datado da segunda metade da década de 1940 com Norbert Wiener, que precede a conectividade entre máquinas e humanos. Neste contexto Wiener define cibernética como “a ciência de transmitir mensagens. O termo *cibernética* vem do grego *kybernein* – governo – que traz a ideia de que as pessoas interagem com a máquina a partir de ordens.” (Arantes, 2005, p. 66). Wiener já citava que a interação entre máquina/homem seria um meio de comunicação humana, entre máquina/homem e máquina/máquina. “Quando dou uma ordem para uma máquina a situação é essencialmente diversa do que quando dou uma ordem a uma pessoa.” (WIENER, 2001, *apud* ARANTES, 2005, p. 67).

A relação entre máquina e humano também chegou aos espaços escolares, um bom exemplo disso é a “Máquina de Ensinar” de Skinner criada nos meados da década de 1950, que surgiu como uma ferramenta para o desenvolvimento da aprendizagem com o “tempo” cognitivo de cada educando. Outro autor que podemos apresentar nesta mesma perspectiva é Seymour Papert que introduz a informática educativa para crianças no contexto escolar.

Com o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)³⁴ vemos em Kenski (2007) a ideia sobre o uso de

³⁴ Nesta pesquisa adotamos como “novas” as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

máquinas no comportamento humano, na sociedade em geral e como essas tecnologias deram um novo sentido, e maneira de se projetar um padrão de vida. Um exemplo disso são as redes sociais, os meios de comunicações e a Internet, que vem estreitando laços entre a comunicação da coletividade humana. A autora define as TIC como “aquelas referentes [...] aos processos e produtos relacionados com os conhecimentos provenientes da eletrônica, da microeletrônica e das telecomunicações.” (KENSKI, 2007, p. 25).

Quando nos referimos à sociedade contemporânea estamos vivenciando as transformações no comportamento social de acordo com os meios de comunicação e a virtualização das informações que encontramos nos ciberespaços. Estes estão nos proporcionando viver um mundo global, em que as distâncias vão sendo quebradas pela cultura digital (VASCONCELOS, 2014). Pensando neste modelo de convivência é que começamos a desenvolver sobre o conceito de cidadania. De acordo com Declaração Universal dos Direitos Humanos define no artigo 1º, 1948 que: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.”, dessa forma, falar em cidadania de acordo com essa nova dimensão global é pensar no homem como um todo, interligado e conectado ao mundo global.

Assim, podemos perceber que o cidadão, depois do advento e da ampliação tecnológica dos meios de comunicação ficou interligado com o mundo, o que é transmitido num ambiente local, logo se transforma no global, Virílio (1999, p. 17) trata do real e o virtual, o uso do imagético na formação de conceitos da informatização. “[...] a velocidade é um meio de se fazer riqueza”. Com o estreitamento das informações, o autor nos apresenta a dicotomia entre real e o virtual o que se transforma em “*glocal*”, ou seja, a união do local com o global.

Desta forma está havendo uma grande troca cultural entre os diversos povos, vivendo numa grande aldeia inteiramente conectada, que McLuhan (2007) o conceituou como Aldeia Global. Conceituando a Aldeia Global, o autor citado acima, a define como um mundo interligado, com estreitas relações econômicas, políticas e sociais, fruto da evolução das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), particularmente da “*World Wide Web*”, diminuidoras das distâncias e das

incompreensões entre as pessoas e promotora da emergência de uma consciência global interplanetária.

Alguns autores contradizem a necessidade da velocidade de trocas de comunicação nas suas reflexões, como por exemplo, Vattimo (1996) apresenta que a explosão de informação muitas vezes sai do limite e que o excesso de conhecimentos pode deixar de lado o tradicional da cultura, o autor fala do “estranhamento pervertido” como expressão de um sintoma geral da contemporaneidade, quando tudo é aparência e simulacro. Outro autor que é contrário a esse pensamento é Paul Virílio (1999) em seu livro “O espaço crítico e as perspectivas do tempo real” que discute sobre “a estética do desaparecimento” ao se referir à tecnologia do tempo real (concreto) e à revolução da telecomunicação que afeta a nossa percepção de forma substantiva.

Outra discussão que apresentamos é Real e Virtual, essa oposição de ideias é descrita por Platão (1997) entre o mundo que vivemos não é real, apenas uma cópia projetada do mundo das ideias, este – o mundo das ideias é o mundo da realidade. Uma alusão a esse pensamento foi apresentada pelos irmãos Andy e Larry Wachowski na trilogia do filme “Matrix” (1999 e 2003³⁵) apresenta essa ideia de Platão do mundo real com o mundo das ideias, a diferença que no filme o mundo das ideias é desenvolvido pelos computadores e máquinas inteligentes que dominam o homem. Nesta visão cinematográfica as pessoas que vivem na *Matrix* são postas para dormir, enquanto suas mentes vivem um imenso mundo de dados virtuais.

Ainda na perspectiva do real e virtual, não é um tema debatido entre as ficções cinematográficas e filosóficas, como apresentamos acima, Pierre Lèvy (2000, p. 15) define a oposição entre real e virtual como “O real seria a ordem do ‘tenho’, enquanto o virtual seria da ordem do ‘terei’”. Sendo assim, o autor supracitado define virtual como:

A palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto à concretização efetiva do formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes (LÉVY, 2000,

³⁵ Matrix Reloaded e Matrix Revolutions foram lançados no ano de 2003.

p. 15).

Para o autor, é evidente que o real e o virtual se complementam e não que se opõe em ideias, mas o que os diferenciam são os tempos que estão vivenciados, o aqui e agora e a potencialidade do aqui e do agora.

Com essa ideia do real como o mundo físico e o virtual como mundo artificial, surgem novos espaços de atuação social. Quéau (1993, *apud* ARANTE, 2005) apresenta a ideia de uma revolução Kantiana, pois de acordo com o filósofo Kant considera que o espaço é uma condição prévia para a existência de experiências. No mundo virtual o espaço deixa de ser uma forma *priori*, convertendo-se num referente modelizável, em interação constante com o interator. (QUÉAU, 1993, *apud* ARANTES, 2005).

Neste ideal de interação constante é que surgem novos espaços sociais de troca de comunicação denominados por Lévy (1998, p. 104) como *ciberespaços*, definido como “os novos suportes de informação do que os modos originais e criação, de navegação no conhecimento e de relação social por eles proporcionados.” Anders (1999, p. 120) define os ciberespaços como “um novo território de interação social”. Martins (2015) apresenta que a troca de interação nos ciberespaços nasce com os nativos e imigrantes digitais³⁶ e deles, uma nova cultura passa a existir que é a cultura digital.

Nessa concepção da cultura digital, encontramos ainda em Lèvy (2000) as ideias que nos ajuda a tecer por meio de sua reflexão sobre cibercultura³⁷ como um novo meio de comunicação entre os computadores, complementando o pensamento de Wiener ainda na década de 1940. O autor supracitado faz uma reflexão sobre o que é o virtual, em que nos apresenta um novo território³⁸ levando-nos a compreender melhor e planejar o mundo real. Para Lèvy (2000, p. 17):

³⁶ Para Martins (2015, p. 143) “Os nativos digitais são os falantes ‘da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet’ e o restante de nós, ou seja, os imigrantes digitais são aqueles ‘que não nasceram no mundo digital, mas em alguma época de nossas vidas, ficou fascinado e adotou muitos ou a maioria dos aspectos da nova tecnologia”

³⁷ Lemos (2002) define cibercultura como “fenômeno que envolve práticas contemporâneas de sociabilidade no ciberespaço, onde se constituem as redes telemáticas mediante das tecnologias digitais pelos atores sociais.” (LE MOS, 2002, p. 15)

³⁸ Por território definiremos a partir das palavras de Rosendahl e Corrêa, (2003, p. 65) “[...] o território é [...] um instrumento de existência e reprodução do agente social que o criou e o controla”.

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Continuando no pensamento sobre o território digital encontramos a sociedade da informação³⁹ que está interligada aos fenômenos de comunicação em massa na cultura e a preservação da memória social, migrando para o digital, para a conservação e o resgate da sociedade contemporânea. Sobre os meios de comunicação e a cultura digital, Castells (1999, p. 414) nos apresenta que:

Nossos meios de comunicação são nossas metáforas criam o conteúdo da nossa cultura. Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo.

Para o autor supracitado, as TDIC são apenas meios que proporcionam essa troca cultural. Nesta perspectiva, Santaella (2003, p. 30) advoga que a cibercultura é, também, uma forma cultural humana. “Não há uma separação entre uma forma de cultura e o ser humano.” A representação cultural somos nós, que moldam a nossa mente e a sua sensibilidade, já as tecnologias digitais são as tecnologias de inteligência, ou seja, esse caminho para a troca cultural cibernética.

Mas, que homem vivencia esse mundo virtual? Que tipo de sociedade pode encontrar no ciberespaço? Que cultura é sendo vividas nas redes sociais? Bauman (1999) apresenta que encontramos o “sujeito líquido”, aquele que apresenta inúmeras identidades que se manifestam nos momentos mais propícios as suas necessidades. O sujeito líquido é aquele que faz parte da modernidade líquida, conceito desenvolvido por Bauman (1999) que se refere ao conjunto de relações dinâmicas que se apresentam em nosso meio

³⁹ De acordo com Castells (1999, p. 64) define Sociedade da Informação como “O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades”.

contemporâneo e que se modificam da “modernidade sólida” para a fluidez e volatilidade. Cortella e Dimenstein (2015) narram que os imperativos humanos são desenvolvidos de acordo com os desejos da massa. Com o aumento da velocidade da informação estão sendo lançada uma infinidade de informações que muitas vezes faltam com a verdade. Essas ações são chamadas de “*fake news*”, que para os autores seriam a ideia de: “vemos, portanto que a comunicação pode ser manipulada. [...] o que se faz é repetir uma mentira até que ela se torne verdade.” (CORTELLA E DIMENSTEIN, 2015, p.43). E, complementam: “Eu não consigo escrever na areia⁴⁰”. E, hoje, o mundo das mídias sociais equivale a escrever na areia no dia de tempestade.” (CORTELLA E DIMENSTEIN, 2015, p.105).

Caminhando pelos espaços virtuais, encontramos a arte presente no ciberespaço como uma forma aberta e interativa, uma coletânea de criações tendo várias atribuições de mecanismo a partir de uma criação. A arte no ciberespaço é originada da cibercultura e não pode ser comparada a uma obra no sentido clássico. No campo da educação, ele traz uma nova ferramenta para o educador utilizar, podendo gerar uma “inteligência coletiva”. Com a propagação da Internet, os ciberespaços ganharam mais espaço, e assim, conquistaram uma nova roupagem para a sociedade moderna. (VASCONCELOS, 2014)

No ciberespaço encontramos várias maneiras de preservar as fontes históricas e a memória de uma sociedade épica. Santiago (2011, p. 56) ensina que a imagem digital pode ser uma grande aliada na preservação de dados:

[...] a perspectiva de digitalização de informações antigas em arquivos digitais consiste em uma possibilidade de preservação e disponibilização de recursos para facilitar à manipulação destes por parte de pesquisadores em história. Qualquer que seja o registro, ele se constitui em um documento, ou seja, um conjunto de informações registradas em um suporte.

Com as palavras do autor já citado, compreendemos que os ciberespaços são ambientes que podem ser destinados a preservação e a conservação da história e da memória digital, a memória guarda nas *nuvens* em que podemos encontrar nos museus virtuais um aparato para a preservação do patrimônio histórico e cultura.

⁴⁰ Ideia que se designa que a mensagem não será duradoura.

Cavalcante (2011) discorre sobre a preservação da memória por meio de obras de artes em meios digitais, em que além de guardar a memória, os meios virtuais possibilitam o acesso maior a pessoas de todos os níveis sociais. A autora afirma: “[...] As visitas tradicionais às instituições museológicas e bibliotecas ganham força por meio das visitas virtuais.” (CAVALCANTE, 2011, p. 240).

A mesma autora apresenta os museus digitais como um espaço que tem a finalidade de guardar obras de artes originais ou não digitais, no qual se diferencia dos museus de espaços físicos, pois no espaço virtual, o museu abre espaços para as mais diversas finalidades que excede a educação e o lazer, dando oportunidade para participação em processo criativo. No âmbito educacional, em particular na história, a autora apresenta ainda que tem buscado entender as práticas, os fenômenos e as mutações que sustentam essa discussão.

Na percepção de Deleuze (2006) chama atenção para o leitor que o virtual não é a oposição do real, o virtual é como algo existente em com o potencial do real, admitindo interpretar a experiência do acervo desprovido de materialidade física e disponível nos entremeios dos *bits*⁴¹ e *bytes*⁴² como elementos que se configuram em potencialidades de experiências reais de ensino e aprendizagens. O autor ainda complementa que:

Toda multiplicidade implica elementos atuais e elementos virtuais. Não há objeto puramente atual. Todo atual rodeia-se de uma névoa de imagens virtuais. Essa névoa eleva-se de circuitos coexistentes mais ou menos extensos, sobre os quais se distribuem e correm as imagens virtuais. (DELEUZE & GUATTARI, 1990 p. 49).

Assim, a referência sobre as reflexões de Deleuze e Guattari auxiliam na compreensão do significado e conceito de *virtual*, tornando possível sua articulação com o âmbito da Museologia.

⁴¹ **Bit** (simplificação para dígito binário, "*Binary digiT*" em inglês) é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida. Usada na Computação e na Teoria da Informação. Um bit pode assumir somente 2 valores, por exemplo: 0 ou 1, verdadeiro ou falso. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bit>. Acessado 19 jul 2013

⁴² Um **byte** (**B**inary **T**erm), **baite**1 ou **octeto**, é um dos tipos de dados integrais em computação. É usado com frequência para especificar o tamanho ou quantidade da memória ou da capacidade de armazenamento de um certo dispositivo, independentemente do tipo de dados. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Byte>. Acessado 19 jul 2013

2.2.1 Os museus na cultura digital

As mudanças no mundo de acordo com nossas interfaces. As fronteiras do mundo são os limites de nossa interface. Nós não interagimos com o mundo, somente com a interface do mundo. A arte eletrônica nos ajuda a compreender melhor a natureza da cultura eletrônica e os fundamentos de nosso mundo eletrônico. (Peter Weibel).

Nos dias atuais, a arte digital está inserida nos ciberespaços e de acordo com Walter Benjamin (1993) vai além de uma visão sociologizante da prática artística. O autor defende a ideia de que as novas condições da produção e da fruição artísticas sugeridas na sociedade da comunicação de massa modificam de maneira substancial a essência da obra de arte.

Dessa forma, podemos verificar que a cultura digital já está enraizada na cultura dos museus. Para compreendermos como esse fenômeno está sendo visto pela sociedade temos que entender como a museologia atua na sociedade atual e como o papel do museu se adaptou às novas mudanças sociais e culturais para entender o cenário dos museus no Brasil e no mundo. Moutinho (1994) afirma que a museologia teve que evoluir para acompanhar as transformações sociais.

A museologia hoje já tem um campo disciplinar com características e o objeto de estudo especificado, mas ainda está em processo de consolidação assim como a estrutura do próprio pensamento contemporâneo. Para Magaldi (2010, p. 68) a museologia caminha para uma:

[...] perspectiva processual: ela está sempre em movimento e se constitui /reconstitui na interface entre os demais saberes e práticas sociais. [...] o estudo das ideias relativas a Museu e Museologia refletiu sempre os desenvolvimentos acadêmicos e os paradigmas do conhecimento, especialmente no campo das ciências humanas e sociais.

Podemos entender o museu como um fenômeno social, dessa forma, a museologia está em desenvolvimento para aprimorar o conhecimento e o estudo sobre esse fenômeno. É nos estudos teóricos que a museologia vem compreendendo as relações entre a comunicação, cultura, patrimônio e educação. Nesse aspecto, o debate sobre esses termos tem o apoio em três (3) questões centrais: as implicações sociais da herança cultural e a

necessidade de aceitação das diferenças; a ampliação e difusão do conceito de patrimônio; e a importância deste para a sociedade da informação. (MAGALDI, 2010). Nessa perspectiva, a relação entre Museu e Museologia pode ser estimada nas seguintes vertentes:

Quadro 3: Quadro explicativo das relações entre o Museu e a Museologia

Museologia como um complexo de práticas relacionadas aos museus	Museologia como disciplina teórica	Museologia como sistema de ideias
<ul style="list-style-type: none"> • Instrumento de organização destes, pode-se dizer que a Museologia é contemporânea ao primeiro museu e que não existe museu sem Museologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento das bases metodológicas a partir da prática em museus. Logo, a Museologia seria gerada após a existência do Museu, sendo possível existir museus sem Museologia e vice-versa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas estéticas e linguagens comunicacionais para os museus. Neste caso, a Museologia não apenas é capaz de desenvolver-se por si mesma, mas é também capaz de gerar novas formas e conceitos de museu.

Fonte: Magaldi (2010)

Dessa forma, podemos encontrar no museu o meio de comunicação e propagação da cultura, da memória e da história social, para isso, tem usado os desenvolvimentos tecnológicos e comunicacionais para auxiliar os espaços museológicos no seu papel na sociedade atual.

Com o advento tecnológico, o museu acompanhou esse processo que nos apresenta vários recursos digitais interligados nos contextos dos museus, para isso, muitos museus que estão presentes nos ciberespaços são considerados museus virtuais. Fiedler (2010) confronta a diferença entre os museus virtuais e o real, apresentando as três categorias de museus encontrados na Internet. Para entendermos melhor o que é um museu virtual, que foi o objeto de estudo da dissertação da pesquisadora, iremos discorrer um pouco sobre as três categorias de museus:

a) **Museu Presencial**- são aqueles museus que possuem espaço

físico concreto, que de acordo com Carvalho (2008) são os museus físicos ou museus em “pedra e cal”;

- b) **Museu Não Presencial**- são aqueles museus que estão nos espaços virtuais, mas são catálogos dos museus presenciais, ou seja, são espaços virtuais que contêm as principais informações sobre o museu presencial; e
- c) **Museu Virtual** – são aqueles museus que contem imagens virtuais, não possui espaço físico e todo seu acervo está no ambiente virtual.

De acordo com Loureiro (2003, p. 178) as diferenças básicas entre as três categorias de museus são:

[...] embora as funções museológicas sejam as mesmas, os museus apresentam características diferenciadas: os museus no espaço físico [presenciais] apresentam materialidade, ênfase na obra única, permanência, estabilidade, caráter institucional por definição, linearidade, processo de comunicação e transferência de informação unidirecional e assimétrico; tendência à separação dos polos receptor/emissor. Os museus no ciberespaço [museu virtual] se caracterizam pela imaterialidade, ubiquidade, provisoriedade, instabilidade, caráter não necessariamente institucional, hipertextualidade, estímulo à interatividade e tendência à comunicação bi ou multidirecional.

Já o museu não presencial Loureiro (2004, s/p) diz que:

Tal nomeação [museu não presencial] sugere uma ideia de museu permeada pela centralidade da informação, e não mais pela materialidade dos lugares e dos objetos físicos, traço que acompanhou o fenômeno museu desde suas origens, sem grandes abalos.

Discutiremos mais a diante os museus virtuais, para isso, iremos compreender melhor os museus na cultural digital.

O museu se destaca na função de mediador da relação entre o homem e o patrimônio histórico cultural, o que o faz responsável pela dinâmica que acontecerá dentro de seu espaço. Cabe ao museólogo, descobrir como as tecnologias, sejam elas digitais ou analógicas⁴³, podem ser um meio de

⁴³ Origem francesa, “*Analogue*” que por sua vez, derivado do grego “*Analogous*”. Não esclareceu.

mediação entre o museu e o visitante.

Acompanhando as novas tendências da sociedade na cultura digital, os museus estão se adaptando aos elementos digitais em seus espaços através das novas tecnologias – sejam elas digitais ou analógicas- disponíveis para esse ambiente, que de acordo com Muchacho (2005, p. 1541) as novas tecnologias, em destaque o digital, são:

[...] instrumentos preciosos no processo de comunicação entre o museu e o seu público. A sua utilização como complemento do espaço físico do museu vem facilitar a transmissão da mensagem pretendida e captar a atenção do visitante, possibilitando uma nova visão do objecto museológico.

Assim através da fala da autora supracitada, podemos encontrar museu que traz além de acervos analógicos, os acervos digitais, tais como simuladores, imagens virtuais, dentre outros o que deixa o museu mais atrativo para os seus visitantes, que cria um local que alia as capacidades múltiplas do museu e as experiências sensoriais e cognitivas que cada visitante pode aproveitar.

Podemos destacar os museus presenciais, que são aqueles com espaços físicos concretos, que já estão utilizando TDIC, ferramentas essenciais para a interação entre o visitante e o museu como complemento do acervo museológico. Belting (2012, p. 186) apresenta casos de museus contemporâneos que misturam a arte concreta com a arte produzida por tecnologias digitais, que nos diz que “O computador conduz secretamente, como um instrumento pós-técnico da fantasia, já para além da velha oposição entre máquina e espírito”. Assim, encontramos a imagem produzida pela tecnologia como obra artística que nos traz para dentro dos ciberespaços os espaços concretos, em que podemos encontrar o real e o virtual no mesmo ambiente, estando num espaço físico, com obras concretas e com obras digitais que nos caracterizam os museus presenciais na cultura digital.

Pensando em unir a função educativa, a formação do público, o virtual dentro dos espaços do museu que nas primeiras reuniões do ICOM já se era pensado como usar as novas tecnologias e a sua influência dentro dos ambientes museais e como iria aproximar a relação entre museu e visitante. Assim, depois da primeira reunião realizada em 1991 pelo ICOM, muitos

museus, destacando os museus norte-americanos e europeus, lançaram a sua versão digital.

Os museus brasileiros já utilizam as tecnologias digitais por meio de imagens ou de simulação. Alguns exemplos de museus são o da Língua Brasileira, do Futebol, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), museu da Latam, Estação Ciência, Museu de Zoologia, Museu de Ciência e Tecnologia da PUC, em Porto Alegre, Museu Aeroespacial – Musal. Esses museus tentam aproximar o visitante da realidade de viver a experiência do real através do virtual.

Figura 2: Simulador de Voo
- Boeing 727-100



Fonte: Michele Raggio

Figura 3: Simulador do
museu da Língua
Portuguesa



Fonte: Museu digital

Dessa forma, o museu é um espaço de interação, propagação da cultura, da história e da memória, com ações interacionistas, sociais, culturais e educativas. Para compreendermos essas funções do museu, Magaldi (2010) discorre sobre os museus virtuais como uma “linhagem viva”, em que o dinamismo e as transformações sofridas dentro deles são adaptados as diferentes realidades e culturas. O Museu abre portas para a universalização e difusão de diferentes culturas, uma vez que preserva bens materiais e imateriais, além de representar sociedades para outras sociedades, através de seus discursos.

O museu na cultura digital cria espaços tanto nos ambientes presenciais com seu espaço físico concreto como em ambientes digitais, essas possibilidades de interação e comunicação fazem com que o museu esteja presente por meio de suas ações, sejam elas presenciais e/ou virtuais. De acordo Fiedler (2010, p, 19) o museu presencial, apesar de usar as tecnologias digitais, ainda preserva os traços antigos:

[...] preservam a sua forma narrativa hierarquizada, usando os códigos sociais específicos de uma época, de acordo com seu papel ideológico de manutenção das relações de poder e controle da informação.

Os museus que estão alocados nos ciberespaços são conhecidos por museus virtuais. Os museus virtuais fazem uma relação da sociedade com o virtual, sendo as imagens nos ambientes virtuais uma forma de aproximação com o real. O passeio a esses ambientes auxilia o visitante a conhecer os acervos que fazem parte da história social.

Quando os museus começaram a se ampliar nos ambientes virtuais, as ações que são realizadas nos espaços presenciais transformaram-se em práticas nos museus virtuais, assim como os museus presenciais já estão utilizando ações que antes encontrávamos somente neste espaço. Na concepção de Arruda (2011) as visitas ao museu virtual constroem experiências baseadas na cultura digital e nas possibilidades de transmissão e acesso de seus suportes tecnológicos. A vantagem do museu neste ambiente é unir educadores e educandos que não tem acesso a visitar museus presenciais, e assim, possibilitar uma prática educativa digital em ambientes virtuais.

É comum encontrar sites de museus com seu acervo e que se autodenominam como “museu virtual”, na tentativa de virtualizar a informação, a cultura e a produção da imagem. Foi pensando no desenvolvimento de um ambiente em que se pudesse aumentar a propagação da história e da memória que surgiu o virtual os museus. Mas, nem todos os ambientes que estão sendo referenciados como museus virtuais na web são realmente um museu virtual. Encontramos salas que projetam os espaços físicos de museus, são imagens, vídeos, animações, simulações que tentam representar o museu presencial.

2.3 Os museus como espaço de ensino e aprendizagem

**“A leitura de mundo antecede a leitura das palavras”
(Paulo Freire)**

Antes mesmo de termos o domínio com as palavras, temos o domínio do mundo, nascemos e nos desenvolvemos num ambiente familiar regado de cultura, imagens, histórias e memórias. Dessa forma, ao se visitar

um museu, o visitante já consegue realizar sua leitura de mundo nas representatividades que o museu pode lhe oferecer.

O espaço museológico enquanto local destinado a guardar dados, informações, saberes, história e memória social, pode ter a função de mediador do processo de aquisição do conhecimento. Compreender o papel do museu é uma forma de entender como podemos vivenciar as ações sociais estão neste espaço, assim como a educação. O que também caracterizou os museus por muito tempo foi a ideia de local guarda e expões coleções de obras raras e que por si só essas coleções eram autoexplicativas e por consequência disso, era repassado as escolas e ao corpo discente a ideia de que o museu era por si só já era “autoeducativo”. (COMPAGNONI, 2009)

O papel primordial dos museus tinha quão descrito no campo educativo como o local de “autoeducação”. Mas, no final do Século XX e início do Século XXI essa ideia vem sendo superada, sendo introduzidos projetos que partem dos museus para atender às escolas através de programas de monitoria, que tem o papel de contar e narrar a história dos objetos museológicos que proporcionam uma aprendizagem aos educandos/visitantes para promover a consciência crítica.

A educação museal teve seu início, no Brasil, a partir do movimento da Escola Nova, na década de 1930, quando se começou a repensar a relação entre as instituições escolares e museológicas. Foi então que produziram textos, promoveram reflexões e favoreceram pesquisas. Assim, são impressos materiais que oferecem leituras, ainda que poucas, ao magistério e aos interessados sobre o sistema educativo dos museus, garantindo que os registros também servissem para a reflexão aos futuros encontros dos estudiosos. (BEMVENUTI, 2007). Para confirmar essa ideia, Henriques (1996, p. 68) nos diz que “A renovação da escola trouxe consigo a necessidade de utilizar novos canais de comunicação, tanto mais que o educando é, agora, encarado como sujeito e objecto da educação.”.

Na educação escolar as visitas aos museus fazem parte da cultura educacional, pois auxiliam na preservação da história social. Bittencourt (2012) afirma que as visitas aos museus podem construir uma situação pedagógica de uma nova leitura, por parte do educando, da cultura material, que visa à compreensão da linguagem museal. Nesta perspectiva, os educadores

advogam a favor da função de preservação da história/memória social que os museus possuem, para assim entender o que é uma peça de museu. De acordo com a autora supracitada:

[...] os objetos dão ali preservados, expostos, a fim de oferecer uma compreensão do que seja “uma peça de museu”. [...] As explicações iniciam-se pela trajetória do objeto do lugar onde foi encontrado ou adquirido até como chegou ao museu, tornado-se, então, “peça de museu”. (BITTENCOURT, 2012, p.356-357)

A relação que os estudantes têm ou podem ter num museu como lugar de troca, de descoberta, de produção de sentidos, criação, mas, sobretudo, como espaço de memória de história de vida. Além de sua formação como sujeito social, histórico e cultural, a partir dos elos e associações que a criança (faz/pode fazer), a partir de suas experiências estéticas com representações culturais de outros tempos/espacos e com pessoas de outras gerações. (LEITE, 2006)

O museu como espaço educacional, segundo Reis e Pinheiro (2009) como um diálogo fiel entre os sujeitos e a memória do povo retratada no seu acervo, e que ensina os valores necessários a toda condição humana. Compagnoni (2009, p. 23-24) nos aponta o papel educativo do museu mensurando que:

[...] a escola pode ir ao museu e desenvolver atividades que orientem "certo olhar questionador" aos objetos. Assim, a criança/aluno poderá ver os objetos não apenas como guardiões da memória, mas como provocadores da história e formadores da consciência histórica.

O autor complementa que o museu é um local em que ativa a reflexão crítica através da observação dos objetos, compreendendo que a educação museológica deve formar um cidadão crítico. Também acrescenta expondo que muitas crianças e jovens realizam a primeira visita ao museu através da escola, daí o ponto em que se deve pensar a relação da educação museal dentro e fora da instituição museológica, seja ela presencial ou virtual.

Os objetos museológicos podem ter um papel educativo e não meramente enciclopédico, em que são usados apenas para apreciação, mas para o uso de uma reflexão crítica ajudando na interpretação e no seu papel social, histórico e educacional. Compagnoni (2009, p. 25) afirma que “quando o professor leva crianças/alunos ao museu não pode passar a ideia de que a

história está pronta nos objetos, que basta a criança/aluno contemplar e consumir”. Ramos (2004) constrói o pensamento de que se deve estabelecer uma relação entre os objetos museológicos e o ato educativo, possibilitando ao estudante o processo investigativo.

Para assumir seu caráter educativo, o museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um argumento crítico. Mas só isso não basta. Torna-se necessário desenvolver programas com o intuito de sensibilizar os visitantes para uma interação com o museu. [...] Antes de tudo, objetiva-se o incremento de uma educação mais profunda, envolvida com a percepção mais crítica sobre o mundo do qual fazemos parte e sobre o qual devemos atuar de modo reflexivo (RAMOS, 2004, p. 20).

O autor reintegra que os espaços do museu não devem ser vistos pelas escolas como o local de passeio que guarda os objetos do passado, pois dessa forma, os museus não trariam ao visitante a possibilidade de conhecer a história e a memória social que estão nos objetos, e assim, sua possibilidade educativa não estaria sendo explorada.

Cabral (2006) acredita que as ações museológicas devem focar no visitante, e não no objeto, dessa forma, a autora nos explica que se deve adotar uma postura ao se tratar os objetos de acordo com o que eles significam para o visitante/estudante. O que o objeto deve ter para o observador é buscar a (re)criação e (re)interpretação dos significados e sentidos em que eles apresentam para a exposição. Assim, a Cabral (2006, p. 16) complementa:

Tal postura significa, evidentemente, na ação educativa, dar voz ao visitante, estabelecendo diálogos que permitam ao visitante expressar seus sentimentos, ideias, sua percepção do momento que estão vivendo em contato com os objetos. A fala é espaço de troca.

Já é notável que dentro dos espaços museológicos as ações educativas são realizadas de maneira informal, em que se busca um intercâmbio entre escola e museu com projetos que atendam às necessidades dos estudantes.

Pereira (2010) nos embasa sobre o fenômeno educativo nos museus brasileiros apresentando a sua dimensão e a função educativa dos museus. A autora nos mostra que a compreensão da função educativa dos museus é a de caminhar sempre que estiveram presentes no processo histórico brasileiro. Conforme Pereira (2010, p. 15) “[...] os momentos em que podemos identificar

a atuação e o alcance histórico da dimensão educacional dos museus e da mesma forma compreender as narrativas acerca da função educativa dos museus.”. Com isso, compreender a dimensão e a função educativa dos museus é identificar as possibilidades de aprendizagem presentes nas tarefas cotidianas.

Bemvenuti (2007) nos apresenta a ação educativa dos museus e a história da educação museal. Para a autora, o museu é caracterizado como um fenômeno sociocultural, em que “[...] é necessário rever fatos que apontem para o trajeto construído pelas instituições em tempos anteriores.” (BEMVENUTI, 2007, p. 618). Neste sentido, a autora relata o museu como o local que determina e relaciona a memória ao patrimônio cultural de uma sociedade. Além de apresentar o museu como a reescrita da história.

Através das palavras da autora, podemos compreender que os espaços museológicos promovem a curiosidade, estimula, socializa e motiva que são funções necessárias para o processo de aquisição do conhecimento – ensino e aprendizagem.

A instituição escolar ver no museu um prolongamento da sala de aula, que muitas vezes descarta o seu espaço como fomentador de discussão, pesquisa, criação e complementação dos conhecimentos históricos. Já os museus encontram na escola, os espectadores – estudantes e professores – de sua exposição que ajuda a aumentar a estatística no número de visitantes. Olhando por esse cenário, é necessário encontrar um ponto em que novos modelos de cooperação e trabalho de ambas as instituições se unam em ajudar a criar um modelo educativo que forme a consciência crítica dos sujeitos.

Para que ocorra uma troca mútua entre as duas instituições, devemos entender que o museu tem o potencial para fornecer atividades educacionais para todo o seu público, e que as ações educativas são mais abrangentes. (FIGURELLI, 2011).

Os museus surgiram como local da história e a memória social, através de suas obras de artes – imagens de quadros, esculturas e objetos que remetam a história cultural. Como vimos a Internet vem auxiliando no processo de interação e comunicação da sociedade digital, assim como um espaço que arquiva a memória coletiva e seletiva, e os museus ganharam mais um espaço

para propagar a história e a memória coletiva que possam guardar a memória digital que está armazenada nas *nuvens*. No que nos enfatizamos as ideias de Pollak (1989, p.14) “[...], pois o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.”.

Sabemos que a memória ela é primeiramente individual que criamos nossa lembrança e memória sobre as experiências que vivemos e depois ela se torna coletiva, para depois construir a memória coletiva. Assim, é no privado que se dá o processo de vivacidade das lembranças. E é nele que o indivíduo “grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p.4-5). De acordo com Pereira e Gaiotto (2017) esse é o primeiro caminho para a construção da identidade social de modo que, primeiro o indivíduo constrói e guarda aquilo que lhe é significativo, para em seguida o processo ser novamente refeito, agora com relação à memória adquirida em grupo.

Os acontecimentos que formam a memória iniciam no individual, mas Pollak (1992) advoga que os fatos não são vividos sozinhos. A dinâmica da memória devido as suas características na memória individual e coletiva (PEREIRA E GAIOTTO, 2017). Além disso, um dos mecanismos da memória é também sua seletividade, pois segundo Pollak (1992, p.4), a “memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Deste modo, a partir da importância agregada a determinado fato vivido pelo indivíduo, é que a memória guarda lembranças, com isso, pode-se dizer que tudo que fica gravado, variando seu grau, possui certa importância.

Os museus nos ambientes virtuais são espaços que encontramos as fontes para a pesquisa em história da educação, além de ser um local destinado à visitação que pode nos levar a discussões sobre a memória e a cultura e assim, desenvolver uma prática educativa nos ambientes virtuais.

2.4 Práticas culturais e museus virtuais

“são múltiplos os aspectos adquiridos no Brasil, nas duas últimas décadas, pelo imaginário artístico gerado no envolvimento tecnológico, com empenhos para se aproximar de uma consonância internacional de resultados. [...] Os museus se abrem mais às concepções de uma sensibilidade transformada pelos conhecimentos que ligam o homem às

máquinas de complexidade crescente.” (Walter Zanini)

Com o advento da Internet e a migração de práticas sociais para os ciberespaços, e após a reunião do ICOM em 1991, os museus também começaram a seguir para os espaços virtuais, inicialmente eram folhetos explicativos dos museus presenciais, mas, com as tecnologias e a interação social, os museus foram aprimorando os recursos tecnológicos e criando ambientes de maior interação entre o visitante e o acervo, o que proporcionou nos museus não presenciais um espaço para educação, cultura e lazer do visitante. Marçal *et al* (2005, p.4) informa que é importante, porém, “[...] salientar que a maioria dos museus encontrados na Internet, ditos virtuais, trata-se apenas de simples páginas Web”. Mais recentemente com a grande quantidade de obras digitais – imagens, vídeos, textos, hipertextos – que foi pensado num ambiente em que pudesse guardar essas obras, começaram então a criarem museus virtuais.

Silva (2011) nos informa que a definição de museu virtual ainda está em construção. Schweibenz (1998) diz que é fácil nos confundirmos com as outras denominações, tais como: museu eletrônico, museu digital, museu *online*, museu hipermídia, meta-museu, museu cibernético, cibermuseu e museu no ciberespaço. E por conta disso, apresentaremos a seguir algumas definições de possam validar e construir uma definição concreta sobre museus virtuais. O Ibram (2011, p. 20) define o museu virtual como:

Entendemos como museu virtual [...] a instituição sem fins lucrativos que conserva, investiga, comunica e interpreta bens culturais que não são de natureza física. Isto significa dizer que todo o acervo do museu virtual é composto por bytes, ou seja, potencializado pela tecnologia.

Rodrigues e Crippa (2010, p. 23) afirmam que os museus virtuais não são espaços que configuram os espaços físicos do museu, o museu virtual vai muito, além disso, o museu virtual é por excelência “[...] os ambientes museais na Internet que não possuem referências físicas e que apresentam obras feitas por e para o meio virtual.”. Essa definição que os autores apresentam traça um perfil que nos ajudou a delimitar, analisar e compreender os museus contidos nos ciberespaços.

Encontramos definições de que o museu virtual nada mais é que um catálogo na internet, o que nos leva a pensar em novas possibilidades de mudanças e orientações para visitas e objetos de estudos na *web*. Lèvy (2000, p. 202) diz que:

Os museus virtuais, por exemplo, não são muitas vezes senão maus catálogos na Internet, enquanto que o se conserva é a própria noção de museu enquanto valor que é posta em causa pelo desenvolvimento de um ciberespaço onde tudo circula com fluidez crescente e onde as distinções entre original e cópia já não têm evidentemente razão de ser.

O pensamento de Andrews e Schweibenz (1998, p. 18) sobre os museus virtuais, aponta esses espaços como:

[...] uma coleção logicamente relacionada de objetos digitais composta de variados suportes que, em função de sua capacidade de proporcionar conectividade e vários pontos de acesso, possibilita-lhe transcender métodos tradicionais de comunicar e interagir com visitantes [...], não há lugar ou espaço físico, seus objetos e as informações relacionadas podem ser disseminados em todo o mundo.

Nascimento (2010, p. 7) nos descreve que a ideia de museu virtual vai bem mais além, é um “sugere que a ideia subjacente à construção de uma expressão digital de museu na Internet é aquela de André Malralux de um ‘museu sem muros’”. O museu sem muros. Já Bernard Deloche (2001), em *Le musée virtuel* vai afirmar que o “Museu Virtual é um museu sem lugar e sem paredes”. Henriques (2004, p. 11) nos dá uma visão mais ampla da função do museu virtual para o visitante, a autora nos diz que:

[...] o museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio.

Sousa (2011) nos apresenta os museus virtuais como agente pedagógico e assim, podemos considerá-lo como um espaço de aprendizagem. Desta forma, o autor afirma que o domínio da museologia nos dá uma informação essencial de conhecimento que tem origem entre o visitante e o objeto (imagem digital). Assim, Sousa (2011, p. 33), expõe que “[...] As coleções de museus e seus objetos (imagem digital) constituem fontes de informação cultural e científica.”. Muchacho (2005, p. 1546) escreve sobre o

museu sem fronteiras a dinâmica multidisciplinar dos museus virtuais, conforme apresenta:

O museu virtual é essencialmente um museu sem fronteiras, capaz de criar um diálogo virtual com o visitante, dando-lhe uma visão dinâmica, multidisciplinar e um contacto interactivo com a colecção e com o espaço expositivo.

O museu virtual já se configura em espaço bem definido, a ideia de que ele tem a sua arquitetura bem definida no ciberespaço. Assim como o museu presencial, o museu virtual tem seu endereço e o “espaço arquitetônico” definido no site que ele está alocado. De acordo com Oliveira (2012, p. 207) os novos arquitetos são “os webdesigns, responsáveis pelas *homes* dos museus no ciberespaço, relacionados com os problemas hipertextuais, das tendências voltadas para o entretenimento dos visitantes.”. De acordo com Alison Griffiths apud Muchacho (2005, p. 1542) a arquitetura dos novos museus, narrando essa evolução, conforme escreve:

[...] such technologies have changed the physical character of the museum, frequently creating striking juxtapositions between nineteenth century monumental architecture and the electronic glow of the twentyfirst Century computer screen. Via the World Wide Web, the museum now transcends the fixities of time and place, allowing virtual visitors to wander throught its perpetually deserted galleries and interact with objects in ways previously unimaged.

As relações no campo virtual são amplas, conforme Muchaho (2005, p. 1542) descreve: “Quando se passa para o campo virtual, o campo de acção alargas e dando origem a múltiplos percursos interactivos”. Em relação à visita aos ambientes museais no ciberespaço vemos que o visitante pode ficar à vontade em relação ao horário sem ficar dependente ao tempo destinado para a visita, além de ter a liberdade de passear pelas galerias que lhe interessa. A visita se torna mais viável, pois não é necessário fazer o deslocamento até o espaço físico, o que possibilita uma interação de forma geral, pois a Internet não fecha. Marçal *et al* (2005, p. 4) afirma que

[...] Uma das vantagens mais perceptíveis da representação virtual de museus é a possibilidade do usuário conhecer e aprender culturas de diferentes regiões sem ter de se deslocar para um museu específico.

Oliveira (2012) afirma que apesar de todas as vantagens em torno da visitação ao museu virtual, nada substitui a visitação ao museu presencial. Rodrigues (2010, p. 22) descreve as principais características dos museus virtuais:

- Oferece um modo atraente que pode envolver a população continuamente em actividades de história;
- É aquele que trabalha o património, através de acções museológicas, mas que não necessariamente tem suas portas abertas aos utilizadores em seu espaço físico;
- Pode ser vertente virtual de determinado museu físico, mas também pode ser museu essencialmente virtual, e que com isso, pode ampliar as potencialidades humanas, criando inclusive, um novo modo de aprender e de pensar;
- É também solução para as cidades ou países muito pequenos que não tem nenhum museu e não tem a base financeira para apoiar um.

Através dos pontos elencados pela autora, apenas o terceiro que diverge entre os demais autores que pesquisamos, esse item nos apresenta uma característica semelhante ao museu não presencial.

O que podemos observar até o momento, é que os museus virtuais são está inserido dentro do campo da museologia, mas, ainda sem definição concreta e sem uma identidade fixa. A Internet hospeda vários sites de museus que se autodenominam virtuais, o ciberespaço oferece ambientes para o visitante entrar neles, mas, realmente, muitos ainda não têm um perfil traçado, denominam-se de webmuseu, museu digital, museu cibernéticos. Mas, realmente, o que vem a ser museu virtual? Como identificar um museu virtual? Como podemos classificar os museus virtuais cadastrado no Ibram?

Vasconcelos (2014) apresentou em sua dissertação os museus virtuais cadastrados no Ibram e discutiu como eles estão organizados no ciberespaço e a sua relação com os visitantes. De acordo com a pesquisa realizada na página oficial do instituto, podemos constar que a publicação de 2011 do livro sobre os Museus Brasileiros foram contabilizados um total de 3.118 museus, incluindo 23 museus virtuais. As regiões Sudeste (1.150), Sul (874) e Nordeste (709) são, nessa ordem, as que apresentam maior quantitativo de museus. No Estado do Ceará no ano de 2011 foram cadastrados 110 museus e na cidade de Fortaleza 31 museus. Os 23 museus virtuais pesquisados foram classificados de acordo com as PED desenvolvidas

nesses espaços, os quais estão presentes no quadro a seguir:

Quadro 4: Museus Virtuais cadastrados no Ibram.

Museu Virtual	Ano de Fundação	Cidade de Origem
Instituto Museu da Pessoa.Net (Museu da Pessoa).	1991	São Paulo – SP
Museu Clube da Esquina	2004	Belo Horizonte – MG
Museu Virtual do Rio Grande	2003	Rio Grande – RS
Museu Virtual de São José do Norte	2004	Rio Grande – RS
Museu Virtual In-Pró	1997	Florianópolis – SC
Museu Virtual do Transporte Urbano	Sem informação de data	Brasília – DF
Museu Virtual da Educação em Goiás	Sem informação de data	Goiânia – GO
Museu Virtual Guido Viaro	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Paul Garfunkel - Imagens do Brasil	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Poty Lazzarotto	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Miguel Bakun	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Maçônico Paranaense	2008	Curitiba - PR.
Museu Virtual da Faculdade de Medicina da UFRJ	Sem informação de data	Rio de Janeiro- RJ
Museu Virtual Memória da Propaganda	Sem informação de data	Porto Alegre – RS
Museu Virtual da Moda	Sem informação de data	São Paulo – SP
Museu Virtual	Sem informação de data	São Carlos- SP
Museu Virtual de Maricá	1999	Maricá-RJ
Museu do Rádio	Sem informação de data	Porto Alegre –RS
Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília	Sem informação de data	Brasília – DF
Museu do Calçado de Franca	Sem informação de data	Franca- SP
Museu da Corrupção	Sem informação de data	São Paulo – SP
Museu Virtual de Arte Brasileira	1998	Rio de Janeiro – RJ
Museu do Sexo	2003	São Paulo – SP

Fonte: Vasconcelos (2014, p. 80)

Um fato curioso que a autora supracitada encontrou, é importante destacar que todos os museus virtuais cadastrados no Ibram pertencem às regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, o que sinaliza a necessidade de se pensarem políticas públicas museais que se ampliem para as demais regiões do Brasil.

Vasconcelos (2014) classificou os museus de acordo com suas PED e apresentou as semelhanças e as ações que acontecem em cada museu, apesar das especificidades. Para essa classificação, a pesquisadora utilizou quatro (4) nomenclaturas para ajudar na explicação.

A primeira nomenclatura que define os museus como mostruários de negócios comerciais foram “Museus Cartão de Visita”, sendo aqueles que “[...] apresentam a história de um grupo industrial ou empresa.” (VASCONCELOS, 2014, p. 80). Nesses museus, foram encontradas atividades voltadas para a rotina e exercício da empresa, e as PED que estão presentes nesses museus são todas voltadas para atividades educacionais de âmbito empresarial e/ou industrial.

As PED aparecem de formas mais peculiares, em que o mediador da visita – se for dirigida – tem estimular a pesquisa e assim, encontrar a prática educativa nela. Um exemplo desse tipo de museu é o museu virtual IN-PRÓ. (VASCONCELOS, 2014, p. 81)

Esses museus representam cinco (5) dos museus virtuais que pesquisamos, conforme apresentamos no Quadro 5:

Quadro 5: Museus Virtuais classificados no Museu Cartão de Visita.

MUSEU	ANO DE CRIAÇÃO	CIDADE DE ORIGEM
Museu Virtual In-Pró	1997	Florianópolis – SC
Museu Virtual do Transporte Urbano	Sem informação de data	Brasília – DF
Museu Virtual Memória da Propaganda	Sem informação de data	Porto Alegre – RS
Museu Virtual da Moda	Sem informação de data	São Paulo – SP
Museu do Calçado de Franca	Sem informação de data	Franca- SP

Fonte: Vasconcelos (2014)

Figura 4: Página Inicial do Museu Virtual IN-PRÓ



Fonte: Vasconcelos (2014).

A segunda nomenclatura que Vasconcelos (2014) encontrou para nomear os museus que são mostruários de obras de artes os Museus de Exposições, que a autora advoga como “[...] aqueles museus que apresentam obras de artes de artistas de sua cidade que querem homenageá-los criaram esse espaço virtual para apresentar a sua história e a arte.” (VASCONCELOS, 2014, p. 81). Nesses museus foram encontradas atividades educativas voltadas para aulas de artes, história e geografia, pois muitas das obras estão em bairros e/ou localizações consideradas turísticas.

As práticas educativas digitais estão presentes no momento em que o visitante entra no museu, pois são utilizados artefatos culturais que atraem a curiosidade, a pesquisa, e aprendizagem, o mediador da visita – se for dirigida – tem diversas possibilidades de trabalho, pois além de exposições das obras há entrevistas, biografia do autor, dentre outras curiosidades que podem ser trabalhadas pelo educando/visitante. (VASCONCELOS, 2014, p. 81-82).

Esses museus representam quatro (4) dos museus virtuais que pesquisamos, os quais estão apresentados no Quadro 6:

Quadro 6: Museus Virtuais classificados no Museu de Exposição

MUSEU	ANO DE CRIAÇÃO	CIDADE DE ORIGEM
Museu Virtual Guido Viaro	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Paul Garfunkel - Imagens do Brasil	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Poty Lazzarotto	Sem informação de data	Curitiba – PR
Museu Virtual Miguel	Sem informação de data	Curitiba – PR

Bakun

Fonte: Vasconcelos (2014).

Figura 5: Página Inicial do Museu Miguel Bakun



Fonte: Vasconcelos (2014).

Os Museus Cidades, Vasconcelos (2014, p. 83) denominou como aqueles museus que são destinados a contar a história e curiosidade das cidades. São caracterizados

[...] denominamos os museus que contam a história e curiosidades da cidade. É caracterizada [...] por apresentarem os pontos turísticos, a história, a biologia, a história, a geografia local, o que auxilia ao mediador na ação educativa, pois as coleções do museu são todas voltadas para as práticas educativas digitais. Outro ponto em destaque nesses museus, é que além de trazerem atividades educativas, podem ser considerados museus turísticos, pois mostram toda a beleza natural e os pontos turísticos que atraem os visitantes para conhecer a cidade.

Esses museus representam três (3) dos museus virtuais que pesquisamos. Nesta categoria estão os museus:

Quadro 7: Museus Virtuais classificados no Museu Cidades.

MUSEU	ANO DE CRIAÇÃO	CIDADE DE ORIGEM
Museu Virtual do Rio Grande	2003	Rio Grande – RS
Museu Virtual de São José do Norte	2004	Rio Grande – RS
Museu Virtual de Maricá	1999	Maricá-RJ

Fonte: Vasconcelos (2014).

Figura 6: Página Inicial do Museu Virtual de Maricá



Fonte: Vasconcelos (2014).

Por fim, a pesquisadora apresenta os museus que guardam a história e a memória social e cultural de um grupo, são os Museus de Memória Social e Aprendizagem em que Vasconcelos (2014, p. 83) destacou como aqueles “[...] que guardam a memória social de um determinado grupo.”

As PED presentes nesses museus são aquelas em que os visitantes virtuais têm acesso às galerias que podem encontrar informações passíveis de serem trabalhadas de acordo com a idade, conhecimentos prévios ou estilo de aprendizagem.

Os museus da memória social apresentam uma forma de visita mais orientada para a discussão didática, os acervos do museu são atraentes e fazem com que o visitante retorne para desenvolver outras atividades nas PED. (VASCONCELOS, 2014, p. 84).

Esses museus representam onze (11) dos museus virtuais que pesquisados:

Quadro 8: Museus Virtuais classificados no Museu de Memória Social e Aprendizagem

MUSEU VIRTUAL	ANO DE FUNDAÇÃO	CIDADE DE ORIGEM
Instituto Museu da Pessoa.Net (Museu da Pessoa).	1991	São Paulo – SP
Museu Virtual da Educação em Goiás	Sem informação de data	Goiânia – GO
Museu Maçônico Paranaense	2008	Curitiba - PR.
Museu Virtual da Faculdade de Medicina da UFRJ	Sem informação de data	Rio de Janeiro- RJ
Museu Virtual da Moda	Sem informação de data	São Paulo – SP
Museu Virtual	Sem informação de data	São Carlos- SP
Museu do Rádio	Sem informação de data	Porto Alegre –RS

Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília	Sem informação de data	Brasília – DF
Museu da Corrupção	Sem informação de data	São Paulo – SP
Museu Virtual de Arte Brasileira	1998	Rio de Janeiro – RJ
Museu do Sexo	2003	São Paulo – SP

Fonte: Vasconcelos (2014).

Figura 7: Página Inicial do Museu Virtual de Ciências e Tecnologia da Universidade de Brasília



Fonte: Vasconcelos (2014).

A ação do mediador da visita deve ser de observar às atividades que serão encontradas nas galerias e acervos, pois apesar de ter tantas informações disponíveis nas salas do museu podemos encontrar outras que não sejam voltadas para a proposta que deseja. As PED nos museus virtuais estão para auxiliar o visitante, mas estando num universo de tantas possibilidades, torna-se complexo se não for direcionado.

Assim, podemos definir o museu virtual como o lugar que tem o seu acervo virtual, composto por imagens, vídeos, textos, hipertextos. Sua arquitetura é um site dividido em salas, galerias virtuais, não tendo um aspecto de um museu presencial. A visita é guiada por tecnologias que auxiliem o visitante a navegar por seus ambientes. Como todo museu, que guarda a história e a memória social, é um ambiente destinado à prática educativa digital, à cultura, ao lazer e à interação entre o visitante e o museu. Seu acervo pode ser acessado por qualquer cidadão do mundo que deseje conhecer.

3. MUSEUS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DIGITAIS

3.1 Imagem e seus sentidos

"A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido." (Walter Benjamin).

A imagem e suas representações fazem parte de um paradoxo que apresenta traços entre a arte e o desenvolvimento do imaginário social no coletivo de espaços, sejam eles virtuais ou concretos. Dessa forma, a imagem descreve a história e a coletividade social, sejam elas nos espaços museológicos, sejam eles nos ambientes virtuais de interação e comunicação.

Os elementos constitutivos da imagem são discussões pertinentes para a cultura social e o desenvolvimento dos novos mecanismos sociais. McLuhan (2007) mostra que no mundo contemporâneo com as novas tecnologias de informação e comunicação surge na sociedade a “cultura da nova oralidade”, sendo “[...] aquela que substitui a cultura do livro ou da escrita impressa”. (BITTENCOURT, 2012, p. 362). No contexto educacional a imagem auxilia no desenvolvimento do imagético educacional. Dessa forma, Bittencourt (2012, p. 363) advoga que “[...] as análises que envolvem o papel do espectador ao consumidor das imagens não como um sujeito passivo, mas integrante do processo; sujeito que não apenas assimila a cultura hegemônica, mas estabelece novas formas de comunicação.” O uso pedagógico da imagem proporciona ao estudante a leitura de uma nova integração social, o que possibilita uma visão crítica e reflexiva da imagem em seu sentido mais amplo.

Aumont (2007) nos apresenta a imagem enquanto arte e destaca que o sujeito é um espectador, ou seja, ele congrega a capacidade perceptiva da mesma dotada por múltiplas esferas que nos rodeiam. É a partir desse ponto que o autor enfatiza a construção do observador pela imagem e a construção da imagem pelo observador, afirmando que imagem só existe para ser vista, destacando o processo imagético, sendo uma ação orgânica que se constrói historicamente. Segundo Aumont (2007, p. 14)

Os argumentos, as trocas, as passagens da imagem são cada vez mais numerosos e pareceu-me que nenhuma categoria particular de

imagem pode atualmente ser estudada sem que se considerem todas as outras.

Para o autor supracitado, o estudo da imagem digital se relaciona com o estudo de outros tipos de imagens. Nesta perspectiva da imagem digital, Biazus (2003) a definiu como uma ferramenta para aprendizagem e concluiu que essa experiência de viver o digital é uma forma de expandir a arte digital. Os ganhos para a educação são bastante significativos, pois o sujeito que a observa, faz sua própria leitura de imagem, aperfeiçoando sua percepção do imagético.

Apontam, justamente para os processos que o educando pode realizar nos ambientes digitais, e que dele são específicos, ou seja, a possibilidade de recriar seu universo simbólico/estético, num processo dialógico de trocas, com a cultura do seu tempo, viabilizada pela virtualidade da interface. (BIAZUS, 2003, p. 3)

Outro ponto que a autora destaca é a utilização de museus virtuais como espaço de aprendizagem, apresentando sites e mostrando formas de como trabalhá-los para o desenvolvimento cognitivo, pois os mesmos disponibilizam processos de interação com a obra visitada e possibilitam a vivência com a imagem. Sardelich (2006) faz uma explanação sobre as diversas leituras de imagem e como podemos utilizar no ensino:

Ler uma imagem historicamente é mais do que apreciar o seu esqueleto aparente, pois ela é construção histórica em determinado momento e lugar, e quase sempre foi pensada e planejada. (SARDELICH, 2006, p. 209).

Para a autora a Pedagogia da Imagem é uma ferramenta de estudos culturais, o qual a educação não está restrita ao texto propriamente dito. Ao utilizar a imagem como recurso pedagógico, o educador deve estar atualizado para poder orientar bem os seus educandos e a si mesmo, para saber qual o melhor artefato visual a ser usado em aula.

Já Burke (2004) nos apresenta a imagem como evidência histórica, ou seja, a não utilização de imagens como fontes históricas, seria uma grande perda desses recursos, o qual aconteceu por um grande período. Além de apresentar a discussão entre “positivista” na qual a imagem traz informações do mundo exterior, e a “estruturalista” que a imagem já possui essa capacidade.

As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim, visões contemporâneas daquele mundo [...]. No caso de imagens, como no caso de textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos mais significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir.” (BURKE, 2004, p. 236-238)

O autor também destaca três enfoques que nos ajudam a compreender o que podemos encontrar em uma imagem: o caráter psicanalítico que observa o papel do inconstante na produção da imagem; a estrutura que toma o sistema de imagem por signos; e o da história social da arte o autor denomina “guarda-chuva aberto” por reunir uma variedade de enfoque que concorrem entre si.

A imagem eletrônica é definida por Machado (1988) como construída de uma série de pixels e linhas de retículas. No quesito imagem computacional, podemos conceber – inicialmente – como que passou por um processo de digitalização, conversão de vídeos, fotografias entre outras mídias para o formato digital. Para Couchot (2003, p. 162) a imagem computacional é aquela que passou por “um processo computacional. Nesse caso, a descrição matemática precede qualquer outra informação”. Arantes (2005, p. 77) define a imagem computacional como “imagens dialógicas e comportamentais”, pois está na interface o fato delas serem ideias e criações em computadores.

Deleuze (1990) cria o conceito de imagem-tempo para descrever o processo de temporalização da imagem, conceito bastante usado para quem trabalha com a ideia de cinema. Já nos ambientes computacionais, discutimos sobre a imagem-interface, que de acordo com Beiguelman (2003, p. 25) “a imagem digital que é a possibilidade de ser mapeável, de incorporar comportamentos e ações tornando-se imagem-interface.” Ou seja, a forma de “usar e abusar” da criatividade da imagem digital. Couchot (2003) apresenta que a imagem digital tem a possibilidade de dialogar e interator endógena, ou seja, a interatividade entre os objetos numéricos que estão na fonte da imagem. Cada objeto da imagem digital computacional tem seu código e sua forma de agir e interagir, dessa forma, o autor supracitado afirma que cada objeto – imagem digital – tem o seu próprio comportamento.

Assim, podemos entender a imagem como representatividade social nos ambientes concretos e nos ambientes virtuais. O contexto histórico da imagem apresenta traços de imaginário social, que proporciona também, a memória social e coletiva, que iremos discutir no próximo tópico.

3.2 A história e a memória

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo em que modo de existência. O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente. (Walter Benjamin)

“Tudo tem uma história” (J.B.S. HALDENE, 1951) as concepções da escrita e preservação da história e da memória nasce da ideia de que as tendências culturais e sociais não podem ser analisadas apenas de um ponto de vista. Requer uma explicação que necessite guardar e verificar os interesses do seu povo. Como essa tese apresenta uma narrativa sobre o desenvolvimento de uma política pública para educação museal, que teve sua base de discussão num Blog para a criação de uma Política Nacional de Educação Museal – PNEM- – precisamos oferecer ao leitor as ideias sobre a história e a memória.

3.2.1 A história e a cultura museal

Ao se visitar uma cidade um dos caminhos para conhecer a sua história é visitando os museus. Essa ideia é apresentada por Salgado (2006, *apud* PEREIRA, 2010) em que os museus são espaços que buscam compreender o local da escrita da história e analisa o movimento que define um projeto disciplinar para o conhecimento do passado, a afirmação da história enquanto campo disciplinar. “É, portanto, como parte deste cenário que os museus são pensados como uma forma específica e particular de se escrever história” (PEREIRA, 2010, p. 28). Para os historiadores da educação encontramos nos museus o berço da escrita da história, em que as fontes

primárias no formato de objeto nos auxiliam na compreensão do passado e na escrita da história.

Para os historiadores da educação, podemos encontrar nos espaços virtuais novas (velhas) fontes de pesquisa. De acordo com Martinho Rodrigues (2011) toda fonte é produzida pelo homem e tem o principal papel de veicular informação. Com isso, vemos que a sociedade está sempre produzindo fontes históricas e escrevendo a história. A educação está acompanhando esse processo da digitalização que está presente nos ciberespaços.

Ainda nessa perspectiva, encontramos nos espaços museológicos o local onde se guarda os objetos e documentos históricos, que de acordo com Blanco (1994, p.8) "*el objeto portador de información se convierte en un documento, en una fuente de dados...*". Dessa forma, podemos ter nos museus mais um espaço em que podemos encontrar as fontes históricas, pode-se achar nos objetos museológicos um marco temporal e uma evidencia de que ali existe história (BLANCO, 1994). Nos museus virtuais podemos encontrar objetos e documentos históricos que estão guardados nas *nuvens*, o que auxilia ao visitante ter acesso a essas fontes históricas que estão nos espaços museológicos virtuais.

A pesquisa em história da educação resgata o passado para o presente por meio das fontes históricas. Ferreira (2000) nos apresenta que a evolução da Internet ajudou a ter a coleta de dados digitais que estão hospedados nos ambientes virtuais. O fluxo contínuo e quase que constante de informações vindas da *web* nos deu uma grande quantidade de informações faz com que o novo se torne ultrapassado em pouco tempo. O que a autora chama de história do tempo presente. Além do mais, Martins (2011, p. 34) nos fala que as fontes disponíveis nos ciberespaços têm um papel que "[...] procura valorizar o papel do indivíduo, das conjunturas, dos aspectos culturais e políticos, representativos de um momento contemporâneo." Os museus nos ambientes virtuais se caracterizam como espaços que guarda a cultura, a história e a memória social nestes ambientes.

O fato de que a história é algo do passado, estamos nos contrapondo às necessidades sociais contemporâneas. De acordo com Sarlo (2007) a sociedade está vivendo num tempo acelerado, o excesso de informações tem proporcionado a escrita da história todos os dias com novos

fatores que estão interligados com o presente. Os espaços digitais podem ser receptivos para guardar dados, fontes, informações e propagar a história do tempo presente.

Para compreender o fator histórico e na concepção da evolução do pensamento que se desenha a historiografia atual, encontramos na Escola dos Annales⁴⁴ o ponto de partida para as discussões sobre a proposta da história atual, o que serviu de base para outras correntes historiográficas seguissem seus passos. A Escola de Annales ver a história como ciências em construção, por isso, está aberta a novas perspectivas nas suas abordagens e que de acordo com Lopes (2009, p. 27) nos fala que:

[...] dos *Annales*, repousa sua novidade em três processos: *novos problemas* põem em causa a própria história; *novas contribuições* modificam, enriquecem, transformam os setores tradicionais da história; *novos objetos* aparecem no campo epistemológico da história.

Nessa perspectiva, temos a consciência de que os historiadores da educação ainda encontram uma crescente mudança nas fontes historiográficas dentro dos ambientes virtuais e encontramos nos museus hospedados na web o local de pesquisa e práticas educativas. De acordo com Le Goff e Nora (1977 *apud* LOPES, 2009, p. 28) as “novas tendências” historiográficas não devem ficar presas apenas ao passado, à história é “feita” de acordo com a necessidade do presente, conforme nos fala:

[...] o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio de ontem ou de amanhã. É saber fazer a história de que temos hoje necessidade. Ciências do domínio do passado e da consciência do tempo, deve ainda definir-se como ciência da mudança, da transformação.

Assim, a história buscou os fatores que auxiliaram nesta mudança. Os artefatos culturais históricos auxiliaram neste processo, e um desses artefatos é a imagem. Bittercourt (2012) apresenta a imagem como um recurso que auxilia ao historiador no processo de metodológico de no processo de ensino e aprendizagem. A autora supracitada informa que o historiador ao

⁴⁴ De acordo com Lopes (2009, p.74) define Escola do Annales como: “*Annales*: a palavra referia-se inicialmente à revista criada por Lucien Febvr e Marc Bloch em 1929, *Annales d’histoire économique et sociale*, finalmente denominada *Annales, économies, sociétés, civilisations* (1946). Entendeu-se para designar uma linha de análise histórica que busca uma história total, na qual a vida dos grupos humano – social, política, econômica – seja assim captada e escrita.

estudar o processo de construção da história contemporânea usa várias ferramentas que o auxiliam nesta construção, uma delas é a imagem tecnológica, que a autora define como imagem digital. De acordo com Saliba (1993, *apud* BITTERCOURT, 2012, p. 363), o uso da imagem tecnológica na construção da história do tempo presente se faz com o:

O foco analítico se desloca para acompanhar como as inovações tecnológicas de mídia (rádio, televisão, videocassetes, multimídias, etc.) se inserem no cotidiano improvisado dos grupos sociais, como se dá a relação dos receptores com essas formas culturais eletrônicas ou como imagens “textos” e “leitores”.

Assim, para se situar a relação entre produção e consumo das imagens, entre o sujeito que cria a imagem e serve ao público e o sujeito que dela se apropria, é necessário que o sujeito histórico devem se apropriar do termo “representação”, que de acordo com Bittercourt (2012) refere-se que a representação histórica é visualizar a imagem não como estática, mas em constante movimento. Ou seja, “[...] as imagens fixas ou em movimento têm sido a base da informação entendida como o real, como o fato histórico.” (BITTENCOURT, 2012, p. 363). Para as histórias escolares, o uso da imagem tecnológica e o seu papel que desempenha na criação de uma nova relação com o conhecimento histórico e o coletivo imaginário social. É verificar como as representações históricas, por meio de imagem, são aprendidas e desenvolvidas nas socialmente na contemporaneidade.

Nesta perspectiva sobre o desenvolvimento da história contemporânea e as suas perspectivas no desenvolver das correntes históricas, encontramos em Martins (2011) apresenta que escola de Annales ajudou na construção do percurso histórico das demais correntes historiográficas, então na perspectiva da História Cultural encontramos que:

A valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado. (FERREIRA 2002 *apud* MARTINS, 2011, p. 35).

Ainda neste percurso da História Cultural, decidimos abordar essa perspectiva, pois apresenta entre outros estudos a história das práticas culturais. Segundo Chartier (1990) podemos encontrar na História Cultural

diferentes lugares e momentos em que uma realidade social é construída, pensada, dada a ler. Portanto, ao voltar-se para a vida social, esse campo pode tomar por objeto as formas e os motivos das suas representações e pensá-las como análise do trabalho de representação das classificações e das exclusões que constituem as configurações sociais e conceituais de um tempo ou de um espaço, e assim, podemos encontrar as práticas culturais digitais. Completando essa ideia, Martins (2011, p. 37) nos fala que:

Seja qual for o período histórico, o homem sempre será em sua essência um “ser social” inserido em redes de comunicação caracterizadas no decorrer da História pelos seus artefatos culturais que mediam as relações, construções e representações humanas.

Estudar sobre os museus nos espaços virtuais como local da história e memória social, assim como conhecer as suas práticas educativas nos faz refletir sobre como a história é preservada nos ambientes virtuais. Pensar em museu como local que histórico nos faz refletir sobre o que Le Goff (2013) afirma sobre História como a ciências que define as relações a uma realidade sobre a qual se “testemunha”, se “indaga”. A História como um relato, a narração daquele que pode dizer “eu vi, eu senti”, tornando-se a posteriori documentos escritos como testemunha. Seguindo essa linha de raciocínio, as fontes históricas não podem ser consideradas história e sim um artefato que nos ajude compreender a formação do processo histórico. Assim, podemos definir fontes históricas digitais como artefato cultural⁴⁵ histórico digital.

De acordo com Belting (2012) uma história tem alguma relevância ela é uma história coletiva, no qual existe algo de proeminente para a comunidade, seja ela para o bem ou para o mal. A história ganhou espaços dentro dos museus com as obras que guardam a história social, consolidando o seu espaço na democracia moderna. Nos museus, a história vive não num objeto individualmente, mas, nas obras como o coletivo. Para o historiador da educação, as ações pedagógicas podem ser encontradas nas discussões sobre a história, a cultura e a arte transformada em história em nome do Estado.

⁴⁵ “Via de regra, o *sentido* de um artefato ou de uma ferramenta é o dispositivo que seríamos obrigados a empregar para obter o mesmo resultado se ele não tivesse sido inventado”. (LEVY, 1996, p. 84). Os artefatos “são a cola que mantém os homens juntos e implica o mundo físico ao mais íntimo de sua subjetividade”. (LEVY, 1996, p. 136).

3.2.2 A memória e seus percalços museais

O museu é o espaço destinado a guardar a história e a memória de seu povo. De acordo com a mitologia grega, os museus foram local destinado a ser a casa das nove musas que são as filhas de Zeus com Mnemósine, onde preservava a história e a memória de sua sociedade. Sendo assim, faz-se necessário o estudo, a discussão teórica sobre a memória.

A memória pode ser descrita como o local que guarda os tesouros da mente humana. Percorrendo os palácios da memória humana Santo Agostinho analisou conceitos, criou imagens, manipulou sentidos e mostrou seu temperamento artístico. A memória é uma função da alma e está localizada no cérebro.

De acordo com o autor, em seu livro *X Confissões*, ao descreve a ideia de memória é guardada dentro do palácio cheio de compartimentos em que cada recordação é armazenada em um de seus cômodos e transformada em imagens, conforme podemos verificar nos seus escritos que é a:

[...] planície e os vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens veiculadas por toda a espécie de coisas que se sentiram. Aí está escondido também tudo aquilo que se sentiram. (SANTO AGOSTINHO, 2010, p. 53).

Quando queremos ter as lembranças de algo muito tempo guardado no palácio da memória, logo surge nas portas essa recordação, pois, para Agostinho (2010, p.54), pois, “o que o esquecimento ainda não absorveu nem o sepultou.” A memória fica armazenada, algumas estão mais fáceis de serem localizadas, outras precisam de estímulo para ser resgatada, conforme apresenta:

[...] uma coisa surge imediatamente; outras são procuradas durante mais tempo e são arrancadas dos mais secretos escaninhos [...]. Tudo isso acontece quando conto alguma coisa da minha memória. (AGOSTINHO, 2010, p. 54)

A memória é que coloca o homem mais próximo de Deus e pode ser concebido como uma grande moção da alma. Santo Agostinho apud Miranda (2001, p. 227) diz que: “Primeiro pensar achar-se na memória, o segundo numa certa moção dta alma nascida daquilo que a memória contém.”.

A questão de que a memória na concepção de Agostinho está

interligada com as experiências que vivemos de acordo com Miranda (2001, p. 227) complementa esse pensamento com: “Ora tudo o que faço a partir do que vi, é pela memória que o faço. Uma coisa é achar uma pura recordação na memória e outra produzir por meio dela voo imagem.”

Os sentidos auxiliam resgatar as lembranças de momentos vivenciados é guardada nos quarto do palácio da memória, ela reconstrói os objetos guardados tal como ele é, já que com a ajuda dos sentidos a sua presença são direcionados a mente, é com a memória que podemos concretizar a imagem do objeto ao sujeito. Assim Santo Agostinho diz que a memória é conjunto de conhecimentos escondidos na mente. O autor supracitado afirma que a memória é armazenada no cérebro, mas quem a colhe são os sentidos, sobre os sentidos Santo Agostinho (2010, p. 54) nos diz que:

Aí se guardam distintamente e segundo cada gênero todas as coisas que lá se introduziram pela entrada que lhes é própria, como a luz, as cores e as formas dos corpos, pelos olhos; toda a sorte de sons, pelos ouvidos; todos os odores, pela entrada do nariz, e todos os sabores pela da boca; e por aquele sentido que pertence a todo o corpo, o que é duro ou mole, quente ou frio, suave ou áspero, pesado e leve, quer intrínseco quer extrínseco ao corpo. Tudo isto recebem os grandes recessos da memória e não sei que inefáveis suas mansões, para tudo recordar quando for preciso, e tudo de novo considerar.

Mas, o que as ideias de Santo Agostinho sobre a memória têm haver com museu? O museu é o local por excelência destinado a guardar a história e memória social e cultural. As imagens processadas ajuda o visitante a resgatar a memória com a visão, e o leva, muitas vezes, a épocas históricas não vividas por ele – o visitante- e o faz reconstruir momentos, ou parte, da história.

Ainda tentando traçar a relação da memória com o museu, podemos encontrar Bergson (2010) que explicar o funcionamento da memória, que estão presentes no cérebro que guarda um arquivo que é a memória. Dessa forma, podemos ligar o presente e o passado com auxílio de momentos vivenciados no passado. Por esse pensamento, Bergson (2010, p. 266) escreve que “A memória tem por função evocar todas as percepções passadas análoga a uma percepção presente, recorda-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo assim, a decisão mais útil.”

E Bergson (2010, p. 2010) complementa: “A verdade é que a

memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, numa progressão do passado ao presente.”.

Assim, o autor supracitado escreve sobre a imagem como uma aliada para a construção da memória, considerando que a ela é a representação do objeto, de algo considerado real. Outro ponto que o autor nos leva a reflexão é acerca do papel da imagem na construção da memória, afirmando que todas elas agem e reagem sobre as outras, e que o futuro da mesma não é alterado em relação ao presente, ou seja, a memória é construída a partir daquele momento em que ela foi composta. No ato da construção da lembrança, sentimos as experiências e os momentos vivenciados. Assim a imagem se transforma em imagem virtual, como podemos constatar.

O progresso pelo qual a imagem se torna virtual se realiza não é senão a série de etapas pelas as quais essa imagem chega a obter do corpo procedimentos uteis. [...]. Em outras palavras, a imagem virtual evolui em direção a sensação virtual, e a sensação virtual em direção ao movimento real: esse movimento, ao se realizar, realiza ao mesmo tempo a sensação da qual ele seria prolongamento natural e a imagem que quis se incorporar a sensação. (BERGSON, 2010, p. 153).

O que Bergson propõem em sua obra é a natureza das funções da memória juntamente com o tempo e a fenomenologia da lembrança que nos auxilia a compreender o museu – e outras mídias – que tem o objetivo a preservação processamento e divulgação de fatos, acontecimentos e histórias.

A busca pelo o significado social de sua história e seus artefatos históricos culturais traz ao homem resgatar o passado e trazê-lo ao semblante do presente na historicidade do homem, sobre tal fato, Le Goff (2013, p. 25): “[...] por mais afastados no tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, na realidade, a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância”.

Assim, o autor já citado acima, discorre sobre o conceito de memória tendo uma importância crucial para a História,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, recorre, em primeiro lugar, ao conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2013, p. 423).

Ainda sobre a discussão da memória e seu significado para a sociedade, podemos encontrar que a memória como individual e/ou coletiva, de acordo com Le Goff (2013, p. 476):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

A memória coletiva é composta por lembranças de um determinado grupo que lhe são repassadas e não pertencem somente a um indivíduo, mas o coletivo. De acordo com Le Goff (2013, p. 425), ainda sobre a importância da memória,

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

O uso memória coletiva, vale ressaltar, durante muitos anos foi usado como jogo de poder, por isso, Le Goff (2013, p. 426) relata que “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Uma característica da memória coletiva é que ela está marcada pelas memórias de um grupo e assim, traz consigo as marcas da identidade coletiva começaram a se desenvolver com a investigação oral. Vale ressaltar que esse tipo de memória traz características peculiares.

Outro ponto discutido pelo autor citado é a memória social de acordo com os seus escritos, considera que traz consigo um patrimônio genético cheio de informações tanto na memória ativa como na memória de longo prazo. Le Goff (2013, p. 422) nos explica que: “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.”

Ainda sobre memória social encontramos que ela é a construção da memória humana que associa as questões do tempo e da história. Assim, compreendemos que os fatos do passado compõe parte da memória social, como também a cultura da comunidade. Sobre a memória social Worcman

(2008) defende que as narrativas orais auxiliam de maneira mais dinâmica que traz uma coesão e identidade a um determinado grupo. Assim, a autora supracitada afirma que:

A preservação, nesses casos, se dá muito mais pelo processo contínuo de produção, reinvenção, transmissão e apropriação das memórias do que pelo "isolamento" de artefatos ou símbolos que representem este patrimônio. A memória é, nestes casos, processo contínuo e cotidiano. (WORCMAN, 2008, p. 4).

Já Vasconcelos (2011) apresenta a memória como uma forma de fixação da lembrança, como retrata: "A memória exalta e destaca elementos-chaves que se expressam na oralidade. Marca os pontos que se fixam em volumes de lembranças prontas a emergir dos escaninhos mais profundos de sua alma." (VASCONCELOS, 2011, p. 28).

3.2.3. A memória digital

A memória coletiva e social estão diretamente ligadas à memória digital, segundo com Leroi-Gourhan (1964-65) *apud* Le Goff (2013, p. 427), a história da memória coletiva está dividida em cinco (5) períodos: "o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica". Ainda no pensamento de Le Goff (2013), relaciona a memória humana com a memória de computadores, inferindo ao último a característica de extensão da memória do ser humana.

Com o advento da tecnologia digital, a memória começou a ser armazenada nos ambientes virtuais dentro do ciberespaço, que Polak (2013) denomina de *nuvens*. Assim, podemos chamar essa memória, de memória digital.

Com a cultura digital, o real e o virtual caminham juntos, em que podemos encontrar a junção da informação, comunicação e memória (seja ela individual/social ou coletiva). De acordo com Polak (2013) já estar acontecendo uma migração dos registros culturais para o ambiente virtual, como podemos constatar nos hipertextos, e-book, bibliotecas e museus virtuais, assim, podemos encontrar a memória social digital, em que os registros que estão saindo do analógico para o digital.

Conforme Worcman (2008) que na era digital os conteúdos estão disponíveis para todos os visitantes, assim a autora nos diz que: “[...] na era digital, na qual conteúdos são apropriados e produzidos por usuários de todo mundo, a questão da preservação da memória volta a existir.”.

Com o crescimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) surge uma nova possibilidade de armazenar e guardar a memória seja individual ou coletiva, o que Souza (2010) define como banco de dados. Já Santana (2010) mostra a memória digital como uma nova perspectiva de manter e conservar as fontes e o patrimônio histórico e social. Dessa forma, fica mais fácil encontrar e produzir as fontes históricas digitais, Santana (2010, p. 617) afirma que:

[...] é na tecnosfera e midiosfera distintas que são produzidas fontes históricas digitais que possibilitam documentar aspectos da História, no entanto, o fluxo constante e contínuo de dados e informações também se apresentam como obstáculos para o historiador.

Caminhando no pensamento da memória digital, Santana (2010) afirma essas memórias digitais estão dentro do nosso pensamento, que Vernandsky (1945) definiu como noosfera. E essas produções são produzidas e guardadas, respectivamente, na tecnosfera e midiosfera. Então podemos definir a memória digital como artefato que carregam características culturais e históricas que são produzidas e armazenadas em meios digitais.

Sobre a tecnosfera e midiosfera Martins (2011, p. 28) nos mostra que tecnosfera são os suportes tecnológicos e a midiosfera são os espaços comunicacionais. Dessa forma, podemos entender que a tecnosfera dá um suporte nas *nuvens* para a produção da memória digital. De acordo com Santos (2004, p. 256):

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, deste modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese.

Como o local que armazena a memória nas nuvens pode ser considerado a tecnosfera, pois de acordo com Santana (2010), diversos locais serviram e servem como espaço de armazenamento, sendo esses locais espaços para a troca de comunicação, que é a função da midiosfera, assim, o

autor já citado acima, nos explica que a midiosfera pode ser considerado como:

[...] tecnologias e redes sociais em comunicação existentes em todo mundo na atualidade. Envolvem redes computacionais, telefônicas, televisão, rádio entre outras redes. Na atualidade, a Internet é seu maior representante. (SANTANA, 2010, p. 612).

Polak (2013) nos apresenta a memória social, mas, a sociedade contemporânea está migrando dos registros impressos e indo para as *nuvens* que Polak (2013, p. 191) nos fala que: “Embora os documentos digitais se encontrem nos ciberespaços, eles devem representar tanto a memória social, quanto a cultura digital”.

A memória nos auxilia a tecer a história e assim, nos proporciona (re)construir o passado, para que isso aconteça, foi pensado diversos meios para guardá-la, como é o caso de documentos e fontes históricas.

Já nessa perspectiva de memória digital, encontramos os museus virtuais como o local que é reservado para preservar a história e memória social de seu povo. Galvão e Bernardes (2011, p.132) afirmam que os museus virtuais podem ser o local destinado a guardar a memória digital, conforme apresenta:

O museu virtual, como um desses espaços de memória na Internet, pode conter apenas materiais publicitários - com catálogos e propagandas - ou até mesmos ambientes sensoriais no intuito de simular as instalações físicas de uma instituição, com o objetivo de atrair o público.

Dessa forma, podemos detectar os ambientes virtuais da memória os museus um dos seus repositórios nas *nuvens*, assim, os ambientes virtuais são, também, o local de preservação da memória. Na ação do museu virtual, a diretora e fundadora do Museu da Pessoa Karen Worcman (2008, p. 4) relata que o maior desafio dos ambientes museais virtuais são:

Nosso grande desafio de preservação é, portanto, identificar e estimular o uso contínuo e ampliado do acervo [...]. Este conceito tem norteado nossas ações de difusão e usos do acervo com foco em algumas atividades. Posso apontar a educação como uma delas.

Ainda na visão de Worcman (2008), as informações cotidianas estão sendo migrando do mundo concreto e sendo armazenado no mundo virtual. As tecnologias digitais estão tornando-se espaço de preservação e

armazenamento da história, cultura e memória social, conforme a autora supracitada nos apresenta:

[...] ações de digitalização de acervos de bibliotecas e museus constituem reações tanto às novas possibilidades de preservação e armazenamento oferecidas pelas novas tecnologias quanto às inúmeras possibilidades de acesso. (WORCMAN, 2008, p.4)

Mas o museu virtual como espaço da memória social digital não fica limitado aos meios de divulgação somente do ambiente museal, ele está descrito na sua função social que é de ser o local de excelência da História e Memória. Sobre esse aspecto encontramos Demetrio (2011) afirma que os museus virtuais como o local da memória virtual de seu povo, e assim:

[...] das funções sociais que os museus desempenhavam na Antiguidade, no decorrer da História se percebe que a instituição sempre cumpriu papéis de lugar de curiosidade nos períodos iniciais de sua constituição, passando depois para o uso social, [...]. Hoje se entende que os museus, além das funções tradicionais de disseminação da arte, assumem também o papel educacional na formação de público da memória social. (DEMETRIO, 2011, p. 45).

Através do pressuposto escrito acima, podemos constatar que a preservação da memória em objetos, imagens, documentos guardados em museus que estão dentro dos ambientes virtuais é uma ferramenta que possibilita a propagação da memória sociocultural nos ambientes virtuais, guardar a memória digital é uma representação da memória social que é a memória de seu povo de sua sociedade.

3.3 As práticas educativas

A Educação é um fenômeno em que as relações sociais são predominantes, além de proporcionar à sociedade possibilidades de dominar recursos científicos e tecnológicos que auxiliarão no bem-estar do cidadão. O fenômeno educativo está subordinado às relações sociais. Sendo assim, o fenômeno educativo é uma ação que acontece em todos os ambientes: na família, no trabalho, nas ruas, pelos meios de comunicação, na política, na escola, na indústria, na igreja. (LIBÂNEO, 2001). Dessa forma, podemos entender que a educação não ocorre somente dentro dos ambientes escolares,

mas, em qualquer ambiente em que o ensino e aprendizagem sejam praticados.

A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal. (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

O papel social da educação é a formação de caráter e o desenvolvimento da personalidade social, o que temos como resultado formação de ideologias, morais e políticas. Dessa forma, a educação se torna uma instituição social que zela pelas ações educativas é processo de transformações sucessivas no sentido histórico e social do país.

São as interações que afluem para a formação de traços de personalidade social e do caráter que proporciona o indivíduo capaz de estabelecer essas relações de uma concepção de mundo, ideias, valores e como agir em sociedade. De acordo com o pedagogo alemão Schmied-Kowarzik:

A educação é uma função parcial integrante da produção e reprodução da vida social, que é determinada por meio da tarefa natural e, ao mesmo tempo, cunhada socialmente da regeneração de sujeitos humanos, sem os quais não existiria nenhuma práxis social. A história do progresso social é simultaneamente também um desenvolvimento dos indivíduos em suas capacidades espirituais e corporais e em suas relações mútuas. A sociedade depende tanto da formação e da evolução dos indivíduos que a constituem, quanto estes não podem se desenvolver fora das relações sociais. (SCHMIED-KOWARZIK, 1983 *apud* LIBÂNEO, 2001, p.160)

De forma geral, a educação é um processo formativo social que varia de acordo com as organizações política, jurídica, religiosa e os costumes de sua sociedade. A educação é uma prática humana e social que influencia o homem enquanto cidadão no seu estado cultural, físico, mental espiritual, o que o configura na existência individual e grupal (LIBÂNEO, 2001).

Compreendendo a educação com um fenômeno, podemos encontrar nas ações em que são praticadas como prática educativa, que pode ser considerada como um meio eficaz para o desenvolvimento social. Suas ações não se dão de forma isolada das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade. Assim, ela -a prática educativa- é caracterizada como o conhecimento acumulado pela sociedade como processo formativo que

ocorre como necessária à atividade humana. Então, a prática educativa é um fenômeno social e universal, o que nos proporciona um padrão da sociedade em que vivemos, assim, apresenta o caráter existencial e essencial do ser humano. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade.

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. [...] A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (LIBÂNEO, 1994, p. 16-17).

A prática educativa é originada por fim e exigência social, política e ideológica. Isto quer dizer que a organização e a experiência comunitária, o papel da educação estão implicados nas formas que as relações sociais vão assumindo pela ação prática concreta do ser humano. Por isso o veículo entre sociedade e educação. O que se torna uma parte complementar das relações entre a sociedade.

Se levarmos pelo sentido amplo da palavra educação, podemos entender como o processo de formação que acontece no meio social, em que cada pessoa desenvolve habilidades para conviver dentro da sociedade. Assim, a prática educativa é realizada através de valores, normas, e a estrutura social a qual está inserida. O fenômeno educativo está dependente nas formas sociais em que as ações práticas e concretas que o ser humano desenvolve. Contudo, a prática educativa está diretamente interligada com as dinâmicas sociais.

As práticas educativas estão inseridas diretamente no contexto social, assim como, as formas que são aplicadas dentro da sociedade. Já mencionamos, também, que a educação pode estar presente em diversos âmbitos, dessa forma, Libâneo (2001, p. 3) define que a educação é “Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversidade das atividades educativas”. Assim, podemos entender que as práticas educativas estão presentes em vários contextos da sociedade atual, seja ela dentro de casa, na escola e outros ambientes sociais.

Compreendemos, dessa maneira que a educação é um dos requisitos básicos para que o cidadão possa ter acesso à convivência em sociedade, Gadotti (2005, p. 1) complementa essa ideia afirmando que “Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática.” A questão educativa aparece também no relatório da UNESCO⁴⁶ para o século XXI como uma prática que deve ser consciente e ativa, nesse documento, encontramos que a educação não deve ficar restrita aos espaços e tempos de ambientes da educação voltada para as instituições escolares. Faz alusão, ainda, às sociedades da informação, que impõem aos sistemas educativos adaptarem-se às novas dinâmicas e modos de socialização.

Na LDB 9394/96, Artigo 1º, encontramos que a Educação é um direito de todos, em que podemos encontrar, nos diversos âmbitos sociais, seja nas instituições familiares, escolares e ou fora das instituições educativas tradicionais, na redação da LDB vemos:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A LDB de 1996 quando define a educação para todos, não está restrita apenas a crianças, mas, também para todos aqueles que desejam ter acesso ao ensino e as práticas educativas que encontramos no contexto educacional.

De acordo com Libâneo (2005), as práticas educativas são manifestações que se realizam em sociedades como processo da formação humana, não se limita a escola e a família, vão muito, além disso, uma prática educativa acontece em diversos contextos e âmbitos humanos sobre várias modalidades. Martins (2011, p. 111) complementa inferindo que “Os desafios da contemporaneidade direcionam, portanto, a ação em espaços não escolares como lugar para se pensar o fenômeno educativo.”.

Se a educação ocorre em diversos contextos sociais, o fenômeno

⁴⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

educativo pode e deve ser realizado em qualquer espaço e tempo que ocorra atividades educativas. Então, podemos considerar a Educação em Formal, ou seja, aquela que é aplicada dentro de instituições educacionais conhecidas como padrão; e a Educação Não Formal, que são aquelas aplicadas fora das instituições educacionais. Gadotti (2005) nos apresenta um conceito claro da diferença entre Educação Formal e Não Formal, o autor nos diz que:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p. 2)

Na sociedade atual, se tem verificado a que a educação está expandindo em todos os espaços e ambientes. A Educação Formal tem o seu espaço e tempo bem definido e está disponível para todos. Mas, com a educação direito para todos e que se estende ao longo da vida, a educação não-formal está ganhando mais espaços dentro e fora dos perímetros urbano, de acordo com Gadotti (2005, p. 3) apresenta:

A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver.

Por práticas educativas, podemos considerar algumas definições já usadas por teóricos que fizeram suas reflexões sobre o tema. Na concepção de Nélisse (1997) a prática educativa é uma ação de “fazer ordenado”, ou seja, deve ser uma ação planejada, em que cada momento contempla o seu ato feito com reflexão e crítica de cada etapa a ser seguida.

Já Libâneo (1994) defende como sendo fenômenos sociais para o processo de formação humana, não ficando restrito ao contexto escolar e familiar, ou seja, a ação da prática educativa pode ser aplicada em diversas variáveis que se inter-relacionam. Um exemplo de prática educativa descrita pelo autor citado acima, foi aplicado por Paulo Freire (2006) que usou os espaços não escolares para a alfabetização de adultos. O referido autor define

práticas educativas mais do que uma mera lição de repetição, ele afirma que aprender significa as ações de construir, reconstruir e constatar para mudar.

Na ideia de Paulo Freire, as práticas educativas estão presentes mais do que a ação de repetir a lição transmitida, ela – a prática educativa – implica em construir, reconstruir e constatar para mudar. É nesse pensamento que a prática educativa está presente em todos os sujeitos do processo de ensino, assim, o autor citado acima, nos explica que:

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra. (FREIRE, 2006, p. 70).

Sob a orientação das práticas educativas, podemos desenvolver os fundamentos necessários para compreendermos a sua aplicação e uso nos ambientes virtuais e discutir sobre as Práticas Educativas Digitais – PED.

3.4 As práticas educativas digitais

De acordo com Declaração Universal dos Direitos Humanos define no artigo 1º, 1948 que: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.”, dessa forma, falar em cidadania de acordo com essa nova dimensão global é pensar no homem como um todo, interligado e conectado ao mundo como total.

Martins (2011) em seus estudos sobre as PED discorre que a educação é uma prática humana e social que está inserida em vários contextos que se configuram na existência humana individual e coletiva. Assim, a autora supracitada nos apresenta que:

[...] as práticas sociais na Internet como práticas educativas, que conforme se apresentam e se organizam nas redes sociais, podem ser denominadas como práticas educativas digitais, isto é, como influência das mudanças nas práticas sociais a partir dos artefatos culturais caracterizados pelo uso de tecnologias digitais na interação social, influenciando, conseqüentemente, na organização de um novo sistema educacional ligado a uma rede de conexões múltiplas que tecem múltiplos caminhos para o conhecimento e para a transformação social. (MARTINS, 2011, p. 110)

Nesta perspectiva encontramos as PED que vem se sobrepondo nos ambientes virtuais e nos possibilita uma mudança no contexto comportamental da sociedade, trazendo novas práticas de ensino nos ambientes digitais. Nesta perspectiva, Takahashi (2000) considera a educação como o alicerce de uma sociedade, no caso da PED, o autor nos revela que com o advento das TDIC a educação deve proporcionar a interação entre o homem e a tecnologia, traçando um novo caminho para propagar a Educação dentro dos ambientes virtuais.

A Educação tem por excelência a função de transformar e ao mesmo tempo de ser influenciada meio cultural que está vivendo. Dessa forma, na sociedade contemporânea encontramos dentro do ciberespaço um ambiente propício para o desenvolvimento das PED, Martins (2011, p.112) diz que:

A Educação possui seu papel transformador e, portanto, sofre também mudanças influenciadas pela organização cultural do meio que se manifesta no *continuum* histórico da sociedade e, nos dias de hoje, apresenta-se de forma integrada no ciberespaço.

De acordo com a autora, as ferramentas virtuais auxiliam as práticas sociais que ocorrem na cibercultura, ajudam no processo de aquisição do conhecimento. Dessa forma Martins (2011, p. 114) explica que:

É, portanto, quando percebemos que o fenômeno educativo, dentro de um entendimento mais amplo se reestabelece com a ampliação da produção e disseminação de saberes e modos de ação conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes, levando-nos a práticas educativas.

Assim, a supracitada autora define a educação nas práticas educativas digitais como:

A educação dimensionada nas práticas educativas digitais orientadas para uma formação de identidade de projetos nos aparece mais aconselhada para superar os desafios impostos pela sociedade, e para 'redefinir a posição' dos indivíduos na tomada consciente de decisão (MARTINS, 2012, p. 314).

A partir do que expomos acima por meio dessas questões fundamentais para a compreensão dos espaços da cibercultura, memória e práticas educativas, sejam elas digitais ou não, e da vivência empírica, iremos aplicar esses conceitos na pesquisa, pois servirão como base para o

desenvolvimento deste trabalho. O museu virtual é um espaço destinado à prática educativa digital, pois além de estar inserido na Internet, ele é o espaço de interação entre os visitantes e os artefatos museológicos, que estes trazem consigo características da história e a memória, seja ela coletiva ou social, de uma determinada cultura que o museu representa.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E MUSEAIS

Métodos estruturais e políticas públicas quando bem empregadas, determinam o equilíbrio na orla educacional dum país. (Erasmus Shalkytton)

Discutir sobre a educação e as políticas públicas voltadas para a educação se faz necessário desvelar as memórias da sociedade brasileira para entender os seus contextos histórico, social, cultural e filosófico. Burker (2003, p. 18) nos alerta que, ou “Quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado certamente vê-se obrigado a se situar a si mesmo(a).”, ou seja conhecer-se socialmente, devemos inicialmente nos situar. E, o autor supracitado, complementa que a história social deve se ocupar de tudo que se passa por conhecimento na sociedade. Então, é por isso, que devemos nos situar em cada etapa histórica das políticas públicas para a educação museal. Nestes aspectos, foi subdividido em tópicos voltados para as políticas públicas educacionais e museais.

Mas, antes de iniciarmos as discussões sobre políticas públicas educacionais, precisamos saber o que é política, e o que é políticas públicas. Desde modo, iniciamos as discussões sobre a temática nos ideais de Platão em *A República* que apresenta como um dos temas centrais de discussão é o conceito de justiça, sociedade e política como as suas diferentes formas de governo. Em sua definição sobre política, Platão apresenta a ideia de organização e administração da sociedade, e como seus governantes devem atuar para que haja governabilidade. De acordo com Menescal (2009) os ideais de Platão não estão voltados diretamente à política, mas na ética, na moral e na educação, as ideias orientadas nesta filosofia são tão necessárias para a formação e o desenvolvimento da humanidade.

Platão (1997) define os tipos de governabilidade de uma sociedade sendo ela: a monarquia: representado pela realeza, onde só um homem governa; a oligarquia: é o governo de quem domina é quem tem grandes posses – dinheiro – para aqueles que não têm grandes recursos; a tirania é a extrema degradação das formas política, esse tipo de governo é do tipo de poder soberano usurpador e ilegal; a democracia é tida como o modelo ideal,

pois os direitos de todos são iguais “[...] não reconhece ordem nem força do dever moral, vivendo o dia a dia segundo o gosto e os humores, (designando-a) como vida amável, livre e feliz” (PLATÃO, 1997, p. 56); e por fim, a timocracia, modelo vivenciado em Atenas na época de Platão, o que o autor definiu como o governo é movido pela ambição e o lado espiritual – filosófico – não é levado em consideração.

Entrando no contexto educacional, Platão apresenta *A República* como instrumento para os primeiros projetos políticos para educação. Menescal (2009, p. 65) afirma que neste livro “[...] poderia chamar de projeto político educativo, pois toda a argumentação ali posta recai fundamentalmente sobre duas questões: a política na *polis* e a educação do cidadão.”. No pensamento de Platão somente com a educação é que o homem pode conduzir para o caminho que levaria a felicidade, ou seja, levaria o pleno desenvolvimento da cidade e do cidadão dentro de sua democracia.

Outro autor que apresenta bem a ideia do desenvolvimento da política é Maquiavel, que escreveu para a população republicana de sua época no livro “*Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*” (2001) em seu discurso ele apresenta para o leitor as ideias da república no cotidiano popular. Em seu discurso o autor supracitado apresenta traços semelhantes a Platão nos ideais de governos e desenvolvimento político. Diferente do filósofo grego, Maquiavel utiliza Roma como seu modelo de construção de república e política. De acordo com Kritsch (2010, p. 28) “o nascimento de uma cidade tal como descreve Maquiavel se dá pela ação dos homens.” É a partir de ações da sociedade que o homem pode estabelecer atividades que surge a cidade e as suas formas de governança e os princípios que estabelecem as relações sociais que parte da ideia do direito e dever em que nasce a política.

As necessidades sociais podem pôr em risco o Estado. Em concordância com Platão, o florentino ressalta que é necessário aperfeiçoar leis e forma de governo para que ocorra o processo de transformação da ordem política. Maquiavel estrutura princípios onde se estabelece as mudanças políticas, que de acordo com Kristch (2010, p. 30) são:

O primeiro ponto a ressaltar é, portanto, que a forma original do poder se constitui não pela força, mas pela diferenciação da força. O segundo ponto é que, nas duas descrições (Maquiavel e Políbio), a constituição do poder aparece como anterior à moral. É como se

ocorresse uma evolução que caminha da vida animal para uma humanização. Um terceiro ponto a se notar é a noção de que a moralidade se constitui inicialmente pela percepção dos sentimentos que certas formas de agir despertam nos expectadores.

Neste momento é tratado do ideal de construção social, em seguida, o autor supracitado reapresenta como nasce às governanças já citado por Platão. O que Maquiavel trás de novidade é a constituição da republica romana foi de forma em que a noção de que a liberdade e a força da república romana teriam nascido da desunião entre o povo – plebe- e a classe dominante - o senado. Assim, Maquiavel (2001, p.31) defende: “Todas as leis para proteger a liberdade nascem da desunião [entre o povo e os poderosos, entre a plebe e o Senado]”. Ou seja, na visão do autor, a legislação nasce de uma necessidade para proteger a classe em que quer se defender e ser defendido.

Na visão do florentino, o oprimido não (re)age contra o opressor pelo simples desejo de não ser oprimido. Por outro lado, a classe dominante se resguarda de seu poder. Por isso, Kristch (2010) reafirma que o povo – a população – é o mais confiável guardião da liberdade do que o Senado. Dessa forma, não é preciso que haja leis para se haver liberdade. As leis nascem como espaço para canalização dos conflitos sociais. A legislação torna-se necessário e útil ao povo. “[...] é o poder de acusar, diante do povo ou de um magistrado, aqueles cidadãos que tenham atentado contra a liberdade.” (MAQUIAVEL, 2001, p. 41). Neste aspecto é instaurado o papel do legislador para que haja a política na república.

Mas, nem só de democracia e vida republicana Maquiavel advoga. Ao escrever para o principado o florentino estabelece relações contrárias aos ideais apresentadas por Platão, como é o caso de uma das obras mais discutidas pelo autor supracitado que é *O Príncipe*. Aqui, ele advoga que o “platonismo” é uma realidade utópica e até inútil e prejudicial para a governança política de uma sociedade. Para o autor supracitado o que importa é o resultado da política, para isso o Estado deve ser soberano. Ou seja, seu governo deve fazer que o Estado permanecesse forte conservando-o de acordo com as suas necessidades, nem que para isso o governante possa violar qualquer norma jurídica, política e econômica, em nome da manutenção da ordem interna e da segurança externa. Dessa forma, o autor advoga que a

moral e a política pertencem a sistemas éticos diferentes. Na visão do florentino a visão da sociedade é descrita da forma mais realista, em que o principado deve fazer de tudo para que o estado seja soberano.

Ao se distinguir traços da sociedade moderna, vários espaços sociais são determinantes por meio de “pactos” e que destes são estabelecidos documentos sociais que são pontos de desenvolvimento e instaurado, na perspectiva social estabelecida por Jean Jacques Rousseau (1712-1778). “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros” (ROUSSEAU, 2011, p.22). A condição da natureza humana é a liberdade o que contrasta com os interesses da natureza social. Mas é preciso considerar que embora sua condição social prive o homem de muitas vantagens que frui na natureza, ele também ganha algumas outras:

[...] suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas ideias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda sua alma se eleva a tal ponto que, se os abusos dessa nova condição não o degradassem frequentemente a uma condição inferior àquela donde saiu, deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem (ROUSSEAU, 1973, p. 36).

Nestas condições sociais, a desigualdade humana é defendida pelo filósofo francês, gerada pelas convenções sociais estabelecidas pelos contratos efetivados pelas políticas elencadas pelo povo. O Contrato Social de Rousseau possibilita a mudança de perspectiva humana, deixando o seu ser natural para ser um ser social. Esse homem social carece de contratos pré-estabelecidos que ditam as necessidades sociais. Nesta perspectiva o autor supracitado indica que o poder emana do povo e que dele é transmitido para seu representante, onde surge os ideais democráticos, e com estes ideais a comunidade e escopo político.

O clássico escrito por Rousseau apresenta pontos importantes para a filosofia e a política. Do Contrato Social emana a ideia de que o povo é soberano e que seus representantes sociais/político (na figura de um administrador social – monarca ou eleito social) retira a soberania dos governantes e passa para a população com seus convênios sociais. Por natureza nenhum homem tem autoridade sobre seus semelhantes. A democracia nasce em Rousseau como forma de governo do poder político integral das mãos do povo. O objetivo do pacto social é dar origem a uma nova

“entidade”, um “corpo moral e coletivo” que não é um simples agregado de homens, mas o “corpo político”.

Esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu *eu* comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa pública que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de *cidade* e, hoje, o de *república* ou de *corpo político* [...] Quanto aos associados, recebem eles, coletivamente, o nome de *povo* e se chamam, em particular, *cidadãos*, enquanto partícipes da autoridade soberana, e *súditos* enquanto submetidos às leis do Estado (ROUSSEAU, 2011, p. 33-34 – grifos do autor).

O que efetiva o contrato social ao povo é gozar da legislação de direito a igualdade, assim, proporcionando os princípios basilares de uma sociedade que a submissão de leis que devem ser estabelecidas por corpo político, segundo Silva (2008, p. 32-3) advoga que “[...] se formou no ato convencional que marca a passagem do estado de natureza para o estado civil, ou seja, no pacto de associação, [...], e conquistando a liberdade civil e moral”. Ou seja, o contrato social legítimo possibilita a igualdade, convertendo a liberdade natural em liberdade civil, que mesmo o povo sendo soberano ele deve ser regido pelas leis que foram pré-estabelecidas por ele.

[...] o pacto social estabelece entre os cidadãos uma tal igualdade, que eles se comprometem todos nas mesmas condições e devem todos gozar dos mesmos direitos. Igualmente, devido a natureza do pacto, todo ato de soberania, isto é, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente todos os cidadãos (ROUSSEAU, 1973, p. 50).

É necessário que o contrato estabelecido por Rousseau apresente o equilíbrio da sociedade – interesse das classes e individuais- a sociedade política é justa quando esta garante a justiça e a paz social e a liberdade de seus associados, ou seja, a vontade geral do povo. Na concepção do filósofo francês, a democracia pode ser: a) o poder político deve estar integralmente nas mãos do povo – que é, de fato, o soberano; 2) a quem, diretamente, cabe a aprovação das leis; 3) um governo que, na execução das leis, se limita a ser *ministro* da vontade geral. Na sociedade democrática as políticas estão mais próximas da realidade social com quem faz o povo ter suas responsabilidades sociais e, assim, deixa de pertencer propriamente a uma massa anônima,

tornando-se uma massa crítica.

Na concepção marxista o Estado e a política estão de um lado do poder para oprimir a classe operária. Ao contrário, como vimos com Rousseau, Marx (1818-1895) defende que a origem social ocorre a partir do antagonismo de classes. Marx apresenta que a nova forma de opressão social era a relação de trabalho – capitalista e trabalhadores. Para que o capitalismo tenha apropriação da riqueza gerada pelo trabalho, não deve “ferir” o trabalhador como era dantes, e sim fazer com que o trabalhador se sinta parte do processo social, faz dele cidadão dotado de direitos e deveres e condições políticas em que com a venda do seu trabalho “livre” dotados de direitos iguais, e em que o cidadão trabalhador livre possa vender seu trabalho para desenvolver lucro para o capitalismo. De acordo com Marx a opressão no capitalismo, ao contrário do escravagismo, se esconde, pois, tornando a todos os cidadãos livres e iguais formalmente, dá condições de que os capitalistas explorem os trabalhadores de uma forma invisível, pelo fato de passar a ilusão de que o trabalhador é livre, visto que escolhe para quem trabalhar, ou melhor, escolhe quem o explorará.

O aparato político estatal moderno, na visão marxista, põe em prática a possibilidade da mais-valia, pois o trabalhador se vende como mão de obra para atender os interesses burgueses, dessa forma, a produção de riqueza permanece no capital burguês. A política, aqui retratada por Marx, surge aos olhos sociais como um aparelho ideológico que serve para garantir o bem comum, a democracia, o interesse público acima do privado, mas isso vai totalmente ao encontro que ela, a política, realmente representa. A política, em comum aos interesses do Estado, é uma ferramenta que funciona para garantir a exploração capitalista.

Ao se falar em política moderna apresentamos alguns pontos que apresentam a necessidade de estudos da organização política passada para entendermos historicamente o que se desencadeou a política contemporânea. Segundo Nòbert Bobbio (1909 -2004) a teoria política está embasada nos clássicos. O autor supracitado apresenta um conjunto de significados políticos e sociais num dicionário desenvolvido em parceria com Nicolas Matteucci e Gianfranco Pasquino. Sobre política os autores afirmam que o termo política foi usado para designar estudos sobre atividades humanas que se refere de algum

modo às coisas do Estado. Sobre política, os autores supracitados definem como:

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998, p.954).

Nesta perspectiva, a ideia da constituição a política nasce da necessidade da polis, e seus primeiros relatores que trouxeram ensinamentos valiosos para a comunidade atual estão escritos acima. Sobre o autor supracitado acima parte da premissa de que a filosofia política de quatro significados e de investigação, que são elas: a) filosofia política como a melhor forma de governo/República; b) o Estado e a sua justificação ou injustificação da obrigação política, ou seja, da legitimidade do poder político; c) é aquele que tem por objetivo à determinação do conceito geral de política, ou da essência da categoria do político, seja por meio da democracia – autonomia política social –moral – seja por seu campo de delimitação em relação à economia e/ou direito (esse ponto é o que mais se assemelha a política moderna); d) a filosofia política como metaciência, de modo que ela teria como ponto de investigação dos pressupostos e das condições da validade da ciência e a análise da linguagem política. Segundo Bobbio (2006, p.56) “Não há teoria tão asséptica que não permita entrever elementos ideológicos que nenhuma pureza metodológica pode eliminar totalmente”. Bobbio parece então oscilar entre uma filosofia política puramente cognoscitiva e uma filosofia propositiva, mas, na verdade, apresenta em sua obra as duas dimensões.

Ainda sobre a visão de Bobbio *et al* (1998, p. 957) a finalidade da política para a sociedade pré-estabelecida nos modelos modernos são: “os fins da Política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias.”. Dessa forma, os fins políticos são determinados pela a necessidade da polis e seus objetivos são determinados pela ação do tempo e circunstância. A sociedade é descrita

politicamente por Bobbio (2006, p. 34) que “a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, e um produto artificial da vontade dos indivíduos”. Assim, o autor deixa claro que a necessidade da política está diretamente ligada sociedade e visa e versa. Assim, Norberto Bobbio quando alega que “tanto a democracia direta quanto a indireta descendem do mesmo principio da soberania popular, apesar de se distinguirem pelas modalidades e pelas formas com que essa soberania e exercida” (BOBBIO, 2006, p. 34). Dessa forma, o autor supracitado apresenta o ideal de política numa democracia centrada no poder popular, seja ele representante ou representado dos direitos coletivos da população das políticas públicas e a expansão da sociedade civil no Estado. Apoiamo-nos na concepção do autor ao entender que democracia trata de “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO, 1997, p. 12).

Seguindo a discussão sobre política temos a visão de Hanna Arendt (1990) em que apresenta a política como sinônimo de liberdade, assim como a condição a própria razão da humanidade está ligada à liberdade. Neste sentido, a autora supracitada tem por base o fato da pluralidade dos homens e esta deve tutelar o convívio dos diferentes e não dos iguais. Neste sentido, podemos ver que Arendt (1990) define a necessidade humana a viver e conviver com os princípios filosóficos da política na esfera da polis. A política fica condicionada a necessidade da contemplação harmônica da sociedade a realização total.

Partindo então do pressuposto, baseado no pensamento de Hannah Arendt, de que a política não é domínio, de que não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma, já que não é um meio para objetivos mais elevados, como, por exemplo, a preservação da vida, significando liberdade, somos levados a perguntar se esses juízos naturalizados não seriam falsos e perigosos, isto é, será que ao se desconhecer a “*verdadeira política*”, ao se confundir “*aquilo que seria o fim da política com a política em si*” (ARENDR, 2006, p.25) não estaria sendo disseminado o imobilismo, um sentimento de inutilidade de qualquer ação, fazendo com que o homem não se reconheça como um sujeito histórico, como um ser capaz de interromper o fluxo inexorável dos acontecimentos? (TORRES, 2007, p. 236-237)

Na concepção de Arendt (1990) a política libertária não deseja que a população esteja só, ela depende do seu contexto histórico para justificar os fins políticos. “A liberdade, neste sentido, não significa fazer o que se deseja, não significa soberania, pois só se é livre perante aos outros igualmente são”. (FUGA, 2012, p.236). Assim, nos ideais apresentados por Hanna Arendt à igualdade social faz parte da condição de uma política para todos, pois só se é livre perante outros que também sejam.

A partir do pensamento da autora supracitada a política é uma apropriação teórica e ética da história humana e igualmente da autonomia social. Assim, Arendt (1990) defende a democracia, a liberdade política no tempo presente, conforme apresentamos acima, e defende a esfera pública. Mediante a este último ponto apresentado, é necessário a ascensão da esfera social e política para a manutenção da vida da polis. Assim, temos que “Se é verdade que a política não é nada além do que é infelizmente necessário para a preservação da vida da humanidade, então, com efeito, ela começou a ser liquidada, ou seja, transformou-se em falta de sentido”. (ARENDR, 1990, p. 119). Dessa forma, o pressuposto que a política de Arendt é a dignificação do homem social, o que possibilita a renovação em prol de um novo cenário político e ressalta a liberdade política.

Arendt, ao perceber que a sociedade é constituída de homens de massa, e que estes não se interessam pela coisa pública, define uma sociedade formada por analfabetos políticos, facilmente manipulados, que não veem sentido na coisa pública ou na mera participação política. Sendo exonerados de sua singularidade e pluralidade humana.

Não podemos deixar de falar em políticas sem mencionar as políticas públicas de um Estado. Höfling (2001) destaca que políticas públicas é destinado ao Estado, e que por isso, quando mencionamos o “Estado em ação” estamos falando em políticas públicas. Mas, afinal, o que é o Estado, o que é o governo e o que é políticas na visão da autora citada? Antes de apresentar as suas definições sobre o tema o estudo mostra que as políticas públicas devem ser avaliadas para aferição do “sucesso” ou do “fracasso” no contexto social e como se comporta as variáveis de complexidade governamental. Diante dessa perspectiva vale ressaltar que encontramos na visão de Höfling (2001, p. 31) as definições de Estado e Governo a seguir:

[...], é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Assim, o Estado é considerado pela autora supracitada como um mediador das políticas públicas e o implementador e mantenedor da ordem pública e não pode ser considerada política estatal, pois a partir de um processo que gera uma tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes setores e agentes sociais relacionados à política implementada. Nesta perspectiva a política social na visão de Höfling (2001, p. 31) é considerada como: “as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, [...], para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades.”

Ainda na ótica das políticas sociais Lenhardt & Offe definem como “[...] a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado” (LENHARDT & OFFE, 1984, p. 15 *apud* HÖFLING, 2001, p.33). Neste ponto os autores acima apresentam a origem das políticas sociais como 1) na perspectiva do Estado embasada a partir de teorias que contemplem as exigências políticas do trabalho assalariado organizado; e 2) a partir dos imperativos capitalistas e das exigências do seu modo de produção. (OFFE, 1984, *apud* HÖFLING, 2001).

As políticas públicas oferecem ao Estado o essencial para a garantia dos direitos fundamentais da sua população, e sem interferir na esfera da vida pública, que de acordo com John Locke (163-1704) a “propriedade privada como direito natural.” Assim, é dever do Estado a responsabilidade de execução das políticas sociais à todas esferas, principalmente aquelas menos favorecidas, que de acordo com Höfling (2001, p. 38) “é entendida como uma forma de aumentar a eficiência administrativa e de reduzir os custos”. Assim, a definição de uma política pública para a sociedade vai refletir diretamente nos conflitos de interesses das esferas de poder que vai além das instituições do Estado e social de modo geral.

E, sobre o tema Educação pode-se destacar como uma política pública social é dever do Estado proporcionar a sua população mediante a sua necessidade. No capitalismo, a força de trabalho é a mola propulsora para o desenvolvimento da sua sociedade, desta forma, seria extremamente errado se pensar nos objetivos da política educacional voltados apenas para que essa força de trabalho seja contemplada. Offe (1984, p. 128 apud HÖFLING, 2001, p. 35) complementa essa ideia como:

[...] parece ser mais fecundo interpretar a política educacional estatal sob o ponto de vista estratégico de estabelecer um *máximo de opções de troca* para o capital e para a força de trabalho, de modo a maximizar a probabilidade de que membros de ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas.

Se viabilizarmos as políticas educacionais apenas como uma ferramenta para a manutenção do capitalismo social estaremos nos detendo a desenvoltura de uma parcela social, mas a partir do momento que entendemos as políticas educacionais como um viés das políticas públicas, podemos ampliar efetivamente a participação de todos os envolvidos sociais. (HÖFLING, 2001). Principalmente aqueles que participam diretamente das esferas de decisão, planejamento e execução da política educacional, e assim, podemos alcançar seus pontos “fortes” para a sociedade da qual o Estado exerce sua ação.

Diante do que foi discutido acima, compreendemos que a política está presente na vida da polis bem antes dos desenvolvimentos modernos, e assim, com a política nasce à necessidade social para a manutenção de “contratos sociais” e a representação do governo para que o Estado exerça sua função nas políticas públicas. Em aspectos educacionais, as políticas públicas educacionais são estabelecidas para ir de contra as políticas reacionárias (BOBBIO, 1997). Assim, as políticas educacionais surgem como uma forma de proporcionar à sociedade o desenvolvimento para a mais ampla possível participação de todos, que de acordo com Bobbio (1997, p.12) surgem às decisões democráticas sociais, num “procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

Assim, no tópico a seguir trataremos das políticas educacionais e museais que influenciam as ações vigentes da participação pública no

desenvolvimento de práticas educativas em ambientes de museus.

4.1. Contexto histórico anterior Constituição Federal 1988

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.
(Jean Piaget)

A educação museal é entendida muitas vezes como um espaço de formação não formal com finalidades próprias. Nesta perspectiva é interessante analisarmos o processo de construção política sobre a cultura educacional em museus para entendermos os fatores que influenciaram a necessidade de atuação das políticas públicas para a conservação e manutenção de museus como um local para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem social. Neste tópico apresentaremos os fatores que influenciaram as políticas de museus tanto no Brasil como no mundo, para compreendermos os fatores históricos que entusiasmaram as políticas públicas educacionais e museais para a sociedade contemporânea. Para isso, iremos nos deter em dois momentos significativos para a sociedade brasileira: a) o contexto histórico, social e político antes da Constituição Federal de 1988; e b) os aspectos políticos, históricos e sociais após a Constituição Federal de 1988.

Neste primeiro momento, relataremos em breves linhas sobre as políticas públicas destinadas a educação e a cultura voltadas para a perspectiva da educação museais. Os aspectos aqui abordados nos darão subsídio para entender as implementações das políticas públicas de educação museais. E, a compreensão desse fator no viés de uma formação integral do estudante na perspectiva social. As questões educacionais brasileiras desde os períodos remotos sobre educação “prega” os ideais de que as instituições brasileiras devem atender a todos, e por isso, a questão da laicidade e gratuidade são temas que se tornaram pertinentes durante debates para o desenvolvimento integral do educando para o exercício da cidadania e a

preparação para o mercado de trabalho. Sobre isso, Castro (2013) nos rememora o exemplo da comunidade francesa, que em 1871 já colocará em questão a necessidade de integração entre cultura e comunidade para o desenvolvimento completo do cidadão. Que segundo Castro (2013, p. 36) advoga que as melhorias foram:

Sob o comando do artista Gustave Courbet, Conselheiro das Artes e delegado da Comissão de Instrução Pública da Comuna de Paris, a abertura de museus para todos os cidadãos, sua integração com a escola gratuita, em todos os níveis, para todos os trabalhadores foram algumas das primeiras e principais medidas tomadas pelos dirigentes da Comuna eleitos pelo povo.

Assim, com o apoio da sociedade civil, foi possível um novo olhar sobre o processo de ensino e aprendizagem que embasasse a formação integral. Como vemos no trecho a seguir da Proclamação da Delegação de Ensino da Comuna, em maio de 1871:

A Delegação do Ensino convida as municipalidades distritais a enviar, no mais breve prazo possível, para o doravante Ministério da Instrução Pública, Rua de Grenelle-Gerpain, 110, as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instituição de escolas profissionais, onde os alunos, ao mesmo tempo que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária (LISSAGARAY, 1995, p.7)

Dessa forma, vemos que a comunidade francesa já apresentava no século XIX que o modelo de educação que unisse a cultura e a educação auxiliaria para a formação completa do educando, algo que na nossa LDB de 1996 apresenta essa perspectiva de realidade brasileira do século XXI. A experiência brasileira em políticas públicas de educação e cultura é bastante recente, pois iniciamos a discussão sobre educação para todos na década de 1930. E, neste período, podemos identificar as influências internacionais para o desenvolvimento social e político do cidadão brasileiro.

Os fatores históricos que iremos tratar neste tópico, diz a respeito das décadas de 1930 a 1980. Na década de 1980 a população inicia um movimento onde resulta em um novo cenário político, econômico e social, em que resultada na cultura democrática brasileira, que Castro (2013, p. 38) afirma que “[...] ora se adéquam a imposições elitistas baseadas na universalização cultural imposta pelas transformações superestruturais do país, ocorridas”. Ora que nasce no seio da sociedade civil ou pela luta por uma hegemonia cultural,

ou seja, ou são criações para atender a necessidade da elite para controlar o povo, ou são conquista populares: “[...] obtidas por meio da tensão e conflitos sociais, absorvidas pelos governos em prol da manutenção da hegemonia das classes dominantes.” (CASTRO, 2013, p.39).

A cultura no contexto de criação de políticas públicas no Brasil esteve subordinada a educação por cerca de cinquenta anos para até então desenvolver a sua autonomia e caminhar independente dos fatores educativo. Castro (2013) reforça a ideia de que a cultura e a educação estiveram vinculadas no contexto de políticas públicas para reforçar a formação integral do cidadão civilizado brasileiro.

Historicamente, Libâneo (2003) apresenta que na década de 1920 no Brasil, estávamos na crise hegemônica das oligarquias e no campo educativo inicia o movimento “escola nova” que apresenta os ideais de renovação. Mundialmente, a quebra da bolsa de Nova York em 1929 deixa o Brasil mergulhado na crise do café, que em contra partida, faz com que o país caminhe para o desenvolvimento industrial (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2015). De acordo com Albuquerque (2002, p. 47) mostra que a urbanização aumentou e com isso a necessidade de criação de políticas sociais para atender a carência social, com relata:

O processo de urbanização intensificou-se com o êxodo de populações rurais para as cidades à procura de trabalho e, conseqüentemente de escola, uma vez que, nos meios urbanos, a instrução passou a ser requisito indispensável ao trabalho e à melhoria das condições individuais de vida. Exigia-se, portanto, um aumento no número de escolas, surgindo o problema da “quantidade” verso “qualidade da educação”. (ALBUQUERQUE, 2002, p.47)

Aranha (2012) define que o ocorrido neste período entre guerras foi conhecido, aqui na América Latina como “populismo” que foi definido como “[...] a emergência das classes populares urbanas, resultantes da industrialização, quando o modelo agrário-exportador foi substituído aos poucos pelo nacional-desenvolvimentismo.”. (p. 374) Na área cultural, no Brasil também tivemos alguns movimentos que foram favoráveis a artistas modernistas, como o caso da Semana de Arte Moderna de 1922, que de acordo com Castro (2013), a Semana de 1922 questionava a noção de nação que seria posteriormente divulgada pelo varguismo, apresentando questionamentos à ordem social

vigente, à exclusão e desigualdade sociais brasileiras e ao elitismo da arte e de sua função social.

Assim, a sociedade civil incita a criação de políticas públicas voltadas para o campo educacional e cultural. Mas, essa iniciativa toma força na década de 1930, em que a estrutura republicana começa atender a voz populacional por educação, saúde e cultura. O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MNESP) é criado em 1930, e se torna o responsável pelo “estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar⁴⁷”. De acordo com Sander (2006, p. 77) afirma que a necessidade do desenvolvimento educacional e cultural apresentam novos embates para um projeto de construção de políticas públicas para os museus, em que apresenta como ponto de partida:

[...] voltado principalmente para a separação entre os aspectos da cultura popular e da cultura erudita, a facilitação do acesso público aos bens patrimoniais e, principalmente, para o desenvolvimento de uma ação educativa *com e para* a comunidade.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2015, p. 153) “A reforma elaborada por Francisco Campos [...] atingiu a estrutura do ensino, levando o Estado a exercer ação mais objetiva sobre a educação mediante o oferecimento de uma estrutura mais orgânica”. Nesta perspectiva sobre o MNESP estava subordinadas a um Departamento Nacional de Ensino, estavam todas as instituições federais de ensino desde as escolas até as universidades, além dos museus, da Biblioteca Nacional, do Instituto Nacional de Música e do Observatório Nacional, sendo ao todo 15 instituições.

Mediante as ideias das políticas do governo de Getúlio Vargas (1930- 1945) apresentava o papel da educação, da assistência à saúde, dos direitos trabalhistas, do desenvolvimento do sentimento nacionalista e do reconhecimento de uma identidade nacional seriam armas importantes nesse processo.

No Estado Novo da era Vargas (1937-1945), a questão de poder virou o centro da governança. Sobre o ponto de centralidade Casassus (1995, p. 38, apud LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2015, p. 153) advoga que:

⁴⁷ Decreto 19.444 de 1º de dezembro de 1930.

A centralidade e descentralização tratam da forma pela qual se encontra organizada a sociedade, como se assegura a coesão social e como se dá o fluxo de poder na sociedade civil, militar e Estado, explorando os aspectos como os partidos políticos e administrativos.

Neste modelo de governo centralizado de Vargas apresenta o modelo de governo, consolidando a ditadura, onde o debate sobre as políticas educacionais passam a ser restrita à sociedade política, apresentando a centralização presente no processo governamental. Dessa forma, em 1937, o Ministério sofreu uma reformulação, passando a chamar-se Ministério da Educação e Saúde (MES)⁴⁸. Entre as disposições que definiam a atuação do ministério, a divisão e especialização das funções ministeriais se aprimoraram e se multiplicaram. Daí então, o Departamento Nacional de Educação, teve entre suas atribuições “a administração das atividades relativas à educação escolar e à educação extraescolar”⁴⁹ e já passou a ter divisões especializadas em diferentes assuntos, tais como a Divisão do Ensino Primário, Industrial, Comercial, Secundário, Superior, Extraescolar (divisão responsável pela administração das instituições culturais) e Físico (divisão responsável pelas atividades relativas à educação física, parte importante do doutrinamento social imposto pela ditadura Vargasista). Na estrutura feita por Ghiraldelli Júnior (2015, p. 106) ficou estruturado de acordo com a imagem a seguir:

Na perspectiva cultural, ficou no ideal de ensino extraescolar, entre elas encontramos os museus, que apesar de ser aberto ao público, Castro (2013, p. 41) coloca que “por questões sociais de uma vivência cultural restrita à elite, eram frequentados principalmente por pesquisadores e especialistas.”. Sander (2006, p. 77) afirma que “A função do museu é de extrema importância para a formação de uma sociedade crítica, reflexiva, participativa, consciente e conhecedora da sua história.” Dessa forma, compreendemos que o papel dos museus auxiliou no desenvolvimento cultural e educacional no contexto brasileiro. Mas, neste período nem todos os museus eram de acessíveis ao público em geral, de acordo com Santos (2006) os museus de acessibilidade ao público eram os museus militares, de história natural, e o novo Museu Histórico Nacional, inaugurado em 1922, tendo em sua direção e concepção Gustavo Barroso, intelectual erudito e saudosista do antigo sistema oligárquico,

⁴⁸ Lei 378 de 13 de janeiro de 1937.

⁴⁹ Idem

ligado ao movimento integralista e com uma concepção elitista de cultura, memória e história. Para Sander (2006, p. 78) afirma que:

É dentro dessa perspectiva funcional que os museus se multiplicam. É preciso ter consciência de que o museu, enquanto espaço de valorização da cultura, de preservação da memória social e de educação informal, pode ser ressignificado e utilizado em favor de um conjunto de princípios filosóficos, ideológicos, políticos, econômicos, culturais, sociais e educacionais, evidenciando no seu fazer museológico todas as problemáticas e expectativas da sociedade onde está inserido. Os museus, além de servirem de espaço para pesquisas, conservam objetos, fragmentos e vestígios do passado que constituem o patrimônio histórico, artístico, ambiental, cultural.

Assim, a promoção de políticas públicas se começou a se fazer necessária para a comunidade civil. Com a mudança do MNESP para o MES é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja finalidade era de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”⁵⁰. Portanto, é papel do Estado contribuir para a formação e a constituição de uma memória nacional pela preservação de monumentos naturais, sítios e paisagens, ou seja, materialidades que fazem parte da memória histórica do país e que contêm valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Essa governabilidade proporciona uma nova identidade nacional a ser divulgada e cultivada nas escolas e instituições culturais, criando também objetivamente o escopo do que seria o próprio patrimônio.

No âmbito cultural, no contexto de conflitos e afirmações que o MES instituiu a Comissão de Teatro Nacional e o Serviço de Radiodifusão Educativa, obrigando toda a rede de radiodifusão a transmitir todos os dias 15 minutos de um programa elaborado pelo Ministério, em uma ação claramente doutrinadora. Um exemplo dessa ação foi o Decreto 21.240 de 4 de abril de 1932 que os filmes só poderiam ser exibidos se tivesse o selo do MNESP, pois de acordo com Castro (2013, p. 42) “o cinema uma área importante para o campo educativo.” e, que, além de cobrar uma taxa cinematográfica que deveria ser investida na educação popular (CALABRE, 2009). Nesta perspectiva, Castro

⁵⁰ Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937.

(2013, p. 42 e 43) apresenta alguns incentivos do governo federal daquele período que proporcionou de alguma forma a cultura nacional:

O decreto, regulamentado apenas em 1934, criou ainda o Convênio Cinematográfico Educativo, que entre outros objetivos apoiava o cinema escolar. Em 1937, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, que funcionou até 1966, tendo produzido cerca de 400 filmes de curta e média metragens. A Comissão do Teatro Nacional, como vimos, também fixada em 1937, recomendou o incentivo a grupos amadores que deveriam, até, atuar na criação de grupos teatrais nas escolas (op. cit.). Todas as ações desenvolvidas durante a chamada “Era Vargas” apontam para um uso doutrinário e populista da integração entre educação e cultura, divulgando a “alta cultura” como a única própria para uma formação que servisse aos anseios nacionalistas do Estado autoritário.

Mas, a resistência da população sobre a política de cunho nacionalista surge Mario de Andrade com anteprojeto para o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a intencionalidade de valorização da cultura popular, incentivo a sua produção, ampliação do complexo cultural para os municípios brasileiros, atribuição de um papel educativo humanista à cultura, o que, obviamente. Apesar desses ideais de produção cultural para a sociedade, não teve apoio do governo que intencionava a criação de referências eruditas e de uma cultura e patrimônio nacionais oficiais (CHAGAS, 2009 e FONSECA, 1997).

No período de 1940 a 1960 (1945-1964) os avanços tanto no campo educacional como no campo cultural são descritos por Aranha (2012) informa que no campo educacional tivemos um grande debate para a criação da LDB que levou trezes anos (1948-1961) para entrar em um acordo e em vigor por meio da Lei 4.024/1961. Além do início das discussões sobre “Educação Popular” com Darcy Ribeiro (1922 – 1997) e Paulo Freire (1921-1997). No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) iniciou a “esperança” do desenvolvimento brasileiro – 50 anos em 5, mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília. O período também foi fértil em significativas contribuições culturais: o Cinema Novo, a Bossa Nova e a conquista da Copa de Futebol em 1958. Em 1953 os assuntos sobre cultura e educação são desmembrados e é criado o Ministério da Educação e Cultura. Somente na década de 1980, mais precisamente 1985 é que há a separação em educação e cultura com a criação do Ministério da Cultura.

Já sobre as políticas públicas culturais Castro (2013) destaca a chegada do rádio na maioria dos domicílios brasileiros e a televisão. Calabre (2009, p. 46) descreve que, “o caráter educativo que a programação radiofônica deveria ter, segundo a legislação de 1932, foi substituído por programas populares que atraíam anunciantes”. Em 1934, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Neste período, no campo museal, a criação do ICOM em 1946. Em relação ao desenvolvimento nacional, podemos destacar o mecenato e patrocínio de ações culturais que originaram, por exemplo, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1958), a partir da atuação de Raymundo Ottoni de Castro Maya, e o Museu de Arte de São Paulo (1947), fundado por Assis Chateaubriand, são exemplos de como a cultura foi incentivada no período.

O MEC de 1953 teve a aprovação do regimento da Divisão de Educação Extraescolar do Departamento de Educação e Cultura, que tinha duas principais tarefas: “manter contato direto com os estudantes para difusão de atividades diversas e cuidar das atividades que visassem à cultura geral” (CALABRE, 2009, p. 54).

Com os esforços da UNESCO, em parceria com o ICOM, realizaram as primeiras reuniões mundiais sobre o progresso de museus a partir de 1952 no Brooklin e posteriormente em Atenas, Tóquio, México, Deli, Argélia e Rio de Janeiro. Em 1958, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o I Seminário Regional da Unesco⁵¹, que teve por finalidade de tratar da educação museal, onde deveriam exercer o papel na construção do conhecimento e beneficiar a educação. Sobre o tema, Santos (2002, p.92) apresenta que:

O seminário regional da UNESCO realizado no Rio de Janeiro, em 1958 é parte de um projeto que tinha como objetivo discutir, em várias regiões do mundo, a função que os museus deveriam cumprir como meio educativo.

Como já vimos acima, neste período surge o ICOM com o intuito de um núcleo que pudesse preservar e guardar a história e a memória e a conservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural. Esse órgão ficou, inicialmente, sob responsabilidade e orientação dos profissionais da Unesco. Após o evento, foi produzido um documento que ficou decidido que a educação

⁵¹ A Unesco é um departamento da ONU (Organização das Nações Unidas) que trata de assuntos culturais e educacionais.

desenvolvida no fazer museológico teria como objetivo de servir de complementação aos estudos das instituições escolares. “[...] ficou explícita a intenção de dar o museu uma dimensão educativa articulada com a escola.” (SANDER, 2006 p. 85).

Neste aspecto, os museus passaram a potencializar as visitas nas instituições educativas formais que contribuíam para a transformação social. O que possibilitou uma nova mudança de perspectiva de museu, e muitas das discussões neste evento influenciaram as políticas públicas museológicas. Segundo Sander (2006) foi neste momento que os museus trouxeram uma ressignificação de suas funções, e sua ampliação nos processos de visita – interatividade entre museus e visitantes - além da qualificação de profissionais no campo da museologia.

O encontro realizado no Rio de Janeiro em 1958, além da proposição de mudanças epistemológicas e práticas na ação educativa dos museus, trouxe uma nova concepção conceitual sobre a função social dos museus no mundo contemporâneo. (SANDER, 2006, p. 86)

Na década de 1960, temos o início de grandes feitos nacionais sendo destruídos no meado da década. Podemos destacar a promulgação da LDB de 1961, que foi um grande marco para a época. E, é criado o Conselho Nacional de Cultura, em 1961, vinculado diretamente à presidência e não ao MEC, tendo uma visão de cultura voltada para o campo artístico-cultural, nos moldes do entretenimento e com funções totalmente dissociadas da educação, lazer e esporte. Seu primeiro artigo aponta para uma integração das questões educativas e culturais, quando indica que a educação nacional tem por fim o “desenvolvimento integral da personalidade humana” e a “preservação e expansão do patrimônio cultural”. Seu primeiro artigo aponta para uma integração das questões educativas e culturais, quando indica que a educação nacional tem por fim o “desenvolvimento integral da personalidade humana” e a “preservação e expansão do patrimônio cultural”.

Em 1962, ele passa a vincular-se ao MEC e essa visão é revista. Um pouco antes do Golpe Militar tivemos parcerias com público e privado para o patrocínio da “Caravana Cultural, que segundo Castro (2013, p. 44) foi “um roteiro itinerante de apresentações de música erudita, canto, coral, distribuições de livros e discos e exposições de réplicas de obras arte, que

contava com a participação de equipes com professores.” No dia 31 de março de 1964 os militares brasileiros instauram, com o uso da força, o Regime Militar – conhecido também como “Anos de Chumbo”-, período que durou mais de vinte anos (1964-1985), e, de acordo com Aranha (2012, p. 300), o Golpe de 1964 teve interferência direta dos Estados Unidos “[...] no campo educacional, dirigiram o rumo das reformas realizadas por meio dos acordos MEC-Usaid.” Essa reforma apresentava em três (3) pilares: educação e desenvolvimento – formação profissional para atender a necessidade do mercado de trabalho; educação e segurança – formação cidadã consciente; e educação e comunidade - criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade.

Nas décadas de 1960 e 1970 a educação e cultura passam a ser responsabilidade do governo como uma questão de segurança nacional. Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, substituindo o Conselho Nacional de Cultura -CNC fundado em 1961, sua atribuição era de formular política cultural nacional, atuar perante os órgãos estaduais e municipais de cultura e educação e cooperar na defesa do patrimônio nacional. No ano de 1971, a nova LDB – Lei 5692/1971- é promulgada, que enfatiza o ensino técnico profissionalizante e o ensino em 1º e 2º grau.

No campo cultural, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ambos desenvolvendo pesquisas e ações que, entre outras funções principais, atuavam para colaborar com processos educativos.

Jarbas Passarinho, em 1973, lança as diretrizes para elaboração de uma política nacional de cultura. Sobre os desenvolvimentos culturais e educacionais de destaque na década 1970 tivemos:

Ainda em 1973, foi implementado o Plano de Ação Cultural, com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que lançou editais para o financiamento de eventos culturais. É também de 1973 a implementação do MOBRAF Cultural, uma política de integração entre cultura e educação para alfabetizar adultos, que teve vida curta. (CASTRO, 2013, p. 45).

Ainda neste período temos o Plano Nacional de Educação que surge o debate da necessária interação entre educação e cultura para uma formação humanista que auxilie a tarefa de valorização da nação, como destacamos no trecho a seguir:

A ela [uma das prioridades do plano] devem corresponder medidas de resguardo do caráter humanístico do ensino, que não se esgotará nos aspectos profissionais ou técnicos inspirados pelas demais prioridades. Neste particular, assume importância uma estreita ligação entre os programas e atividades de educação e os de cultura. A educação continuada, com essa conotação de maior espiritualidade, é um dos meios para satisfazer a esses anseios (BRASIL, 1979, p. 34).

Apesar do trecho acima apresenta uma proposta de educação e cultura para a sua população, pouco se foi efetivado. A questão educativa nesta época reforçava os ideais da educação tecnicista e uma proposta cultural voltada para a valorização do patrimônio e das manifestações culturais nacionais dentro de um espírito patriótico.

Em contra partida, no campo museológico na América Latina, houve a Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972 que houve a participação de profissionais das áreas mais diversificada que tratou sobre o conceito de “museu integral” a serviço do desenvolvimento social. Neste local, foi pensado no futuro próximo do desenvolvimento e visitação de museu latino americano Na redação final deste documento definiu-se museu como sendo:

El museo es una institución al servicio de la sociedad, de la cual es parte inalienable y tiene en su esencia misma los elementos que le permiten participar en La formación de La conciencia de las comunidades a las cuales sirven y a través de esta conciencia puede contribuir a llevar a La acción a dichas comunidades, proyectando su actividad en el ámbito histórico que debe rematar en la problemática actual; es decir anudando el pasado con el presente y comprometiéndose con los cambios estructurales imperantes y provocando otros dentro de La realidad nacional respectiva. (MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972)

A Mesa Redonda de Santiago do Chile nasce com o intuito de trazer uma linguagem comum aos museus da América Latina e as novas práticas museológicas, pois, estava havendo uma grande insatisfação da parte dos profissionais da museologia, como corrobora Moutinho (1989, p. 31):

A reflexão desenvolvida [Mesa Redonda de Santiago do Chile] partiu de um balanço duro mas, realista sobre as condições a nível mundial, do desenvolvimento material e cultural. Em primeiro lugar reconhece-se o desajuste entre desenvolvimento geral da civilização causado pela crescente utilização de meios tecnológicos e o desenvolvimento cultural. De igual modo este desajuste aumentou o fosso que separa as regiões com grande desenvolvimento material e as regiões da periferia. Considera-se ainda que muitos dos problemas da sociedade contemporânea correspondem a situações de injustiça. A complexidade da crise existente reclama soluções que apela à

participação de várias disciplinas e a implementação de processos que busquem transformar esta situação, têm de ser obras das diferentes classes sociais tendo por base uma participação profunda e consciente.

Dessa troca de experiência e insatisfação por parte dos museólogos, nasce o conceito de museu integral ou museu integrado, que de acordo com Sander (2006, p. 87) que busca “aproximar a instituição museológica da comunidade onde está situada, atuando decisivamente como espaço de socialização, integração e formação crítica dos sujeitos.” Esse modelo trouxe uma visão única de museu, pois passariam, a partir daí, a ser entendido como um espaço de mediador-moderador do processo de mudança social, e auxiliando no desenvolvimento social e na formação da cultural nacional. O que proporciona o papel dos museus como um patrimônio mundial.

Na função educativa dos museus, ficou estipulado pela Mesa Redonda de Santiago do Chile que, deveria ter sua atuação diretamente na ação educativa permanente como descreve o documento:

La educación, (...) debe ser liberación; el alumno no debe ser el objeto de una enseñanza sino el sujeto de la construcción de nuevos valores em función del hombre. (...) el museo los objetos em las murallas y en las vitrinas mientras que el visitante puede ser, más facilmente que em otros lugares, um verdadero sugeto. (MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972)

Deste modo, os museus passaram a ser efetivamente o local de espaço educativo, dentro e fora dos espaços museológicos, em que passaram a participar diretamente de processos de elaboração das políticas nacionais de educação, preparando programas que sensibilizem e multipliquem o conhecimento museológico no grupo de professores da educação básica, que segundo Sander (2006, p. 87) fazendo assim a “aproximando do *fazer museológico* com a *prática pedagógica*.”. A maior dificuldade para concretização dessa ação é a falta de recursos para museu.

No documento relatado, destaca que na segunda metade do século XX as questões de interdisciplinaridade museológicas deveriam ser alcançadas no desenvolvimento antropológico, socioeconômico, tecnológico, político e cultural das nações latinas americanas. Assim, Sander (2006, p. 88) apresenta que:

O documento entende, ainda, que o museu deve estar mais aberto para pesquisas e estudos, pois, à medida que suas coleções se tornam acessíveis aos pesquisadores e à população em geral, cria-se também um vínculo com a comunidade, dando a ideia de que o museu é um espaço de vida, de construção de novos saberes e de pertinência social.

A declaração de 1972 pode ser considerada como a primeira reunião interdisciplinar no campo da museologia, pois esse documento propõe a relação entre o patrimônio cultural, o ser humano e as relações de aprendizagem nos espaços museais para a transformação social. A entrada das instituições educacionais em instituições museológicas como uma extensão da sala de aula, foi necessária ampliar os setores educativos de museus para a elaboração de material didático e de visitas guiadas direcionadas para o desenvolvimento das ações pedagógicas museais. Na perspectiva freiriana, em que nega a educação “bancária”, as novas tendências da museologia educacional defendem a prática da educação libertária, em que o diálogo e a reflexão auxiliam no desenvolvimento cognitivo do educando. Pois, o museu passou a potencializar as críticas, os questionamentos e a reflexão do sujeito educado.

A mesa Redonda de Santiago do Chile, ainda está presente na perspectiva de fortalecer os ideais de que o museu constitui um espaço voltado para as especificidades educacionais na atualidade. Sobre isso, o documento relata que: “[...] *consideraron que los museos pueden y deben desempeñar un papel decisivo en la educación de la comunidad.*” (MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972). Este documento é um modelo metodológico que articulou as maiores transformações conceituais para o campo da educação museológica.

Retornado as questões políticas e fatores históricos da educação museal brasileira, no final da década de 1970 e início de 1980 começou o enfraquecimento do governo militar e fortalecimento da sociedade civil. Libâneo, Oliveira e Toschi (2015, p. 157) afirmam que:

A reorganização e o fortalecimento da sociedade civil, aliados à proposta dos partidos políticos progressistas de pedagogias e políticas educacionais cada vez mais sistematizadas e claras, fizeram com que o Estado brasileiro reconhecesse a falência da política educacional, especialmente a profissionalizante.

Podemos, também, destacar que na década de 1980 o movimento brasileiro pela democracia. Esse movimento ficou conhecido como “Diretas Já” e a partir dele veio a “Nova República” e a questão da educação e cultura deixa de ser segurança nacional e passa a ser considerada política de Estado. Apesar dessas ações na década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, pois apesar do movimento da população ter saído as ruas pedindo o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e ter obtido sucesso, Castro (2013, p. 47) advoga que

Enquanto na educação a proposta hegemônica era ainda a do Capital Humano, cujo combate pelos movimentos sociais e sindical iniciava-se em prol de uma educação com capacidade de transformação social, na cultura, as políticas públicas iniciaram os primeiros sinais mais severos de mercantilização, com a criação de editais e a elaboração da primeira lei de renúncia fiscal, a Lei Sarney, que colocaria de vez o financiamento a ações culturais nas mãos do mercado.

Neste período tivemos uma alta instabilidade financeira e econômica, o que consolidou o movimento operário, que os sindicalismos e as lutas sociais não tiveram efeitos sobre as políticas culturais, mas, tivemos melhorias nas disputas do trabalho e do direito à educação. A educação passa a ser um processo de mudança social. Assim, “o panorama brasileiro indicava uma tendência conservadora para minimização do Estado, que se afastava de seu papel de provedor dos serviços públicos, como saúde e educação.” (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2015, p. 149).

No campo das políticas públicas culturais, as ações eram realizadas para o fortalecimento da sociedade de consumo. As determinações do Estado eram feitas em colaboração com a UNESCO. Segundo Calabre (2009) haviam dois grandes problemas no campo da cultura brasileira: a) a desigualdade cultural que trouxe a “marginalização cultural”; e b) o pouco acesso da maioria da população brasileira aos bens culturais. Os projetos mais significativos na década de 1980 foram o Projeto de Interação – de âmbito nacional e buscava à articulação entre instituições e grupos culturais e as escolas, dando destaque às manifestações e aos grupos regionais-; e o Programa Nacional de Museus – que apresentava as ações educativas museais, posteriormente tornou-se uma política pública-, que trazia a proposta para educação e cultura. (SANDER, 2006).

Em relação às ações de propagação das ações educativa museal, e reforçando as decisões da tomadas e pertinentes na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), foi elaborado o Documento de Oaxtepec, em 1984 no México, e ainda neste mesmo ano, no Canadá, foi desenvolvido a Declaração de Quebec⁵². Essas declarações trouxeram a legitimação do movimento da “Nova Museologia” onde procura desenvolver ações voltadas para o perfil pedagógico não formal, pois em qualquer espaço do museu pode haver um diálogo com o patrimônio cultural e com a comunidade. Sander (2006, p. 92) complementa que “Não há o surgimento de uma outra museologia, e, sim, o amadurecimento do processo museológico.”

A declaração de Quebec apresenta o conceito de Museu Integral/Integrado, que dá a ideia de uma nova era museológica mais ativa e integrada à sociedade educativa que questionadora da realidade. Esse museu iniciou sua atuação numa perspectiva de maior impacto as questões sociais, onde se consolida a museologia como uma ciência social, voltada para o fortalecimento da democracia e valorização da cultura social.

Nas questões entre cultura e educação no Brasil, nos anos de 1980, começou um novo período republicano, que ficou conhecido como “A República da Democracia”. Um fator divisor de águas para o campo da educação e da cultura foi a criação em 1985 do Ministério da Cultura (MinC), com a justificativa de que “os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério [MEC]”⁵³. A partir daí, cultura e educação e suas políticas públicas viveriam duas décadas de autonomia e separação.

No campo museológico e cultural, foi sancionada em 1986 a Lei Sarney⁵⁴, cuja em sua redação é a primeira legislação acerca da isenção fiscal como fonte de financiamento da cultura no país. Essa lei recebeu muitas críticas, principalmente porque não havia uma participação ativa do Estado na seleção dos projetos que seriam por ela patrocinados, ficando ao cargo das empresas a definição do que seria promovido de cultura no país. Mas, o

⁵² A Declaração de Quebec (Canadá) data de 13 de outubro de 1984 e teve por objetivo apresentar os princípios básicos para uma nova museologia (MOUTINHO, 1989, p. 115)

⁵³ Decreto 91.144 de 15 de março de 1985.

⁵⁴ Lei 7.505 de 2 de julho de 1986.

ministro da Cultura já tinha contra pontos da sociedade. Em sua fala, apresentado por Furtado (2012, p. 88) apresenta que:

[...] afirmar que, seguramente, a Lei Sarney foi a grande contribuição prestada pelo atual governo ao desenvolvimento cultural do país. [...] Atendendo às aspirações da sociedade civil no sentido de caminhar com seus próprios pés, livre da contestada tutela do Estado, a Lei Sarney é um desafio para que a própria cidadania assuma as atividades culturais. Seu espírito descentralizador transfere para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle da aplicação.

A participação da sociedade civil foi substituída pela ação dominante das empresas, pois as mesmas determinava o recurso financeiro para a cultura.

Em termos da conjuntura da política brasileira da década de 1980, como já mencionado acima, tivemos a posse do primeiro presidente da república da era da democracia. José Sarney assumiu a presidência brasileira em virtude da morte de Tancredo Neves (1910 -1985) presidente eleito prometeu que mudança na política e na sociedade brasileira. Em suas ações de grande relevância para a população do Brasil foi à substituição da Carta Magna de 1967, pela Constituição Federal de 1988, promulgada no dia 05 de outubro. Na escrita da Carta Magna, tivera o objetivo de garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que o povo havia perdido no governo anterior. Também conhecida como a Constituição Cidadã, ela foi a sétima na história do Brasil desde que ele passou pela independência, e foi elaborada por 558 constituintes durante um período de 20 meses. (SAVIANI, 2010). Ela possui 245 artigos que se divide em nove títulos. Os artigos destinados a Educação e Cultura estão no Capítulo III nos Artigos 205 a 216.

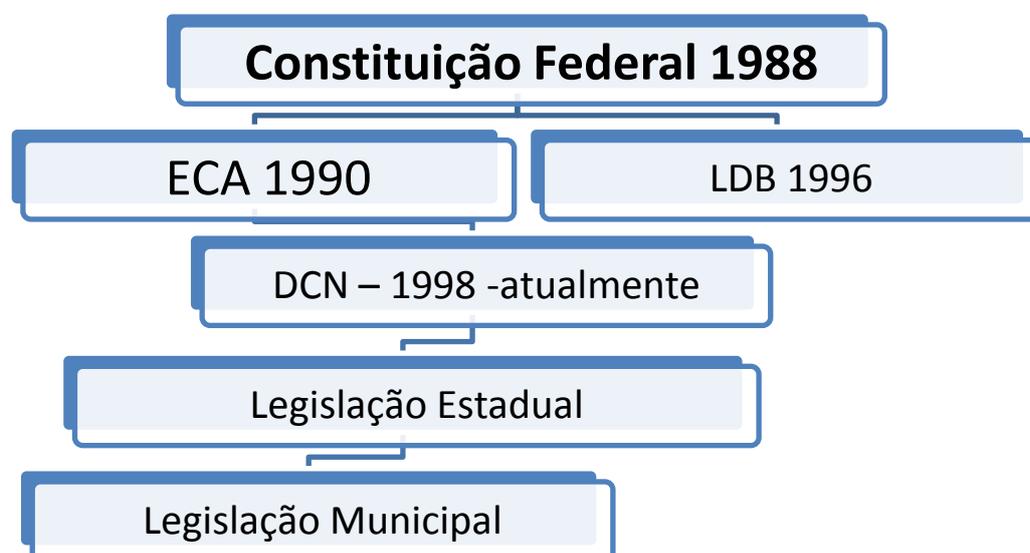
4.2. As políticas públicas educacionais e museais após a Constituição Federal de 1988

“A língua fala por si. A importância de tratar da língua seja através dos museus, dos programas, dos acordos ortográficos, seja através dos processos de liberalização das falas novas, a língua é importante. A língua é nossa mãe. O museu cuida de todos os aspectos da língua escrita, falada, da língua dinâmica, a língua da interação, a língua do afeto, a língua do gesto, e de tudo isso este museu vai cuidar.” (Gilberto

Gil, 1942).

Para o entendimento das questões de ordem de hierarquia da legislação temos:

Organograma 1: Organograma da classe hierárquica da legislação educacional



Fonte: elaborado pela autora (2016)

De acordo com Ghiraldelli Júnior (2015) a Educação não veio contemplada, na Constituição Federal de 1988, apenas em seus artigos específicos, mas espalhada em outros os tópicos, como por exemplo, nos Direitos Fundamentais. No Capítulo destinado a Educação apresenta a proteção ao ensino público, laico, obrigatório e gratuito fornecido pelo Estado – direito – e a família deve realizar a matrícula e permanência da criança na escola – dever.

Apesar de ser implementada no final da década de 1980, é nos anos de 1990 que vemos as ações educacionais sendo postas em práticas as ações propostas na Carta Magna de 1988. Em contra partida, o mundo também mobiliza para as mudanças educacionais. Em 1990, aconteceu a Conferência de Jomtien na Tailândia que representou um momento histórico para educação mundial, o que trouxe várias discussões sobre a realidade educacional dos países (155) que estavam representados. Os financiadores e patrocinadores do evento foram quatro órgãos internacionais: a UNICEF – Fundo das Nações

Unidas para a Infância; o BID - Banco Mundial; a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação; e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. De acordo com Gadotti (2000), apesar de cada um desses órgãos terem interesses específicos, havia outros momentos em que se complementaram, conforme:

A Unesco destacou a diversidade e as minorias – por exemplo, o analfabetismo da mulher. Uma categoria nova aparece no discurso pedagógico: a equidade. Até 90, falava-se muito na igualdade de oportunidades. A partir daí, passa-se a trabalhar com a categoria de equidade. O contrário de igualdade é desigualdade e de equidade é iniquidade [...]. O Unicef enfatizou a educação integral e suas necessidades básicas. O novo enfoque da conferência de Jomtien passou a ser a educação não mais identificada como escolaridade. [...] o Unicef tentou dar uma conotação mais qualitativa, abordando qualidade de vida, de nutrição e de saúde das crianças. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) realçou a ideia de que a melhoria dos índices de educação acabaria produzindo melhor crescimento econômico. O Banco Mundial esteve mais preocupado com o gerenciamento dos recursos, batendo na tecla de que há recursos para a educação, mas são mal-aproveitados (GADOTTI, 2000, p. 28/29).

Estas posições dos organismos internacionais, juntamente com as reflexões e debates que surgiram na própria Conferência, são organizados e elaborados os documentos da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.” Que ficou claro nele é que mais de cem milhões de crianças eram excluídas do ensino primário; o analfabetismo funcional era um grande problema nos países industrializados/ em desenvolvimento, sendo mais de 960 milhões de adultos analfabetos; ausência ou pouca de conhecimento das novas habilidades e tecnologias; e que o número de crianças e adultos que não conseguiam concluir o ciclo básico era superior a 100 milhões e que outros milhões, embora o concluíssem, não adquiriam conhecimentos e habilidades essenciais. Vale ressaltar que a realidade brasileira neste período era descrita neste cenário acima. De acordo com Oliveira, Pereira e Zientarski (2017) entre as inúmeras intenções acordadas, destaca-se a de assegurar educação básica para a população mundial, além de renovar sua visão e alcance. Após essa Conferência, as ações mundiais para educação se efetivaram no sentido de acompanhar os avanços e os entraves que ainda deveriam ser vencidos.

Cada país deveria ser o responsável de criar o seu “Plano de Educação para Todos”. As diretrizes orientadoras destas elaborações deveriam contar com os temas discutidos na Conferência de Jomtien, dessa forma, estariam desenvolvendo o “*Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*”. De acordo com Oliveira, Pereira e Zientarski (2017, p. 782)

Visando garantir o cumprimento destas ações e metas, os organismos internacionais, juntamente com os países signatários do acordo da UNESCO deveriam promover um contexto de políticas de apoio no âmbito econômico, social e cultural, com a mobilização de recursos financeiros, públicos, privados e voluntários, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos à educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país. Ainda consideraram prioritário o “fortalecimento da solidariedade internacional”, promovendo “relações econômicas justas e equitativas” para “corrigir as disparidades econômicas entre nações”, priorizando o apoio aos países menos desenvolvidos e de menores ingressos e “eliminando os conflitos e contendas a fim de garantir um clima de paz”.

Nesta Conferência foi um divisor de águas para a educação, pois o tema discutido antes Jomtien era “alfabetização” e passou para ser discutido “educação básica”. Gadotti (1991, p. 1) considera que:

De certa forma, a "nova visão" da edificação proposta pela Conferência de Jomtien inclui a alfabetização no conceito de educação básica, e assim fazendo dá um novo significado tanto para uma quanto para a outra. A educação começa a ter um novo enfoque. A alfabetização deixa de ser a principal preocupação dos países com altas taxas de analfabetismo, para os, esforços se concentram na universalização da educação básica, encarando-se a alfabetização como parte da educação básica.

No Brasil, nos anos de 1990 foi promulgada a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência em nosso país, o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco dos esforços de todos em tornar visível o que por tanto tempo foi esquecido. A responsabilidade da construção da rede de proteção à criança e ao adolescente é tarefa de todos e responsabilidade de cada um. O fortalecimento da rede de proteção começa com o apoio às famílias. O compromisso que se inicia no seio familiar deve também ser abraçado por todos. Compromisso prioritário da sociedade e do estado.

Em relação ao panorama socioeconômico brasileiro, permanecia

ainda nos modelos neoconservadores para a minimização do Estado e permaneceu ainda no primeiro decênio do século XXI. Em paradoxo a isso, o mercado de trabalho começa a modificar com o avanço tecnológico, e exige das escolas de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e por isso, foi necessária a mudança no processo de ensino e aprendizagem. A inserção das tecnologias digitais de informações e comunicações fez parte do quadro de mudanças na didática escolar. A visão neoliberalista, nos países desenvolvidos, contrapões-se à ingerência estatal na educação. (HAYEK, 1990, *apud* LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2015). Já nos países em desenvolvimento deveria ser outra.

Os organismos financiadores dos países de terceiro mundo, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – também conhecido como Banco Mundial- BM,⁵⁵ sugerem a garantia da educação básica pelo Estado gratuita, mas não precisamente nas escolas públicas. O Estado fornecia aos pais de crianças matriculadas e em idade escolar o “vale-escola” ou “cheque escola”, que era destinado ao pagamento dos estudos do infante em escolas. Esse mecanismo, faziam que os pais tivessem liberdade de escolha em qual escola seu filho iria estudar – particular ou pública- e tirava responsabilidade do Estado o repasse de recurso para as escolas públicas, o que alterava o conceito de instituição “pública”. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2015). Neste período era considerada educação básica apenas o ensino fundamental, o que significa que os suportes educacionais eram destinado a educação infantil e ensino médio eram menores.

O estudo *Primary Education*, de 1996, patrocinado pelo BM, diz que a educação escolar básica “é o pilar do crescimento econômico e do desenvolvimento social e principal meio de promover o bem estar das pessoas” (NETZ, 1996, p. 41-2). Nas questões brasileiras, além do bem estar das pessoas sugere a mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho. Assim, corrobora (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2015, p. 151) que “não é possível discutir educação e ensino sem fazer referências as questões econômicas, políticas e sociais.”

Na década de 1990 com o modelo neoconservador para a

⁵⁵ Banco Mundial ou Bird é o oposto de BID, a sigla de outro organismo, o Banco Internacional de Desenvolvimento (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2015, p.150)

qualificação do mercado de trabalho, trouxe a modernização da educação e sua qualidade para a melhoria do estudante brasileiro. De acordo com Libâneo, Oliveira, Toschi, (2015, p. 159), “[...] traz ao debate o tema da eficiência, excluindo os ineficientes, e adota o critério da competência”. Assim, neste período, as políticas educacionais adotadas no Brasil concebiam a proposta neoliberalista no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na Constituição Federal de 1988 propôs que deveria ser elaborada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que atendesse a necessidade da nova realidade brasileira para vivenciar a democracia. Aranha (2012) apresenta que o mais temido neste período foi que acontecesse com a nova LDB o que aconteceu com a LDB de 1961, foram treze anos de discussão e a lei veio com o texto final envelhecido.

A “Nova LDB” nasceu num grande debate entre os órgãos competentes – Câmara, mas também foi ouvida a sociedade civil, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Segundo Aranha (2012, p. 416)

O projeto original exigiu do relator Jorge Hage — que deu nome ao substitutivo — um trabalho importante de finalização porque, pela primeira vez, uma lei não resultaria de exclusiva iniciativa do Executivo, e sim do debate democrático da comunidade educacional.

Todavia, a LDB aprovada não foi desse projeto, mas sim, uma mescla do projeto original, que contava com 172 artigos, e muitos detalhes e apresentava traços de defesa de interesses de determinados grupos específicos. O então senador Darcy Ribeiro (1921 - 1997) propôs outro projeto, que começou a ser discutido paralelamente e terminou por ser aprovado em 1996. Aranha (2012, p.416) informa que “[...] o projeto aprovado foi criticado por ser vago demais, omissos em pontos fundamentais e autoritário, [...] por privilegiar o Poder Executivo.” Assim, nasce a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB- que ao contrário que muitos críticos pensavam, foi bem menos desastrosa. Muitos pontos positivos dessa legislação que apresentou melhorias de certa forma a educação da vida social, como: não ser autoritária com o currículo; o fundo de valorização da educação básica; e a valorização do magistério, enfatizando o papel do pedagogo dentro da sala de aula.

“Para tal, a própria Constituição determinou que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2015, p. 226) De acordo com o artigo 1º da LDB vem apresentando que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996). Ainda a LDB propõe que as práticas educativas sejam adequadas para a realidade social, o mercado de trabalho e o conhecimento. Compreendemos, que a LDB trouxe para o âmbito educacional uma revolução no ensino nacional, que proporcionou um espírito libertador, divergente às práticas pedagógicas herméticas, em que proporcionou o incentivo à criatividade na qual se deve estimular o educando a adquirir novos conhecimentos e seja o principal autor da sua aprendizagem.

Diante dessa questão, o uso de TDIC dentro do ambiente educacional, seja nos espaços escolares ou não escolares, é uma forma essencial para ser inserido de maneira mais efetiva do cidadão nesta sociedade tecnológica. O mundo de trabalho, no cotidiano atual, está sofrendo uma grande exigência das TDIC, por isso a escola se torna um local de excelência desse primeiro contato.

Ainda encontramos na LDB no artigo 36 sobre o currículo do ensino médio coloca em destaque, tanto no inciso I e no 1º parágrafo, respectivamente: “a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;” e “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” (BRASIL, 1996). Além desses artigos aqui já mencionados, a LDB apresenta outras referências no Artigo 39 que determina que uma educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. E, ainda no Artigo 43 em que trás o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Ainda, de acordo com Vasconcelos *et al* (2009) a intenção do governo federal foi inserir as tecnologias digitais nas escolas, o MEC desenvolveu, em 1997, O Programa Nacional de Informática Educativa o ProInfo que tem por objetivo de implementar laboratório de informática nas

escolas públicas e assim, promoveu a introdução de tecnologias digitais educacionais, e assim, levando laboratórios de informática as instituições de ensino da rede pública, alcançando as escolas que se encontram mais afastadas das grandes capitais, ou seja, atendendo as escolas rurais. Dentre as metas estabelecidas no ProInfo, previa-se a formação de professores para atuar no sentido de promover a informatização da educação básica, atendendo um público superior a seis milhões de estudantes. (BRASIL, 1997).

No Plano Nacional de Educação de 2001 sobre a lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o Presidente da República através do Decreto nº6.300, de 12 de dezembro de 2007. Decreta em seu Artigo 1º O Programa Nacional de Tecnologia Educacional - Proinfo, executado no âmbito do Ministério da Educação, promoverá o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de Educação básica.

Dessa forma, o uso das TDIC no âmbito legislação brasileira, se faz presente dentro dos ambientes educacionais, sejam eles educação escolar ou educação não escolar, atendendo desde o estudante, como também todos os que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Diante do exposto acima, o uso da TDIC auxilia no processo de ensino e aprendizagem que de acordo com Demo (2009, p. 61) advoga que “[...] as novas tecnologias não inventaram a aprendizagem. Por mais que induzam inovações, por vezes espetaculares, os legados anteriores não são apagados”. E Franco (2005, p. 31) complementa que “Não se pretende substituir formas tradicionais de ensino e aprendizagem, mas, sim, acrescentá-las a algo novo para a escola, já usual para muitas crianças e adolescentes nas suas casas e em rodas de amigos.”. Complementando essa ideia, Carvalho (2012, p. 6) declara que:

Com a chegada dos recursos tecnológicos nas escolas, exige-se dos educadores uma nova postura frente à prática pedagógica. Conhecer as novas formas de aprender, ensinar, produzir, comunicar e reconstruir conhecimento, é fundamental para a formação de cidadãos melhor qualificados para atuar e conviver na sociedade, conscientes de seu compromisso, expressando sua criatividade e transformando seu contexto.

Na forma da lei, não encontramos nenhuma menção ao uso dos museus como ferramenta de auxílio da aprendizagem, mas apresenta a autonomia do educador no processo de formação de cidadão melhor qualificado para atuação profissional e social.

Para o auxílio da atualização legislativa da LDB, foi sugerido e criado as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN -, que reúnem todos os textos legislativos que auxiliam na compreensão da Educação, na apresenta a sua amplitude, e como devem ser aplicadas as normas vigentes. A DCN é uma lei, por isso ela é obrigatória nas escolas.

Depois de dez anos da Conferência de Jomtien, em 2000 na cidade de Dacar, no Senegal, governos de 164 países se reuniram com a intenção de promover uma análise sobre os progressos alcançados ao longo de uma década. O denominado “Fórum de Educação para Todos” ocorrido no ano 2000 estabeleceu metas a serem cumpridas até 2015, pois, até então, a análise crítica do andamento das metas estabelecidas na Tailândia demonstravam que muitos países haviam negligenciado o acordo estabelecido quando daquela conferência e que as inúmeras desigualdades, ainda persistentes, eram inaceitáveis. Firma-se então o *Compromisso de Dacar*, onde os países comprometeram-se com a efetiva expansão de oportunidades educacionais para crianças, jovens e adultos. Seis metas abrangentes constituem o compromisso, sendo elas:

1. Expansão da educação e cuidados com a primeira infância;
2. Universalização da educação elementar, obrigatória e gratuita;
3. Aprendizagens de jovens e adultos;
4. Redução das taxas de analfabetismo;
5. Igualdades entre homens e mulheres em relação às oportunidades educacionais; e
6. Qualidade da educação em todos os seus aspectos.

A partir de então, 129 países passam a ser monitorados pelos organismos internacionais, especialmente pela UNESCO, dentre eles o Brasil, com divulgação de relatórios anuais de avaliação de cumprimento das metas. Ao mesmo tempo em que se explicitam as realidades individuais destes países, também são apresentados relatórios globais que fazem comparativos de igualdades e disparidades constatadas nas análises das políticas, ações e implementações realizadas pelas nações.

Nas tendências do campo cultural e museológico brasileiro, podemos destacar que a década de 1990 traduziu nas políticas públicas brasileiras com a prestação de serviços oferecidos por Sociais, Organizações

da Sociedade Civil de Interesse Público e do incentivo ao voluntariado. Daí então passa a ser um direito em serviço de mercado, o que atinge também a produção artística e cultural, como vimos em Debord (2011). Mas, os principais investimentos na cultura brasileira eram as leis de incentivo fiscais concedidos às empresas que de acordo com Castro (2013, p. 50) “que passaram assim a fazer da verba pública uma fonte de investimentos em marketing e propaganda.”

Durante alguns governos tivemos governanças voltadas para a cultura brasileira. O quadro a seguir apresentará cada governo e as políticas públicas para o incentivo à cultura.

Quadro 9: Cronograma histórico das políticas públicas culturais 1990-2018

Governo	Ações em Políticas Públicas Culturais
Fernando Collor de Mello (1990-1992)	Extinção do MinC e transformado em Secretária de Cultura - secretariado por Sérgio Paulo Rouanet, que realizou um grande corte de verbas, a extinção de instituições (como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Pró-Memória) e a reformulação da Lei Sarney, que extinta foi substituída pela Lei 8.313 de 1991, conhecida com Lei Rouanet.
Itamar Franco (1992-1994)	Restituição do MinC. Preparação para o neoliberalismo no campo das políticas públicas. Com a exceção do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), programa realizado pelo MEC em parceria com o MinC por meio da Fundação Biblioteca Nacional, o período sofreu com a escassez de propostas culturais da parte do governo.
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Praticamente ausente propostas de elaboração ou implementação de políticas públicas de cultura, paradoxalmente, foi retirada do poder público posto que grande parte do que foi executado se deu por meio de leis de incentivo à cultura, a Lei Rouanet e a do Audiovisual, que transferem à decisão de quanto e onde investir aos departamentos de marketing ou, na melhor das hipóteses, ao gestor cultural das empresas.
Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Modificou as políticas e deu um novo corpo às políticas neoliberais. Os ministros Gilberto Gil (2003-2006) e Juca Ferreira (2006-2010) reestruturaram as leis de incentivos para atender a melhor distribuição de renda. Foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que elaborou o Plano Nacional de Cultura, foi criado o Sistema Nacional de Cultura, o Programa Cultura Viva, com cinco ações: “Ponto de Cultura, Agentes Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griôs-Mestres dos Saberes”. Ao mesmo tempo em que se viu retornar uma ideia de integração entre cultura e educação, esta se apresentou subordinada às parcerias público-privado e às políticas de editais. Neste contexto, foram criados os programas como o já citado Pontos de Cultura (2004) e, no

	âmbito dos museus, os Pontos de Memória (2010), muito propagandeados e apresentados pelo governo como um exemplo de democratização do acesso à cultura e de participação popular nas políticas públicas.
Dilma Rousseff (2011-2016)	A principal lei de incentivo à cultura continuou a mesma. Retorna as parcerias do MEC e MinC e acordos são realizados para a melhoria dos educandos brasileiros, como o caso do Mais Educação com o Iphan, que foi a Cartilha de Educação Patrimonial que foi distribuída nas escolas que participaram do Programa. Além de contratação de professores por concurso público, o que vemos é mais uma abertura para a participação do “terceiro setor” nas atividades de educação e cultura. Além dessa iniciativa, o ano de 2012 inaugurou, também na área dos museus, políticas dentro deste mesmo modelo.
Michel Temer (2016-2018)	Neste governo, iniciou uma grande crise política generalizada, que procura de forma dura a implementação de reformas de viés liberal, em vez de criar condições para um papel mais ativo do Estado. Defendeu e promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 241/2016 conhecida como “PEC do Fim do Mundo” que congelou os gastos públicos por vinte (20) anos. ⁵⁶ No seu primeiro momento, o presidente interino, informou o fim do MinC, mas com o movimento popular nacional, ele retorna e permanece o MinC no seu governo. Além da desvalorização e conseqüente enfraquecimento das instâncias participativas de políticas públicas. Nos projetos/programas elaborados neste governo – “Uma ponte para o futuro” (out/2015) e “A travessia social” (2016) não apresentam nenhuma proposta para as políticas públicas culturais brasileiras.

Fonte: Elaborada pela autora

Como vimos no quadro acima, as políticas públicas culturais em alguns governos fizeram parcerias com a educação – MinC e MEC- para as instituições que delas utilizam possam trazer o desenvolvimento sociocultural e educativo para quem delas utilizam. Apesar de alguns avanços nestes campos – educação e cultura - as tendências econômicas e políticas seguidas pelos governos nas quase três últimas décadas na sua elaboração apresentam as tendências liberais ainda são aplicadas. Elas são respostas às crises econômicas iniciadas na década de 1990, aprofundadas na virada do século e em curso até hoje.

No meio dessa crise e instabilidade política e econômica, nasce em meio à crise a ideia de construção de uma política pública voltada para a

⁵⁶ O assunto será mais detalhado no capítulo 6 dessa tese.

educação museal. Os primeiros passos da construção de um projeto até a sua consolidação em um programa serão relatados no capítulo a seguir.

5. CONSTRUINDO O DESCONSTRUÍDO: A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PNEM

A educação museal colabora muito para o processo de preservação da memória, reforçando a construção de identidade de um povo, uma cidade e um país. É por meio dessas instituições que conseguimos manter um pouco de nossa história. (Ibram, 2018).

As atuações dos museus na sociedade contemporânea precisa exercer uma função educativa e de estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. De acordo com Machado (1998, p. 172) o museu precisa estar:

[...] a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e principalmente expõe os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, com propostas de estudo, educação e deleite.

Partindo desse pressuposto, educadores, museólogos e profissionais que trabalham – direta ou indiretamente – com educação museal, deve buscar o desenvolvimento para a aquisição do conhecimento, assim como a valorização da cultura popular e para a preservação da memória social.

5.1. Nasce o Programa Nacional de Educação Museal - PNEM

[...] as ações educacionais, no que concerne à diversidade cultural e à democratização do acesso aos museus como espaço de encontro e instrumento de promoção de cidadania. (Ibram, 2010)

As políticas públicas no âmbito nacional apresentam propostas para o desenvolvimento de suas ações políticas para implementar e atender as necessidades da sua área de atuação. No campo da Educação, nós temos o Plano Nacional de Educação – PNE, apresentada a proposta do decênio, ou seja, 10 anos de ação dentro da Educação brasileira. Já no campo

museológico, temos o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM, que em 2010 foi apresentado a sociedade civil para sua atuação no decênio 2010-2020, em que apresenta Diretrizes, Estratégias e Ações para a educação museal. O PNSM possui treze (13) eixos, do total de sete (7) voltados para a área de educação museal: capacitação de professores e agentes culturais; criação de setores educativos; formação de educadores; museu como espaço educativo; parcerias: escola e Educação Básica; e valorização do educador museal.

Castro (2013) avalia que a proposta para o decênio para museus não foi bem articulada, pois muitas delas se repetem por causa da sua semelhança, diante das especificidades e necessidade de cada tipologia de museu. Isso se deve muito à própria forma como o documento foi elaborado, em consulta pública e durante um encontro de menos de uma semana, em que a sistematização das propostas, parece-nos, deixou a desejar.

Para não deixar lacunas na legislação e políticas educacionais museais, ainda no ano de 2010, foi realizado o I Encontro de Educadores em Museus do Ibram. Fruto deste encontro surgiu a Carta de Petrópolis que apresenta como seus objetivos:

[...] traçar diretrizes e estratégias para a elaboração de uma Política de Educação para os museus do Ibram, além de promover a integração, o intercâmbio de experiências e a reflexão acerca de temas considerados prioritários (IBRAM, 2010, p. 1).

A carta de Petrópolis se tornou um documento norteador para a educação em museu no Brasil para a elaboração da Política Nacional de Educação Museal, considerando as diretrizes do Estatuto de Museu. As propostas da carta estão relacionadas aos temas oriundos do campo museológico e educacional. Os participantes do encontro elaboraram propostas que auxiliassem a compreensão do museu como espaço educacional, no qual podemos destacar as seguintes diretrizes e estratégias:

- Compreender que a ação educativa é de fundamental importância para o cumprimento da missão dos museus, bem como para o desenvolvimento do processo museológico;
- Explicitar as concepções de museu, de Museologia e de Educação que estão sendo adotadas no desenvolvimento das ações educativas, contextualizando os métodos e técnicas, levando em consideração as especificidades de cada museu, bem como o perfil e os anseios de seus usuários;

- Considerar os acervos institucional e operacional como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educativas dos museus, levando em consideração a missão da instituição e os anseios dos atores sociais com os quais os projetos estejam sendo desenvolvidos;
- Garantir o desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus;
- Estimular a criação de redes de informação e de interação em todos os âmbitos entre os museus do Ibram, interna e externamente, e entre os museus e a sociedade:
 - Criar o blog do educador;
 - Criar um jornal informativo para todos os museus do Ibram;
 - Promover Encontros periódicos de Educadores dos museus do Ibram.
- Fomentar a acessibilidade total às instituições museológicas do Ibram;
- Criar mecanismos que favoreçam a produção de conhecimento a partir dos projetos e das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos setores educativos do Ibram;
- Fomentar estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas com o intuito de avaliar o cumprimento dos objetivos e a reestruturação das ações educativas do Ibram;
- Estimular a qualificação dos profissionais em todos os níveis de formação;
- Estabelecer Termos de Cooperação Técnica que atendam aos anseios tanto das instituições museológicas quanto de ensino, com foco na área de ação educativa;
- Criar cursos que possibilitem a qualificação dos profissionais, observando as especificidades de cada museu e dos contextos nos quais estão inseridos;
- Fomentar, implementar e garantir o desenvolvimento dos Programas Educativos dos museus do Ibram previamente estabelecidos no Plano Museológico de cada instituição;
- Dotar os museus de infraestrutura necessária à implantação dos setores educativos e ao desenvolvimento de seus projetos. (IBRAM, 2010, p. 8-9)

As propostas da carta estão relacionadas aos temas oriundos do campo museológico e educacional. Nele, além das discussões sobre a educação museal, apresenta a valorização e reconhecimento do profissional do trabalho educativo nas instituições museológicas, assim como também as práticas educativas em museus e a criação do Projeto Político Pedagógico - PPP⁵⁷.

De acordo com Castro (2013) a Carta de Petrópolis trata de sugestões que surgiram através de discussões no congresso já mencionado acima, em que cada questão a ser discutida deve ser específica para cada tipologia museológica e justificada para que cada uma escolha a concepção teórica que melhor representem os aspectos tratados nos museus.

⁵⁷ De acordo com Veiga (2006) é a identidade da instituição, apresentando os planos e ações para o desenvolvimento da aprendizagem e proporcionando a qualidade da dicotomia ensino/aprendizagem.

Ao se discutir o espaço museal, já está subscrito que o mesmo é um local educacional por natureza, assim, o conceito de formação integral faz parte da diretriz geral de museus. Dessa forma, fica ao critério da instituição museológica de definir a prática educativa em museu que mais se relaciona com a sua atividade.

No I Encontro de Educadores em Museus do Ibram foi elaborada a Carta de Petrópolis, que lançou a base para a criação de uma Política Pública de Educação Museal, “[...] mas seu desenrolar direcionou as ações institucionais em outro sentido e foi proposto, então, o Programa Nacional de Educação Museal (PNEM).” (CASTRO, 2013, p. 76).

No ano seguinte, em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus lança a base para o PNEM, conforme pudemos verificar no sitio do Ibram podemos encontrar que:

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) lançou as bases para a construção do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), que se pretende democrático e pautado na diversidade para a construção de um Programa voltado especialmente para a Educação Museal.

O Instituto espera incentivar a discussão em todo território nacional para a construção do Programa, que tem como objetivo subsidiar a atuação profissional dos educadores, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais.

O Programa Nacional de Educação Museal será construído em alinhamento com marcos estruturantes e legais dos campos cultural e museal brasileiro como a Política Nacional de Museus, o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano Nacional Setorial de Museus e o Estatuto de Museus – Lei 11.904/2009. (IBRAM, 2011)

Ainda neste mesmo ano, 2011, foram pensadas ações para o caminho da consolidação das ações realizadas no I Congresso de Educadores de Museus, como foi o caso do “Lançamento e divulgação da Carta de Petrópolis – Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal” e a elaboração do Programa de Ação Educativa em Museus e Centros Culturais – Paem, que evidenciou a necessidade de um projeto de lei que seria aberto à consulta pública.⁵⁸

Dois anos após esse congresso e a elaboração do documento da Carta de Petrópolis, em novembro 2012, no V Fórum Nacional de Museus foi

⁵⁸ O *slide* da apresentação está disponível em: www.remrij.blogspot.com. Acessado em: 23/08/2012

realizado o lançamento da plataforma virtual do Projeto Nacional de Educação Museal - PNEM. Segundo Castro (2013, p. 76) apresenta que uma das maiores polêmicas surgidas no fórum virtual sobre o PNEM foi “sobre a motivação do Ibram em transformar a proposta de uma Política Nacional em um Programa Nacional.” E a autora supracitada ainda complementa:

A ideia naquele momento era a de criar diretrizes que servissem como políticas de Estado e orientassem a consolidação do campo da educação museal nos próximos anos, propondo então a votação de uma lei que discutisse regulamentações e obrigações do Estado e das Instituições Museais e Culturais a respeito de seu trabalho educativo. (CASTRO, 2013, p. 76)

Em resposta aos questionamentos realizados no Blog, obtivemos a seguinte resposta do moderador do PNEM:

O termo Programa foi adotado por uma questão bastante simples, a educação museal já está inserida em uma política cultural para o setor museológico, qual seja a Política Nacional de Museus. A PNM tem em suas bases uma multiplicidade de vozes e foi construída a muitas mãos tendo em vista as grandes questões do campo museal. Amplificando esta e outras experiências de construção participativa, o Ibram propôs a criação do PNEM como um programa institucional que pretende conhecer e incorporar as demandas sociais a fim de planejar ações na busca do fortalecimento do campo educativo museal. (BLOG do PNEM, 2012).⁵⁹

Os apontamentos realizados na Carta de Petrópolis foram representados e suas discussões foram ampliadas no Fórum Virtual do PNEM, que efetivaram as discussões sobre educação museal, de forma que pudesse atender as necessidades de todos os envolvidos na questão educacionais em museus, como também uma consulta pública por meio de fóruns de discussão no ambiente virtual.

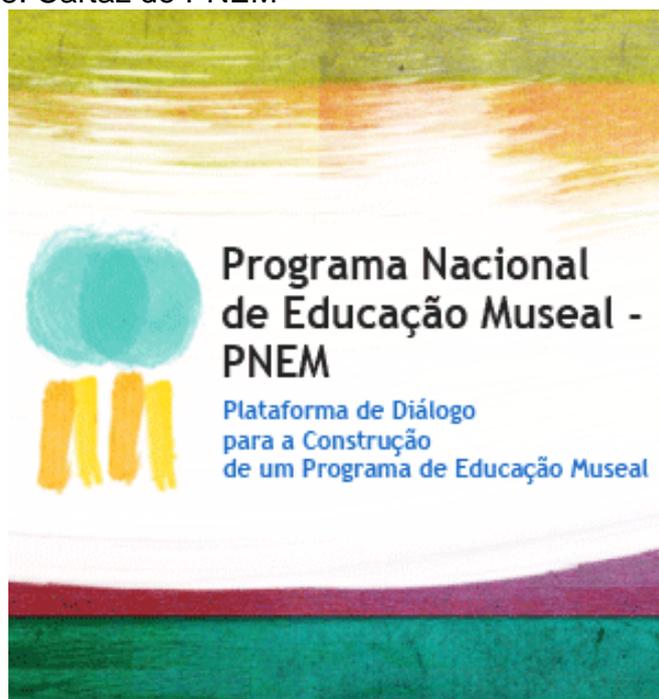
5.2 O blog do PNEM e a participação da sociedade nas discussões do Programa/Políticas Nacional de Educação Museal

Os educadores que delas participam têm duplo papel, atuando na prática museal e construindo as políticas públicas, que buscam nortear esse campo ainda em construção. (MARTINS, 2018)

⁵⁹ Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/> Acesso em: 28/03/2013.

Após as discussões realizadas no congresso de Petrópolis, 2010, e a elaboração da Carta de Petrópolis chegou o momento de colocar em prática a consulta pública para a elaboração do Programa Nacional em Educação Museal - PNEM. O local das discussões foi um Blog com endereço eletrônico: <https://pnem.museus.gov.br>, que ficou aberto ao público interessado no período de 26 de novembro de 2012 a 7 de abril de 2013. De acordo com as informações no site, para apresentação do Blog, apresenta:

Figura 8: Cartaz do PNEM



Fonte PNEM

Bem vindo ao Blog para a construção do Programa Nacional de Educação Museal – PNEM

Com o objetivo de constituir diretrizes para as ações de educadores e profissionais dos museus na área educacional, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais o Ibram promove consulta pública para construção do Programa Nacional de Educação Museal. Acesse o documento base do PNEM elaborado a partir de documentos de referência sobre a Educação Museal para iniciar a participação nesse processo.

A fim de democratizar esse debate foi estabelecida uma metodologia de discussão que envolve um momento virtual e outros presenciais. Esse espaço virtual – o Blog do PNEM – dispõe de fóruns organizados por Grupos de Trabalho divididos por 9 eixos e será aberto ao público. (BLOG DO PNEM, 2012).

Ao analisar as ações que foram propostas no Blog do PNEM, pudemos verificar que as ações realizadas fazem –fizeram- parte da PED –

pois, houve troca de informação e a produção de conhecimento em redes orientadas pela cultura digital, onde possibilitou a construção de argumentos para uma política pública. De acordo com Castells (2006, p. 18) “As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede” a rede de troca de conhecimentos para facilitar o acesso da sociedade civil nos Fóruns de Discussão do PNEM.

Figura 9: Panfleto Virtual do PNEM

O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM
Apresenta o

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL

PNEM

Seja um articulador!
Se você é engajado na área de Educação em Museus e tem interesse em mobilizar sua comunidade sensibilizando-a a participar das discussões contribuindo para a sua construção, você pode ser um articulador do PNEM.

Como?
Você pode atuar nos mais diversos espaços, estimulando, divulgando, reunindo e organizando propostas, tanto nas redes sociais, reuniões com interessados, encontros locais, envio de e-mails, articulação com organizações e redes etc.

Caso queira formalizar essa atribuição, manifeste seu interesse enviando um e-mail para pnem@museus.gov.br

Contatos
pnem@museus.gov.br
(61) 3521-4415/4403

ibram
instituto brasileiro de museus

PNEM

Por que construir um Programa Nacional de Educação Museal?
A fim de fortalecer e sistematizar demandas e diretrizes para o campo de educação nos museus, o Instituto Brasileiro de Museus abre ao público a formação de um Programa Nacional de Educação Museal - PNEM.

Programa Nacional de Educação Museal - PNEM
Objetivos do PNEM são: favorecer a realização das práticas educacionais em instituições museológicas; fortalecer a dimensão educativa em todos os espaços do museu e subsidiar a atuação dos educadores.

Eixos
O programa é estruturado em nove (9) eixos temáticos que representam temas estratégicos para o campo museal, em especial para a Educação em Museus, são eles:
1. Perspectivas conceituais;
2. Gestão;
3. Profissionais de Educação Museal;
4. Formação, capacitação e qualificação;
5. Redes e parcerias;
6. Estudos e pesquisas;
7. Acessibilidade;
8. Sustentabilidade;
9. Museus e Comunidade.

Blog
Foi criado um espaço virtual para consulta pública e envio de propostas para que todos pudessem de forma colaborativa participar da construção do PNEM. Os fóruns virtuais de discussão já se encerraram mas o Blog continua ativo como espaço de diálogo e intercâmbio.
<http://pnem.museus.gov.br>

Novidade!
O Blog do PNEM contará com um Banco de Práticas Educativas. Convidamos todos os articuladores, educadores e demais interessados a compartilhar conosco suas atividades e ações educativas aplicadas no campo da educação museal. Contribua com a sua iniciativa! Para participar, basta enviar um e-mail para pnem@museus.gov.br e preencher uma formulário com algumas perguntas sobre sua prática educativa. Seu projeto pode ser publicado no Blog e compor o acervo de práticas inovadoras.

PNEM

Fonte: PNEM

Como metodologia foi proposto nove (9) eixos de discussão: Perspectivas conceituais; Gestão; Profissionais de Educação Museal; Formação, capacitação e qualificação; Redes e parcerias; Estudos e pesquisas; Acessibilidade; Sustentabilidade; e Museus e Comunidade. Qualquer pessoa poderia participar do fórum que ajudou na construção da política pública sobre educação museal. Para tanto, foram estabelecidos as seguintes normas para participação dos Fóruns:

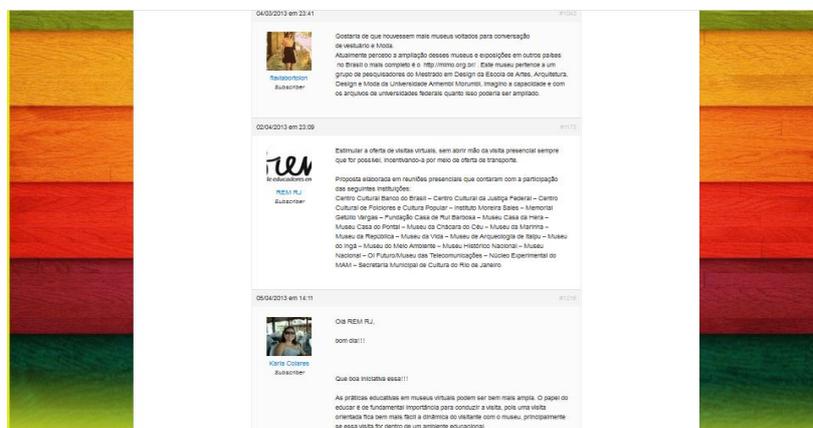
1. Os fóruns são abertos e públicos para qualquer pessoa participar e encaminhar propostas;
2. Para encaminhar propostas crie um novo tópico no eixo temático relacionado;
3. Os tópicos criados devem necessariamente ser novas propostas para o Programa;
4. Verifique se o assunto que quer discutir já tem um tópico criado para não haver repetições, caso aconteçam duplicações de temas os moderadores irão remover seu tópico;
5. Comentários agressivos, difamatórios, spam, propagandas ou que não contribuam para o bom andamento do debate serão deletados pelos moderadores, caso haja reincidência deles o usuário poderá ser banido. (BLOG DO PNEM, 2012)

Para tanto, a construção deste documento tinha o

[...] objetivo de constituir diretrizes para as ações de educadores e profissionais dos museus na área educacional, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nos museus e processos museais (BLOG DO PNE, 2012).

Os Fóruns Virtuais ficaram abertos por cento e trinta 130 dias, que foram propostos oitenta e três (83) tópicos de discussão, que geraram 625 comentários. De acordo com as informações do PNEM até o dia 2 de abril de 2013 foi realizado um total de 708 cadastros. Outro fator que podemos levar em consideração, é que a maioria dos participantes era do sexo feminino, e todas as regiões brasileiras participaram e mais da metade dos inscritos eram da região sudeste e a maioria era do estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Outra dimensão analisada no Blog do PNEM foi o interesse dos participantes vinculados à instituição, a maior participação eram pessoas ligadas ao museu e em seguida a órgãos federais – como instituição de ensino e governamentais.

Figura 10: Fórum de discussão.



Fonte: PNEM

O PNEM também proporcionou a criação de articuladores, que de acordo com o Blog “foi importante para iniciarmos uma rede de colaboradores que, fortalecida, pode ajudar nessa ação e em outras.” (PNEM, 2013). Mas, quem são esses articuladores?

Os articuladores são voluntários que atuam no campo museal brasileiro e que se dispuseram a mobilizar sua comunidade, sensibilizando-a a participar das discussões promovidas no Blog, contribuindo para a construção do Programa nos mais diversos espaços de atuação (redes sociais, reuniões com interessados, encontros locais, envio de e-mails, articulação com organizações, além de outras). (BLOG DO PNEM, 2013).

Apesar dos fóruns de discussões terem finalizado em abril de 2013, o site do PNEM continua ativo. De acordo com Chaves (2015, p. 227) apresenta que com o Blog foi possível:

[...] promovida e incentivada a discussão em torno da Educação Museal, consolidando o documento definitivo do PNEM, numa proposta construída coletivamente, uma vez que tanto os Fóruns, quanto o blog foram abertos para participação popular através do envio de propostas e reflexões. Para tanto, foram abertas inscrições para articuladores, [...] bem como na mobilização e sensibilização de suas comunidades.

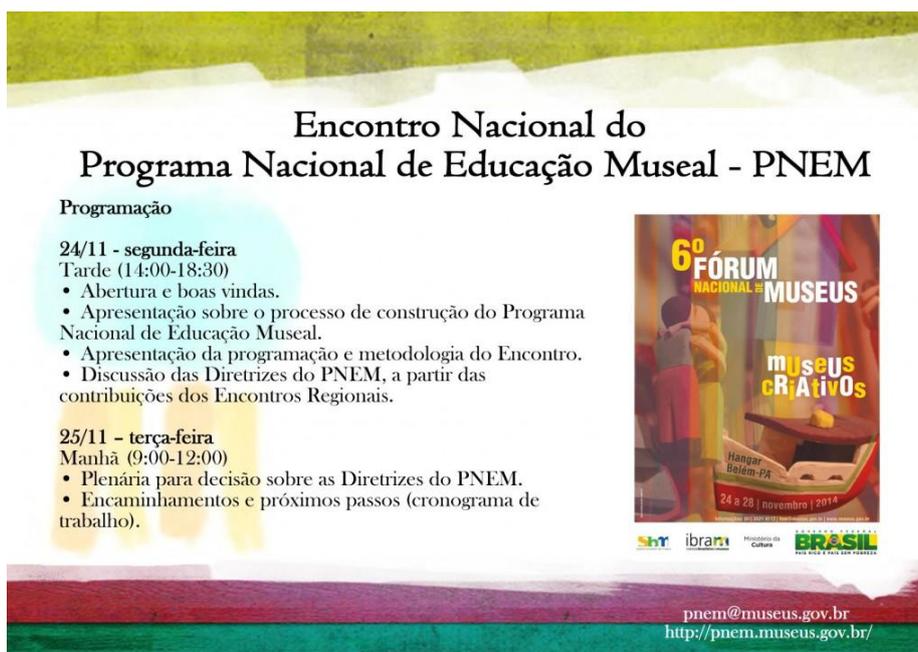
O blog do PNEM continua ativo, mas a sua finalidade é de servir como “um portal de encontro e trocas.”. Dessa forma, o Ibram utiliza desse espaço para divulgar as iniciativas, eventos e encontros que mobilizam a Educação em Museus no País.

5.3 O primeiro documento do Projeto Nacional de Educação Museal – PNEM –Belém 2014

Devido ao status cultural do museu, existem vários pontos que estão entrelaçados. Primeiramente, ao se tratar da educação escolar, da razão pela qual as escolas educam e a forma como elas educam.
(Paulette Macmanus)

As discussões realizadas no blog do PNEM culminaram com uma plenária para aprovar o texto final das diretrizes do Programa. O 6º Fórum Nacional de Museus que apresentou o tema “Museu Criativo”. O fórum foi realizado na cidade de Belém entre os dias 24 e 28 de novembro. Este evento proporcionou para a comunidade museal a elaboração de um documento que os norteassem para a construção de um programa nacional em educação museal. Este foi o primeiro passo para a consolidação de uma política pública nacional. No documento elaborado apresentou as principais demandas sociais, sejam elas da comunidade civil quanto da comunidade que trabalha/estuda com a museologia, para a criação da Política Nacional de Educação Museal.

Figura 11: Folder do 6º Fórum Nacional de Museus.



**Encontro Nacional do
Programa Nacional de Educação Museal - PNEM**

Programação

24/11 - segunda-feira
Tarde (14:00-18:30)

- Abertura e boas vindas.
- Apresentação sobre o processo de construção do Programa Nacional de Educação Museal.
- Apresentação da programação e metodologia do Encontro.
- Discussão das Diretrizes do PNEM, a partir das contribuições dos Encontros Regionais.

25/11 - terça-feira
Manhã (9:00-12:00)

- Plenária para decisão sobre as Diretrizes do PNEM.
- Encaminhamentos e próximos passos (cronograma de trabalho).

pnem@museus.gov.br
<http://pnem.museus.gov.br/>

Fonte: PNEM

Mas, o que é o Fórum Nacional de Museus? “É um espaço para o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre a comunidade museológica, sociedade civil, museus e órgãos de gestão museológica federais, estaduais e municipais.” (PNEM, 2014).

Além da programação que foi apresentado no folder, teve a programação paralela que visa valorizar a cultura local. O objetivo maior do 6º Fórum Nacional de Museus e I Encontro Nacional do PNEM foi de consolidar o documento elaborado no Fórum Virtual do PNEM. Segundo Martins e Gonçalves Júnior (2018) antes da reunião em Belém, foram realizados os encontros regionais, no ano de 2014, 23 reuniões, em 13 unidades da federação. E, complementa, que esses encontros só foram possíveis de serem realizados com as Redes de Educadores de Museu – REMs- em parceria com articuladores locais e com os educadores do Ibram.

Tanto as Redes como os articuladores atuaram de forma voluntária estimulados pelos coordenadores dos GTs, que eram os servidores do Ibram diretamente ligados à PNEM. Um aspecto que se evidencia foi a não realização dos debates em todos os estados, além de ausência de mecanismos de difusão apropriados para o amplo debate do Documento Preliminar. (MARTINS E GONÇALVES JÚNIOR, 2018, p. 317).

Os encontros regionais tiveram por finalidade de promover discussões do documento preliminar do PNEM e coletar sugestões para as possíveis modificações. A opinião era unânime- tanto os coordenadores de GTs quanto a própria direção da Coordenação de Museologia Social e Educacional (Comuse), órgão do Ibram diretamente responsável pelo PNEM – é que o Documento Preliminar ainda estava longe de ser considerado com texto de uma política pública, apesar de estar todo estruturado como uma política pública, ainda estava longe de atender a sua função.

Mesmo assim, com o documento não estando em conformidade com as necessidades para desenvolver uma política pública de educação museal, nos dias 24 e 25 de novembro de 2014 aconteceu o I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal- PNEM no Hangar em Belém-PA, durante o 6º Fórum Nacional de Museus teve como objetivo definir os princípios e parâmetros para a criação e implementação da Política Nacional de Educação Museal.

Como resultado do encontro, o documento inicial do PNEM foi discutido e por meio de votação em assembleia, foram aprovados os princípios norteadores do PNEM e a aprovação da “Carta de Belém”.

Os cinco princípios fundamentais da Educação Museal que deve nortear a Política. Além disso, reivindica a realização do II Encontro Nacional do PNEM a ser realizado no segundo semestre de 2015, para que se aprove as diretrizes e estratégias da Política Nacional de Educação Museal. (BLOG DO PNEM, 2014)

O encontro foi um importante marco para a Educação Museal no país, ressaltando que a consulta pública para a construção do PNEM é uma iniciativa pioneira no campo e fundamental para o fortalecimento e democratização do acesso à memória, à educação e à cultura.

Apesar de ter ficado estabelecido que o II Encontro Nacional da Política Nacional de Educação Museal teria sido estipulado que seria em 2015, o mesmo só veio acontecer no 7º Fórum Nacional de Museus em 2017, pois diversas turbulências políticas ocorreram no Brasil e o mesmo houve o impedimento da realização do III Encontro Nacional da Política Pública Nacional de Educação Museal – os casos serão apresentados no Capítulo 6 dessa tese. Neste período, a presidência do Ibram mudou algumas vezes, e

muitos programas que estava em curso ou pararam ou foram extintos. De acordo com Martins e Gonçalves Júnior (2018), narra que as REM solicitaram ao presidente do Ibram, da época, para retornar a releitura do PNEM, e não obtiveram resposta. Ou seja, no final do ano de 2014 até o ano de 2016 – quase dois (2) anos sem nenhuma realização significativa para a elaboração da PNEM.

Somente em 2016, que houve uma nova mudança de gestão do Ibram é que a REM reafirma o pedido de revisão do PNEM e então é atendido. Na carta enviada ao Ibram, Martins e Gonçalves Júnior (2018, p.318) apresentam assinaturas de instituições importantes para a área da educação e museologia brasileira, conforme apresenta: “Essa carta também contou com a assinatura da presidente do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (Ceca- ICOM), cargo ocupado por uma brasileira, e da coordenadora brasileira do Ceca.”.

Ao voltar às discussões sobre a PNEM era preciso dar conta da sistematização dos documentos resultantes dos encontros regionais, que continha mais de 400 sugestões de modificação, e “[...] era pródigo em repetições, inconsistências e problema de redação” (MARTINS E GONÇALVES JÚNIOR, 2018, p. 318). Para que o documento final do PNEM estivesse pronto até o 7º Fórum Nacional de Museus, foi contratada uma consultora, que já fazia parte das ações do PNEM, e ajustou o documento para ser apresentado em tempo hábil no fórum.

5.4 O Programa Nacional de Educação Museal – PNEM e as práticas educativas para educação museal

No II Encontro Nacional de Políticas Nacional em Educação Museal resultou na finalização do texto definitivo do PNEM, e trouxe um grande marco para a cultura, educação e museológicas. Os participantes desse evento, organizado e viabilizado pelo Ibram, representantes da REM de estados diferentes e os articuladores regionais e acadêmicos, puderam acompanhar as discussões finais sobre a Política Pública da Política Nacional de Educação Museal. No segundo dia, os participantes dividiram-se em grupos, correspondentes aos três eixos propostos para o Documento Final da PNEM.

Os participantes do grupo 1 debateram as propostas de diretrizes do eixo Gestão. Já os integrantes do grupo 2 discutiram a respeito das diretrizes do eixo Profissionais, Formação e Pesquisa. Os membros do grupo 3, por sua vez, analisaram as diretrizes sugeridas para o eixo Museus e Sociedade. Nesta etapa do trabalho, os participantes podiam, de acordo com a metodologia, dentro do seu respectivo grupo, ratificar as diretrizes propostas ou, ainda, sugerir a supressão, a aglutinação ou a alteração de redação delas. “Como resultado do 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, foi aprovado o texto final da PNEM, que totalizou 19 diretrizes distribuídas ao longo dos seus três eixos.” (PNEM, 2018, p.34)

A publicação da portaria do Ibram Nº 422, de 30 de novembro de 2017 apresenta a redação final do PNEM, que agora tem o desafio de ser implementada nos museus, mesmo com todo o cenário da política, cultura e sociedade atual. “Assim, concluiu-se mais uma etapa do processo democrático de construção da PNEM, que agora será implementada e avaliada pelo Ibram, em colaboração com as REMs e de forma aberta e articulada à sociedade civil.” (PNEM, 2018, p. 34)

Figura 12: Apresentação da Política Nacional em Educação Museal no Blog do PNEM



Fonte: PNEM

Martins e Gonçalves Júnior (2018, p. 318) afirmam que agora devemos implementar no contexto museológico educacional e regional:

Sob essa perspectiva, se os anseios de formuladores e implementadores se confundem na figura desses atores – algo incomum em si tratando de processo de construção de políticas públicas, cuja literatura enfatiza as assimetrias – as condições materiais nas quais se inserem suas práticas serão foco de tensão pelas possibilidades de enfrentamento e necessária adaptação do planejado à realidade. Nesse sentido, não se trataria de adaptar e modificar a política, aspectos formuladores e implementadores, mas de ter na implementação mais um momento de luta e construção de estratégias para a efetivação de uma visão de mundo sobre a educação em museus.

A Política Nacional de Educação Museal tem entre seus objetivos, “direcionar a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, subsidiando a atuação dos educadores.” (PNEM, 2018, p. 43). Dessa forma, apresentaremos os Princípios e as Diretrizes do PNEM.

Os princípios da Política Nacional em Educação Museal - PNEM foram estabelecidos no I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal-PNEM, realizado no Hangar Centro de Convenções, em Belém (2014), durante o 6º Fórum Nacional de Museus e revisado em seu II Encontro Nacional do PNEM e no 7º Fórum Nacional de Museus em 2017 em Porto Alegre. Os Princípios do PNEM serão apresentados na tabela a seguir:

Quadro 10: Princípios da PNEM.

PRINCÍPIOS	AÇÕES
Princípio 1:	Estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa.
Princípio 2:	A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.
Princípio 3:	Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.
Princípio 4:	Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente o Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando

	em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.
Princípio 5:	Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores.

Fonte: Elaborada pela autora adaptação da PNEM

As diretrizes da Política Nacional de Educação Museal – PNEM foram desenvolvidas por base três (3) eixos: Gestão; Profissionais, Formação e Pesquisa; e Museu e Sociedade, que totalizou em dezenove (19) diretrizes divididas nestes três (3) eixos.

No Eixo I foi denominado de “Gestão”, nele foi trabalhado toda a perspectiva de como implementar políticas públicas e as ações voltadas para a educação museal, conforme apresenta o texto:

1. Incentivar a construção do Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, definido a partir da missão do museu, pelo setor de educação museal, em colaboração com os demais setores do museu e a sociedade.
2. Promover o desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural no Plano Museológico e estabelecer entre suas atribuições: missão educativa; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e formação continuada dos profissionais do museu.
3. Incentivar mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações educativas museais complementando sua dotação orçamentária permanente.
4. Incorporar a contribuição dos setores de educação museal como parte integrante das programações e na constituição da memória do museu por meio do registro e divulgação de suas ações. (PNEM, 2018)

Já no Eixo II foi nomeado de “Profissionais, Formação e Pesquisa”, teve a perspectiva e a preocupação em olhar diretamente para a formação inicial e continuada do profissional educacional museológico e com a pesquisa pode contribuir para o aperfeiçoamento do educador museal e a melhoria da educação museal, conforme apresenta o texto:

1. Promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo.
2. Reconhecer entre as atribuições do educador museal: a atuação na elaboração participativa do Programa Educativo Cultural; a realização de pesquisas e diagnósticos de sua competência; a implementação dos programas, projetos e ações educativas; a realização do registro, da sistematização e da avaliação dos mesmos; e promover a formação integral dos indivíduos.
3. Fortalecer o papel do profissional de educação museal, estabelecendo suas atribuições no Programa Educativo e Cultural e em conformidade com a Política Nacional de Educação Museal.
4. Valorizar o profissional da educação museal, incentivando a formalização da profissão, o estabelecimento de planos de carreira, a realização de concursos públicos e a criação de parâmetros nacionais para a equiparação da remuneração nas várias regiões do país.
5. Potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiência e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em educação museal.
6. Valorizar a troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais em educação museal.
7. Fortalecer a pesquisa em educação em museus e em contextos nos quais ocorrem processos museais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento em educação.
8. Promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área.
9. Promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional. (PNEM, 2018)

E, por fim, o Eixo III que ficou conhecido “Museu e Sociedade”, que neste eixo ficou estipulado na política pública que deve haver interação e trocas de conhecimentos entre a sociedade e o museu, de forma que seja de interesse social. Dessa forma, o texto final ficou:

1. Estimular a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, promovendo a difusão da educação museal, em consonância com a Política Nacional de Educação Museal, visando à formação integral.
2. Incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento de redes de profissionais da educação museal, visando à articulação, ao crescimento e à difusão da profissão e do campo da educação museal.
3. Promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial e continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis.
4. Estimular, promover e apoiar a sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural nos programas, projetos e ações educativas, respeitando as características, as necessidades e os interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

5. Promover programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando a reflexão e a construção coletivas do pensamento crítico.

6. Estimular e ampliar a troca de experiências entre museu e sociedade, incentivando o uso de novas tecnologias, novas mídias e da cultura digital. (PNEM, 2018)

É necessário consolidar os princípios e as diretrizes para o campo museal que possamos obrigatoriamente consolidar a Política Nacional de Educação Museal.

Deparamo-nos aqui com uma proposta que indica a “legitimação” do educador. A educação museal fará parte de uma formação integral é bastante objetiva a necessidade de educadores em todos os museus, o que tem a finalidade da ideia do Museu Integral.

As etapas do desenvolvimento da Política Nacional de Educação Museal - PNEM, apresentou que a participação de forma coletiva traçou uma via de discussão participativa e co-responsável em prol do planejamento e execução das ações de Educação Museal. Vimos, também, que o percalço no campo político acabou prejudicando o desenvolvimento e a evolução do trabalho coletivo da PNEM. As ações das políticas brasileiras dificultaram o diálogo e a elaboração da PNEM. Quando retornamos ao sonho na elaboração de uma política pública voltada para a educação museal vemos que quase uma década foi necessária para a sua consolidação. Além de dois (2) anos praticamente “perdidos” pela negligência dos representantes políticos em investir em educação e cultura. Por fim, contamos para isso, com a participação expressiva de interessados na área, para a consolidação das informações constantes no documento.

6. A PESQUISA CIENTÍFICA E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

“Um dos paradoxos dolorosos do nosso tempo reside no fato de serem os estúpidos os que têm a certeza, enquanto os que possuem imaginação e inteligência se debatem em dúvidas e indecisões.” (Bertrand Russell.)

A Política Nacional de Educação Museal – PNEM – objetiva auxiliar as práticas educativas nos museus para que os educadores – professores e guias/mediadores- podendo acrescentar conhecimento, contribuindo para adaptações, reestruturações e ressignificação em prol de novas ações no campo educativo museal.

A PNEM aprovada em junho de 2017 e sua redação final em novembro do mesmo ano – 2017. Mas, a política inicia sua trajetória no meio de uma crise sociopolítica em que os brasileiros enfrentam desde 2016. Mas, tal crise nasce de uma não aceitação da reeleição da presidente do Brasil no ano de 2014. No primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff (1 de janeiro de 2011 - 31 de dezembro de 2014) representou um marco histórico na política brasileira, pois pela primeira vez uma mulher assumiu a presidência da república do Brasil. Ao final do seu primeiro governo –no ano de 2014- o país passava por uma crise econômica com a maior queda do Produto Interno Brasileiro – PIB e pelo encolhimento do PIB per capita nacional. Dessa forma, apresentando uma grande insatisfação de uma parcela da população brasileira.

No ano de 2014, a presidente tenta a reeleição⁶⁰ e então Dilma Rousseff vence as urnas o presidenciável Aécio Neves (PSDB). “[...] o fato de que amplos setores da oposição não aceitaram os resultados das eleições de

⁶⁰ A **reeleição** é a possibilidade de eleição de um novo mandato para ocupar o mesmo cargo que já ocupa por um mandato consecutivo e renovado. A reeleição é um fenômeno típico da forma de governo republicana e especialmente relevante naquelas que seguem o sistema presidencialista de governo. A reeleição só acontece em casos de mandatos consecutivos: a volta de um político ao mesmo cargo depois de tê-lo deixado não é considerada reeleição. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reelei%C3%A7%C3%A3o> Acessado em: 19/09/2018. No sistema político brasileiro, cada cargo de governo público tem direito apenas uma reeleição. No caso do(a) presidente da república, o mesmo só pode permanecer oito (8) anos na presidência.

2014.” (HOLMES, 2016). No mês de novembro do referido ano, antes mesmo de findar o seu primeiro mandato, aumentou a crise econômica e os setores de oposição exigiam a saída de Rousseff antes mesmo da posse do segundo mandato que se iniciaria apenas em 1 de janeiro de 2015. A oposição ao governo “Dilma” crescia e claramente não havia possibilidade de diálogo entre oposição e governo. Ao longo do ano seguinte -2015- ficou claro a negação dos parlamentares de oposição, em que cada qual deixava claro a sua posição oficial ao governo – aceitação ou não aceitação.

Ainda, no ano de 2015, agrava o crescimento da crise econômica e logo foi associado à operação “Lava-Jato⁶¹” que atinge diretamente os principais partidos de base ao governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, após ser acusado de pela “Lava-jato”, aceitou o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, formulado pelos os advogados ligados ao PSDB no final de 2015. O que alertou a motivação de “vingança”, foi o fato da aceitação ao pedido de impeachment só veio quando o presidente da Câmara se tornou réu no conselho de ética da sua própria casa – Câmara dos Deputados – e com o início do processo de cassação do mesmo. Sobre Impeachment Cerqueira e Pedrollo (2016, p. 89) descrevem como: “[...] um instrumento de democracia presidencialista, o impeachment é o impedimento do chefe do executivo por parte do poder legislativo”.

Os motivos da aceitação de denúncia do impeachment de Dilma Rousseff foram: a abertura de créditos suplementares sem autorização legislativa e as pedaladas fiscais. O processo aceito pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – no dia 02 de dezembro de 2015, aceitou a denúncia por crime de responsabilidade, feita pelo procurador da justiça aposentado, Hélio Bicudo, e pelos advogados, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. (BAHIA; MEYER; SILVA; OLIVEIRA; VECCHIATTI, 2016)

Apesar de ter seguido todos os rituais formais, embora muitas dessas ações apresentaram grandes dúvidas no seu desenvolvimento- o

⁶¹ Operação Lava-jato: O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. (Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso> Acessado em: 19/09/2018). A operação iniciou em março de 2014, e se estende até os dias atuais, e, é resultado de um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil.

impeachment foi ancorado com uma série de decisões controvertidas do Supremo Tribunal Federal –STF, como podemos destacar que ele apenas definiu o rito do processo, nada mais fez para interferir o curso do processo. Muito pelo contrário, na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5.498/DF, o Tribunal se negou a considerar possíveis ilegalidades durante a votação, como a ordem de votação e a orientação por bancadas. E, no mandado de segurança n. 34.130/DF, o STF negou o pedido da anulação da votação do relatório da comissão na Câmara. Nesse caso, a defesa alegava que a comissão havia aceitado apenas dois dos três pontos da peça acusatória. Apesar disso, o Deputado Jovair Arantes fez conter todos os três pontos em seu relatório, o que houvera impossibilitado a defesa de enfrentar todas as alegações. Esses e outros problemas fizeram com que duvidássemos da clareza e honestidade dos fatos apurados pelo STF, e complementa Holmes (2016) “E as suspeitas sobre a existência de um golpe de estado em curso só aumentaram. Não sem razões.”

Outro fator que influenciou a legalidade do “Golpe” foram os responsáveis pela operação Lava-Jato – em que um juiz de primeira instância violou diretamente a presidente da república – como a quebra do sigilo telefônico e a divulgação do áudio para uma empresa de grande porte de comunicação nacional-, como a divulgação pela a imprensa de áudios e documentos que juntamente com o Ministério Público constrangeu e intimidou as testemunhas que praticassem delações premiadas para ter em troca de diminuição da pena que ainda teria que cumprir. O STF, nestes casos, não interferiu e como apontou Marcelo Neves, tratou-se de um claro ato criminoso, previsto como tal na legislação penal.

As demais fases da operação Lava-Jato foram expostas pela mídia, que trouxe uma indignação por parte da população brasileira – mais especificamente a classe burguesa- que possibilitou uma conspiração socioeconômica e política para a retirada da presidente. Era instaurado um golpe midiático e político. Castells (2006, p. 18) apresenta que na sociedade em rede: “É pena que a mídia, os políticos, os atores sociais, os líderes econômicos e os decisórios continuem a falar [...] o que for que queiram chamar-lhe, em termos de futurologia ou jornalismo desinformado.” E, complementa com:

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. [...] Contudo, a dominação do espaço midiático, sobre as mentes das pessoas, trabalha com base num mecanismo fundamental: presença/ausência de mensagens no espaço midiático. Tudo e todos os que estão ausentes deste espaço não podem chegar às mentes do público, pelo que se tornam uma não entidade. Este modo binário da política midiática tem consequências extraordinárias no processo político e nas instituições sociais. Também implica que a presença nos media é essencial para construir uma hegemonia política ou uma contra-hegemonia — e não somente durante as campanhas eleitorais. (CASTELLS, 2006, p. 24-25)

Numa reportagem do jornal Estado de São Paulo é apresentada a intenção do golpe político, pois um dia antes da votação sobre o juízo da admissibilidade na Câmara, apresentava:

Durante um ano, entre abril do ano passado e este abril, dito o mais cruel dos meses, o deputado federal Heráclito Fortes (PSB-PI) reuniu, em sua casa do Lago Sul, à média de dois jantares por mês, um grupo de parlamentares da oposição, experientes e/ou influentes, para discutir a crise político-econômica e, principalmente, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. (Estado de São Paulo, Política, 16 de Abril de 2016.)

Ainda, de acordo com o jornal, tinha a intenção de “aprofundar a compreensão técnico-jurídica das possibilidades do impeachment – e sua formatação política em diversos cenários”. (Idem). Para complementar o golpe político, judiciário e midiático, vimos que os partidos políticos de oposição ao governo junto com as principais empresas de comunicação do Brasil, financiaram diretamente os movimentos populares nas ruas que pediam o impeachment.

Em paralelo a esses acontecimentos, o vice-presidente – Michel Temer- conspirava diretamente para retirada de Dilma do poder, como podemos citar de exemplo, o vazamento do suposto discurso de posse da presidência da república. No dia 05 de abril de 2016, pediu o afastamento da presidência do seu partido PMDB/MDB, e a partir desse dia, Romero Jucá começa a negociar livremente troca de acordos e cargos para apoiar o vice-presidente da república após a retirada a força da presidente Dilma Rousseff.

No domingo dia 17 de abril de 2016 aconteceu a votação na Câmara dos Deputados para a decisão da aceitação ou não do impeachment. O fato da data se deu para que as famílias brasileiras tivessem acesso a votação em tempo real, o que nos faz acreditar mais ainda no golpe midiático. De acordo com Holmes (2016), essa votação foi um capítulo à parte, pois se tornou um “circo” de esdrúxulas manifestações de exibicionismo, narcisismo e idiosincrasias pessoais e familiares, que foi ridicularizado mundialmente. O deputado Tiririca (PR-SP) “*Senhor presidente, pelo meu país, meu voto é sim!*”⁶²; o voto do deputado Marcos Feliciano (PSC-SP): “*pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelas meninas do MBL, pelo ‘Vem pra rua’ dizendo que o Olavo tem razão senhor presidente, dizendo tchau pra essa querida e dizendo tchau ao PT Partidos das Trevas, eu voto sim ao impeachment senhor presidente!*” e do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ):

Perderam em 64, perderam agora em 2016, pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra “o Folha de São Paulo”, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁶³ o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim! (<https://www.youtube.com/watch?v=ailYyqFu0XM> 1:58 a 2:36)

Pelo o processo de votação da Câmara, podemos ver a falta de preparo dos parlamentares para o exercício de sua responsabilidade. O que nos deixa evidente que o processo de impeachment não se tratava de uma investigação ao “crime de responsabilidade fiscal”, mas por uma decisão política: ele era nada menos que um acordo de elites políticas para a derrubada da presidenta da república.

De acordo com Bahia et al (2016, p. 31) afirmam que “Ocorre que os fatos são atípicos. [...] ‘Se assemelhar’ a algo diferente de ‘ser’ este algo. Trata-se de um julgamento por analogia (por equivalência).” E complementam:

Só que crimes de responsabilidade são crimes, conforme os precedentes que formaram a Súmula 722 do STF⁶⁴ (ela diz que eles são de competência da União pelos precedentes que geraram

⁶² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ailYyqFu0XM> 01 a 12 segundos

⁶³ Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil. Também era conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá.

⁶⁴ STF – Supremo Tribunal Federal

falarem que se trata a material penal) e é notório que não existe “crime por analogia”. Ainda que discorde do STF e da Lei do Impeachment (que diz que se aplica a ela subsidiariamente o Código de Processo Penal, o que reforça o seu citado caráter penal), Direito Sancionatório não-penal (punições não-penais) também não admite(m) analogia – e, em um argumento normativista, o art. 85, par. Único, da Constituição diz que a lei definirá os crimes de responsabilidade donde obviamente nada além do por ela definido como tais pode ser assim considerado. (BAHIA et al, 2016, p. 31)

Figura 13: Comemoração dos Deputados Federais após a abertura do impeachment de Dilma Rousseff.



Fonte: Ueslei Marcelino

E, também, por motivação pessoal para tirar a presidente eleita de forma democrática para colocar o vice-presidente como interino no mais alto cargo da república. A plausibilidade do argumento de que o impeachment seria um mecanismo regular de alternância de poder foi definitivamente arruinada. Esses fatos são expostos pelo Jornal Folha do Paulo, com as gravações feitas sem permissão do presidente do PMDB/MDB, Senador Romero Jucá, fazia explícita referência à conspiração organizada e acordada (em um “pacto”) com os mais altos órgãos do Estado brasileiro em favor da deposição da presidenta Dilma Rousseff. Nos áudios, Jucá conversava com interlocutor preocupado com a possibilidade de ser atingido pela Operação Lava-Jato, fazendo afirmações surpreendentes:

“Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.”

[...]

O atual ministro afirmou que seria necessário uma resposta política para evitar que o caso caísse nas mãos de Moro. “Se é político, como

é a política Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria”, diz Jucá, um dos articuladores do impeachment de Dilma. Machado respondeu que era necessária “uma coisa política rápida”. (Jornal Folha de São Paulo, 23 de maio de 2016, Poder)⁶⁵

Depois dessa notícia, jornais de todo mundo apresentaram a sua opinião como apontou o *Guardian*, em reportagem publicada no mesmo dia, tais revelações trouxeram à tona “os motivos ambíguos e a natureza maquiavélica” da armação arquitetada para derrubar a presidenta Rousseff. Segundo o *Zeit*, alemão, o governo interino seria composto por um “bando de gangsteres” (*eine Gangsterbande*), que articulou “deputados, senadores e vários membros das mais altas cortes judiciais, para paralisar investigações contra si”, depondo a presidenta da república.

Holmes (2016) advoga que houve uma articulação consciente e planejada para derrubar um governo eleito por meios ilegais. A “troca” de favores era evidente, e a operação Lava-Jato ao apresentar que o seu intuito era diretamente com o PT- Partido dos Trabalhadores, pois tudo isso era em benefício de grupos que usufruiriam o poder e tentariam se livrar de investigações. Holmes (2016) complementa: “Segundo Romero Jucá, a queda da presidenta seria o resultado de um ‘pacto’ que incluiria juízes da suprema corte e o assentimento de setores das forças armadas, numa votação decidida por acordos partidários no congresso, sem o consentimento de eleições populares e livres.”.

No dia 31 de agosto de 2016 o impeachment de Dilma Rousseff é oficializado. Cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos. Foram sessenta e um (61) votos favoráveis contra vinte (20) contrários. Esses argumentos deixaram ainda mais que evidente que os fatos que aconteceram de dezembro de 2015 a agosto de 2016 que foi um golpe executivo, judicial, político e midiático, onde a população foi apenas um instrumento nas mãos maquiavélicas dos políticos brasileiros e em parceria com as grandes empresas de comunicação do Brasil.

⁶⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml> Acessado em 20/09/2018

6.1 A PEC do “Fim do Mundo”: o primeiro passo para o desmonte das políticas públicas nacionais

O Golpe nos possibilita refletir e contextualizar de modo racional acerca de fomentar políticas inovadoras. (Renê Góis)

De lá para cá, o andamento das políticas públicas de educação museal vem sofrendo grandes perdas. Ainda no ano de 2016, no dia 15 de dezembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional - EC Nº 95, que ficou conhecida como “A PEC⁶⁶ do Fim do Mundo”. Mas, afinal, o que foi essa PEC e quais os efeitos dela nas políticas públicas de educação museal e para a sociedade brasileira?

A EC 95 de 15 de dezembro de 2016 propõe, em sua redação final, o limite máximo (um teto) para os gastos com despesas primárias - são aquelas que ocorrem com o pagamento de pessoal e encargos sociais, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, pessoal terceirizado, material de consumo, aquisição de equipamentos, material permanente, construções, aquisição de imóveis etc. (AMARAL, 2017) - dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário- para os próximos vinte (20) anos, a partir de 2017, para o cálculo do ano base 2018. O resultado é que o valor do gasto seja limitado à despesa realizada na área no ano anterior, reajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A lógica só poderá ser alterada no décimo ano de vigência, por mandato presidencial. Os órgãos e poderes que ultrapassarem o teto de gastos sofrerão sanções, como a impossibilidade de realizar concursos públicos e reajustar o salário de servidores públicos.

Principal bandeira defendida pelo presidente interino da república brasileiro e os governistas, como melhoria crescente da economia do Brasil para os próximos vinte anos, pois irá “frear” o aumento dos gastos e diminuir a dívida pública. Para Henrique Meirelles- o ministro da Fazenda no ano da promulgação da EC 95- o desequilíbrio das contas do país se deve especialmente às despesas definidas pela Constituição. Por isso, então, que foi feita uma proposta de emenda à Constituição com o objetivo de desvincular os gastos das receitas da União, como previsto pela carta magna.

⁶⁶ PEC- Proposta de Emenda Constitucional

Apesar da EC 95/2016 apresentar uma suposta solução para economia brasileira, as notícias mais debatidas no ano de 2016 foram às despesas de Michel Temer e sua família. Uma manchete de 9 de novembro de 2016, ao “Congresso em Foco” ao site da UOL⁶⁷, apresenta: “Cartão corporativo: com R\$ 29 milhões em seis meses, governo diz que gastos ‘vêm caindo’”. No corpo da reportagem, são apresentados os argumentos em defesa eram que os gastos do governo federal com o cartão corporativo nos primeiros últimos quatro meses de Temer, superou o total desembolsado em todo o primeiro semestre, o que apresenta controversas do discurso contenção de gastos no período pós-impeachment de Dilma Rousseff. Ainda, de acordo com o site informa que “Desde que Michel Temer (PMDB/MDB) assumiu a Presidência da República, ainda em maio, o governo gastou R\$ 29 milhões com os cartões corporativos.”. Em nota, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, afirma que se trata de uma circunstância natural, pois “Vale ressaltar ainda que de 12 de maio até 31 de agosto o Brasil teve uma presidente afastada e um presidente em exercício, o que envolveu despesas com duas equipes distintas de governo”, diz trecho do documento. Essa ideia é reafirmada por Amaral (2017, p.6) em que argumenta:

Com o impeachment de Dilma Rousseff, assumiu a Presidência da República o grupo que dirigiu o país no período do governo FHC, e uma de suas primeiras medidas foi retornar à implementação, com intensidade, das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington. Recomeçaram as privatizações, a abertura do mercado às empresas estrangeiras, as reformas da previdência e trabalhista etc. É emblemática nessa nova fase a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição de número 241 na Câmara dos Deputados e 95 no Senado Federal, que se tornou a EC 95, de 15 de dezembro de 2016. Essa mudança constitucional instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país e que prevalecerá, inicialmente, por 20 anos, portanto, até 2036, que congelará as despesas primárias e liberará os pagamentos relativos ao mercado financeiro. Estarão, portanto, limitadas as possibilidades da implementação de novas políticas públicas que objetivem diminuir a enorme desigualdade brasileira.

Na Emenda Constitucional 95 de 2016, apresenta no artigo 106 deixa claro que: "Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte

⁶⁷ Entrevista na íntegra disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/cartao-corporativo-com-r-29-milhoes-em-seis-meses-temer-diz-que-gastos-%E2%80%9Cvem-caindo%E2%80%9D/> Acessado em 21/09/2018

exercícios financeiros, nos termos dos artigos 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (BRASIL, 2016)

Para entender o cálculo das despesas da EC 95/2016, está direcionada aos gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Novo Regime Fiscal (NRF) deve ser a considera a inflação para o cálculo dos gastos será a medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2018, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2016 e junho de 2017. No artigo 107, primeiro parágrafo, inciso I escreve como deve foi realizado os gastos referente ao ano de 2017, e apresenta que: "I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento)". (BRASIL, 2016)

Ou seja, primeiro ano de vigência da EC, o teto foi definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, a inflação que foi prevista para este ano. O NRF vale para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Dentro de um mesmo Poder, pode haver limites por órgão.

No Artigo 109 da EC, apresenta as punições para os órgãos que descumprir a Lei, nele vem apresentando que:

No caso de descumprimento de limite individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, ao Poder Executivo ou a órgão elencado nos incisos II a V do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares;
VII - criação de despesa obrigatória; e
VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal. (BRASIL, 2016)

O órgão que desrespeitas o seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. Somente, a partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, conforme apresenta no Artigo 108:

O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 2016).

Algumas despesas não ficaram sujeitas ao teto, como é o caso das transferências de recursos da União para Estados e Municípios, também, escaparam gastos para realização de eleições e verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). Conforme o Artigo 110 legisla que:

Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e

II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 2016)

Saúde e educação também tiveram tratamento diferenciado. Esses dois pontos vêm gerando embates entre governistas e oposição desde que a PEC foi anunciada pelo presidente Michel Temer. Em 2017, a saúde teve 15% da Receita Corrente Líquida, que é o somatório arrecadado pelo governo, deduzido das transferências obrigatórias previstas na Constituição. A

educação, por sua vez, ficou com 18% da arrecadação de impostos. Desde o início de 2018, as duas áreas passaram a seguir o critério da inflação (IPCA).

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados realizou um estudo, em agosto de 2016, sobre os efeitos da EC 95/2016 na Educação. Nesta análise, apresentou-se a proposta estivesse em validade desde 2011, os valores recebidos pela área teriam sido menores do que realmente foram todos os anos, e não teriam atingido os 18% constitucionais (veja a tabela abaixo). Isso porque, nesse período, a arrecadação de impostos foi maior do que a inflação.

MDE X PEC 241/16 – Simulação 2010 a 2016

Valores em R\$ bilhões

EXERCÍCIO	Receita Líq. de Impostos (RLI)	Aplicação Mínima (18% da RLI) (a)	Aplic. Mín. pelo IPCA (PEC) (b)	Diferença (PEC e Apl. 18%) (b) - (a)	Aplicação em MDE (executado) (c)	Diferença (PEC e MDE executado) (b) - (c)
(1) 2010	173,5	31,2	31,2		33,7	-2,5
2011	205,5	37,0	33,0	-4,0	39,8	-6,8
2012	218,8	39,4	35,2	-4,2	56,0	-20,8
2013	239,1	43,0	37,2	-5,8	53,9	-16,7
2014	245,5	44,2	39,4	-4,8	56,8	-17,4
2015	258,6	46,5	42,0	-4,5	59,4	-17,4
(2) 2016	259,7	46,7	46,5	-0,2	59,7	-13,2

Elaboração: CONOF/CD em 30-jun-2016

Fonte: Tesouro Nacional - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2010 a 2015.

IPCA acum. Ano 24/6: IBGE(2010 a 2015). Projeção: BACEN/Sistema de Expectativas de Mercado/Séries de estatísticas consolidadas/mediana (junho/2016)

PIB real: BACEN e CONOF/CD

De acordo com Marcos Rogério Rocha Mendlovitz, responsável pelo estudo, explicou, no texto, que 2016 é uma exceção, pois a inflação está alta e a arrecadação em queda. O cenário do ano de 2016, sem perda de recursos, se repetiria em 2017, quando ainda se prevê uma inflação alta. Conforme apresenta na tabela a seguir:

MDE x PEC 241/16 - Projeção 2016 a 2025

Valores em R\$ bilhões

EXERCÍCIO	Receita Líq. de Impostos (RLI)	Aplicação Mínima (18% da RLI) (a)	Aplic. Mín. pelo IPCA (PEC) (b)	Diferença (PEC e Apl. 18%) (b) - (a)
(1) 2016	259,7	46,7	46,7	
2017	276,7	49,8	50,2	0,4
2018	296,4	53,3	52,9	-0,4
2019	315,9	56,9	55,6	-1,3
2020	336,7	60,6	58,1	-2,5
2021	359,8	64,8	60,7	-4,1
2022	384,4	69,2	63,4	-5,8
2023	411,8	74,1	66,3	-7,8
2024	442,1	79,6	69,2	-10,4
2025	475,9	85,7	72,4	-13,3

Elaboração: CONOF/CD em 30/jun/2016

Fonte: Projeção 2017 a 2025 pela variação PIB real e IPCA. IPCA 2016 24/6 expect.mercado-séries históricas-Bacen PIB real e IPCA (projeção): Relatório Focus-Bacen (até 2020) e Conof/CD com base Focus-Bacen (2012 a 2025)

Amaral (2017) defende que com a EC 95/2016 será muito difícil a Educação conseguir manter suas políticas públicas educacionais, principalmente o que se refere ao Plano Nacional de Educação – PNE, pois, conforme escreve, mostra que:

Portanto, a análise da execução orçamentária do Poder Executivo no período 1995-2016 e do orçamento aprovado na LOA de 2017 nos permite afirmar que o cumprimento das metas contidas no PNE (2014-2024) no contexto da EC 95, que perdurará até o ano de 2036, abarcando também o próximo PNE decenal, é uma tarefa praticamente impossível, e pode-se afirmar que a EC 95 determinou a “morte” do PNE (2014-2024) (AMARAL, 2017, p. 24).

As consequências diretas são evidentes. Sucateamento material da empresa, precarização das condições de trabalho, cancelamento de contratos e, conseqüentemente, de programas, que impactam diretamente na qualidade da programação. Indiretamente, há um problema maior. No campo das políticas públicas para museus, verificamos que a EC 95/2016 trouxe cortes significativos, que resultaram em perdas, que muitas delas serão irreparáveis, como é o caso do incêndio ao museu Nacional.

Figura 14: Incêndio ao Museu Nacional.



Fonte: Ricardo Feltrin

A notícia foi escrita em todos os jornais de rede nacional, conforme apresentou o jornal O Globo de 3 de setembro de 2018: “O fogo começou por

voltas das 19h30 deste domingo (2) e foi controlado na madrugada desta segunda-feira (3). Mas, pequenos focos de fogo seguiam queimando partes das instalações da instituição que completou 200 anos em 2018 e já foi residência de dois imperadores.” E complementa: “A maior parte do acervo, cerca de 20 milhões de itens, foram totalmente destruídos.”

De acordo com Castells (2006, p. 18) apresenta que a comunicação em redes transcende a fronteiras demarcadas pelos territórios, e que: “[...] a sociedade em rede é global, é baseada em redes globais. Então, a sua lógica chega a países de todo o planeta e difunde-se através do poder integrado nas redes globais.” Dessa forma, a notícia sobre o incêndio do Museu Nacional não ficou restrito aos noticiários brasileiros. A sua repercussão, seja por seu acervo, seja por sua história, repercutiu mundialmente.

O jornal *The Guardian*⁶⁸ (no de 2 de setembro de 2018) apresenta que *“Brazil’s 200-year-old National Museum has been consumed by fire, and much of its archive of 20m items is believed to have been destroyed, in a devastating loss to Brazilian science, history and culture.”* O Jornal Folha de São Paulo apresentou numa reportagem de 7 de setembro de 2018 que “Dos 3737 museus, 60% são públicos e sofrem com cortes orçamentários⁶⁹”. Ainda de acordo com a notícia, os museus são ligados a órgãos da União, estado, municípios e universidade e fica difícil chegar a verba necessária para a manutenção do museu. A reportagem complementa que “O próprio Museu Nacional teve projetos aprovados pela Lei Rouanet que não despertaram interesse”. No Jornal Le Monde de 04 de setembro de 2018 apresenta que: “Tragédia do Museu Nacional ilustra um país que desprezou sua cultura.”⁷⁰

Essas e outras notícias são exemplos de como as instituições museais são colocadas como prioridades nos gastos públicos sobre as nossas políticas públicas voltadas para a preservação e manutenção dos nossos museus. Sobre o incêndio no Museu Nacional, Vilança (2018) apresenta ao Nexo Jornal (4 de setembro de 2018) sobre o ponto de vista dos responsáveis para a manutenção e preservação do mesmo. A autora supracitada apresenta

⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/theguardian/videos/290668658424443/?t=18> Acessado em 3 de setembro de 2018.

⁶⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/desafio-para-gestao-de-museus-vai-de-verba-apertada-a-falta-de-funcionarios.shtml> Acessado em 08/09/2018

⁷⁰ Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180904-tragedia-do-museu-nacional-ilustra-um-pais-que-desprezou-sua-cultura-diz-le-monde-0?ref=fb> Acessado em 21/09/2018

em seu ensaio que não foi falha dos seus dirigentes, “uma sequência de bravos diretores do nosso museu, que percorriam incessantemente as diferentes esferas dos governos estadual e federal.”. E acrescenta que: “Ninguém desistia, nem de trabalhar em meio à precariedade, nem de pedir ajuda.”. A autora complementa que após a proporção do incêndio, o Museu Nacional começa a ser (re)lembrado pela sociedade. Assim, ela advoga que:

Somos todos mais pobres hoje, mesmo os governantes e políticos que não têm noção da gravidade do que aconteceu, e ficam por aí dando entrevistas em que falam em reconstrução e recuperação, como se dependesse apenas do dinheiro que, agora, milagrosamente, começa a aparecer. (VILAÇA, 2018)⁷¹

O Museu Nacional é uma instituição federal, que é gerida pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), era o museu mais antigo do país e contava com o maior acervo de história natural e arqueológica da América Latina. No domingo, dia 09 de setembro, foi apresentada uma matéria na rede aberta de televisão que o Museu Nacional já havia sido denunciado ao Ministério Público sobre os riscos de incêndio, o que foi lamentado pelo órgão federal de não ter tomado uma providência mais rápida.

Algumas vertentes apontam que o problema do incêndio ao Museu Nacional está diretamente ligado a EC 95/2016, pois limitou o teto de gastos do governo federal, foram vitais para a redução do orçamento do Museu. Há alguns anos, o Museu Nacional vem sofrendo com cortes abusivos no seu orçamento, intensificados com o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Um exemplo disso, é que no ano de 2016 que o orçamento sofreu uma série de cortes e caiu de R\$ 415 mil para R\$ 54 mil neste ano, o que acarretou, inclusive, no fechamento da visitação à unidade por conta da ausência de funcionários da limpeza⁷². Para Maria Cristina Bruno, ex-diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Universidade de São Paulo) e professora da universidade, o corte nos repasses, aliado à aprovação da EC 95, que:

Isso afetou diretamente, e em especial, o Museu Nacional, porque tinha uma expectativa que isso não lhe atingisse, mas atingiu

⁷¹ Disponível em: https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2018/Um-museu-em-chamas-visto-por-uma-de-suas-antrop%C3%B3logas?utm_source=socialbttns&utm_medium=article_share&utm_campaign=sel Acessado em 21/09/2018

⁷² Disponível em: <http://observatoriosc.org.br/noticia/pec-dos-gastos-afetou-diretamente-orcamento-do-museu-nacional-diz-professora-da-usp/> Acessado em: 21/09/2018

concretamente. Ele teve uma diminuição orçamentária – que agora está nos jornais, mas nós já sabíamos – de forma inacreditável. Há pouco tempo ele teve que fechar em algumas oportunidades por falta de contratação do pessoal de limpeza, por exemplo. (BRUNO, 2018)

De acordo com a nota de Nota de pesar do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- PPGAS e do Museu Antropológico da UFG acerca do incêndio no Museu Nacional apresentam que as chamadas do Museu Nacional fazem parte do “deliberado desmonte da educação, da cultura e das ciências no país, que agora atinge em cheio sua primeira instituição científica.”⁷³. A ainda na mesma nota é apresentado o fracasso de outros países que tiveram o ajuste fiscal em período muito mais curto, demonstrou que a cada um ano de congelamento, seriam necessários três (3) anos para retornar ao nível anterior. Assim, a EC 95 de 2016 apresenta um retrocesso de mais de 80 anos, como afirma: “A EC 95 com seu congelamento de 20 anos, inédito no mundo, jogará o Brasil em 80 anos de recessão. A destruição do Museu Nacional no segundo ano de vigência da EC 95 é apenas o início de um processo que precisa ser freado com a imediata revogação desta.”

Numa outra reportagem ao site da UOL⁷⁴ um comparativo entre o – recebimento de verbas públicas- do Museu Nacional e o Museu do Amanhã, e foi visto que o Museu do Amanhã recebeu 12 milhões no ano de 2017 e o Museu Nacional recebeu apenas 500 mil. A questão da diferença entre verbas é que “o dinheiro do contribuinte, que chega ao Museu do Amanhã via Prefeitura do Rio, enquanto o Museu Nacional recebe do governo federal, que repassa a verba para uma universidade, a UFRJ.”.

A mesma reportagem complementa que há mais de três (3) anos não havia repasse completo para a manutenção do Museu Nacional, e complementa: “Esquecido, o Museu Nacional não vinha recebendo nem verbas nem muitos visitantes. Em 2017, o complexo registrou 192 mil visitas, nem perto dos 289 mil brasileiros que passaram pelo Louvre, na França, no ano passado.” Vilaça (2018) complementa que “Um país em ruínas, corruptos, sem qualquer respeito à educação e à cultura”, acaba invertendo seus valores, e no

⁷³ Disponível em: <https://ppgas.cienciassociais.ufg.br/n/109251-nota-de- pesar-do-ppgas-e-do-museu-antropologico-da-ufg-acerca-do-incendio-no-museu-nacional> Acessado em 21/09/2018

⁷⁴ Disponível em: Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2018/09/04/museu-do-amanha-recebe-24-vezes-mais-verba-publica-do-que-museu-nacional.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em 21/09/2018

site da BBC Brasil apresenta uma manchete sobre as despesas usadas no Museu Nacional e o judiciário e no Congresso, conforme apresenta: “Verba usada no Museu Nacional em 2018 equivale a 2 minutos de gastos do Judiciário e 15 minutos do Congresso”⁷⁵. A reportagem mostrou que o Museu Nacional custava muito pouco aos cofres públicos se comparada ao Congresso e ao Judiciário:

Os R\$ 268,4 mil gastos pelo Museu em 2018 até agora equivalem, por exemplo, a menos de 15 minutos de gastos do Congresso Nacional em 2017, por exemplo - Câmara e Senado custaram R\$ 1,16 milhão por hora no ano passado, segundo levantamento da Ong Contas Abertas, especializada em acompanhar os gastos do governo. A comparação com o Poder Judiciário é ainda mais desfavorável: os mesmos R\$ 268,4 mil seriam capazes de manter a máquina judiciária funcionando durante menos de 2 minutos em 2017 - no ano passado, a Justiça brasileira custou R\$ 90,8 bilhões, segundo o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em outra matéria jornalística, foi apresentado na fala do diretor do Museu nacional, Alexandre Kellner, que a precária do museu estava tão grande, que o mesmo chegou ao ponto de o museu anunciar uma “vaquinha virtual” para reformas e abertura do acervo, onde ficava a instalação do dinossauro Dino Prata. “A meta era chegar a R\$ 100 mil reais.”. Noutro ponto da reportagem, é apresentado que o orçamento anual não era passado por completo há mais de três (3) anos, “o museu só tem recebido 60% deste valor, e não tinha recurso para pesquisa e manutenção as áreas de exposição foram reduzidas.”⁷⁶

Já na reportagem do Jornal Folha de São Paulo, com a manchete “Políticos promovem monumentos sem conteúdo, enquanto o Museu Nacional vive à míngua” apresenta que o investimento público para os museus, não só o Museu Nacional, mas na sua grande maioria dos museus federais, são substituídos por novos monumentos que trazem – vazia de história e memória, mas com orçamentos que muitas vezes dariam para a manutenção de museu(s)- que não representa ao povo. Nos escritos da reportagem: “O incêndio que consumiu o Museu Nacional virou metáfora fácil, um retrato da situação vigente em um país que não cuida de sua história e da sua memória. As chamas que destruíram a instituição fizeram com que o país acordasse no

⁷⁵Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45377267> Acessado em 21/09/2018

⁷⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/museu-nacional-sofre-com-a-falta-de-reforma.ghtml> Acessado em 21/09/2018.

começo da semana com suas esperanças também queimadas.”⁷⁷ Assim, apresenta que a sociedade brasileira não preserva por seu patrimônio e descartar com facilidade a sua reminiscência.

Narramos acima, o caso do Museu Nacional, mas o descaso com os museus é mais comum do que é representado. Numa reportagem realizada na cidade do Rio de Janeiro, outros seis (6) museus federais também sofrem pelos cortes realizados pela EC 95/2016. Na manchete inicial, é apresentado que “Procuradora do MPF pede interdição de 6 museus federais no RJ. Pedido, da procuradora Solange Braga, é de que instituições permaneçam sem receber público até que haja segurança. Incêndio no Museu Nacional motivou ação.”⁷⁸

Dessa forma, devemos observar que o Museu do Ceará já foi notificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sobre a sua estrutura. Na reportagem de 05 de setembro de 2018⁷⁹, é apresentado as metas e as melhorias para o maior museu do estado do Ceará. Durante os dias 05 a 21 de setembro, o museu passou por uma reforma, mas não interferiu nas visitas. As verbas tanto para a manutenção com a reforma definitiva já estão aprovadas para os anos de 2018 – manutenção e 2019 para reforma.

A EC 95/2018 apresenta vários pontos que fere as políticas culturais, educacionais e museais. Apesar das cinzas do Museu nacional, serviu para que a população brasileira voltasse os olhos para a necessidade da conservação, manutenção e reforma dos museus.

6.2 O “Fim” do Ibram: a Medida Provisória Nº 850/2018 e o reflexo nas políticas públicas culturais em educação museal

Museu não é mercadoria, memória não tem preço!
(Museu na Luta)

⁷⁷ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/politicos-promovem-monumentos-sem-conteudo-enquanto-museu-nacional-vive-a-mingua.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb Acessado em: 21/09/2018

⁷⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/11/ministerio-publico-vai-pedir-a-interdicao-de-6-museus-federais-no-rj.ghtml> Acessado em 21/09/2018

⁷⁹ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2018/09/iphan-fez-alerta-sobre-estrutura-de-museu-do-ceara.html> Acessado em 21/09/2018

Conhecer o museu em todas as suas vertentes significa aprender a integrar o conhecimento social, cultural, educacional, econômico e político. De acordo com Sander (2006, p. 77) apresenta que “Contextualizar o museu no âmbito das políticas públicas implica trazer para o debate intencionalidades, interesses, conflitos e diferenças presentes no meio social.”. Assim, podemos verificar no tópico acima que o desmonte nas políticas públicas na era Temer vem trazendo perdas irreparáveis no campo da educação e da museologia.

O mês de setembro do ano de 2018 foi um mês de várias perdas para a sociedade museal brasileira. No dia 2 de setembro, um incêndio de grande proporção –como já relatamos acima- destruiu o Museu Nacional. Nove (9) dias depois, mais especificamente no dia 10 de setembro de 2018, a assinatura de uma Medida Provisória – MP – Nº 850/2018. A redação da MP apresenta que o Poder Executivo federal extingue o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram – “Art. 20. O Poder Executivo Federal fica autorizado a promover, a partir da data de instituição da Abram, a extinção do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.”, e, o qual será substituído pela Agência Brasileira de Museus – Abram, que é um serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, estabelecendo seus objetivos, competências, receitas e estrutura. No artigo 1º dessa MP, apresenta que:

Art. 1º Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos e promover o desenvolvimento do setor cultural e museal.

Parágrafo único. São objetivos da Abram:

I - estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais com acervos em políticas públicas nacionais do setor museal e em ações de preservação, restauração, reconstrução, recuperação, investigação e gestão do acervo e do patrimônio cultural musealizado;

II - desenvolver e executar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

III - estimular, apoiar e dar suporte técnico à criação e ao fortalecimento de instituições museológicas;

IV - promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda de instituições museológicas;

V - contribuir para a divulgação e a difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VI - promover a permanente qualificação e valorização dos recursos humanos do setor museal brasileiro;

- VII - gerir instituições museológicas;
- VIII - desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural relativos ao patrimônio cultural sob a guarda de instituições museológicas;
- IX - estimular e promover ações de ampliação da acessibilidade nas instituições museológicas;
- X - adotar medidas para a participação social nos processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado;
- XI - realizar estudos com a estimativas de impacto das ações no âmbito do setor museal; e
- XII - desenvolver atividades afins, em especial aquelas voltadas à inovação e ao emprego de tecnologia na requalificação de museus e centros culturais com acervo. (MP 850, BRASIL, 2018)

Em entrevista à Reporte NBR, no dia 10 de dezembro de 2018, o presidente interino Michel Temer anuncia que “a tragédia de ontem – referindo-se ao incêndio do Museu Nacional- vai se transformar em algo que não apenas se destinar a recuperação do Museu Nacional, mas a preservação de todo o patrimônio histórico científico e cultural dos museus no país”⁸⁰. Neste trecho deixa claro que a intenção de que a Abram foi pensado como medida para “solucionar” e “dar satisfação” social para a reconstrução do Museu Nacional. E ainda é justificado no Artigo 22 da MP, que apresenta: “A Abram será responsável pela reconstrução do Museu Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 8.689, de 1946, e de seu acervo.” (BRASIL, 2018).

A partir dessa fala, a MP 850 apresenta também, que fica estabelecido que a Abram firmará contrato de gestão com o Poder Executivo para execução de suas finalidades, podendo administrar instituições museológicas. Para o MinC, passa a ser competência de supervisionar a gestão da Abram – conforme está presente no “Artigo 13 Compete ao Ministério da Cultura a supervisão da gestão da Abram” e para o Tribunal de Contas da União –TCU- fiscalizar a execução do contrato de gestão, aqui retrata no Artigo 14

Art. 14 O Tribunal de Contas da União fiscalizará a execução do contrato de gestão e determinará, a qualquer tempo, a adoção das medidas que julgar necessárias para corrigir eventuais fragilidades, falhas ou irregularidades que identificar. (BRASIL, 2018).

A responsabilidade de reconstruir o Museu Nacional passa a ser responsabilidade da Abram em parceria com ao MEC que pratique atos

⁸⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ORpM4J1-n0Q> Acessado em: 21/09/2018 Trecho: 4:57 a 5:13min.

urgentes e necessários à restauração de seu patrimônio. De acordo com o Artigo 22, segundo parágrafo apresenta: “§ 2º O Ministério da Educação poderá praticar atos urgentes e necessários destinados à preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional.”. (BRASIL, 2018). Não é a primeira vez que o MEC e o MinC trabalham juntos em prol a cultura, a educação e o museu. No último mês de 2011, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre os ministérios mencionados acima. A implementação foi realizada e iniciada no ano de 2012, que resultou no apoio ao Plano Nacional de Cultura da época e apresentou tivera algumas metas elaboradas com o objetivo de promover ações integradas à educação, como os que seguem:

- Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural;
 - Meta 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada;
 - Meta 14) 100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura;
- (BRASIL, 2011)

As metas foram cumpridas pelo MinC e pelo MEC com os programas, respectivamente associados, “Mais Cultura” e “Mais Educação”. De acordo com Castro (2013), no ano de 2012 foram lançados editais como o “Mais Cultura nas Escolas” que selecionou projetos culturais, escolas com Museus, Pontos de Cultura, Pontos de Memória e demais OSs, Oscips e ONGs, que foram desenvolvidos com os participantes dos programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador, à exemplo do “Cine Educação” – que previu capacitação de professores e disponibilização de acervo cinematográfico –, e o “Agente de Leitura nas Escolas” – um programa do MinC que passou a focar nas escolas públicas e selecionará 4 mil agentes de leitura.

Ainda de acordo a reportagem do Reporte NBR, a Abram terá o status de serviço social autônomo nos mesmos moldes do Serviço Social a Indústria - Sesi; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - Sebrae, por exemplo da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento- Apex Brasil. Além disso, o Sebrae foi obrigado a remanejar, transpor ou transferir para a Abram as dotações orçamentárias aprovadas no seu

orçamento referente ao exercício financeiro no qual a Abram venha a ser instituída. Conforme é apresentado no Artigo 26:

Art. 26. Para fins do disposto no § 4º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 1990, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae deverá, no prazo de vinte dias, contado da data de instituição da Abram, remanejar, transpor ou transferir para a Abram as dotações orçamentárias aprovadas no seu orçamento referente ao exercício financeiro no qual a Abram venha a ser instituída, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, incluídos os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, além do detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

No ato da assinatura da MP, o ministro da Cultura Sergio Sá Leitão informar que a “Abram ela terá uma fonte específica de recursos”. E, complementa

[...] isso representa, comparativamente, ao que o lbram tem hoje mais do que o dobro dos recursos que vinham sendo disponibilizados no âmbito é do orçamento da União para esses museus e essas ações de promoção do desenvolvimento do setor museal.

O ministro ainda ressalta que a Abram terá receitas próprias

O resultado da venda de ingressos, do licenciamento e da comercialização de produtos, também por captação de recursos, por meio de patrocínio, doações, também em via de leis de incentivos, enfim, tudo isso ficará nas instituições e ficará no âmbito da Abram. Vocês sabem hoje essas receitas que os museus fazem acabam sendo destinadas ao Tesouro, para o Tesouro Nacional é uma coisa irrelevante, mas para essas instituições é importante que elas possam ficar com essas receitas.⁸¹

No dia seguinte, 11 de setembro de 2018, à assinatura dessa Medida Provisória o presidente do Sebrae se manifestou sobre o desrespeito do governo aos princípios legais e de previsibilidade da gestão, já que os recursos retirados da empresa tinham destinação definida. “O Sebrae não foi consultado, nem participou da elaboração da MP, até porque consideramos a medida ilegal”, afirmou o Presidente.⁸²

No mesmo dia- 10 de setembro de 2018- foi assinada a Medida Provisória Nº 851, que permite o direcionamento de recursos privados a entidades e de interesses públicos os fundos patrimoniais. Essa MP que institui

⁸¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ORpM4J1-n0Q> Acessado em: 22/09/2018. Trecho transcrito 2:09 min a 3:30min.

⁸² Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/sebrae-vai-recorrer-na-justica-contra-mp-que-cria-agencia-de-museus/> Acessado em: 22/09/2018

fundos patrimoniais no claro intuito de privatizar o financiamento de todos os serviços públicos nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto. Esses fundos permitem as empresas privadas, a arrecadação, gestão e também a aplicação de recursos de forma direta sem intermediários nos museus.

Caso as MP 850 e 851 sejam aprovadas, os fundos de patrimônio filantrópicos deveram serem gerenciados em benefícios dos museus. Na cerimônia de assinatura das duas MP, o Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão deixou nas entrelinhas que o incêndio do Museu Nacional possibilitou editar e acelerar a Medida Provisória para ser pensando a inclusão dos museus.

Para entender a importância do Ibram para a cultura e educação museal, precisamos conhecer a história desse órgão. De acordo com o portal do Instituto Brasileiro de Museus, vem informando que o mesmo foi criado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. No 1º artigo da referida Lei apresentação a intenção da criação desse Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, que escreve:

Art. 1º Fica criado o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na Capital Federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação. (BRASIL, 2009)

O Ibram ficou vinculado ao MinC e sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão foi responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 27 museus brasileiros. Castro (2013 p. 52) acrescenta que “[...] o Ibram é o responsável por elaborar, implementar e fiscalizar as políticas nacionais na área de museus e o faz por meio também de uma forte política de editais e prêmios.”

Após a assinatura da MP 850/2018, vários órgãos e pessoas se manifestaram em favor do Ibram e na não aceitação e a ilegitimidade da Abram. Apresentaremos os fatos, opiniões e notas técnicas sobre o repúdio do

ato de extinguir o Ibram. Nada mais justo, que apresentar a nota técnica do ICOM, publicado no dia 14 de setembro de 2018, sobre a extinção do órgão em questão, como o documento original possui mais de cinco páginas, nele o ICOM elenca quatro pontos que demonstram a catástrofe de retirar um Instituto que executa para transformá-lo numa agência sem ao menos consultar os órgãos e pessoas que estão envolvidas neste processo. Retirar do Poder Executivo Federal para “dividir” com empresas privadas que possam auxiliar na manutenção de museus. O desespero do Governo Federal para dar um retorno social sobre o incêndio do Museu Nacional acabou levando-o à medidas extremas para a criação da Abram como uma modalidade autônoma na gestão de museus e na reconstrução do Museu Nacional. Assim, o ICOM finaliza:

[...] há contribuições possíveis no compartilhamento de experiências, que possam servir de referência para a análise de modelos de gestão adequados ao contexto e desafios atuais dos museus brasileiros, sem desconsiderar as conquistas do Ibram. Neste momento em que nos deparamos com impacto da tragédia do incêndio do Museu Nacional, consideramos importante fortalecer a percepção internacional quanto à capacidade de gestão pública dos museus no Brasil, salvaguardando as relações de intercâmbio internacional com o patrimônio brasileiro. (ICOM, 2018)

Figura 15: Museus Indígenas contra a MP 850 e 851



Fonte: Bianca Araújo

No dia 20 de setembro de 2018, o próprio Ibram enviou ao Ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão uma nota técnica contra a extinção do órgão. O documento apresenta mais de 63 páginas sobre o conteúdo da nota apresenta análises e ponderações de caráter legal e administrativo sobre a MP, sobre o impacto negativo “efetivação poderia trazer à gestão pública do setor de

museus brasileiro.” caso a MP 850/2018 for aprovado. No sítio do Ibram encontramos:

O documento aponta que o modelo proposto implicaria numa desarticulação entre os atuais instrumentos de gestão e ferramentas legais já conquistados pelo setor; traria insegurança jurídica e fragilidade operacional; implicaria em descontinuidade da participação e controle da sociedade na condução da Política Nacional de Museus; além de não contemplar diversas das atuais linhas de ação sob responsabilidade do Ibram, entre outros pontos. (IBRAM, 2018)

A nota de repúdio apresenta a manifestação de diversos setores do campo museal brasileira contra a MP 850/2018. Outro órgão é o Conselho Federal de Museologia- COFEM, no dia 15 de setembro de 2018. No texto apresenta que considera a Política Nacional de Museus, e que a mesma precisa ser mantida. “Gestada de forma democrática a partir de 2003, foi aprovada por unanimidade, após massiva consulta à sociedade civil.” E, que o Ibram foi resultado desta conquista.

Que o Ibram realizou ações que foram decisivas para o desenvolvimento global no campo museológico brasileiro. “O resultado desse trabalho foi o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural do país, além da proteção ao patrimônio museológico brasileiro e a democratização da visitação aos museus, em todas as classes sociais, através de programas de incentivos e do baixo valor dos ingressos.” E, finaliza apresentando:

Somos contrários à MP 850, porque ao não levar em consideração as conquistas havidas no setor museológico brasileiro, elimina-se a garantia da continuidade da democratização da museologia brasileira, como um bem público a ser preservado.

Sugerimos então como encaminhamento:

- a manutenção do Ibram como autarquia gestora dos museus; - ajuste da legislação para que o Ibram seja o gestor do Fundo de Museus (MP 851);
- aprovação do Fundo de Desenvolvimento de Museus já aprovado no Senado e à espera de votação na Câmara dos Deputados;
- garantir que os cargos e funções com perfil de atividades previstas no Artigo 3º da Lei 7287/84 sejam ocupados e desenvolvidos pelo museólogo graduado nos dezesseis cursos de graduação e cinco de pós-graduação, 95% deles surgidos a partir da Política Nacional de Museus. (COFEM, 2018)⁸³

⁸³ Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/museus-na-luta/posi%C3%A7%C3%A3o-do-conselho-federal-de-museologia-cofem-sobre-a-mp-n%C2%BA-8502018/537626996677261/>
Acessado em 21/09/2018

A Rede de Educadores em Museu Brasileiro – REM, apresentou publicamente o seu repúdio a insidiosa tentativa de extinção do Ibram para

[...] em seu lugar ceder a interesses da iniciativa privada. Esses interesses estão expressos na malfadada Medida Provisória 850, de 10 de setembro de 2018, que institui a Agência Brasileira de Museus – Abram, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de gerir instituições museológicas e seus acervos e promover o desenvolvimento do setor cultural e museal.

Apesar dos descaminhos políticos dos últimos anos, a REM reconhece o momento virtuoso para o campo museal no Brasil, desde a Política Nacional de Museus (2003) até a definição da Política Nacional de Educação Museal (2017). Os avanços não ficaram restrito ao campo da educação museal, mas em todas as áreas da museologia. Menciona e lamenta o incêndio no Museu Nacional e reforça o papel do Ibram na perspectiva de ser “como autarquia da administração pública indireta, o monitoramento de políticas públicas que não pode ficar à mercê das incertezas e de um tratamento da cultura como mercadoria⁸⁴”.

Por fim, repudia o “profundo desrespeito com o processo democrático” e o desmonte de políticas públicas que já foram consolidadas nos últimos anos. E, finaliza com o voto de resistência na construção da Educação Museal de forma participativa, respeitosa, pública e gratuita!

No site “Amazonas no Congresso⁸⁵” apresenta a matéria do colunista Alexandre Gomes, no dia 13 de setembro de 2018 o texto “Criação de uma Frente Nacional Contra o Desmonte do Setor Museológico”. O autor fala que a MP 850/2018 é nada mais que o resultado de um processo que já poderíamos prever desde que o já reconhecido “golpe político-jurídico-midiático” se consolidou na realidade política brasileira através da deposição da presidenta Dilma Rousseff, eleita em outubro de 2014.

⁸⁴ Disponível em:

[https://www.facebook.com/museusnaluta/?hc_ref=ARTA6jfp1GC1iNiXYz6RHmownOFMVnw5d u15iu_EUFHSdzVkm8Urwkh6DeOJ58N75Hk&fref=nf&__xts__\[0\]=68.ARBhvsV2ddaUkDq8UhC pbPwAq7BP6zDo1_EbVlgPDKzN8NrMcVtC1sR8FVoXwO8AgrAS-rD5XGL0Nwr1uLlvUSx_K9WhN7KkxQKrlrk0dMIN6F0eKuLBNBzSgsoHfmhThZd3N3Z6kTpaX0 4KGTw8-efCa4785rgkE-KFTt9XxHZFbqXyGb_XyG9TL0LH1Vv2tsaDxKJefwvguVEq2VgA&__tn__=kC-RH-R](https://www.facebook.com/museusnaluta/?hc_ref=ARTA6jfp1GC1iNiXYz6RHmownOFMVnw5d u15iu_EUFHSdzVkm8Urwkh6DeOJ58N75Hk&fref=nf&__xts__[0]=68.ARBhvsV2ddaUkDq8UhC pbPwAq7BP6zDo1_EbVlgPDKzN8NrMcVtC1sR8FVoXwO8AgrAS-rD5XGL0Nwr1uLlvUSx_K9WhN7KkxQKrlrk0dMIN6F0eKuLBNBzSgsoHfmhThZd3N3Z6kTpaX0 4KGTw8-efCa4785rgkE-KFTt9XxHZFbqXyGb_XyG9TL0LH1Vv2tsaDxKJefwvguVEq2VgA&__tn__=kC-RH-R) Acessado em: 21/09/2018

⁸⁵ Disponível em: <http://amazonasnocongresso.org/colunistas/criacao-de-uma-frente-nacional-contra-o-desmonte-do-setor-museologico/> Acessado em 21/09/2018

Depois da “palhaçada” do impeachment começou o desmonte e a “dança das cadeiras” para a “extinção ou junção daqueles que não mais interessavam aos grupos golpistas que chegaram ao poder. A divisão de cargos públicos em diferentes instâncias da União por parte dos setores apoiadores do Golpe, serviu como “moeda de troca” e explicitou uma descarada troca de favores por votos nos diversos processos (políticos e jurídicos) que seguiram-se por 2016, 2017 e 2018.”

As ocupações nas instituições de ensino fizeram com que algumas medidas tomadas pelo (des)governo apresentou o motivo de algumas tomadas de decisão para retornar algumas políticas públicas necessárias fossem revogados. O autor supracitado apresenta como a população está com os ânimos em alta por causa das eleições, e complementa:

O fato é que a criação da já nascente famigerada Abram, por um governo ilegítimo que em seus últimos suspiros objetiva provocar o caos, anuncia aquilo que já prenunciávamos: a mercantilização do setor museológico federal brasileiro e o fim das políticas públicas museais; a extinção do Ibram e da Política Nacional de Museus – que, se não é perfeita, foi a que construímos a muitas mãos, cabeças de sonhos pensantes com melhores futuros possíveis para nossas memórias e culturas. Isso tudo, covardemente feito logo após o criminoso incêndio que destruiu o Museu Nacional – luto que vai demorar a passar – e que está sendo usado de maneira vil para justificar a necessidade de investimento no setor museológico nacional: como se investir fosse sinônimo incondicional de privatizar. (GOMES, 2018)

E, finaliza a sua nota de repúdio com:

Criar urgentemente uma ampla frente nacional contra o desmonte do setor museológico, dos municípios aos estados, que reúna profissionais, gestores, redes de memória e patrimônio, cidadãos e cidadãs comuns e todxs aqueles que sonham com um futuro digno para o nosso passado. (GOMES, 2018)

Uma reportagem ao Jornal “Diário do Nordeste”, matéria publicada no dia 14 de setembro de 2018, da professora cearense Manuelina Duarte Cândido, formada em História, Museologia e Arqueologia, Professora de Museologia da Universidade de Liège, na Bélgica, e professora licenciada da Universidade Federal de Goiás. Foi diretora do Departamento de Processos Museais do Ibram entre 2015 e 2016. Na entrevista, ela apresenta a função do Ibram e o seu papel para a museologia brasileira. Ao mencionar a Abram, a autora supracitada afirma que: “É fantasioso imaginar que vão chover

investimentos privados.”⁸⁶ A professora Manuelina Duarte Cândido complementa:

Alguns fatos que vão contra esta esperança: 1) Os grandes museus brasileiros já possuem suas Associações de Amigos e, portanto, possibilidade de utilização de recursos privados. 2) Todos estes museus enviam projetos para a Lei Rouanet e o caso recente do Museu Nacional demonstrou que, mesmo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) tendo aprovado os projetos para reforma do prédio, ele não conseguiu captar os recursos junto à iniciativa privada. (CÂNDIDO, 2018)

A autora supracitada apresenta que a Abram será um desmonte para os museus universitários. O que irá ser um malgrado aos poucos recursos, pois estes museus ligados ao MEC auxiliam a desenvolver o tripé da universidade – ensino, pesquisa e extensão- o que vai fazer perder as possibilidades de pesquisa no campo museológico das instituições de ensino. Mas, com a Abram “caberá a um organismo de perfil privado ditar as normas e as metas para o campo.” Cândido (2018) complementa que os programas e/ou políticas, como por exemplo o PNEM, irão ficar à deriva da gestão centrada nos grandes museus, ou seja, os pequenos e os médios museus não terão acesso as políticas públicas de cunho mais social. “Os servidores do Instituto imediatamente repudiaram a medida, [...], foi tomada já no apagar das luzes do Governo Temer, demonstrando muita pressa no desmonte da área.”

As manifestações sociais como forma de repúdio a MP 850 e 851/2018 podem ser encontradas nas redes sociais. Dessa forma, podemos relembrar as ideias de Lèvy (2000) quando implica em dizer que a sociedade do ciberespaço consegue se interagir de forma instantânea e de grande velocidade, em que na cibercultura podemos nos manifestar de forma crítica e consciente para trazer as evidências da conjectura atual. Castells (2006, p. 17) afirma que: “A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias.” E, apresenta que de acordo com o paradigma que as tecnologias de informação e comunicação é que a sociedade em rede pode se organizar num plano geral. Assim, complementa que “[...] a sociedade em rede manifesta-se de diversas formas, conforme a cultura, as instituições e a trajetória histórica de

⁸⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/os-desafios-do-presente-1.1999449> Acessado em 15/09/2018

cada sociedade.” (Idem, p. 17). Assim, apresentaremos algumas manifestações populares nas redes sociais que fazem parte da cibercultura.

Figura 16: Manifestação de Repúdio ao fim do Ibram.



Fonte: Museu na Luta

Alguns pontos que foram elencados, aqui, apresenta a irregularidade da criação da Agência Brasileira de Museus- Abram e a necessidade da permanência do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram para a sociedade museológica brasileira:

1. Medida Provisória sendo lançado no período eleitoral, o que é considerado ilegal pela justiça brasileira, pois a Medida Provisória apresenta a criação de cargos públicos;
2. Sancionou uma política de agenciamento para tentar justificar uma tragédia;
3. A agência só pode regular e não executar, com a extinção do Instituto Brasileiro de Museus -Ibram fica claro a intenção do governo federal de transferir as responsabilidades da gestão de museus para empresas a arrecadação, gestão e também a aplicação de recursos de forma direta sem intermediários nos museus. Deste formato, estamos retrocedendo a proposta neoliberalista no governo do presidente Fernando Henrique

Cardoso (1995-2002);

4. Não podemos dissociar a cultura do patrimônio. Apesar do Ministério da Cultura - MinC fiscalizar a Agência Brasileira de Museus - Abram, não terá o total controle, pois estará dividindo suas funções com o setor privado. Dessa forma, não teríamos resultados alcançáveis para a museológica brasileira;
5. O destino da Política Nacional Museal - PNM estará sendo descartado, pois, ficará mais difícil de trabalhar com políticas museal – sejam voltadas para educação ou não – em associação com uma agência que só regula e não executa as políticas que não estão sendo elaboradas pelo o órgão.

Assim, elencamos alguns tópicos em que vimos que a conjuntura das políticas públicas voltadas para a museologia está a um passo do retrocesso social. Mas, há uma movimentação social voltado para a proteção do Ibram. Nas redes sociais, está havendo uma grande mobilização para tentar reverter esse quadro. Constitucionalmente, o Congresso Nacional tem um prazo de 45 dias para votar na Medida Provisória, se a mesma não for votada, contando a partir da sua publicação (D.O.U, 11/09/2018), entrará em regime de urgência na Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado), ficando sobrestadas, até que se termine a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. Dessa forma, as PED estão presentes na conscientização dos fatos, e ajudando a propagar a necessidade da revogação da MP 850/2018.

Figura 17: Imagem de convite para a sociedade para revogar a MP 850/2018.



Fonte: Museu na luta

Outro órgão que está em consulta pública para conhecer a opinião social da preservação do Ibram é o site do e-Cidadania⁸⁷, pois o processo de votação para a aceitação ou não da MP 850/2018. Outro site “Petição pública⁸⁸” há um tópico específico sobre “cidadão contra o fim do Ibram”. Nele vem sendo descrito que os cidadãos brasileiros expressão o espanto a indignação diante do uso do incêndio do Museu Nacional para extinção do órgão responsável pelo desenvolvimento das políticas museais na última década, o Ibram.

Fatores externos e internos, devem preservar e manter o nosso patrimônio cultural para o acesso de todos e a permanência de um órgão que crie, desenvolvam e fiscalizem as políticas públicas museais.

⁸⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=134245>
Acessado em: 21/09/2018

⁸⁸ Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR107827> Acessado em 21/09/2018

7 ALGUMAS CONCLUSÕES

“E não há quem ponha um ponto final na história”.
(Conceição Evaristo)

A pesquisa apresentou os aspectos políticos e educacionais utilizados por quem trabalha com a educação em museus no Brasil. O diálogo e o desenvolvimento de uma política pública educacional museal foi pensada, discutida e debatida sob a orientação do Ibram com entidades museológicas, profissionais da museologia, estudantes e professores acadêmicos e pessoas da sociedade civil para a criação do Programa Nacional de Educação Museal - PNEM. O espaço de reunião desse grupo foi num blog, em que os fóruns de utilizado para as discussões entre as principais áreas de atuação dessa comunidade.

Ao nos propor em realizar essa pesquisa nos deparamos com vários entraves que deixaram o percurso da mesma bastante complexo, pois para delimitarmos o objeto de estudo proposto, tivemos vários percalços no caminho por questões políticas, governamentais e ideológicas no decorrer da construção do blog do PNEM. Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, o PNEM nasceu como um projeto de discussão social, e que no decorrer do seu caminho teve vários impedimentos para que seu espaço democrático de discussão fosse preservado. Desde sua criação, o blog teria a sua função apenas consultiva popular para criar subsídios para o desenvolvimento de um projeto para depois se tornar um programa e uma lei, uma política pública a ser aplicada, desenvolvida e vivenciada nos ambientes museais no âmbito da educação.

Nos percalços da PNEM encontramos a complexidade da pesquisa, pois havíamos iniciado um estudo sobre as contribuições sociais no blog do PNEM para o desenvolvimento da política pública, apesar de o mesmo já ter sido criado com data de início e fim, o blog passou a ser apenas um voltado para informações sobre o que estaria acontecendo para o desenvolvimento da política. Apesar disso, tivemos dois anos praticamente parados- final de 2014 à início de 2016- pois, diversos turbilhões políticos sacudiram o Brasil - como já vimos no capítulo 6 dessa tese, os fatores políticos interferiram diretamente nas

questões nacionais até mesmo na educação museal - acabou indo de desencontros de opiniões públicas voltadas pela sociedade que influenciou diretamente nos trabalhos do Ibram.

Assim, a minha primeira experiência no blog do PNEM foi ainda no ano de 2012, quando na época pesquisava sobre a atuação dos museus virtuais para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado. Achei interessante e bem acessível, pois naquele ciberespaço pude debater e aprender sobre a educação museal, além de contribuir para o desenvolvimento da política pública educacional no Brasil. Assim, tive a oportunidade durante esses seis (6) anos de entender a trajetória do PNEM até apresentado em junho de 2017 e ser promulgado no dia 30 de novembro de 2017, ou seja, uma política que ainda está sendo desenvolvida para os espaços museológicos e a qual estão acompanhando.

O processo para a contextualização do objeto de estudo, assim como a sua problematização, levantamento de hipóteses e questões que foram investigadas, delimitação dos objetivos e procedimentos metodológicos foram retomados nos meados de 2017, pois quando acessava o blog apenas encontrava informações sobre ações que poderiam ser realizadas para discussão do Programa Nacional de Educação Museal, nada concreto em que pudesse embasar o desenvolvimento da tese. As categorias analisadas foram sendo desenvolvidas ao longo da edificação dos fatores da conjuntura brasileira, pois estava escrevendo baseada na história do tempo presente, o que também, precisei de definição do objeto para concretizar a escrita. O conhecimento da cibercultura ajudou para a metodologia da pesquisa, pois como já escrevi acima, o campo dessa pesquisa foi todo virtual. Além disso, com a conjuntura política, sociocultural, educacional e museológica estão em processo acelerados, pois estamos – a sociedade brasileira - vivenciando os desmontes das políticas públicas brasileiras, de forma geral, as conclusões foram sendo construídas ainda no ano de 2018, ano de defesa dessa tese. Assim, as complexidades dos acontecimentos ainda fazem parte deste desfecho, o qual as conclusões que cheguei podem ser alteradas pelas mudanças desenvolvidas na crise política do Brasil.

Como apresentei na Introdução, tivemos como objetivo geral dessa tese investigar a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e a sua

contribuição histórica, sociocultural e política para educação brasileira. Nesta trajetória podemos discorrer sobre a metodologia da pesquisa, inicialmente pensamos – orientador e orientanda – em realizar em dois ambientes de pesquisa, o presencial e o virtual. Mas com os ciberespaços e as Práticas Educativas Digitais – PED e consenso da banca na última qualificação havia material suficiente para ser discutido e elaborado para uma tese. Por isso, o campo da pesquisa e da metodologia aqui empregada foi apenas virtual.

Apresentei um debate acerca dos termos que envolvem esta problemática, em especial mostrando o que em nossa opinião devem ser os conceitos de educação, de cibercultura/cultura digital; de museus; imagem; história; memória; Práticas Educativas Digitais; Políticas Públicas para então entender da formação adotada na elaboração dessas políticas públicas de educação museal.

No capítulo sobre “o museu na cultura digital e os diálogos sociais” pude discorrer sobre a emergência do conhecimento na visão de Burke e da sociedade pós-moderna – sociedade líquida - com as ideias de Bauman para então desenvolver os juízos de virtualidade para chegar ao discurso da sociedade que vivencia o ciberespaço e desenvolve uma constante na cibercultura – discutido por Lévy, Castell, Santaella, Martins, Vasconcelos.

Quando confirmado esses aspectos, pude trazer à tona a discussão sobre o campo da museologia, inicialmente apresentando a trajetória dos museus na sociedade antiga e contemporânea, nos discursos históricos e filosóficos sobre a história do museu. Sobre a educação museal fiz um levantamento de estudos para apresentar ao leitor a perspectiva do museu como espaço educacional e a sua relevância para a educação nos espaços não escolares e a sua contribuição para a educação escolar. Para entender a sociedade digital no aspecto e os museus retornei ao que foi discutido na minha dissertação, – defendida em 2014 –ou seja, os diferentes tipos de nomenclaturas de museus, para então definir o museu virtual e as cinco (5) categorias de museus virtuais.

No capítulo em que discuti sobre “imagem, história, memória e práticas educativas digitais”, no aspecto sobre imagem escrevi os seus aspectos sobre imagético e imagem, assim como também a imagem digital e o papel da imagem no processo educacional, pois estou apresentando a Política

Nacional de Educação Museal e se fez necessário compreender os museus e a sua perspectiva educacional tanto nos aspectos da imagem, da memória e da história cultural para reforçar o papel do museu na sociedade contemporânea. Concluo o capítulo sobre as práticas educativas enfatizando as práticas educativas digitais, para entender a relevância das práticas educativas digitais no blog do PNEM e como foi possível apresentar essa dimensão, pois além de estar inserido na Internet, ele é o espaço de interação entre os visitantes e os artefatos museológicos, que estes trazem consigo características da necessidade social que frequentam os museus e como a educação museal pode ser determinada na cultura social que ela representa.

No capítulo em que discorro sobre “políticas públicas educacionais e museais” discuto sobre o surgimento da política na sociedade, apresentando o conceito de política sob a ótica de autores desde Platão até Nibert Bobbio, Hanna Arendt e Höffling com o foco de apresentar a política pública para o bem social. Nos aspectos sobre políticas públicas educacionais, fiz um aparato na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB de 1996, comparando como as políticas públicas educacionais se interligam com as políticas públicas culturais e a sua relevância para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Educação Museal – PNEM.

O que pude apresentar sobre o desenvolvimento social e cultural sobre as políticas públicas educacionais e museais, podemos ver na década de 1990, no governo Collor, a criação da Lei Rouanet. Já no governo Itamar, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), programa realizado pelo MEC em parceria com o MinC por meio da Fundação Biblioteca Nacional. Não encontrei política pública significativa para a Educação e Museus nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Na era do Partido dos Trabalhadores- PT, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi conhecido algumas melhorias tanto para educação, como para o campo da museologia. É fundado o Ibram; são instauradas políticas públicas educacionais e passos para a construção democrática de uma política pública para a educação museal, a PNEM. Atualmente, encontramos uma grande crise política generalizada, que procura de forma dura a implementação de reformas de viés neoliberal, em vez de criar condições para um papel mais ativo do Estado.

Apesar de alguns avanços nestes campos – educação e cultura - as tendências econômicas e políticas seguidas pelos governos nas quase três últimas décadas na sua elaboração apresentam as tendências liberais ainda são aplicadas na sociedade brasileira. Elas são respostas às crises econômicas iniciadas na década de 1990, aprofundadas na virada do século e em curso até hoje.

No penúltimo capítulo trouxe “construindo o desconstruído: a Política Nacional de Educação Museal – PNEM” apresentei a história da Política Nacional de Educação Museal e a sua trajetória enquanto projeto, programa e política. Nele mostrei o surgimento e como foram realizadas as primeiras discussões para o então surgimento do Blog do PNEM. No tópico seguinte, trouxe o blog e a sua atuação na cibercultura atuaram para desenvolver o documento preliminar que deu base a Política Nacional de Educação Museal – PNEM. O blog do PNEM continua ativo, mas a sua finalidade é de servir como “um portal de encontro e trocas.”. Dessa forma, o Ibram utiliza desse espaço para divulgar as iniciativas, eventos e encontros que mobilizam a Educação em Museus no País.

Ainda neste penúltimo capítulo, trago na sequência como foi aprovado e apresentado para a sociedade o documento preliminar que ficou conhecido como “Carta de Belém”. A intenção era que no ano de 2015 fosse apresentada a versão final do documento, mas conforme mencionado, no final de 2014 a início de 2016- pois, diversos turbilhões políticos sacudiram o Brasil e os fatores políticos interferiram diretamente nas questões nacionais até mesmo na educação museal. Apenas no ano de 2017 é que a Política Nacional de Educação Museal PNEM é definida e promulgada no final deste ano. Concluo esse capítulo apresentando o documento final e verifiquei que foi preciso quase uma década para que a PNEM sair do papel e que comece a ser aplicado nos museus, tendo sido importante a participação coletiva ajudou na elaboração do projeto até a política final. A aplicabilidade da política não é apresentada nesta tese.

No capítulo final da tese, intitulado por mim “o fenômeno de investigação e as suas atuações nas políticas” trago a conjuntura do Brasil, destacando em cinco (5) momentos que representa a (im)possibilidade da Política Nacional de Educação Museal –PNEM- ser implantado nos espaços

museológicos brasileiros. O primeiro deles está diretamente ligado a reeleição de Dilma Rousseff, o Brasil se encontrava no início de uma crise econômica, política que resultou na insatisfação de uma parcela da população. Com a vitória nas urnas da presidente brasileira o parlamento e os principais canais midiáticos se uniram para aplicar o Golpe de 2016. A resistência social apresentou as suas forças nas ruas, universidades e redes sociais, mesmo assim, no dia 17 de abril de 2016, em pleno domingo, a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment e o golpe parlamentar, executivo, judicial, político e midiático foi encerrado em 31 de agosto de 2016 com o Senado Federal “abençoando” os atos já instaurados.

A situação brasileira piora com a aprovação da Emenda Constitucional – EC 95 de 2016, conhecida como a “Emenda Constitucional do Fim do Mundo”, onde os gastos públicos são congelados por vinte (20) anos. As consequências diretas são evidentes. Sucateamento material da empresa, precarização das condições de trabalho, cancelamento de contratos e, conseqüentemente, de programas, que impactam diretamente na qualidade da programação. Indiretamente, há um problema maior. No campo das políticas públicas para museus, verificamos que a EC 95/2016 trouxe cortes significativos, que resultaram em perdas, muitas delas irreparáveis, como é o caso do incêndio ao museu Nacional. A repercussão da notícia do incêndio do Museu Nacional foi apresentada em todo o mundo e a concretização da EC 95/2016 de que ela representa “o fim do mundo” dos direitos sociais apresentados nas políticas públicas, e atingiu diretamente o campo da museologia.

Para solucionar, o presidente interino do Brasil aprovou no dia dez (10) de setembro de 2018 o fim do Instituto Brasileiro de Museus para criar a Agência Brasileira de Museus, com a Medida Provisória 850/2018 em que apresenta ao Poder Executivo Federal a extinção do Ibram o qual institui a Abram, que é um serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, estabelecendo seus objetivos, competências, receitas e estrutura. Além de adicionar os museus na Medida Provisória 851/2018, aprovada também na mesma data. A MP que permite o direcionamento de recursos privados a entidades e de interesses públicos os fundos patrimoniais. Além disso, ela institui fundos patrimoniais no claro intuito

de privatizar o financiamento de serviços públicos nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto. Esses fundos permitem as empresas privadas a arrecadação, gestão e também a aplicação de recursos de forma direta sem intermediários nos museus.

Após a assinatura da MP 850/2018, vários órgãos e pessoas se manifestaram em favor do Ibram e na não aceitação e a ilegitimidade da Abram. O desespero do governo federal para dar um retorno social sobre o incêndio do Museu Nacional acabou levando a medida extrema para a criação da Abram como uma modalidade autônoma do governo federal na gestão de museus e na reconstrução do Museu Nacional. As ocupações nas instituições de ensino fizeram com que algumas medidas tomadas pelo (des)governo apresentasse o motivo de algumas tomadas de decisão para retornar algumas políticas públicas necessárias fossem revogados. As manifestações sociais como forma de repúdio a MP 850 e 851/2018 podem ser encontradas nas redes sociais, e como vemos pela conjuntura atual, as políticas públicas estão a um passo do retrocesso, assim como também a Política Nacional em Educação Museal.

Assim, elenquei alguns tópicos em que mostrei que a conjuntura das políticas públicas voltadas para a museologia está retrocedendo por causa do “grande acordo para estancar a sangria” e caminhou para um golpe político, jurídico e midiático em 2016, que está trazendo o desmonte dos museus brasileiros. O descaso da população com as ações que o (des)governo está executando e junto com as grandes empresas de comunicação brasileira, está trazendo uma acomodação social com a realidade, que o “Gigante” que acordou em 2014 - com as manifestações contra a corrupção que estavam sendo desvendadas para a sociedade, mas voltou a adormecer. E, o espírito a procura de “um salvador” para solucionar os problemas de segurança e dos direitos fundamentais estão sendo apresentados candidatos com pouco, ou ausência de formação para atender as necessidades do povo brasileiro. O discurso de ódio, as promessas do retrocesso para um período histórico brasileiro estão tomando de conta, e a certeza da insegurança cresce a cada dia nas ruas.

Devemos priorizar o bem estar social, trazendo a legitimação ao

governo federal para a segurança das políticas públicas educacionais, culturais e museais para assegurar o desenvolvimento social. Assim, devemos acreditar na Educação como um ponto de mudança do nosso país. Acredito que com essa pesquisa, podemos aprender e dividir que por meio das políticas públicas educacionais é que traremos a melhoria dos futuros cidadãos que dentro do ambiente escolar deve ter na educação formal o processo de formação completa do educando, o desenvolvimento para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. No campo da educação museal, deve-se priorizar para que os museus nacionais sejam espaços para que a sociedade veja o museu como ponto de educação não escolar, pois essa parceria com a educação e a cultura, desde a década de 1930, vem apresentando grandes avanços em que educandos e educadores possam alcançar o sonho da “pátria amada” para todo e qualquer cidadão com possibilidade de desenvolver a qualidade social, e que dentro de uma política de universalização do saber produzido historicamente, seja realidade para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**: livro X. São Paulo: Nova Cultural, 2010.

ALBUQUERQUE, Marluce Jacques de. Retrospectiva histórica da didática e o educador. **Revista Educação: Teorias e Práticas**, Recife, v. 2, nº2, dezembro 2002.

ALEXANDER, E. P. **Museums in motion**. Nashville: American Association for State and Local History, 2008.

ALMEIDA, Eduardo Benedito Leite de. Os caminhos da aprendizagem: conexões entre educação, imagem e as tecnologias da informação e comunicação. In: ALMEIDA, Eduardo Benedito Leite de. **Como Aprendo?** São Paulo: Unicamp, 2003.

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, set./dez. 2006, p. 637-651, set./dez. 2006.

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n.71, 09 Out. 2017.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMORIM, Eliã Seméia Martins dos Santos. **A Internet como meio de ensino, aprendizagem e divulgação científica no campo da geografia**: estudo de caso sobre a implantação do Museu Virtual de Jacobina - BA. 2007. 183f. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação a Distância, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

ANADON, Marta. A pesquisa dita "qualitativa": sua cultura e seus questionamentos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO. Jun. 2005. Senhor de Bomfim, Bahia. **Anais colóquio internacional de formação, pesquisa e desenvolvimento em educação**. Senhor de Bomfim, Bahia 2005.

ANDERS, P. **Envisioning cyberspace**: designing 3D electronic spaces. NY: McGraw-Hill, 1999.

ANDREWS J.; SCHWEIBENZ, W. The Kress study collection virtual museum project, a new medium for old masters. **Art Documentation**, v. 17, n. 1, Spring p. 19-27, 1998.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia**: geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2012.

ARANTES, Priscila. **@rte e Mídia: perspectivas da estética digital**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

ARENDR, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1990.

ARRAES, Gardner de Andrade. **Educação estética em museus virtuais de arte: possibilidades de formação para alunos de curso de artes visuais do IFCE**. 2014. 159f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

ARRUDA, E.P. Museu virtual, prática docente e ensino de história: apropriações dos professores e potencialidades de elaboração de um museu virtual orientado ao visitante. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, IX, 18 a 20 abr. 2011, Florianópolis/SC. **Anais do IX encontro nacional dos pesquisadores do ensino de história**, Florianópolis/SC, 2011.

ASSENMACHER, Sarah Milman. **World wide museums: An analysis of museum education websites**. 2008. 120f. Dissertação (mestrado) - University of Houston. United States, Texas, 2008.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papyrus, 2007.

BAHIA, Ana Beatriz. **Jogando Arte na Web: educação em museus virtuais**. 2008. 401f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BAHIA, A. G. M. F; MEYER, E. P. N; SILVA, D.B; OLIVEIRA, M. A.C; VECCHIATTI, P.R.I. Afinal, quem é o guardião da Constituição. In: PRONER, C; CITTADINO, G; TENENBAUM, M; RAMOS FILHO, W. (Org.) **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6 - Projeto Editora Práxis, 2016.

BAHIA, A. G. M. F; MEYER, E. P. N; SILVA, D.B; OLIVEIRA, M. A.C; VECCHIATTI, P.R.I. Afinal, quem é o guardião da Constituição. In: PRONER, C; CITTADINO, G; TENENBAUM, M; RAMOS FILHO, W. (Org.). Golpe Vergonhoso passa na Câmara. In: PRONER, C; CITTADINO, G; TENENBAUM, M; RAMOS FILHO, W. (Org.) **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6 - Projeto Editora Práxis, 2016.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva/Fundação lochpe, 2001.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação-conflitos e acertos**. São Paulo: Max Limonade, 1991.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte e educação no Brasil**. 5. ed. ,São Paulo : Perspectiva, 2011.

BARBOSA, Sandra Daniela Ferreira. **Serviço educativo online nos museus:**

uma análise das actividades. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Minho, Minho (PT), 2006.

BARRADAS, A. **Ministros da noite:** livro negro da expansão portuguesa. Porto: Antógonia, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 1999.

BEIGUELMAN, Giselle. **O livro depois do livro.** São Paulo: Peirópolis, 2003.

BELLÉ, Larissa Antonia. **Museus Virtuais e a formação de professores de artes visuais no contexto da Lei 10.639/2003.** 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais no CEART/UDESC, Centro de Artes- CEART, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis, 2012.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte:** uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

BEMVENUTI, Alice. Museu Para Todos: O Papel da Ação Educativa como Mediadora Cultural. In: 16º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ARTES PLÁSTICAS DINÂMICAS EPISTEMOLÓGICAS EM ARTES VISUAIS. **Anais 16º Encontro nacional da associação nacional de pesquisadores de artes plásticas dinâmicas epistemológicas em artes visuais,** Florianópolis – 24 a 28 de setembro de 2007.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio Sobre a Relação do Corpo Com o Espírito.** 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BIAZUS, Maria Cristina Villanova. É Possível Viver o Digital na Multimídia Utilizada com Fins Educacionais? **Novas Tecnologias na Educação,** Porto Alegre, v. 1, n. 2, Setembro, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Conteúdos e Métodos. 4 ed. Coleção docência de formação. Série ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.

BLANCO, Ángela García. **Didáctica del museo:** el descubrimiento de los objetos. Madrid: Ediciones de La Torres, 1994.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vol.1. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo.** Tradução Sérgio Bath. 10 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

BRAGA, J. L. A Busca do Sentido das Utopias Cibercomunitárias. **Revista Fronteiras** Rio de Janeiro, p. 151- 158, dez, 2001.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 20 de janeiro de 2009: Criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: História. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nº 9393/96. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto – MEC, Secretaria de Educação à Distância – SEED, Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO – Diretrizes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1997.

BRASIL. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2007.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília: MEC / SED, 2013.

BRASIL. Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acessado em: 30 de julho de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acessado em: 13 de julho de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2001.

BRASIL. Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2016.

BRASIL. Medida Provisória 850 de 10 de setembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2018.

BRASIL. Medida Provisória 851 de 10 de setembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Relatório Cultura em Números. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2009 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional Setorial de Museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Subsídios para o planejamento de atividades educativo-culturais dos museus. Museu educação (Programa Nacional de Museus) nº 1, pp. 7-20. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. III Plano Nacional Setorial de Educação Cultura e Desportos (1980-1985). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. II Plano Nacional Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1975-1979). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional Setorial de Educação, Cultura e Desportos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1968.

BRASIL. Lei 1.920 de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=109070>>. Acesso em: jun. 2013. 114

BRASIL. Decreto Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Lei 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério de Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1937. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%20378-1937?OpenDocument>. Acesso em: 9 out. 2013.

BRASIL. Decreto 19.444 de 1º de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam e cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1930. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Decreto 11.896, de 14 de janeiro de 1916. Dá novo regulamento ao Museu Nacional. In: SILVA, Henrique D. S. **O Museu e o sonho: O projeto de Roquette Pinto e a criação da Seção de Assistência ao Ensino no Museu Nacional**. Disponível em: <<http://saemuseunacional.wordpress.com/a-sae/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRUNO, Cristina. Museu e Patrimônio Universal. In: **V Encontro do ICOM no Brasil**. Fórum dos Museus de Pernambuco. Recife, maio de 2007.

BRUNO, Cristina. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/04/pec-dos-gastos-afetou-diretamente-orcamento-do-museu-nacional-diz-professora-da-usp/>. Acessado em: 10 de setembro de 2018.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. **Uma história Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CABRAL, Magaly. **A palavra e o objeto**. Cadernos Paulo Freire 10. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará. Fortaleza, 2006.

CALABRE, L. **Política Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Os desafios do presente**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 14 de setembro de 2018. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/os-desafios->

do-presente-1.1999449 Acessado em 15/09/2018.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.11 n1 - jul/dez de 2008.

CARVALHO, Rosiani. **As tecnologias no cotidiano escolar**: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos. In: **Dia a dia da educação**. Portal educacional do Estado do Paraná. Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1442-8.pdf> Acessado em: 5 de maio de 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello. **“O que o museu tem a ver com educação?”** Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio Janeiro, 2013.

CAVALCANTE, L. E. Espaço de Mediação de Leitura na Internet. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Inovações, Cibercultura e Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará. Expedido em 13 de março de 1905, Pelo Presidente Exmº Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 1905.

CERQUEIRA, Daniel; PEDROLLO, Gustavo Fontana. Para entender: *Impeachment*, recall e outros bichos. In: PRONER, C; CITTADINO, G; TENENBAUM, M; RAMOS FILHO, W. (Org.) **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6 - Projeto Editora Práxis, 2016.

CHAGAS, M. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM/Garamond, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Valéria da Conceição. O plano nacional de educação museal (PNEM) e sua articulação na região dos inconfindentes. **Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências da Informação da Universidade de**

Brasília. Museologia & Interdisciplinaridade. Brasília, V. 4 n. 8. p. 223- 238, Dezembro de 2015.

COOL, Kathleen L. *Informal Learning as Performance: Toward a Hermeneutic Phenomenology of Museum Learning in 'Second Life'*. 2013. 349f. Ph.D. Thesis (Doutorado) Computing Technology in Education. Nova Southeastern University. United State- Florida, 2013.

COMPAGNON, Almir Muncio. **Em Cada Museu que a Gente For Carrega um Pedaco Dele:** Compreensão do Pensamento Histórico de Crianças em Ambiente de Museu. 2009.134f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

CORTELLA, Mario Sérgio; DIMENSTEIN, Gilberto. **A era da curadoria:** o que importa é saber o que importa! Coleção: Educação e formação de pessoas em tempos velozes. Campinas- SP: 7 mares, 2015.

COUCHOT, Edmond. Da representação à simulação: evolução das técnicas e das artes da figuração. In: PARENTE, Andre. **Imagem-Máquina** — a era das tecnologias do virtual. São Paulo: Editora 34: 2003.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1990.

Deloche, Bernard. *Le musée virtuel.* Paris: Presses universitaires de France, 2001.

DEMETRIO, Alexandre Bastos. **Disseminação da Arte Pela Imagem:** Sírios de Museus de Ater no Brasil. 2011. 121f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

DEMO, Pedro. Aprendizagens e novas tecnologias. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física,** Cristalina- Goiás. V. 1, n. 1, p.53-75, Agosto/2009.

DOCUMENTO MUSEU NACIONAL 9. **Arquivo Administrativo Histórico** – Científico do Museu Nacional. Pasta 1. Doc, 2. Rio de Janeiro, 1818.

DUMBRA, Camila Nataly Pinho. **Museu Virtual Interativo:** perspectivas e possibilidades de apropriação por professores em sua prática pedagógica com crianças. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

ESTRELA, Maria Teresa; ESTRELA, Albano. **Investigação Qualitativa em Educação.** Portugal, Porto editora Ltda., 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente: Desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2010.

FIEDLER, Rojane. **Museu Virtual de Química Professor Athos da Silveira Ramos.** 2010. 71 f. Monografia (especialização) Museu da Vida - Casa De Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde. Rio de Janeiro, 2010.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. Articulações entre educação e museologia e suas contribuições para o desenvolvimento do ser humano. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2 – 2011.

FONTANELLI, Silvia Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária.** 106f. Monografia (Graduação) Biblioteconomia. Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1997.

FRANCO. M.A.S. Em foco: pesquisa-ação sobre a prática docente-Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FREED, Tanya. ***Immersive virtual environments as unique learning spaces in museum education.*** 2008. 113f. Master's thesis (Doutorado) Educational technology e Museum studies. Concordia University- Canada, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

FUGA, Bruno Augusto Sampaio. O sentido da política em Hannah Arendt. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, V.30 n.2, p. 235-246,2012. Disponível em: http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=29534_Bruno_Fuga&ver=1195 Acessado em: 20 de agosto de 2018.

FURTADO, C. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto: CIOF, 2012.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não Formal.** Sion Institut International des Drois de l'Enfant, 2005.

GADOTTI, Moacir. Significado e desafio da educação básica. In: INTERNATIONAL WORKSHOP - WORLD UNIVERSITY SERVICE (WUS) **Anais: Education for All: A Challenge for Democracy and Human Rights.** New Delhi – India - 6-8 September 1991.

GADOTTI, Moacir. Da palavra a ação. In: BRASIL, INEP. **Educação para todos: a avaliação da década.** Brasília: MEC/INEP, 2000.

GALVÃO, G. K. A. & BERNARDES, D. A. de M. A organização da informação como instrumento de preservação e acesso ao Museu Virtual da Coleção Etnográfica Carlos Estevão de Oliveira. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2 p. 131-144, 2011.

GASPAR, Alberto. **Museus e centros de ciências** - conceituação e proposta de um referencial teórico. 1993. 118f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Didática. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação. São Paulo, 1993.

GHILRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alexandre. Criação de uma Frente Nacional Contra o Desmonte do Setor Museológico. In: **Amazonas no Congresso**. Disponível em: <http://amazonasnocongresso.org/colunistas/criacao-de-uma-frente-nacional-contra-o-desmonte-do-setor-museologico/> Acessado em 21/09/2018

GUILHOTO, Lúcia de Fátima Martins. **O uso da internet como ferramenta para a oferta diferenciada de serviços a clientes corporativos**: um estudo exploratório no setor de telecomunicações. 2002. 259 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração e Contabilidade. USP– São Paulo, 2002.

HENRIQUES, Luis Oliveira. A Comunicação Na Escola E No Museu. **Cadernos de Museologia**, Lisboa (PT), v.5 n. 5 –. p. 67-97, 1996.

HENRIQUES, Rosali. **Museus virtuais e cibermuseus**: a Internet e os museus. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/museus_virtuais_e_cibermuseus_-_a_internet_e_os_museus.pdf Acessado 10 de julho de 2013.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Madri: Editorial UOC, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas-SP, v. 21, n. 55, novembro/2001.

HOLMES, Pablo. **Por que foi um golpe**. Disponível em: <http://www.criticaconstitucional.com.br/por-que-foi-um-golpe/> Acessado em: 16 de agosto de 2018.

IBRAM. **Relatório Museus em Números**. Brasília: MinC/Ibram, 2012.

IBRAM. **Carta de Petrópolis**. Brasília: MinC/Ibram, 2010a. Disponível em: <pnem.museus.gov.br>. Acesso em: jun. 2013.

IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus**. Brasília: MinC/Ibram, 2010b.

IBRAM. **Relatório da Política Nacional de Museus (2003-2008)**. Brasília: MinC/Ibram, 2010c.

IBRAM. **Nº 422, de 30 de novembro de 2017**. Brasília: MinC/Ibram, 2017.

ICOM. **Estatuto**. Paris, 24 ago. 2007. Disponível em: <<http://icom.museum/definition.html>>. Acessado em: 13 fev. 2013.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação**. Campinas - SP: Papyrus, 2007. (Coleção Papyrus Educação).

KRISTCH, Raquel. Maquiavel e a República: lei, governo legal e institucionalidade política nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá – PR, v. 10, n. 113. Outubro de 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. revisada. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Maria I. Crianças, velhos e museu: memória e descoberta. **Cadenos Cedex**, Campinas - SP, v.26, n.68, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n68/a06v26n68.pdf>>. Acesso em: 12/02/2013.

LEVY, Pierre. **A máquina universo**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J.F; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: política, estrutura e organização**. 10 ed. revistada e ampliada. 7º reimpressão. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

LISSAGARAY, P-O. **História da Comuna de 1871**. SP, Ensaio, 1995.

LOIZOS, Peter. Vídeo filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som**: um manual prático. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOPES, M. M. “A favor da desescolarização dos museus”. **Educação e Sociedade**. 7, Rio de Janeiro, v.14 n. 40, dezembro de 1991.

LOPES, M. M. “Museu e educação na América Latina: o modelo parisiense e os vínculos com as universidades”. In GOUVEIA, G. et al. (orgs). **Educação e museu**: a construção social do caráter educativo dos museus de ciências. Rio de Janeiro: Faperj, Access, 2003, p. 36-82.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas Históricas da Educação**. São Paulo, Ática, 2009.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museus de Arte no Ciberespaço**: uma abordagem conceitual. 2003. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - IBICT, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Museus e World Wide Web: novos ambientes informacionais para as obras de arte. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 14, n.1, 2004. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/77/1551>>. Acesso em agosto de 2011.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Série Caderno de Gestão. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, Mário Brockmann. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. **Um olhar sobre a cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Associação dos Amigos da FUNARTE, 1998.

MAGALDI, Monique B. **Navegando no Museu Virtual**: Um Olhar Sobre Formas Criativas de Manifestação do Fenômeno Museu. 2010. 209f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST – Rio de Janeiro, 2010.

MALRAUX, André. **Museu Imaginário**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MALUF, Maria Fernanda Terra. **O Museu e o Ato Criativo**. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST – Rio de Janeiro, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: UnB, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2001.

MARANDINO, M. (org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf, FEUSP, 2008.

MARÇAL, E; ANDRADE, R; RIOS, R. Aprendizagem utilizando Dispositivos Móveis com Sistemas de Realidade Virtual. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 3 n. 1, Maio, 2005.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. A Propósito de Verdade Histórica. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Muitas Histórias, Muitos Olhares: Relato de Pesquisa na História da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MARTINS, C. A. **Práticas Educativas Digitais: Uma História, Uma Perspectiva**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

MARTINS, C.A; SANTANA, J.R. Práticas Educativas Digitais: Contribuições das Redes para o Exercício da Cidadania. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **História da Educação: Real e Virtual em Debate**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

MARTINS, C. A. **Práticas Educativas Digitais: Uma cultura participativa em formação**. 2015. 325f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

MARTINS, C. A.; SANTANA, J. R.; FIALHO, L. M. F. **Práticas Educativas Digitais: uma história, uma perspectiva**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MARTINS, L. C; GONÇALVES JÚNIOR, O. **Redes e ativismo em políticas públicas: a construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)**. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22. n.1.jan/jul, 2018.

MCLUHAN, Herbert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 15ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

MENDES, Vítor Hugo Marcelino Sequeira. **Museus e turismo na Serra da Estrela**. 2011.120f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Lazer, Património e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (PT), 2011.

MENESCAL, A.A.M. **A ideia de justiça e a formação da cidade ideal na república de Platão**. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MILL, Daniel. PIEROBON, Jorge Luz. **Contribuições das Linguagens dos Centros Culturais e Museus Virtuais para a Aprendizagem na Educação Virtual**. In: I SIED: ENPED. **Anais do I SIED: EnPED**, São Carlos-SP, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Pesquisa ação do sudeste reúne cerca de 100 pessoas**. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2012/10/24/pesquisa-acao-do-sudeste-reune-cerca-de-100-pessoas-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

MINOM. Declaração de Santiago. 1972. In: IBRAM/MINC. **Legislação sobre museus**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

MINOM. Declaração de Oaxtepec. 1984. In: IBRAM/MINC. **Legislação sobre museus**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

MIRANDA, José Carlos de. Memórias em S. Agostinho. **Hvmanitas**, Lisboa v. 53, n. 3, p 225-246, 2001.

MOUTINHO, M., A construção do objecto museológico. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.1 n.4, p.1-59, 1994.

MOUTINHO, Mário C. Museus e Sociedade: reflexões sobre a função social do Museu. **Cadernos de Patrimônio: Museu Etnológico**. Monte Redondo, v.1 n. 5, p. 91-101, 1989.

MUCHACHO, Rute. Museus virtuais: A importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico. In: 4º SOPCOM. **Livro de Actas – 4º SOPCOM**, p. 1540 – 1547, Porto (PT), 2005.

MUSEU. In: **Grande Enciclopédia Delta Larousse**. Editora Delta S.A. Rio de Janeiro, 1979, p. 4691.

NASCIMENTO, Tereza Cristina Moraes do. Museus Virtuais de Ciências: Historicizando o Conceito de Museu, Popularização da Ciência e Inclusão Digital. **Revista Museu Virtual**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3- Janeiro/Dezembro de 2010.

NÉLISSE, Claude (dir.) **L'intervention: les Savoirs en Action**. Sherbrooke, Éditions GGC, 1997. p. 17-24.

NETZ, Clayton. Investimento sem risco. **Exame**. São Paulo, v. 614, n. 1, p, 40-54, 17 de julho de 1996.

NOVAK, J.D. e GOWIN, D.B. **Aprender a aprender**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1998.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília v.1, n. 1, p. 184 a 208, jan/jul de 2012.

OLIVEIRA, O S; PEREIRA, S.M; ZIENTARSKI, C. Pedagogia histórico-crítica e a formação de professores: revisitando a ação escola da terra no Ceará. In: I JORNADA DO HISTEDBR-RO. **Anais da I jornada do HISTEDBR-RO.** Educação e Marxismo: 100 anos da Revolução Russa. –Porto Velho, 2017.

OLLAIK, Leila Giandoni. **A implementação da política nacional de museus e a democratização de acesso:** estudo comparativo de três instrumentos governamentais. 2012. 248 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA GERAL. **Declaração universal dos direitos humanos.** Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

PARO, V. H. **Diretor escolar:** educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação Museal Entre Dimensões e Funções Educativas:** A Trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST – Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Maria Eduarda Pinto; GAIOTTO, Paulo Alexandre. A Memória como Elemento Constituidor de Identidade. In: XIII EDUCERE: FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTEXTOS, SENTIDOS E PRÁTICAS. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE. VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE - SIPD/CÁTEDRA UNESCO. **Anais XIII Educere: Formação de professores:** contextos, sentidos e práticas. Curitiba, 28 a 31 de agosto de 2017.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1997.

PNEM: política nacional de educação museal. In: **Blog do Programa Nacional de Educação Museal.** Brasília, 2012.

POLAK, Y.N de S.; SANTANA, J.R; GOMES, L.K.de S. Memória e Práticas Culturais Digitais. In: FIALHO, L, M. F; VASCONCELOS, J. R; SANTANA, J.R (Org.) **História e Memória da Educação no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2013,

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acessado em 04/11/201.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acessado em: 04/11/2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

REIS, M. A. S.; PINHEIRO, M.R. Para uma Pedagogia do Museu: Algumas Reflexões. **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 36-46 jan/jun, 2009.

RIVIÈRE, G. H. **La Muséologie selon Georges Henri Rivière**. Paris: Dunod. 1989.

RODRIGUES, Narizanda A. M.T. **Museu Virtual da Cidade Velha**. 2010. 70f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Electrónica e Telecomunicações. Universidade de Aveiro, Aveiro (PT), 2010.

RODRIGUES, B. C; CRIPPA, G. Mediação Cultural, Arte-Educação e *Web 2.0*: Um Novo Conceito de Museu de Arte? **Revista MuseuVirtual**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, Julho/Dezembro de 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**: Discursos sobre a origem da desigualdade entre os homens. São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípio do direito político**. Porto Alegre: Editora Globo, 2011.

SANDER, Roberto. **O museu na perspectiva da educação nãoformal e as tendências políticas para o campo da museologia**. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Passo Fundo, 2006.

SANTANA, José Rogério. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SANTANA, José Rogério. Metodologia da Pesquisa em História da Educação: Sobre a Produção de Fontes Históricas Através de Recursos Digitais. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Tempo Espaço e Memória da Educação**: Pressupostos Teóricos, Metodológicos e Seus Objetos de Estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**: O Perfil Cognitivo do Leitor Imersivo. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTIAGO, F.C.S; PONTES, M. G. O; SANTANA, J. R. A Preservação digital do Arquivo Diocesano de Tianguá- Ceará: Um Protótipo de Sistema de Gestão

Informatizada de Informações Históricas Eclesiásticas – SIGAE de 1875 até 1903. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Inovações, Cibercultura e Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. **A palavra e o objeto**. Fortaleza. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará. 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo, Edusp, 2004.

SANTOS, Núbia Augustinha Carvalho. **Museu e escola**: uma experiência de mediação entre as crianças de educação infantil e o espaço museológico. 2010. 245f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SARDELICH, Maria Emília. **Leitura de Imagens e Cultura Visual**: Desenredando Conceitos para a Prática Educativa. In: Educar, Curitiba, n. 27, Editora UFPR, 2006.

SARLO, B. Tempo passado. **Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2010.

SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas**. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. 152f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 1998.

SCHWEIBENZ, Werner. **The virtual museum**: new perspectives for museums to present objects and information using the Internet as a knowledge base and communications systems. Actual. 1998. Disponível em: http://www.phil.unisb.de/fr/infowiss/projekte/virtualmuseum/virtual_museum_ISI_98.htm Acessado em: 18 de outubro de 2013.

SILVA, Regina Cláudia Oliveira da. **O Culto da Saudade na Casa de Eudoro Corrêa**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

SILVA, Fabio de Barros. Os Princípios do Contrato Social e as constituições da Córsega e da Polônia. **Notandum Libro**, São Paulo/Porto: ESDC/CEMOrOC-Feusp/IJI-Universidade do Porto, v. 16, n.16, p. 53-64, 2008 Disponível em: http://www.hottopos.com/notand_lib_10/fabio.pdf Acesso em 24/07/2018.

SILVA, Ariane Abrunhosa. **Museu virtual de Brasília**: um instrumento de promoção do turismo. 2011.140 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUSA, João Carlos Carvalho Aires de Sousa. **Implementação de Exposição Virtuais em Ambientes Tridimensional em Museus de Ciências e Técnica**.

2011. 226f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Porto. Porto, 2011.

SOUZA, E, C. Entrevista Narrativa e Pesquisa (Auto)Biográfica: Trajetórias e Percursos de Formação de Educadores Baiano. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Tempo Espaço e Memória da Educação: Pressupostos Teóricos, Metodológicos e Seus Objetos de Estudo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STRAUSS, A. & CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

TABOSA, Hamilton Rodrigues (2012). **Uma contribuição ao estudo sobre políticas públicas culturais: avaliação do Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

TAKAHASHI, T (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.30, n.2, p. 235-246, 2007.

TOTA, A. L. **A sociologia da arte: do museu à arte multimédia**. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1997.

UNESCO. Educação um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI**. Ministério da Educação e do Desporto. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

VALENTE, M. E. A. A Conquista do Caráter Público do Museu. In: GOVÊA, Guaraciara, MARADINO, Martha, LEAL, Maria Cristina. (orgs.). **Educação e Museu: A construção do Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciências**. Rio de Janeiro: Access, 2003.

VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano (Orgs.). **Memórias no Plural**. Fortaleza: LCR, 2010.

VASCONCELOS, José Gerardo. A mulher militante clandestina no pós -1964: a vida de Célia Zanetti. In: SANTANA, J.R. VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **Tempo Espaço e Memória da Educação: Pressupostos Teóricos, Metodológicos e Seus Objetos de Estudo**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

VASCONCELOS, Karla Colares. **As Práticas Educativas Digitais nos Museus Virtuais**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

VASCONCELOS, Karla Colares; VICTOR, D. M. R; OLIVEIRA, R. L. S; SANTANA, J. R. Fotografia: um recurso didático para leitura de mundo nas práticas culturais. In: IV ENCONTRO NORTE/NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, **Anais do IV Encontro Norte/Nordeste de História da Educação**, Aracajú, 2012.

VASCONCELOS, K. C; DESSIMONE, T.G; NERY, A; FROTA, R.M.S. Call Center: Uma Tecnologia Auxiliar no Processo de Desenvolvimento do ProlInfo e Projeto UCA. In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. **Anais do XX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. Florianópolis, SC - 17 a 20 de novembro de 2009.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERNADSKY, V.I. **La biosfera y la noosfera**. v. 33. USA: American Scientist, 1945.

VILAÇA, Aparecida. Um museu em chamás visto por uma de suas antropólogas. In: **Nexo Jornal**. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/Um-museu-em-chamas-visto-por-uma-de-suas-antrop%C3%B3logas?utm_source=socialbttns&utm_medium=article_share&utm_campaign=self Acessado em: 21 de setembro de 2018.

VIRILIO, Paul. **A Bomba Informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WORCMAN, Karen. **Como histórias de vida mostram cidades invisíveis**. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/adm/Upload/MC5FX110920121848498A4V3.pdf> Acessado em 23 de julho de 2013.

XAVIER, A.R; SILVA, A.M, XAVIER, L.C.V. Museu: real espaço de educação, cultura, história e Memória. In: SANTANA, J.R., VASCONCELOS, J.G (Orgs.). **História da Educação: Real e Virtual em Debate**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.